



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Os riscos relacionados com a gestão das Associações de Estudantes e Associações Académicas do Ensino Superior, em Portugal.

Inês Fernandes Dos Santos

Mestrado em Economia e Políticas Públicas

Orientador:

Doutor Luís de Sousa, Investigador Auxiliar
Instituto Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa

Co-Orientadora:

Doutora Patrícia Calca, Investigadora Integrada
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

novembro, 2022



CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS

Os riscos relacionados com a gestão das Associações de Estudantes e Associações Académicas do Ensino Superior, em Portugal.

Inês Fernandes Dos Santos

Mestrado em Economia e Políticas Públicas

Departamento de Economia Política

Orientador:

Doutor Luís de Sousa, Investigador Auxiliar

Instituto Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa

Co-Orientadora:

Doutora Patrícia Calca, Investigadora Integrada

Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

novembro, 2022

*Aos avós que estão sempre comigo,
Cecília, António e Silvina*

Agradecimentos

Esta dissertação resulta de vários contributos importantes que importam ser mencionados e devidamente agradecidos.

Desde logo, agradeço aos meus orientadores Luís de Sousa e Patrícia Calca por terem aceitado fazer parte desta jornada comigo. Agradeço-lhes os seus comentários, as suas críticas e sugestões que tentei ao máximo refletir no estudo que aqui apresento. Ao meu Orientador Luís de Sousa, agradeço ter aceitado fazer parte desta caminhada, sem me conhecer, e sem nunca duvidar do meu trabalho, dando-me ao longo deste ano um conjunto de oportunidades de crescimento. À minha Co-Orientadora Patrícia Calca, agradeço não ter recusado o meu convite alguns meses a meio deste ano, pela sua visão crítica e assertiva.

Uma vez que este trabalho foi desenvolvido no âmbito do projeto “EPOCA: Corrupção e crise económica, uma combinação perigosa: compreender as interações processo-resultado na explicação do apoio à democracia”, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), Portugal, referência: PTDC/CPO-CPO/28316/2017, tenho de agradecer à equipa do EPOCA, ao ICS e aos seus investigadores, em particular, ao Felipe Clemente e à Isabel Pinto que estiveram muito presentes na fase inicial (e crucial) deste estudo e que foram contribuindo ao longo do decurso deste último ano.

A todos os estudantes que aceitaram participar e que contribuíram para esta discussão, tanto nas entrevistas como na resposta aos inquéritos. Apesar do medo de falar sobre estes assuntos junto de dirigentes associativos, tive a sorte (e a honra) de ter entrevistado estudantes que me receberam bem, que foram sempre prestáveis e atenciosos comigo, e que se interessaram e acreditaram, desde o primeiro momento, neste estudo. Foram horas de entrevistas, e de conversas que se seguiram, e sem elas este estudo não seria possível.

Ao curso de Ciência Política e aos seus docentes que me formaram e que me deram um conjunto de bases imprescindíveis para a minha vida profissional, académica e pessoal. Relembro com saudade esses três anos.

Ao João, companheiro destes últimos quatro anos, que me tem vindo a ajudar em muitas frentes da minha vida, que me acompanhou desde o início da licenciatura até aos dias de hoje, e que me tem vindo a ajudar a crescer. Agradeço-lhe o seu apoio, incentivo e refúgio.

Por último, os meus maiores agradecimentos vão para o principal pilar da minha vida – a minha família, em específico, para a minha mãe Elisabete e o meu pai Vítor. Foi graças a eles que aqui me encontro. Graças aos seus esforços, aos seus valores e à sua história. Por nunca terem desistido de acreditar em mim e nas minhas capacidades, por nunca terem questionado as minhas preferências académicas e os meus interesses desde o início do secundário até aos dias de hoje e por aturarem todas as minhas conversas e reivindicações políticas (desde bem cedo), o meu muito obrigado. Sem a liberdade de escolha que me deram não teria feito este caminho do qual tanto me orgulho. Espero ter vos honrado.

Resumo

Ao longo das últimas duas décadas, é possível identificar um conjunto de notícias que alertavam para a existência de um conjunto de riscos de gestão nas AEs/AAs do Ensino Superior, em Portugal. Apesar destes incidentes não serem uma especificidade portuguesa, importa, no entanto, compreender quais os riscos que ameaçam a gestão atual das AEs/AAs, mas também entender como a comunidade académica encara estas questões, e apontar medidas para potenciar melhores práticas de gestão e mitigar potenciais riscos.

Em específico, procura-se entender como é que os estudantes universitários percecionam estes riscos e de que modo estas perceções afetam os seus níveis de confiança no trabalho destas estruturas. Para auscultar os estudantes universitários, foi construído um inquérito tendo por base duas etapas metodológicas: (i) análise documental (de notícias e outros documentos relevantes) e (ii) realização de entrevistas exploratórias (a dirigentes associativos e a um conjunto de *stakeholders*). Estas etapas foram importantes para identificar um conjunto de riscos de gestão, relacionados com a integridade, transparência e com a democracia interna destas Associações.

Com este estudo foi possível concluir que níveis elevados de satisfação com a integridade, a transparência e com a democracia interna da AE/AA impactam positivamente o nível de confiança dos estudantes no trabalho destas estruturas. Também foi possível concluir que, dado o seu enquadramento, é difícil formular políticas públicas para lidar com estas questões, mas que podem ser implementadas um conjunto de medidas para fomentar melhores práticas, tendo por base princípios como a integridade, a transparência e a democraticidade.

Palavras-chave: associações de estudantes; ensino superior; integridade; transparência; democracia; riscos de gestão

Abstract

Over the last two decades, it has been possible to identify a set of news that warned us of the existence of a group of management risks in Higher Educations Students' Associations in Portugal. Although these risks are not specific and unique in the Portuguese reality, it's important for us to understand which risks threaten the management of these Students' Associations, how the academic community faces these questions, and which measures are best suited to manage and mitigate potential risks.

Specifically, we seek to understand how university students perceive these risks, and how these perceptions affect their own personal levels of trust on these structures. To this end, we built and applied a survey, which was constructed on a basis of documental analysis of relevant news and other documents and exploratory interviews with associative leaders and other stakeholders. These were important steps to identify a group of management risks regarding the integrity, transparency, and internal democracy of these Associations.

We conclude that high levels of satisfaction with integrity, transparency, and internal democracy of Students' Associations, positively impact student's level of confidence in the work of these structures. It was also possible to conclude that given the legal framework of these Associations, it is difficult to formulate public policies to deal with these issues. However, it is possible to implement a set of measures based on principles such as integrity, transparency, and democracy to foster better practices.

Keywords: students' association; higher education; integrity; transparency; democracy; management risks

Índice

Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract	vii
Índice	ix
Introdução.....	1
Pertinência do estudo	2
1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO.....	5
1.1. Revisão da literatura	5
1.2. Metodologia.....	8
1.2.1. Análise documental	8
1.2.2. Entrevistas exploratórias	8
1.2.3. Inquérito aos estudantes universitários.....	10
2. AS ASSOCIAÇÕES DE ESTUDANTES (AES) E ASSOCIAÇÕES ACADÉMICAS (AAS) DO ENSINO SUPERIOR, EM PORTUGAL.....	13
2.1. Breve história do movimento estudantil.....	13
2.2. Caracterização das AEs/AAs do Ensino Superior, em Portugal.....	15
2.2.1. Caracterização dos princípios que as definem.....	15
2.2.2. Caracterização das fontes de financiamento das AEs/AAs do Ensino Superior....	17
3. ANÁLISE DOCUMENTAL	19
3.1. O caso da Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico (AEIST)	19
3.2. O caso da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (AEFLUP)	20
3.3. O caso da Associação Académica de Coimbra (AAC)	21
3.4. O caso da Associação Académica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (AAFDUL).....	22
3.5. O caso da Associação de Estudantes do ISCSP (AEISCSP).....	23
3.6. O caso da Associação Académica de Lisboa (AAL)	23
3.7. Principais conclusões.....	24
4. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS EXPLORATÓRIAS	25
4.1. Principais riscos de gestão	26
4.2. Medição dos riscos.....	30
4.3. Medidas	33
4.4. Principais conclusões.....	39
5. O INQUÉRITO APLICADO AOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS.....	41
5.1. Integridade, transparência e democraticidade – <i>Do que se trata e como se relacionam?</i> 41	
5.1.1. Integridade	42
5.1.2. Transparência.....	43
5.1.3. Democraticidade.....	44

5.2. Hipóteses	45
5.3. Variáveis e plano de análise de dados.....	46
5.4. Análise dos resultados	49
5.4.1. Análise descritiva.....	49
5.4.2. Análise das regressões	56
5.5. Discussão dos resultados	60
Conclusões.....	63
Referências Bibliográficas	67
Fontes.....	69
Anexos	72
Anexo A. Evolução das etapas para o reconhecimento legal das AEs/AAs.....	72
Anexo B. Síntese dos principais resultados da análise documental	74
Anexo C. Guião Entrevista Dirigentes Associativos.....	74
Anexo D. Guião Entrevista <i>Stakeholders</i>.....	77
Anexo E. Universo de estudantes representados pelas AEs/AAs	80
Anexo F. Sistematização dos temas em análise (entrevistas).....	81
Anexo G. Grelha de Análise Entrevistas Dirigentes Associativos.....	82
Anexo H. Grelha de Análise Entrevistas <i>Stakeholders</i>	142
Anexo I. Inquérito aplicado aos estudantes universitários	152
Anexo J. Caracterização dos Inquiridos	154
Anexo K. Perceções sobre a integridade, a transparência e a democraticidade interna	184
Anexo L. Medição específica – Integridade	185
Anexo M. Medição específica –Transparência	190
Anexo N. Medição específica –Democraticidade Interna da AE/AA.....	196
Anexo O. Análise das regressões lineares.....	205
Anexo P. Parecer Comissão de Ética do ICS	223

Introdução

As Associações de Estudantes (AEs) e Associações Académicas (AAs) do Ensino Superior têm um relevo no contexto português que vai muito para lá da sua capacidade de representação dos estudantes universitários junto das instâncias de governo e das Instituições de Ensino Superior (IES). Fazendo parte da estrutura de governança do Ensino Superior, participando na vida académica, sendo consultados pelos órgãos de gestão das IES sobre um conjunto de matérias (Art.º 21.º, Lei n.º 57, de 7 de agosto de 2019) e tendo capacidade de influência em matéria legislativa sobre políticas do Ensino Superior (Art.º 20.º, Lei n.º 57, de 7 de agosto de 2019), estas Associações detêm de uma importância política clara. Para além disto, estas AEs/AAs têm um impacto direto na vida dos estudantes universitários que as integram, envolvendo-os na comunidade académica, em questões específicas relacionadas com o Ensino Superior, e no sistema político mais vasto (Klemenčič & Park., 2018).

Apesar da sua importância e do seu papel na sociedade portuguesa, nos últimos anos, as Associações de Estudantes do Ensino Superior têm enfrentado um conjunto de situações que fragilizaram a sua imagem e a sua gestão. Ao longo das últimas duas décadas, é possível indicar vários casos noticiados por um conjunto de falhas relacionadas com a gestão danosa de recursos (com implicações ao nível da integridade e transparência) (Santos, 2001; JFP, 2019; TVI, 2008; Horta, 2011; Observador, 2019) e, em menor medida, com a falta de democraticidade (Lusa, 2018; Marques, 2017) na sua gestão e no decorrer das suas atividades. A análise destes casos alerta para um conjunto de infrações graves, maioritariamente, na gestão financeira das AEs/AAs (desde dívidas a funcionários e fornecedores, indícios de desvio de fundos, dinheiros não justificados, a situações mais graves, como, por exemplo, a falência de uma Associação Académica ou a existência de “sacos azuis”), mas também para, por exemplo, casos de fraude eleitoral. Em última análise, estas notícias chamavam a atenção para um conjunto de riscos (de integridade, transparência e democraticidade) relacionados com a gestão destas Associações, para o qual não tem sido prestada a devida atenção (pela literatura, mas também pelas estruturas do Ensino Superior).

Embora este tipo de ocorrências não seja uma especificidade única do caso português, tendo situações semelhantes sido detetadas noutros contextos universitários (CBC News, 2018, 2020; CityNews, 2019), pouco se tem estudado sobre os riscos de gestão das Associações de Estudantes e Associações Académicas do Ensino Superior, em Portugal. Apesar de alguns autores (Diaz, De Leon, Vitug, & Linsangan, 2020; Schroer & Johnson, 2003) refletirem sobre a gestão destas organizações, nomeadamente, no que se refere aos riscos associados à sua gestão financeira, e sobre os vários constrangimentos e desafios que estas Associações enfrentam, nenhum reflete, em concreto, sobre um conjunto de riscos mais específicos relacionados com a integridade, a transparência e a democraticidade associados à gestão destas organizações, nem sobre o impacto que estes riscos têm na opinião dos estudantes universitários e na sua avaliação e confiança no trabalho e no desempenho das suas AEs/AAs.

Assim, ao longo desta dissertação, para além de procurarmos definir um conjunto de riscos de gestão que podem ameaçar as AEs/AAs do Ensino Superior, tentaremos compreender como estes riscos

afetam os níveis de confiança dos estudantes do Ensino Superior no trabalho da sua AE/AA. Os estudantes universitários são um dos mais importantes *stakeholders* a quem as Associações de Estudantes e Associações Académicas do Ensino Superior devem prestar contas regularmente. Assim, identificar não só os riscos que consideram ser mais recorrentes na gestão da sua AE/AA é importante, bem como a sua avaliação do desempenho destas estruturas na defesa do Ensino Superior e dos seus próprios interesses. Deste modo, foi formulada a seguinte questão de investigação: “*De que modo as perceções dos estudantes sobre os riscos de gestão existentes nas suas AEs/AAs têm impacto no seu nível de confiança no trabalho das suas AEs/AAs?*”.

Para responder a esta questão, será desenvolvido e aplicado um inquérito aos estudantes do Ensino Superior. Para construir este inquérito, foram importantes duas etapas metodológicas: (i) análise documental (de um conjunto de notícias e documentos relevantes, como relatórios de auditorias pelo Tribunal de Contas, entre outros), e (ii) realização de entrevistas exploratórias (aos dirigentes associativos e a um conjunto de *stakeholders*). Desta análise, será possível identificar um conjunto de riscos de gestão (em específico, relacionados com a integridade, a transparência e a democraticidade), que serão depois operacionalizados, e de outras questões relevantes que serão aplicadas no inquérito.

Para além de tentarmos compreender como é que a perceção dos riscos afeta o nível de confiança dos estudantes universitários, foram delineados um conjunto de objetivos, que irão orientar o trabalho de investigação:

- i. Realizar um diagnóstico preliminar do atual modelo de gestão das AEs/AAs do Ensino Superior, e sobre os principais riscos de gestão existentes;
- ii. Compreender como a comunidade académica (dirigentes e estudantes) encara estas questões;
- iii. Apontar algumas medidas para potenciar níveis mais elevados de integridade, transparência e democraticidade na gestão destas AEs/AAs, mitigando potenciais riscos existentes.

Pertinência do estudo

Tendo isto em conta, a pertinência deste estudo prende-se, por um lado, com a inexistência de estudos com o objetivo de olhar para as más práticas de gestão das AEs/AAs, sob o prisma da integridade, transparência e democraticidade, no contexto português, e, por outro, pela necessidade de definir respostas políticas para este problema.

Em qualquer organização, independentemente da sua natureza (pública ou privada), estudar a sua forma de gestão e a perceção da organização e dos *stakeholders* face aos riscos da sua atividade é relevante, mas no caso das AEs/AAs do Ensino Superior esta importância é inegável por dois motivos. Em primeiro lugar, pela sua importância na estrutura de governança do Ensino Superior, sendo interlocutores diretos dos estudantes, ao participarem na vida académica, e sendo consultados pelos órgãos de gestão das Instituições de Ensino sobre um conjunto de matérias (Art.º 21.º Lei n.º 57, de 7 de agosto de 2019).

Em segundo lugar, porque, apesar da sua importância política, estas Associações podem ser caracterizadas como organizações sem fins lucrativos, inseridas em Instituições de Ensino Superior (umas públicas, outras privadas), com cariz de interesse público e com a sua atividade dirigida para um grupo específico da sociedade (os estudantes universitários). Assim, para prosseguirem a sua missão e os seus objetivos, estas AEs/AAs devem dispor de um conjunto de fontes de financiamento. Estas fontes de financiamento podem ser constituídas, por exemplo, pelas quotas dos seus associados, pelas receitas advindas do estabelecimento de contratos de parcerias e protocolos, pela gestão de espaços e serviços, pela receita dos eventos realizados, ou por um conjunto de apoios cedidos pelas suas IES ou pelo Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ).

Se num primeiro momento, de acordo com a análise de um conjunto de notícias, foi o facto de estas Associações puderem receber financiamento público que motivou esta investigação, a verdade é que as AEs/AAs desenvolvem várias iniciativas de angariação de fundos, de grande dimensão e com um enorme impacto na comunidade académica (mobilizando avultados recursos e uma panóplia de patrocinadores, públicos e privados), que aparentam estar a ser insuficientemente escrutinadas. Os casos que serão apresentados mais à frente evidenciam uma série de riscos associados à gestão destas organizações, cuja gravidade e frequência deveriam suscitar uma maior preocupação das autoridades quer em relação à proveniência dos fundos, quer em relação ao seu destino e correta aplicação.

Para além da fraude financeira apresentar-se como o risco mais comum numa organização sem fins lucrativos (Missionbox, 2019), estas organizações podem não fazer o julgamento mais acertado sobre os seus investimentos. Esta má gestão, mesmo que não seja fraudulenta, tem implicações graves, nomeadamente, na imagem da organização/associação em causa. Daí existir um apelo para o reforço da integridade e da transparência (nomeadamente, através da necessidade de todas as despesas serem demonstradas e justificadas da melhor forma para os seus beneficiários e partes interessadas, os *stakeholders*). Por forma a diminuir a prevalência destes riscos, poderão ser adotados um conjunto de medidas, nomeadamente, a implementação de controlos internos, a aplicação de um sistema de *compliance*, a sensibilização dos líderes associativos para o tema, e a implementação de políticas ou procedimentos internos para lidar com situações de maior risco (Missionbox, 2019).

Por último, este estudo é relevante não só para clarificar os padrões éticos de gestão das AEs/AAs, mas também para auscultar os estudantes universitários sobre um conjunto de práticas que podem ter impactos na gestão financeira das suas estruturas representativas. A predisposição destes estudantes ao avaliar os riscos existentes na gestão de uma AE/AA pode, nomeadamente, ter impacto no futuro destes jovens. Assim, este estudo exploratório pode ser visto como um “laboratório” para avaliar e compreender o comportamento atual de decisão e gestão dos estudantes universitários, que pode perdurar para o seu futuro e ter impactos na sua vida pessoal e profissional futura (se os estudantes do Ensino Superior adotarem uma postura passiva face a comportamentos disruptivos e ilegais que afetam a boa gestão, é possível especular sobre a prevalência de atitudes semelhantes na sua vida profissional futura – que, em última análise, poderá implicar o aumento de práticas corruptas).

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO

1.1. Revisão da literatura

Apesar do conhecimento da existência de algumas notícias¹ que alertam para um conjunto de riscos relacionados com a gestão destas Associações, importa verificar como é que esta questão tem sido abordada pela literatura académica. Desta análise é possível indicar um conjunto de estudos que problematizam sobre as AEs/AAs do Ensino Superior, de um modo geral, e sobre um conjunto de questões mais específicas, sobre a evolução do movimento associativo, e, por último, sobre os desafios na gestão e nas atividades destas organizações.

Assim, é possível encontrar literatura que se foca num conjunto de questões abrangentes relacionadas com as Associações de Estudantes do Ensino Superior, sendo possível indicar um conjunto de autores que refletem sobre, por exemplo, questões específicas relacionadas com os problemas atuais destas Associações, nomeadamente, as características daqueles que assumem papéis de liderança nas AEs/AAs do Ensino Superior (Rivers, et al., 2018; Brooks, Byford, & Sela, 2015), e sobre o processo de mudança em curso nestas organizações (em parte devido a pressões consumistas e ‘neoliberais’) (Brooks, 2021) (Guan, et al., 2015) (Raaper, 2020).

Identificaram-se também alguns estudos que refletem sobre a evolução e a história deste tipo de Associações nos seus países, como por exemplo no Canadá (Zinni, et al., 2005) ou no Reino Unido (a título de exemplo: Brooks, Byford, & Sela (2015), Schorah (2020), Day & Dickinson, 2018), sendo, pontualmente, possível encontrar investigações que refletem sobre a participação dos estudantes nas IES, em Portugal, e a sua participação nas estruturas de governança universitária (Cardoso & Santos, 2011), sobre a avaliação da aplicação de indicadores de desempenho para medir a qualidade da prestação das AEs (Rodgers, 2008), e a integridade nas organizações de assuntos estudantis (Baird, 2011).

Destes estudos, destaca-se o estudo de Baird (2011) que discute sobre a complexidade de aplicar o conceito de integridade ao nível organizacional, em específico no âmbito das organizações de assuntos estudantis. Para o autor, ser íntegro implica agir de uma forma que reflita exatamente um conjunto de características pessoais, agindo com motivos e de acordo com compromissos estabelecidos (Baird, 2011). No entanto, ao nível organizacional, a discussão sobre a integridade implica debates sérios sobre os valores essenciais da unidade e da própria instituição (Baird, 2011). Segundo Baird (2011), de acordo com Braxton, Hirschy & McClendon (2004), a integridade institucional pode ser, por exemplo, medida pela forma como a Faculdade ou a Universidade é fiel à sua missão e aos seus objetivos (Baird, 2011) – podendo o mesmo ser aplicado às AEs/AAs do Ensino Superior. Para o caso específico destas organizações que defendem os estudantes universitários, pode ser mais difícil manter a sua integridade organizacional, porque o processo de mudança das IES pode resultar na criação de conflitos com os objetivos tradicionais dos assuntos estudantis, não sendo possível para o autor indicar quais as

¹ Que serão apresentadas mais à frente, no Capítulo 3.

consequências em concreto desta mudança (Baird, 2011). Neste sentido, Baird (2011) propõe às Associações de Estudantes que estas, para reforçarem o seu nível de integridade, criem ou apliquem códigos de conduta (à semelhança do que já acontece para as IES), sendo também uma abordagem útil a criação de “culturas de integridade”. Estes procedimentos, em última análise, têm impacto na própria organização e na sua gestão, mas também nos estudantes universitários porque os preparam para o seu futuro (Baird, 2011).

Por outro lado, foi possível identificar um importante conjunto de literatura que reflete sobre os principais riscos inerentes à gestão financeira destas Associações e dos seus programas de atividades (Diaz, et al., 2020). Neste sentido, Diaz et al. (2020) descobrem a existência de problemas com as práticas financeiras destas organizações estudantis, onde se inclui a falta de um sistema de controlo interno adequado e a inexistência de registos financeiros de mandatos anteriores. Os autores referem que estas associações ou organizações estudantis também preparam, à semelhança das IES, os estudantes para se tornarem futuros profissionais, para além de protegerem o dinheiro e os interesses dos estudantes e garantir que este mesmo dinheiro seja usado para atingir o seu verdadeiro propósito (Diaz, et al., 2020). Um aspeto relevante que os autores apontam é a existência de um conjunto de evidências que sugerem que os estudantes universitários podem não ter um elevado nível de literacia financeira (fator que depois poderá, porventura, ter impacto em processos contabilísticos e financeiros inerentes à atividade e orgânica das AEs/AAs, nomeadamente, a criação de um orçamento, a sua fiscalização e a apresentação de documentos comprovativos dos gastos realizados).

Os autores defendem que a realização de orçamentos e depois a sua fiscalização são procedimentos que ajudam a organização ou associação estudantil a reconhecer quais os gastos necessários e desnecessários, e a responder rapidamente a possíveis mudanças na situação financeira. Neste processo, o papel do tesoureiro é reconhecido, bem como o do contabilista (vital para o sucesso da gestão e no reconhecimento de erros ou falhas na mesma) (Diaz, et al., 2020). Para além disto, a existência de comprovativos das transações efetuadas é extremamente importante. Neste estudo, nas entrevistas e inquéritos aplicados a líderes estudantis e a conselheiros das organizações estudantis (políticas e não políticas), a maioria respondeu que as suas organizações não utilizavam documentação comprovativa das transações decorrentes das suas atividades. Assim, os investigadores recomendam a realização de ações de formação que incidam sobre a gestão das finanças destas organizações, sendo que, na mesma linha, deverá ser implementado um documento (ou manual) interno com a delineação do funcionamento do sistema financeiro e do controlo interno destas organizações. Os funcionários da organização, conselheiros (onde se pode incluir o Conselho Fiscal) e tesoureiros devem ser responsáveis pela apresentação das demonstrações financeiras preparadas e auditadas pela organização internamente. Os balanços financeiros auditados devem ser públicos, promovendo a transparência (Diaz, et al., 2020).

Na mesma linha, Schroer & Johnson (2003) apontam para os vários constrangimentos e desafios financeiros que as Associações de Estudantes e os seus programas de atividades enfrentam. As Associações de Estudantes do Ensino Superior, embora partilhem objetivos e filosofias comuns, variam

muito entre si, tanto nas instalações como nos seus programas e atividades (Schroer & Johnson, 2003). Assim sendo, cada instituição é confrontada com questões de financiamento únicas com base numa variedade de circunstâncias (seja pela sua localização, pela missão da Instituição, pelo número de estudantes que representam, entre outras), podendo, portanto, existir tantas questões relacionadas com o seu financiamento e com as suas atividades como existem para as IES que as acolhem (Schroer & Johnson, 2003). Se no passado as quotas dos membros financiavam várias Associações e as suas atividades, hoje em dia muitas obtêm uma parte substancial do seu financiamento a partir de uma combinação de recursos. Para além das verbas atribuídas pela IES, os autores apontam que muitas AEs recebem rendimentos adicionais pela existência de parcerias e patrocínios empresariais e, por exemplo, pela receita dos serviços auxiliares que contêm (como bares, restaurantes, livrarias, reprografias, etc.). Neste sentido, os autores identificam um conjunto de três desafios financeiros que as Associações de Estudantes enfrentam atualmente. Estes desafios podem estar relacionados com a manutenção das suas instalações, com a gestão das receitas de serviços auxiliares (que podem ser fornecidos internamente ou externalizados) e com os custos com pessoal (Schroer & Johnson, 2003).

Por outro lado, ainda que não diretamente relacionado com o tema em análise nesta dissertação, é possível identificar um conjunto de literatura que, não se focando especificamente nas AEs/AAs, estuda a prevalência de práticas de corrupção no Ensino Superior e nas IES (Chapman & Lidner, 2014; Denisova-Schmidt, 2018; Denisova-Schmidt et al., 2016), existindo também estudos que procuram averiguar a perceção dos estudantes sobre estas mesmas práticas (Julián & Bonavia, 2022). De acordo com o constado por Julián & Bonavia (2022), as práticas de corrupção nas Universidades são especialmente prejudiciais não só porque afetam a prestação de serviços aos estudantes, mas também porque contribuem para o aumento de más práticas no seu local de trabalho quando estes mesmos estudantes entram para o mercado de trabalho (de acordo com a pesquisa de Ochulor, 2011). Assim, poderemos especular sobre o impacto que estas práticas têm nas estruturas que operam dentro das Universidades, nas quais se insere as AEs/AAs do Ensino Superior.

Tendo em conta tudo isto, a literatura de referência sugere um conjunto de constrangimentos e desafios que têm impacto na gestão destas Associações (em específico, no resultado económico-financeiro), mas que também alertam para questões relacionadas com a integridade e a transparência no processo de gestão, o seu impacto no futuro dos estudantes do Ensino Superior, a pertinência da fiscalização e da adoção de mecanismos internos para promover maiores níveis de integridade. Não obstante a importância e pertinência desta literatura, não foi possível encontrar estudos que sugerissem uma relação entre o maior ou menor grau de integridade, transparência e democraticidade interna das AEs/AAs e a qualidade da sua gestão económico-financeira, que poderá, em última instância, afetar a legitimidade depositada pelos estudantes universitários na estrutura que os representa e os seus níveis de confiança no trabalho das mesmas.

1.2. Metodologia

Para responder à pergunta de partida e aos objetivos de pesquisa apresentados anteriormente, foram adotadas duas metodologias de investigação – uma qualitativa e outra quantitativa. Antes de passarmos para a coleta dos dados empíricos, houve um trabalho de análise de um conjunto de documentos, como notícias, documentos institucionais e relatórios de auditoria, que serviram de base para a problematização desta investigação, e que levaram à realização de um conjunto de entrevistas exploratórias. Com os resultados desta análise, partiu-se depois para a construção e aplicação de um inquérito aos estudantes universitários para compreender como a sua perceção face a um conjunto de riscos de gestão tem impacto nos seus níveis de confiança no trabalho destas organizações.

1.2.1. Análise documental

Numa primeira etapa, a análise de peças jornalísticas já existentes foi fulcral para compreender quais os principais riscos de gestão existentes nos casos noticiados. Para além de contextualizar o problema, esta análise serviu para mapear as práticas detetadas e do conhecimento da opinião pública. Por outro lado, para além das peças jornalísticas existentes, foi importante complementar esta análise com um conjunto de outros documentos, nomeadamente, relatórios, como relatórios de auditoria realizados pelo Tribunal de Contas, mas também Atas das Assembleias Gerais de Alunos em alguns casos, e análise de outros documentos institucionais disponíveis.

Esta é uma etapa metodológica importante nesta dissertação porque informa e influencia os restantes passos de investigação. Assim, a análise destes documentos servirá de base para a construção de um guião semiestruturado a aplicar, em entrevistas exploratórias, numa fase posterior, a dirigentes associativos e a *stakeholders*, bem como servirá para informar as questões a colocar aos estudantes universitários, no processo de criação de um questionário.

1.2.2. Entrevistas exploratórias

Após a análise do conteúdo das notícias e de outros documentos relevantes, foi necessário proceder à realização de entrevistas com um conjunto de atores-chave, para perceber, efetivamente, qual o entendimento existente sobre os principais riscos que ameaçam a gestão das AEs/AAs do Ensino Superior, em Portugal. Assim, a realização de entrevistas exploratórias pareceu a metodologia indicada para completar a informação já existente, fornecendo uma abordagem compreensiva/interpretativa deste fenómeno multifacetado. Apesar da existência de um conjunto de notícias que alertavam já para o problema, tornou-se necessário ouvir um conjunto de atores relevantes na discussão destas matérias. No final, estas entrevistas, em conjunto com a análise documental, serviram para informar a seguinte etapa metodológica – o inquérito aos estudantes universitários – e para definir e operacionalizar um conjunto de riscos de gestão relacionado com as AEs/AAs.

Estas entrevistas procuraram, num primeiro momento, auscultar um conjunto de dirigentes associativos sobre não só os casos reportados pela comunicação social, como também sobre o seu entendimento face às práticas de gestão (internas e externas) das Associações Académicas e Associações

de Estudantes e sobre os (maus) exemplos passados. Para tal, uma primeira questão foi colocada “*Quais são os principais riscos associados à gestão de uma AE/AA do Ensino Superior?*”, ao que os entrevistados responderam dando ênfase aos aspetos que achavam ser, no modelo de gestão atual das AEs/AAs, os mais prioritários. Tentou-se priorizar a discussão da importância de um conjunto de indicadores (de acordo com a análise documental) na gestão das AEs/AAs, tendo também sido discutida a gestão das fontes de financiamento e a relação de prestação de contas existente com os demais parceiros e financiadores, a fiscalização destas e indicadas possíveis medidas a tomar para promover melhores práticas de gestão nas AEs/AAs do Ensino Superior, em Portugal.

Ao todo, foram realizadas oito entrevistas exploratórias, entre fevereiro e maio de 2022, por via Zoom e de modo presencial. As entrevistas a dirigentes associativos foram dirigidas somente a dirigentes de AEs/AAs de Universidades situadas na região da grande Lisboa, tendo por base algum contacto prévio já existente. Por outro lado, tentou-se dar voz e priorizar as Associações reportadas pela comunicação social, uma vez que era verdadeiramente importante ter testemunho dos casos já conhecidos e da sua situação atual. Deste modo, foram entrevistadas as seguintes AEs/AAs: AEISCTE, AEIST, AEISCSP, AEISEG, AEISTEC, AAFDUL. Também se tentou estabelecer contacto com a AAC e com a AEFLUP, mas não foi obtida qualquer resposta.

Não obstante a dimensão da AE/AA não ter sido um critério relevante para a escolha dos entrevistados, importa mencionar que das AEs/AAs entrevistadas apenas uma representava menos de mil alunos e estava inserida numa IES de natureza politécnica (Anexo E.). As restantes representavam um número superior de alunos, e estavam inseridas em Instituições de Ensino Superior públicas.

As entrevistas procuram auscultar a opinião e perceção dos entrevistados sobre os temas em análise, mas importa ressaltar que muitas das opiniões fornecidas refletiram pontos de vista ou experiências pessoais vividas no meio académico e associativo, não representando a posição da Associação a que estavam/estão vinculados. Este constrangimento não alterou a importância da realização destas entrevistas, uma vez que serviram de reflexão sobre os problemas e constrangimentos existentes, e vão para lá da “micro” realidade da Associação em causa, apresentando pontos de vista mais abrangentes sobre o movimento associativo, nomeadamente sobre as suas práticas de gestão em geral. De nenhuma forma, será possível criar uma tipologia comparativa, uma vez que temos um número bastante reduzido de casos, não sendo possível admitir que as realidades estudadas sejam um exemplo do que acontece na generalidade das Associações de Estudantes ou Associações Académicas do Ensino Superior, em Portugal, apenas servindo para obter um primeiro retrato sobre a perceção do problema, a importância dada a um conjunto de valores nos modelos de gestão e a adoção de um conjunto de medidas para potenciar melhores práticas no meio associativo.

Por outro lado, a análise documental apontou para a necessidade da realização de entrevistas exploratórias, nomeadamente, pela existência de um Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas ao

dinheiro atribuído a um conjunto de Associações Juvenis, no ano de 2005². Dado que, até ao momento, nenhum outro documento deste nível foi elaborado novamente, revelou-se importante falar com a entidade fiscalizadora competente – o Tribunal de Contas (TC) – e com a entidade administrativa independente que funciona junto do Tribunal de Contas, com atividade orientada para a prevenção da corrupção e infrações conexas – o Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC).

Apesar de não serem dois organismos próximos do funcionamento das AEs/AAs do Ensino Superior, são organismos com competências para, no caso do Tribunal de Contas, averiguar a eficaz aplicação de dinheiros públicos e, no caso do Conselho de Prevenção da Corrupção, auxiliar entidades públicas na adoção de medidas internas para a prevenção da corrupção (nomeadamente, junto de Instituições de Ensino Superior Públicas). O contacto com estes entrevistados estabeleceu-se através de contactos prévios e privilegiados, que facilitaram e agilizaram a realização destas entrevistas.

Todas as entrevistas exploratórias foram semiestruturadas e realizadas com recurso a um guião (Anexo C., para os dirigentes associativos, e Anexo D., para os *stakeholders*), que previa um conjunto de temas chave que determinaram o rumo da entrevista. Para além do guião das entrevistas, foram também utilizadas vinhetas (das notícias analisadas) para estimular e focar a conversa num determinado aspeto da gestão das AEs/AAs. Antes de cada entrevista, foi pedido consentimento aos entrevistados para que se procedesse à gravação das mesmas, tendo sido garantido o anonimato de todos os entrevistados. As entrevistas foram posteriormente transcritas e analisadas³. A análise das entrevistas foi feita com recurso a uma grelha de análise (Anexo F.), tendo a construção desta grelha de análise tido, num primeiro momento, por base a análise documental e tendo sido influenciada pelo decurso da realização destas entrevistas e pela importância dada pelos entrevistados aos temas em análise. O recurso a grelhas de análise serviu para identificar as principais dimensões elaboradas e coincidentes no discurso dos entrevistados, permitindo comparar mais facilmente as opiniões fornecidas. A análise de conteúdo consistiu numa análise temática, de carácter descritivo. Para esta análise, procurou-se organizar a informação (o discurso dos entrevistados) segundo temas (dimensões de análise). Para tal, tentou-se olhar para cada tema separadamente, verificando o tratamento que foi dado a esse tema por cada um dos entrevistados, depois comparados.

No final, estas entrevistas ajudaram a consolidar a informação já existente, a estabelecer o quadro teórico, depois aplicado nos inquéritos aos estudantes, e na criação de um conjunto de hipóteses iniciais e exploratórias a testar na fase metodológica posterior.

1.2.3. Inquérito aos estudantes universitários

Após a revisão da literatura, a análise documental e a realização de um conjunto de entrevistas procederam-se ao desenho e desenvolvimento de um questionário a aplicar aos estudantes universitários.

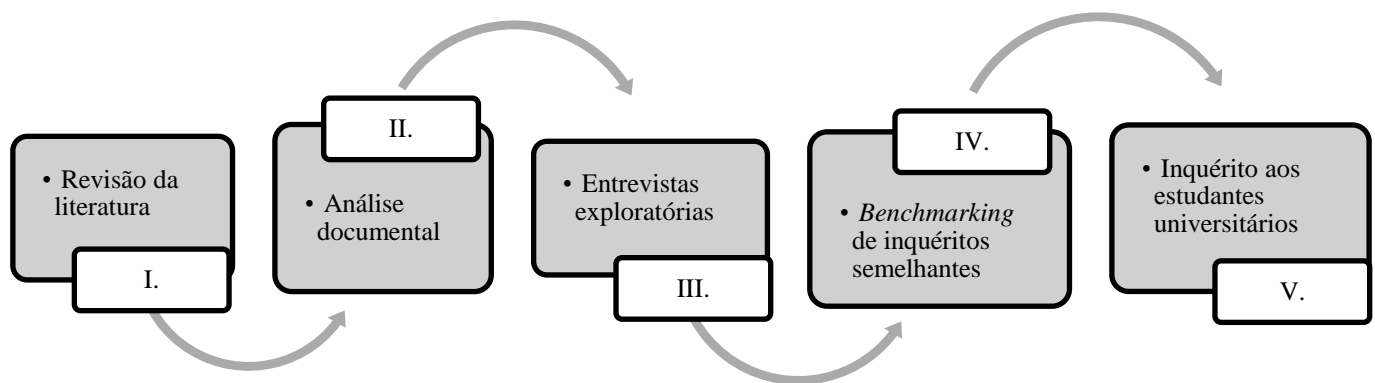
² Que será analisado mais à frente no Capítulo 3.

³ No Anexo G. e H. estão apresentados trechos das entrevistas, de acordo com o tema em análise. Para preservar o anonimato dos entrevistados, não foram colocadas em anexo as transcrições completas. Para aceder a estes dados, pede-se que se contacte a mestranda.

Os estudantes do Ensino Superior fazem parte de um conjunto de partes interessadas a quem as AEs/AAs devem responder. Todavia, apesar da importância e relevância das percepções dos restantes *stakeholders* sobre a medição de um conjunto de princípios na gestão destas Associações, são os estudantes universitários os atores mais relevantes pela sua iminente relação com estas estruturas – são eles quem elegem as suas Associações, são para eles que os dirigentes devem trabalhar, são os próprios que as compõe, e, em última análise, são os estudantes universitários que podem ditar o funcionamento deste tipo de estruturas. Neste sentido, para compreender as suas percepções e responder à questão de investigação e aos objetivos de pesquisa, foi necessário construir e aplicar um inquérito, para compreender as percepções deste importante *stakeholder*.

Dada a inexistência de estudos semelhantes, foi concebido um inquérito ambicioso (Anexo I.), inspirado por outros inquéritos aplicados em temáticas de estudo semelhante, nomeadamente, inquéritos aplicados juntos de partidos políticos para aferir temas como o índice de democraticidade interna destas organizações (Rahat & Shapira, 2017), e outros inquéritos aplicados na área da ética, integridade política e corrupção⁴. Este inquérito foi também inspirado e influenciado pela análise documental, por outros estudos sobre a caracterização de tipos de violações de integridade (Huberts, 2018) e pelo resultado das entrevistas. A Figura 1. em baixo consolida as etapas e a estratégia implícita no processo de construção deste inquérito.

Figura 1. Estratégia de Conceção do Inquérito: Um processo de cinco etapas



No Anexo I., estão descritas as questões colocadas aos inquiridos, as respetivas dimensões de análise, as suas escalas de medida e as fontes que inspiraram a formulação das questões. Sendo o principal objetivo deste inquérito compreender como é que a percepção dos inquiridos e o seu nível de confiança no trabalho da sua AE/AA é influenciado por um conjunto de riscos de gestão, este inquérito procurou também captar um conjunto de outras percepções. Em específico, o inquérito construído procurou (i) compreender o que os estudantes universitários pensam, em específico, sobre um conjunto de riscos e a

⁴ Gentilmente, foram cedidos os inquéritos aplicados nos projetos de investigação “Ética e integridade na política: Percepções, controle e impacto” (coordenado pelo investigador Luís de Sousa) e “EPOCA: Corrupção e crise económica, uma combinação perigosa: Compreender as interações processo-resultado na explicação do apoio à democracia” (coordenado pelos investigadores Luís de Sousa e Pedro Magalhães).

frequência de um conjunto de práticas, (ii) saber qual o seu nível de satisfação com o desempenho da sua AE/AA, e (iii) entender qual a importância atribuída a um conjunto de medidas a adotar para promover melhores práticas de gestão. Para além disto, este inquérito permitiu também captar um conjunto de outras perceções, nomeadamente, aquelas sobre a importância dada pelos estudantes a estas estruturas, sobre a identificação de possíveis implicações de más práticas de gestão no meio associativo, ao mesmo tempo que se procurou verificar o conhecimento dos inquiridos sobre situações graves (desonestas ou ilegais) na gestão destas organizações.

Este inquérito foi divulgado por dois meios: pelas redes sociais (através do Facebook e LinkedIn), e pelo e-mail institucional do Iscte. Por forma a incentivar a participação dos estudantes, foi sorteado um voucher de 50€ a um dos inquiridos que participou no sorteio. Para tal, foi requerido o e-mail dos participantes de modo a, posteriormente, ser possível contactar o vencedor. Este e-mail foi utilizado apenas para esse efeito e foi tratado separadamente das respostas ao questionário, assegurando desta forma o anonimato. Após a realização do sorteio, os e-mails foram eliminados e nunca constaram da base de dados. O inquérito foi divulgado entre junho e outubro de 2022. Antes da sua divulgação, este inquérito foi analisado pela Comissão de Ética do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa⁵.

Em 2022, encontram-se matriculados no Ensino Superior 433.217 indivíduos (PORDATA, 2022). Pelo método de divulgação do inquérito, a amostra não será representativa do universo dos estudantes matriculados no Ensino Superior, não sendo possível apresentar conclusões passíveis de serem inferidas para a população. Assim, cada estudante decidiu responder de acordo com a sua predisposição face ao anúncio do inquérito. Assumindo a existência de constrangimentos à participação no estudo (seja pelo tema, pela escassez do tempo, ou pelo baixo nível de participação neste tipo de estudos), admitiu-se que a amostra fosse mais reduzida (entre 100-150 respostas), ambicionando o máximo de respostas possíveis (desejavelmente, superior a 200 respostas). O inquérito foi aplicado a qualquer estudante, de qualquer Instituição de Ensino Superior e de qualquer ciclo de estudo. Esperava-se que pela divulgação deste inquérito pelas redes sociais se capturasse estudantes de qualquer parte do país. No entanto, admite-se que pela forma de divulgação do inquérito, e pelo efeito *bola de neve* que pode suceder, as respostas estarão mais circunscritas à região de Lisboa, e em especial ao Iscte.

⁵ Uma vez que o estudo foi estabelecido em parceria com o Projeto EPOCA, desenvolvido nesta Instituição de Ensino, verificou-se como uma mais-valia a avaliação prévia deste inquérito, pela Comissão de Ética do ICS, nomeadamente, em matéria de proteção de dados pessoais dos inquiridos. O parecer desta Comissão encontra-se no Anexo P.

2. AS ASSOCIAÇÕES DE ESTUDANTES (AES) E ASSOCIAÇÕES ACADÉMICAS (AAS) DO ENSINO SUPERIOR, EM PORTUGAL

2.1. Breve história do movimento estudantil

Para compreender as AEs/AAs do Ensino Superior, em Portugal, e os riscos da sua gestão, importa revisitar a sua história até aos dias mais recentes. Compreender esta evolução histórica serve também para discutir a realidade que estas Associações enfrentam nos dias de hoje, nomeadamente, no que se refere à sua gestão interna (das suas atividades, das suas reivindicações e até das suas fontes de financiamento).

De acordo com Fernandes (2007), estas Associações distinguem-se das demais associações juvenis pelo seu propósito de intervenção e ação política, que não foi assumida do mesmo modo por outras, que dedicaram a sua esfera de ação a outros âmbitos, deixando assim às AEs/AAs uma esfera de intervenção mais politizada (Fernandes, 2007).

O associativismo dos estudantes no Ensino Superior começou com a fundação da Associação Académica de Coimbra, em 1887 (Associação Académica de Coimbra, 2017), começando a existir maiores constrangimentos à sua existência com o início da ditadura militar, em 1926, com a liberdade de associação a ser cada vez mais limitada, e a passarem a existir cada vez mais obstáculos à criação destas Associações (Dias, 2018). É de particular relevo a análise da década de 1960, marcante para a definição do movimento estudantil, através de sucessivas crises académicas despoletadas pelo ativismo estudantil e pela sua polarização. Apesar de terem sido vários os episódios de contestação estudantil, há dois que se destacam: em 1962, em Lisboa, e, em 1969, em Coimbra (Ferreira, 2021).

Durante este período, os objetivos do movimento associativo estudantil assentavam, principalmente, nas seguintes ambições: combater por uma legislação que permitisse a democratização dos órgãos das AA/AEs; defender a autonomia universitária institucional e a autonomia do ensino e da investigação, contra o poder político autoritário; e democratizar o ensino no país e o acesso à Universidade (Ferreira, 2012). Em grande medida, o método de ação para lutar por estes objetivos, segundo Ferreira (2012), passou pela tomada de decisões assente numa ligação entre direções eleitas das AA/AEs e os estudantes, através das reuniões em Assembleias Gerais ou em Plenários Universitários (Ferreira, 2012). Ao longo da década de 1960, várias Associações de Estudantes foram dissolvidas a decreto do Governo (PCP, 2007) e os principais líderes do movimento estudantil presos (o que desencadeou novos protestos, greves e confrontos). Deste modo, vários investigadores consideram este período como um marco de relevo e um ponto de viragem para o movimento estudantil, desenvolvendo a consciência política destes estudantes, através do aprofundamento do antagonismo entre os estudantes e o regime, opondo a Universidade à ditadura. Nesta altura, a luta fazia-se pela liberdade individual e coletiva, por uma atitude crítica face ao conflito colonial, ao mesmo tempo que se apelava à democratização do Ensino Superior em Portugal (Ferreira J. M., 2012; Ferreira M. I., 2021).

A crise de 1969 acabou por ser a mais marcante dos conflitos decorrentes na década de 1960, levando o Governo a decretar o encerramento da Universidade de Coimbra e a aumentar a repressão, conduzindo a algumas detenções (Ferreira, 2021). Esta luta continuou até 1974, com o fim da ditadura, onde foi possível restabelecer direitos e liberdades associativas (Dias, 2018).

Com o fim da ditadura, o movimento associativo dos estudantes do Ensino Superior teve de se reformar, tendo as lutas e reivindicações se alterado. Em grande medida, segundo Oliveira (2013), no pós-25 de abril de 1974, as AEs/AAs do Ensino Superior continuaram preocupadas com a luta pelas melhores condições de vida dos estudantes universitários, através da reivindicação de melhorias nos transportes, na habitação, na alimentação, nas bolsas de estudo e no acesso a outros serviços. Apoiaram também a sua intervenção na luta pela autonomia das Universidades e das Associações, apelando à participação dos estudantes nas estruturas de governo universitárias, e à urgência de aproximar a Universidade às necessidades do país, pensando numa reforma do ensino (Oliveira, 2013).

No entanto, na década de 1990, a grande batalha ficou marcada pela luta contra a propina e, posteriormente, o combate ao aumento das propinas (Dias, 2018). Ana Drago (2004) considera que a questão das propinas foi um detonador do movimento estudantil, nesta década, mas não a sua causa – isto é, existia todo um conjunto de outras questões que vinham a causar mal-estar e descontentamento entre estudantes (Ferreira M. I., 2021; Drago, 2004). Na origem deste descontentamento estava a transformação do mercado de trabalho, o aumento da competitividade entre diplomados, o desfasamento entre a vocação e a área de estudos frequentada, e a desilusão com as condições das Instituições de Ensino Superior (IES).

Nesta altura, existem também outros dois momentos de luta e reivindicação particularmente marcantes para este movimento: a contestação à Prova Geral de Acesso (PGA) e a Lei das Propinas de 1992 (Ferreira M. I., 2021; Drago, 2004). Entre 1991 e 1992, surge contestação por parte dos estudantes do secundário contra a Prova Geral de Acesso, assente na aparente falta de democratização do acesso ao Ensino Superior e a perceção negativa para com as políticas educativas (principalmente em matéria de financiamento e incapacidade de resposta da rede pública face ao aumento da procura por graus académicos). Para além disto, em 1992, surge a lei responsável pelo aumento das propinas que levou a vários protestos, confrontos e greves dos estudantes do Ensino Superior (Ferreira M. I., 2021; Drago, 2004).

De acordo com Drago (2004) e Ferreira (2021), com a passagem para o século XXI, a mobilização e o ativismo dos estudantes do Ensino Superior perdeu alguma visibilidade, quando comparado com a década anterior, passando a sua ação a ser mais esporádica e pontual. Os principais momentos de contestação foram: o aumento das propinas, em 2003, e a lei de financiamento do Ensino Superior; o

processo de Bolonha, iniciado logo após a assinatura do acordo da Declaração de Bolonha, em 1999; e os protestos anti-austeridade⁶.

Atualmente, a sociedade influencia o movimento estudantil e as suas reivindicações. Um dos instrumentos amplamente utilizados para articular as batalhas dos estudantes são os Encontros Nacionais de Direções Associativas (ENDAs), onde as organizações representativas dos estudantes discutem questões relevantes para os alunos do Ensino Superior, como, por exemplo, o financiamento das IES, a atribuição de bolsas de estudo, ou o valor (e/ou aumento) das propinas (Dias, 2018).

Em suma, a transformação da sociedade portuguesa e do seu sistema político levou as AEs/AAs do Ensino Superior a alterar as suas reivindicações, a sua forma de luta e, em última instância, a sua gestão interna. A evolução de uma Associação com fins estritamente políticos, como era até ao 25 de abril de 1974, para uma organização que serve cada vez mais os estudantes universitários, levou de certo modo as AEs/AAs a focarem-se mais na prestação de serviços aos seus consumidores, na sua vertente empresarial, e, tendencialmente, menos nas lutas associativas. Apesar disto, algumas Associações de Estudantes do Ensino Superior pedem a revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), apelam a uma maior democratização nas estruturas das IES, ao mesmo tempo que mantêm as “velhas” lutas (a luta contra a propina e contra o aumento das propinas, reforçando a luta pela ação social e pela atribuição de mais bolsas de estudo e por uma resposta digna das residências universitárias).

2.2. Caracterização das AEs/AAs do Ensino Superior, em Portugal

2.2.1. Caracterização dos princípios que as definem

Para além do contexto e evolução histórica, o enquadramento legal destas Associações é também relevante para compreender de que modo, por exemplo, as questões relacionadas com a integridade, a transparência e a democraticidade na gestão das AEs/AAs se encontram debatidas na Lei, em Portugal.

Pela primeira vez, em 1987, com a Lei n.º 33/87, de 11 de julho, procurou-se regular o exercício do direito das Associações de Estudantes, estabelecendo as etapas para a aquisição da sua personalidade jurídica, como principais locutores da defesa dos interesses da vida escolar, dos estudantes e da sociedade (Lei n.º 33/87, de 11 de julho). Estas etapas para a aquisição de personalidade jurídica mantêm-se até aos dias de hoje (como é visível na Lei n.º 57/2019, de 7 de agosto de 2019)⁷. Para além do reconhecimento da sua personalidade jurídica, foram definidos, em 1987, um conjunto de princípios pelas quais estas Associações se devem reger. A Lei definia a sua total independência do Estado, de partidos políticos e de outras organizações, regendo-se por princípios como os da independência e democraticidade (Lei n.º 33/87, de 11 de julho).

⁶ Na realidade, o posterior movimento “Geração à Rasca” inspira-se na expressão “geração rasca” utilizada por um jornalista ao descrever os jovens contestatários das Provas Gerais de Acesso. Assim, este movimento apoia-se numa memória coletiva, onde aqueles que lutavam pelas Provas Gerais de Acesso, lutavam agora contra a precariedade e as medidas de austeridade (Ferreira, 2021; Drago, 2004).

⁷ Consultar Anexo A.

Posteriormente, com a Lei n.º 6/2002, de 23 de janeiro, na definição do estatuto das associações juvenis e de grupos de jovens, era definida mais uma vez a necessidade de estas Associações serem independentes e autónomas (Lei n.º 6/2002, de 23 de janeiro), sendo, no entanto, pela primeira vez, estabelecido a necessidade de o apoio ao associativismo jovem se reger por princípios como a transparência e objetividade, para além do respeito pela autonomia e independência das Associações e dos seus dirigentes. No Art.º 23.º da Lei n.º 6/2002, de 23 de janeiro, é mencionada a atribuição do estatuto de utilidade pública, às associações juvenis com efetiva e relevante atividade e registo ininterrupto junto do IPDJ, há pelo menos cinco anos, passando a ser consideradas como pessoas coletivas de utilidade pública para todos os efeitos legais⁸.

O enquadramento legal destas Associações volta a ser novamente debatido na Lei n.º 23/2006, mais tarde alterada pela Lei n.º 57/2019, de 7 de agosto, onde se estabeleceu o regime jurídico do associativismo jovem (enquadrando para além das AEs/AAs do Ensino Superior, as restantes AEs de outros níveis de ensino, e as restantes associações juvenis). Neste novo enquadramento, estabelece-se que as Associações de Estudantes e Associação Académicas do Ensino Superior podem ser consideradas legalmente como associações sem fins lucrativos (Art.º 3.º-A, Lei n.º 57/2019) e, neste sentido, muitas AEs/AAs passam a considerar-se como instituições privadas, sem fins lucrativos, equiparadas a pessoa coletiva (AEFCSH, 2018) (AEISCTE, 2018) (AEIST, 2021).

Mais uma vez o pressuposto da autonomia destas Associações, a necessidade de o apoio ao associativismo jovem se reger pela transparência e objetividade (bem como pela promoção da igualdade, da não discriminação, e pelo respeito pela autonomia e independência das Associações e dos seus dirigentes) mantinham-se tanto na lei como na sua alteração (Lei n.º 23/2006, de 24 de junho; Lei n.º 57/2019, de 7 de agosto).

A análise deste enquadramento legal das AEs/AAs do Ensino Superior, apesar de não se focar no seu desenho institucional, no seu papel ou nas suas atribuições enquanto organismo representante dos estudantes do Ensino Superior, procura evidenciar a cronologia dos princípios que têm orientado estas Associações. Como vimos, até ao estabelecimento de princípios para a gestão dos apoios relacionados com o associativismo jovem (introduzidos pela Lei n.º 6/2002, de 23 de janeiro), a Lei apenas definia princípios como a independência e autonomia das AEs/AAs de qualquer outro organismo (nomeadamente, partidos políticos), regendo-se por princípios de democraticidade (em geral, devendo os membros destas Associações estarem sujeitos a regulamentos internos, votados em Assembleia Geral, e sendo democraticamente eleitos (Rivers, et al., 2018)). Assim, denota-se a ausência de qualquer referência à integridade na gestão das AEs/AAs e dos seus dirigentes, estando também o princípio da transparência meramente referenciado à gestão das fontes de financiamento públicas advindas do apoio ao associativismo jovem.

⁸ Para tal, deveriam preencher os requisitos previstos no Art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 460/77, entretanto, revogado pela Lei n.º 36/2021, 14 de junho.

2.2.2. Caracterização das fontes de financiamento das AEs/AAs do Ensino Superior

Tendo em conta o que foi dito acima, a descrição do seu enquadramento legal e dos princípios orientadores da sua atividade e gestão, introduz a discussão sobre as fontes de financiamento destas Associações. Para estas Associações de Estudantes prosseguirem os seus interesses e apresentar à comunidade estudantil um conjunto de atividades (educativas, recreativas, culturais) relevantes, é necessário que estas tenham capacidade de as financiar. Deste modo, importa descrever as principais fontes de financiamento que estas Associações podem ter e gerir, sendo que a complexidade destas fontes pode resultar em maior ou menor risco para as AEs/AAs do Ensino Superior.

O direito de as Associações de Estudantes e Associações Académicas acederem legalmente a apoios financeiros por parte do Estado, sob a forma de subsídios anuais, ficou estabelecido desde logo na Lei n.º 33/87, de 11 de julho. Nesta Lei, também era definido que as AEs/AAs deveriam manter uma adequada organização contabilística, devendo os órgãos diretivos estar “*solidariamente responsáveis pela administração dos bens e património da Associação*”. Assim, os órgãos diretivos eleitos passavam a ficar responsáveis por apresentar um relatório de contas antes do final de cada mandato.

Em 2002, com a Lei n.º 6/2002, de 23 de janeiro, o apoio financeiro passa a estabelecer-se através do então Instituto Português da Juventude (IPJ, hoje IPDJ – Instituto Português do Desporto e da Juventude), a quem estas Associações deveriam aceder para procurar financiamento adicional para as suas atividades. Neste sentido, o IPDJ passa então a poder pedir às Associações beneficiárias de apoio os respetivos relatórios de contas, documentos comprovativos referentes às atividades e iniciativas apoiadas, bem como outra qualquer informação julgada necessária. Para a atribuição destes apoios, poderiam ainda ser exigidas formas específicas de organização contabilística.

Por outro lado, a existência de dívidas à administração tributária, à segurança social ou ao IPDJ implicam, na Lei em vigor (Lei n.º 57/2019, de 7 de agosto), o cancelamento de qualquer candidatura a programas de apoio por parte do IPDJ e a suspensão automática dos direitos decorrentes da inscrição da Associação no Registo Nacional das Associações Juvenis (RNAJ) (Lei n.º 57/2019, de 7 de agosto). Tendo em conta isto, parece que a problemática da “boa” gestão de dinheiros públicos começa a definir-se pela necessidade de as AEs/AAs financiadas deterem de contabilidade organizada e documentos comprovativos da sua gestão, bem como a inexistência de dívidas ao Estado.

Compete ao IPDJ fiscalizar e sancionar as Associações de Estudantes a seu pedido, ou de outros organismos da Administração Pública, podendo realizar inquéritos, auditorias, sindicâncias e inspeções para verificar as informações devidas por estas no âmbito da Lei. No âmbito destas auditorias e inspeções podem resultar a suspensão ou anulação da inscrição destas Associações no RNAJ, quando se verificarem situações de incumprimento da lei, bem como o cancelamento do apoio e a reposição das quantias recebidas, a inibição de concorrer a novo apoio financeiro por um período de um ano, e a responsabilidade civil e criminal nos termos gerais (Art.º 47.º, Lei n.º 57/2019, de 7 de agosto).

Com a análise do enquadramento legal dos apoios cedidos pelo IPDJ podemos concluir que a gestão destes fundos se encontra devidamente estabelecida tendo em consideração alguns riscos de gestão que

poderão existir no decorrer da aplicação destas fontes de financiamento. Este entendimento por parte do Estado, apela para que as AEs/AAs detenham de uma contabilidade organizada e apela à transparência na gestão destes fundos, através da existência de comprovativos, e, de forma geral, à boa gestão (por exemplo, pela impossibilidade de aceder ao apoio do IPDJ em casos de dívidas ao Estado). No entanto, apesar da pertinência da análise dos apoios ao associativismo jovem, importa distinguir todas as fontes de financiamento destas Associações.

Stojanovic (2009) procura identificar as fontes de financiamento da generalidade das Associações Estudantis. As Associações Estudantis podem contemplar outras Associações que não as Associações de Estudantes do Ensino Superior, mas pelas semelhanças existentes entre elas (seja um pouco pelo seu propósito e pelo seu fim) o contributo de Stojanovic (2009) pode ser transposto para as Associações de Estudantes e Associações Académicas do Ensino Superior. Ora, o autor distingue as fontes de financiamento destas Associações entre fontes internas e fontes externas. As fontes de financiamento interno incluem, por exemplo, o pagamento de quotas por parte dos seus associados. Estas quotas podem ter montantes fixos ou serem calculadas de acordo com o tamanho ou número de membros da Associação. Segundo o autor (Stojanovic, 2009), embora o financiamento interno se traduza num rendimento relativamente estável, os montantes provenientes das quotas são, em grande medida, insuficientes para cobrir as despesas anuais totais da organização e, por isso, é necessário um financiamento adicional (externo). Outras formas de financiamento interno podem ser, por exemplo, doações ou atividades comerciais das AEs/AAs (como venda de serviços ou publicações), desde que não existam restrições legais para a condução ou organização destas atividades. Já as fontes de financiamento externo são mais amplas, podendo constituir-se por subsídios institucionais concedidos pelas entidades do Estado (como anteriormente descrito⁹), bolsas institucionais por uma organização que concede subvenções, apoios/subsídios baseados em projetos, doações e patrocínios do setor empresarial ou donativos (Stojanovic, 2009).

Apesar disto, é também importante mencionar que as AEs/AAs têm passado por um período de mudança¹⁰ que tem imposto uma cada vez maior “profissionalização” destas Associações, transformando-as de organizações mais politizadas (pela defesa dos interesses dos estudantes do Ensino Superior), para organizações com uma vertente cada vez mais empresarial (Klemenčič, 2012) (Brooks, 2021).

⁹ Na prática, os apoios institucionais concedidos pelo IPDJ dividem-se em dois: o Programa de Apoio Estudantil (PAE) e o Programa de Apoio Infraestrutural (PAI). Para além da candidatura a estes programas específicos, as AEs/AAs têm direito a outros apoios regulamentados na Lei n.º 57/2019, nomeadamente um subsídio anual por parte da sua Instituição de Ensino Superior que corresponde a 0,25% do indexante de apoios sociais (IAS) por estudante. O que significa cerca de €1,09 por estudante. Tendo em conta o valor do IAS em 2021 (€438,81), o limite mínimo de subsídio era de €548,51 (125% do IAS). Este subsídio é suportado pelo orçamento da Escola ou Instituição de Ensino Superior a que pertencem as AEs/AAs, de acordo com as verbas do Orçamento de Estado para cada ano (CGD, 2021).

¹⁰ Seja pelas pressões mercantis e neoliberais apontadas por Brooks (2021), seja por outras razões menos aprofundadas pela literatura.

3. ANÁLISE DOCUMENTAL

Como já foi revelado, nos últimos anos, a comunicação social tem trazido a público um conjunto de episódios que alertavam para as práticas de gestão das AEs/AAs do Ensino Superior, em Portugal. As mais recorrentes eram as implicações na gestão financeira destas Associações, que comprometem a transparência e integridade destas organizações, mas também os procedimentos internos no que dizia respeito ao cumprimento do princípio da democraticidade interna, por exemplo. Deste modo, importa apresentar os casos noticiados¹¹, em conjunto com os desenvolvimentos posteriores (nos casos onde existia informação disponível para o efeito¹²). A análise dos casos reportados e das estratégias que as referidas Associações adotaram posteriormente aos incidentes foi relevante para o desenho de investigação e para as opções metodológicas, como vimos anteriormente.

3.1. O caso da Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico (AEIST)

Em 2001, era notícia uma auditoria que revelava o descontrolo das contas da AEIST (Santos, 2001). Segundo a notícia, na época, era já conhecida a prática de “mexer” com “centenas de milhares de contos” por ano, entre eles subsídios do Estado. A gestão dos recursos da AE começou a levantar dúvidas, levando o ex-Presidente a pedir uma auditoria às contas entre 1996-2000. A auditoria traçou um cenário de desorganização, onde a AE não conseguiu sequer demonstrar os bens que lhe pertenciam, não existindo prova, por exemplo, de quantas sebatas tinham sido produzidas e vendidas pela reprografia da Associação nos diversos anos, quantos bilhetes foram emitidos para “superarraiais”, nem prova dos procedimentos subjacentes ao arrendamento a terceiros de determinados espaços da AE, dentro do IST, como bares, lojas e livraria/papelaria (Santos, 2001). Dada a falta de documentação que comprovasse despesas e receitas da AEIST, os auditores tiveram dificuldades em aferir quais os bens existentes, quais os que estavam a ser utilizados e os que foram adquiridos durante o período em questão, impossibilitando a auditora de expressar um parecer profissional sobre se as demonstrações financeiras apresentadas pela AE representavam de forma verdadeira e apropriada a sua situação financeira (Santos, 2001). Segundo a notícia, nunca existiu, ao longo deste período, um sistema de inventário adequado, o suporte documental não incluía importante informação sobre, por exemplo, o processamento de salários de diversos meses, ou sobre os valores declarados e pagos a título de IRS e Segurança Social, o que tornou impossível de confirmar se o subsídio que a AE recebia do Instituto Português da Juventude era o correto (dado que este era calculado em função do número de alunos da Escola, mas os serviços não facultaram tal informação).

De acordo com a análise desta notícia, os principais riscos de gestão estavam relacionados com a transparência de toda a organização contabilística. Para além da informação não se encontrar disponível,

¹¹ A seleção dos casos que serão apresentados neste Capítulo 3. teve por base as notícias disponíveis e noticiadas em jornais *online*.

¹² Às notícias identificadas procurou-se completar a análise com outros materiais, como o Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas aos apoios concedidos pelo Instituto Português da Juventude (atual IPDJ), no ano 2005 (Tribunal de Contas, 2006), bem como através de uma pesquisa de informações adicionais junto dos sites das referidas AEs/AAs.

nem ser de fácil acesso, verificou-se que existiam inúmeros custos suportados por documentos que não estavam endereçados à AE, referindo-se às rubricas de combustíveis, despesas de representação e deslocações/estadias. Não existia também informação referente ao pagamento do vencimento dos indivíduos não pertencentes aos quadros da AE, recorrendo para o efeito a documentos denominados como “deslocações em viatura própria” (Santos, 2001).

Em 2006, em virtude de uma auditoria por parte do Tribunal de Contas relativamente aos apoios concedidos pelo IPJ/IPDJ, a AEIST foi analisada novamente (Tribunal de Contas, 2006). Este relatório alertava para um subsídio ordinário que foi atribuído e pago à AEIST pelo IPDJ, em 2001. O relatório relatava que, em 2001, a AEIST entregou a sua candidatura junto do IPDJ, comprometendo-se a entregar o relatório de contas referente ao anterior mandato, e o relatório de contas relativo ao ano 2000. Com base neste compromisso, o apoio foi atribuído e pago, mas, no entanto, a AEIST não chegou a entregar os documentos em falta, nem a restituir a verba recebida na ordem dos €69.285,22. Apesar disto, ignorando as regras estipuladas, a AEIST apresentou no ano seguinte nova candidatura que acabou por ser indeferida. Pelo incumprimento cometido, só em 2004, e já com os requisitos legais e formais reunidos, é que a AEIST voltou a receber o subsídio ordinário, ficando, todavia, o seu pagamento sujeito à apresentação do plano final de pagamento da dívida relativa ao ano 2001 (Tribunal de Contas, 2006). Novamente, este relatório chamou à atenção para falhas ao nível da gestão, ao nível da transparência e da integridade, pela ocultação de informações relevantes à atribuição de fundos públicos.

Por forma a colmatar estes riscos, atualmente, no site da AEIST está disponível uma pasta partilhada (numa *OneDrive*) onde é possível encontrar toda a informação da AE disponível. Em “AGA - Assembleia Geral de Alunos”, encontra-se informação referente aos mandatos 2014-2015 até à mais recente data, tendo em alguns mandatos informação detalhada sobre o plano de atividades e orçamento. No ano de 2015, foi tornado público o Código de Ética na Auditoria Interna, que transmite a seguinte mensagem: “*O IST, enquanto organismo da Administração Indireta do Estado, está sujeito aos princípios gerais da boa gestão pública, nomeadamente: transparência, equidade, legalidade e accountability (prestação de contas e responsabilização)*”. Para além destes princípios, o exercício da função de auditoria interna está sujeito a um conjunto de princípios e regras de conduta (AQAI, 2015). Mais recentemente, a Associação de Estudantes tem tentado alterar a sua situação financeira ao promover políticas orçamentais assentes em maior rigor, tendencialmente promovendo maior transparência.

3.2. O caso da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (AEFLUP)

Em 2008, uma notícia avançada pela TVI (2008) dava conta de uma decisão da Comissão de Gestão da AEFLUP processar a ex-Presidente da AE por desvio de fundos. Em causa estavam aproximadamente €8.500 das vendas das máquinas dispensadoras. O presidente desta Comissão admitiu terem existido outros desvios de fundos, mas à data da notícia este não tinha capacidade de provar estes desvios, pelo

que decidiu solicitar uma investigação (TVI, 2008). Antes disto, a Direção da AEFLUP tinha sido destituída em Assembleia-Geral por suspeitas de comportamento indevido, tendo sido nesta ocasião eleita a Comissão de Gestão, que decidiu encomendar uma auditoria. Segundo a notícia, o relatório de auditoria apontava para indícios de perda de receitas e redução de benefícios, em específico, com as máquinas de venda automática, a barraca na Queima das Fitas e o torneio de futsal. Já nas comunicações móveis, os auditores detetaram total desorganização ao nível da tesouraria, encontrando até por duas vezes pagamentos em duplicado, e constatando que a Direção poderia ter poupado cerca de 12 mil euros nesta rubrica, sem qualquer prejuízo para a qualidade do serviço prestado aos alunos e associados (TVI, 2008).

Já em 2017, uma outra notícia indiciava que o resultado de uma eleição para a AEFLUP teve de ser suspenso, tendo sido necessárias duas voltas para fechar o processo eleitoral (Marques, 2017). O processo pré-eleitoral tinha sido marcado por uma votação com vista à impugnação das eleições, com consequente adiamento do ato eleitoral, e uma proposta de inviabilização de uma das quatro listas concorrentes acusada de ter contrariado uma decisão da comissão eleitoral. Ao todo, Marques (2017) apontava os seguintes incidentes: perturbações no dia de reflexão, a existência de uma queixa na Comissão Eleitoral, e a permanência de uma exposição que contrariava as deliberações da Comissão. Todos estes motivos eram avançados como justificativos para a suspensão do ato eleitoral.

Tendo em conta a análise dos casos noticiados, é possível evidenciar um conjunto de riscos de gestão, com implicações (perdas) financeiras, oriundos de práticas pouco íntegras (quando se fala, por exemplo, de desvio de fundos por parte de um antigo dirigente e suspeitas de comportamento indevido), mas também por um conjunto de episódios que põem em causa a democraticidade interna da AE (por exemplo, a impugnação de uma eleição por perturbações no dia de reflexão e desrespeito pelas deliberações da Comissão Eleitoral).

3.3. O caso da Associação Académica de Coimbra (AAC)

À semelhança da AEFLUP, uma notícia avançada pela Lusa (2018) apontava um conjunto de constrangimentos na gestão da AAC com impactos diretos no seu nível de democraticidade interna. Em 2018, no decorrer da atividade eleitoral para a Associação Académica de Coimbra, foi necessário suspender o ato eleitoral dados fortes indícios de fraude eleitoral. Face a esta suspeita, a contagem de votos foi suspensa, tendo sido encontradas incongruências no final da selagem dos votos, de acordo com a Lusa (2018). Não obstante a magnitude deste caso, esta não foi a primeira vez que as eleições da AAC se viram envoltas em polémica, tendo o mesmo já acontecido em 2014 numa disputa eleitoral levada a Tribunal, levando o Tribunal Cível de Coimbra a pronunciar-se sobre o modo “*incipiente, quase doméstico em que decorria o ato eleitoral da AAC*”, tendo sido considerado que o processo eleitoral estava envolvido num certo “*amadorismo*”, em grande parte pela falta rigor das eleições (por exemplo, nas horas de abertura das urnas, no preenchimento das atas, no acompanhamento dos elementos da

Comissão Eleitoral, e pela forma pouco rigorosa com que as urnas eram fechadas e os votos transportados em veículos particulares) (Lusa, 2018).

3.4. O caso da Associação Académica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (AAFDUL)

De acordo com notícia do Observador, em 2019, uma auditoria à AAFDUL revelava, relativamente às contas de 2014 a 2019, a falta de documentos comprovativos de gastos em mais de 100 mil euros. O relatório da auditoria colocava ainda em causa gastos de aluguer de automóveis, plataformas eletrónicas de transportes, filmes e séries de televisão, bem como despesas no estrangeiro. De acordo com o Observador (2019), neste mesmo relatório, as despesas sem documentos foram uma tendência crescente desde 2014, ano em que os pagamentos sem faturas se fixaram em €11.230, sendo uma das maiores irregularidades registada a 26 de setembro de 2018, quando foi feito um levantamento de €15.000 em numerário, desconhecendo-se qualquer evidência de quem levantou este dinheiro (Observador, 2019).

No seguimento desta notícia, em Reunião Geral de Alunos da AAFDUL, em novembro de 2019, foram apresentados os resultados desta auditoria (AAFDUL, 2019). Das intervenções destacam-se algumas sugestões de medidas, apontadas pelos auditores, para melhorar a gestão e transparência da AAFDUL (AAFDUL, 2019). Em primeiro lugar, o relatório verificava a inexistência de procedimentos de controlo com regularidade, sendo o último relatório de auditoria de 1998 (ao contrário do que estava previsto no antigo Art.º 16.º dos Estatutos¹³). Depois, chegavam à conclusão de que deveriam ser adotados mecanismos de gestão diferentes como, por exemplo, regulamentos internos para a tesouraria (a fim de estabelecer tetos máximos em alguns gastos que possam parecer dúbios). Por outro lado, para resolver o problema da entrada e saída de dinheiro, falou-se na criação de uma comissão, dentro da Direção, para tentar solucionar problemas que nenhum Presidente consegue resolver em apenas um ano/mandato. Esta comissão poderia apontar para que procedimentos adotasse, sendo estes posteriormente votados em RGA. Quanto aos gastos não registados, foi sugerida a necessidade de contratar um serviço de fora para tratar da contabilidade da AA, auxiliando também na assessoria fiscal para evitar o pagamento de multas. Por fim, foram tecidas críticas pela auditoria onde destacavam a importância das auditorias anuais e da formação em gestão e contabilidade, que deveria ser fornecida a todos os funcionários e dirigentes associativos, no início das suas funções.

Em suma, a análise da peça jornalística aponta para um conjunto de riscos relacionados com a gestão financeira da AA que, quando se complementam com a análise da Ata da Reunião Geral de Alunos, alertam para a falta de transparência e integridade na gestão. Para além do desperdício e do uso indevido do dinheiro da AA para um conjunto de despesas não fundamentadas, existiam vários constrangimentos na apresentação de justificações sobre os dinheiros gastos pela AA, nomeadamente,

¹³ Em Art.º 16.º, sobre as Reuniões Ordinárias, n.º 5 dizia “A RGA reúne ordinariamente de três em três anos, após a primeira RGA ordinária anual, para discussão e votação da realização de uma auditoria externa às contas da AAFDL” (AAFDUL, 2016). Os Estatutos revistos em outubro de 2020 já não contemplam este número.

pela falta de documentos comprovativos dos mesmos. Estes riscos levaram a auditoria a propor um conjunto de medidas por forma a promover uma melhor gestão, através do reforço da integridade, transparência e democraticidade nos processos de gestão.

3.5. O caso da Associação de Estudantes do ISCSP (AEISCSP)

No mesmo ano, em agosto de 2019, era tornado público a destituição da Direção da Associação de Estudantes do ISCSP (AEISCSP), presidida por um antigo líder da Juventude Social-Democrata dos Açores. Esta destituição deveu-se a alegações de má gestão financeira, que culminaram no acumular de dívidas a funcionários e fornecedores. Segundo JFP (2019), a RTP Açores avançava a 31 de julho desse ano o desaparecimento de €38.000 das contas da AEISCSP. De acordo com a ata da Assembleia Geral de Alunos de 31 de julho, parecia existir evidências dos problemas estruturais e financeiros da AEISCSP, desde pelo menos maio de 2019. Face a isto, a Comissão Provisória de Gestão eleita nessa Assembleia Geral de Alunos propôs-se a garantir o normal e regular funcionamento da AE, procurando regularizar a questão do pagamento a funcionários e de dívidas prioritárias para a gestão da atividade da Associação (JFP, 2019).

3.6. O caso da Associação Académica de Lisboa (AAL)

Em outubro de 2011, o Público alertava para o caso da Associação Académica de Lisboa (AAL) que, de acordo com a notícia, geria um “saco azul” com o aval das Associação de Estudantes que a compunham. A notícia relatava a criação de uma conta na Caixa Geral de Depósitos (CGD), que tinha como primeiro titular o Presidente da Direção da AAL¹⁴. Documentos a que o Público teve acesso demonstravam, na altura, a existência de nove depósitos em dinheiro no mesmo dia (17 de maio), perfazendo o total de €25.210. Segundo a notícia, a existência desta “conta paralela” era do conhecimento dos elementos da Direção, da Assembleia-Geral e do Conselho Fiscal da AAL, bem como de muitas Associações de Estudantes em Lisboa. A conta paralela terá sido criada no início do primeiro mandato do Presidente da AAL, como forma de contornar as penhoras judiciais que bloqueavam a conta bancária oficial da AAL. Segundo o jornal Público (Horta, 2011), todo o dinheiro que entrava na conta oficial revertia para os credores, entre os quais se contavam o Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa, a Sagres, a Optimus e a empresa de licenciamento de música *Pass Music*. A AAL acumulava ainda dívida de cerca de 60 mil euros à Administração do Porto de Lisboa (APL), proprietária do armazém na zona de Santos, conhecido como Espaço Ágora, a antiga sede da AAL. A AAL era a maior e mais antiga Federação Académica do país, representando, em 2011, cerca de 148 mil estudantes (Horta, 2011). As suas fontes de financiamento eram caracterizadas por eventos académicas, subarrendamento de lojas no Espaço Ágora, quotas pagas pelas Associações de Estudantes (que, por sua

¹⁴ Este também presidente da Secção Oriental de Lisboa da Juventude Social-Democrata, para além de membro da comissão política de Cavaco Silva na candidatura à Presidência da República e um dos mandatários da juventude de Pedro Passos Coelho.

vez, são em parte financiadas pelo orçamento das respetivas Instituições de Ensino Superior e financiadas por outros apoios públicos).

Em 2015, novamente a AAL era noticiada (Agência Lusa, 2015), desta vez por se encontrar em falência e num Processo Especial de Revitalização (PER) para encontrar uma estratégia de pagamento aos credores e ultrapassar o passivo de cerca de €200.000 (que chegou a superar os €400.000). Segundo a notícia, o PER foi a solução encontrada pela Académica para assegurar a continuidade da organização estudantil, garantir a liquidez da sua tesouraria e permitir qualquer atividade económica, uma vez que, devido ao passivo, as contas da AAL encontravam-se penhoradas. Nesta altura, as dívidas a fornecedores representavam apenas uma parte residual do grosso da dívida, sendo que a maioria (€150.000) era devida ao Porto de Lisboa e à Câmara Municipal de Lisboa (CML).

3.7. Principais conclusões

Assim, a análise das notícias que referenciavam casos de má gestão nas AEs/AAs do Ensino Superior permitem alertar para um conjunto de implicações destas práticas, desde logo, no balanço financeiro da AE/AA. Apesar do seu direto impacto na gestão corrente e nas implicações financeiras de algumas das práticas mencionadas, estas atitudes por parte das Direções e dirigentes associativos chamaram à atenção para um conjunto de comportamentos indevidos que colocam em causa princípios como a transparência, a integridade, e a democraticidade destas organizações e da sua gestão.

De acordo com a análise documental, através da análise das ocorrências reportadas na comunicação social e nos relatórios de auditoria, é possível classificar as práticas e os riscos identificados em dois grandes grupos: riscos de gestão e riscos de democraticidade interna. Ambas as categorias colocam em causa um conjunto de valores, e podem estar interligadas entre si. Por um lado, os riscos de gestão colocam em causa a legalidade dos procedimentos (acesso aos apoios do IPDJ, por exemplo, a apresentação de comprovativos das despesas e receitas), a integridade, a transparência, a *accountability*, etc. Por outro lado, os riscos de democraticidade interna, colocam em causa o próprio processo eleitoral, a participação dos estudantes, a responsabilização, a representação. No Anexo B. é apresentado um quadro síntese que sintetiza esta análise, de acordo com a informação retirada da análise documental.

Apesar da análise documental, de notícias e documentos relevantes, evidenciar falhas na integridade, na transparência e na democraticidade interna, estes são apenas alguns casos. Assim, é possível que existam muitas outras situações que não foram reportadas à comunicação social, nem analisadas por organismos como o Tribunal de Contas, e que para as quais não foi possível obter informação. Neste sentido, partiu-se para a realização de um conjunto de entrevistas exploratórias, para discutir não só os casos noticiados (e os seus desenvolvimentos mais recentes), mas como para compreender melhor os riscos de integridade, transparência e democraticidade que estas Associações enfrentam na sua gestão, e discutir um conjunto de possíveis medidas a adotar para colmatar estes problemas.

4. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS EXPLORATÓRIAS

Após a análise documental, surgiu a necessidade de confirmar os riscos apresentados e de acrescentar outras informações relevantes para, em última análise, conseguir responder à questão de partida e aos objetivos de investigação. Esta necessidade levou à realização de um conjunto de entrevistas exploratórias com atores chave: por um lado, com a parte envolvida (as AEs/AAs), e, por outro, com um dos seus *stakeholders* (Tribunal de Contas e, ainda que não diretamente relacionado, o Conselho de Prevenção da Corrupção).

Neste sentido, neste capítulo procedemos à análise destas entrevistas (Anexo G. e Anexo H.). Fruto da análise anterior, foi possível construir um guião de entrevista que definia já alguns temas que, posteriormente, permitiram a construção de tabelas temáticas¹⁵. Para além do guião semiestruturado que foi aplicado, um importante recurso utilizado foi o uso de vinhetas (manchetes das notícias já apresentadas). Assim, num primeiro momento, os entrevistados foram questionados sobre os principais riscos relacionados com a gestão das AEs/AAs do Ensino Superior, em Portugal. Após este debate, com o recurso de vinhetas, foram questionados sobre os casos noticiados, levando também à discussão sobre as experiências de gestão passadas nas suas AEs/AAs.

As entrevistas exploratórias serviram para discutir outras questões (como se pode ver no Anexo C. e D.), nomeadamente as fontes de financiamento, a fiscalização da gestão destas Associações, e um conjunto de medidas a aplicar para reforçar os modelos de gestão das AEs/AAs (tendo por base preocupações éticas, íntegras e transparentes, e com a democraticidade interna). Posteriormente a esta análise, será possível identificar e operacionalizar com mais clareza as dimensões (variáveis independentes) a aplicar no questionário aos estudantes universitários, servindo também para informar outras questões do inquérito.

Antes da análise destas entrevistas, importa contextualizar que, no início destas, foi feita uma breve descrição do estudo, apontando já um conjunto de potenciais riscos na atividade e gestão das AEs/AAs, nomeadamente, riscos de má gestão financeira, relacionados com riscos de integridade, transparência ou de democraticidade na gestão. Esta contextualização teve por base o enquadramento teórico existente e a análise documental (apresentada no Capítulo 3.).

Este capítulo procura sintetizar as principais conclusões que saíram destas entrevistas exploratórias. Depois da análise das tabelas temáticas¹⁶, foi tomada a decisão de apresentar o resultado destas entrevistas tendo por base três dimensões: os riscos, a medição destes riscos e as medidas a aplicar para mitigá-los.

¹⁵ Com recurso às quais posteriormente foram analisadas estas entrevistas.

¹⁶ Encontram-se no Anexo G. e H. um conjunto de citações que complementam os argumentos transpostos neste capítulo.

4.1. Principais riscos de gestão

Como anteriormente tinha sido referido, a pergunta que deu mote às entrevistas foi uma questão genérica sobre quais os principais riscos que, para os entrevistados, encontram-se relacionados com a gestão das AEs/AAs do Ensino Superior, em Portugal.

Em resposta a esta questão, a generalidade dos dirigentes entrevistados identificou um conjunto de riscos associados à gestão financeira destas Associações. A razão para a ameaça deste risco na gestão da AE/AA pode estar, em parte, associada à falta de escrutínio por parte dos estudantes universitários. Caso os estudantes se interessem pouco, ou o escrutínio pela sua parte seja escasso, existirá maior probabilidade de a gestão ser danosa, segundo um dos entrevistados, pelo simples facto de as Direções Associativas terem alocadas a si um grande poder e liberdade de decisão no que toca à gestão monetária da AE/AA (Entrevista 2.), o que implica em si riscos associados à transparência das decisões tomadas.

“Acho que são aqueles que tu aí identificaste à partida: risco de gestão, de transparência, gestão financeira que pode ser danosa (...) Eu acho que o maior risco que existe sobre a gestão de uma Associação é o risco de gestão financeira danosa, ou seja, havendo esta falta de escrutínio [por parte dos estudantes], havendo também uma liberdade muito grande para gerir o dinheiro da Associação, ou seja, basicamente uma Associação de Estudantes consegue passar quase tudo por uma Assembleia Geral de Alunos e isso é bastante perigoso, [isto é] não tem lá um grupo de estudantes ou um grupo avultado de estudantes que escrutine gastos, que pergunte sobre determinada situação financeira... E, portanto, acho mesmo que a gestão financeira pode ser facilmente danosa.” (Entrevista 2.)

Para além das questões relacionadas com a falta de transparência e de escrutínio, atualmente, outro dos maiores riscos pode advir não da gestão atual, mas do peso da gestão passada, o que significa que a sustentabilidade das Direções atuais depende, segundo um entrevistado, em grande medida, das gestões anteriores. Assim, apesar de episódios passados de má gestão afetarem a gestão atual, estes também podem ter impacto na imagem da Instituição que representam e na credibilidade dada pelos estudantes à Associação em causa (Entrevista 3.).

“Muitas das Associações que existem (...) são Associações que existem há mais de 100 anos, ou seja, são coisas que existem há muito mais tempo do que nós existimos e, pelo menos, na minha realidade, houve problemas no passado que hoje em dia atacam um bocadinho a sustentabilidade que nós temos no futuro. Ou seja, o trabalho que nós pretendemos desenvolver está um bocadinho debilitado, primeiro pela credibilidade que os estudantes têm da Associação e depois pela parte monetária que foi muito atacada por má gestão, e esse é um dos maiores riscos – é realmente a má gestão associada à má gestão de dinheiros, porque são dinheiros públicos.” (Entrevista 3.)

Por outro lado, o peso da gestão dos dinheiros públicos e a dependência que alguma AEs/AAs têm destas fontes de financiamento impacta depois a sua vulnerabilidade ao risco. A má gestão pode acontecer com qualquer fonte de financiamento, é certo, mas preocupa mais aquele financiamento que é de todos – dos contribuintes – e que advêm de fontes predominantemente públicas. Assim, a maior ou menor dependência às fontes de financiamento públicas, na figura do IPDJ e das IES, pode também ser um elemento de maior vulnerabilidade a um conjunto de riscos (Entrevista 6.). Por outro lado, caracterizando-se como Associações sem fins lucrativos, dependentes de várias fontes de financiamento,

admite-se que estas fontes sejam, por vezes, utilizadas para fins pessoais (Entrevista 3.), prejudicando a gestão atual e a sustentabilidade das contas das futuras Direções.

“Nós somos uma Associação sem fins lucrativos, somos todas, estamos dependentes de financiamento desde o IPDJ, a parcerias como a Caixa Geral de Depósitos e muitas vezes essas coisas correm mal, porque os dinheiros são utilizados para, em vez de para a defesa dos estudantes (que é o principal objetivo da Associação), são usados para fins pessoais...” (Entrevista 3.)

“A nível financeiro, as AEs dependem muito do Estado, isto é, do IPDJ. É onde vão buscar a maior parte do fundo para poderem desenvolver atividades, mas, ainda assim, é um senão muito grande, porque a forma como o sistema está montado, não é, o que faz com que muitas das vezes... (...) Tu acabaste de entrar e, infelizmente, as pessoas que tiveram antes de ti não tiveram uma boa gestão. Basta a tua Associação ter dívidas, tu não podes pedir dinheiro ao Estado. Logo aí acabas por ter um grande entrave. Tu queres desenvolver atividades e não consegues.” (Entrevista 6.)

Outros aspetos mencionados pelos entrevistados que têm impacto na gestão das AEs/AAs podem estar relacionados com a liderança e a gestão das equipas (Entrevista 3., Anexo G., Tabela 10.), a falta de capacitação das AEs/AAs e inexistência de apoio técnico por parte de contabilistas e advogados (Entrevista 6.), e a duração dos mandatos e da liderança que podem ter efeitos a médio-longo prazo (Entrevista 6.).

“E eu acho que a falha maior que as Associações têm muitas das vezes é o facto (de principalmente as AEs pequenas) de não terem contabilidade própria, isto é, não têm um contabilista específico, alguém... (...) Depois outro segundo problema que também acaba por prejudicar a nível financeiro é que a maior parte das vezes há muitos mandatos que é só um ano.” (Entrevista 6.)

A mesma questão foi colocada aos *stakeholders* entrevistados, que consideram que os princípios da boa gestão financeira de dinheiros públicos se devem também aplicar às AEs/AAs do Ensino Superior. Quanto aos riscos, identificam que, independentemente de a organização ser pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, quando em causa está a gestão de dinheiros públicos, os riscos são semelhantes: riscos de conflito de interesses, falta de transparência, má utilização de fundos para benefícios próprios/privados, riscos éticos, de corrupção ou até de falta de critérios na atribuição destes subsídios ou apoios (Entrevista 7. e 8., Anexo H., Tabela 31.).

“Eu acho que os riscos são os mesmos [que as restantes organizações]: riscos de conflito de interesses e as verbas irem, digamos assim, parar onde não é suposto, ou seja, invés de serem utilizadas em benefício de os estudantes, serem utilizados para benefícios distintos, designadamente, algumas pessoas ou algumas entidades ligadas às pessoas que estão nas Associações de Estudantes. O risco é o mesmo.” (Entrevista 7.)

“(…) Para mim o principal risco é o desvio dos dinheiros para fins diferentes daqueles a que se destinam. Esse é o principal risco, para além de outros: de riscos de conflitos de interesses, riscos éticos, de corrupção, falta de critérios na atribuição dos subsídios (para começarmos a montante) ...” (Entrevista 8.)

Por outro lado, há que destacar que, apesar de terem sido contextualizados alguns riscos relacionados com a democraticidade interna, este não foi um tema muito debatido nas entrevistas. No entanto, foi possível encontrar uma passagem onde se mencionam alguns problemas relacionados com a democraticidade interna de uma AE/AA do Ensino Superior. No excerto da Entrevista 2., em baixo, estaria em causa a falta de rotatividade na Direção de uma AE/AA e o seu impacto no nível de democraticidade destas Associações¹⁷:

“cada caso é um caso, como é óbvio, e todas as Associações são diferentes, têm uma estrutura com algumas diferenças, tradições diferentes, etc., por exemplo, (...) é a mesma lista que ganha há muito tempo, pronto, isso não quer dizer que haja falta de democraticidade. (...) apesar de as Associações serem estruturas representativas, democráticas, são estruturas participativas também que têm um órgão acima daquilo que é o seu órgão executivo com maior poder (que é a Assembleia Geral de Alunos) (...)” (Entrevista 2.)

Após o debate ‘livre’ sobre os principais riscos, os entrevistados foram direcionados para as notícias observadas, levando à discussão dos casos noticiados. Apesar do maior ou menor conhecimento dos casos trazidos para debate, a generalidade dos entrevistados recorda-se das notícias, e alguns conhecem os dirigentes em questão, ou as Direções atuais. Esta familiaridade faz com que alguns dos dirigentes entrevistados estejam mais alerta para as implicações que estes casos mediáticos tiveram na estrutura associativa como um todo (estando ainda algumas Associações a recuperar), mas também no futuro dos ex-Presidentes em questão (isto porque a exposição pública veio antes de ter sido tomada qualquer instância judicial para averiguação dos factos) (Entrevista 6., Anexo G., Tabela 11.).

Por outro lado, os casos noticiados alertaram para os riscos e para as práticas de gestão, levando os dirigentes a repensar os seus modelos de gestão (veja-se, por exemplo, a Entrevista 2., Anexo G., Tabela 11.), e a dar mais importância às características profissionais da equipa que compõe a AE/AA (em específico, os tesoureiros podem ser uma das figuras mais importantes na gestão interna dos riscos e na tomada de decisão em matéria de investimentos) (Entrevista 6., Anexo G., Tabela 11.).

Ao refletir sobre as práticas de outras Associações e sobre os casos noticiados, as entrevistas foram direcionadas para a descrição das experiências e práticas de gestão passadas dentro das AEs/AAs que os dirigentes representam. À semelhança dos casos noticiados, foram apontados incidentes relacionados com o uso de dinheiros da AE/AA para benefícios dos próprios ou dos seus familiares (Entrevista 1. e 3., Anexo G., Tabela 12.), a falta de documentação comprovativa de despesas (Entrevista 5. e 6., Anexo G., Tabela 12.), a existência de dívidas avultadas (a empresas, ao Estado e a Associações e Federações Académicas, por exemplo) (Entrevista 6., Anexo G., Tabela 12.), a incorreta justificação dos dinheiros gastos, o elevado peso das rubricas “despesas de representação” e “outros” nos relatórios finais de contas (Entrevista 2. e 3., Anexo G., Tabela 12.), e até a interferência política numa eleição da AE/AA

¹⁷ Para além deste excerto, é possível identificar outro risco à democraticidade interna das AEs/AAs que se refere à sua independência de partidos políticos, por exemplo. Numa das entrevistas (Entrevista 3.), o financiamento de um candidato a eleições por parte de um partido político levou à impugnação do momento eleitoral e à revisão estatutária.

(Entrevista 3., Anexo G., Tabela 12.) com um partido a financiar um candidato a eleições (que resultou num processo eleitoral impugnado). Estas experiências levaram à aplicação de mudanças internas, seja da Direção da AE/AA, como das próprias regras, procedimentos e práticas internas (nomeadamente, mudanças estatutárias) (Anexo G., Tabela 12.).

Não obstante tudo isto, as entrevistas apontam claramente que os riscos de gestão estão diretamente relacionados com a complexidade das atividades e serviços que fornecem à comunidade universitária. Para além do financiamento público, as AEs/AAs gerem também outras fontes de financiamento relacionadas, por exemplo, com as quotas dos seus associados, as parcerias e protocolos estabelecidos com entidades privadas, a existência de espaços e de serviços (máquinas de *vending*, bares, reprografias, editoras, entre outros), e da realização de eventos¹⁸. A maior ou menor complexidade da gestão destas fontes de financiamento leva a uma crescente profissionalização das AEs/AAs, tornando-as numa empresa (Entrevista 5., Anexo G., Tabela 10.), cada vez mais preocupadas em gerar lucro das suas atividades, e em cumprir com as suas responsabilidades, nomeadamente, com o pagamento de salários aos respetivos funcionários (Entrevista 5. Anexo G., Tabela 10.). A preocupação em gerir todas estas atividades e fontes de rendimento ao mesmo tempo que se procura satisfazer o *consumidor* (os estudantes), e representar os estudantes e os seus interesses nas estruturas de governança do Ensino Superior cria um equilíbrio desafiante à gestão destas Associações, com um peso cada vez mais preponderante na sua profissionalização, levando assim os dirigentes a classificarem a gestão financeira das AEs/AAs como a de uma verdadeira empresa (Entrevista 3., Anexo G., Tabela 10.). Apesar da crescente sensibilização e tentativas por parte das Direções para serem mais transparentes na gestão, a verdade é que ainda podem persistir certos hábitos pouco transparentes e íntegros, como a prestação de falsas declarações para, por exemplo, justificar gastos. Mais uma vez, a crescente profissionalização das AEs/AAs pode levá-las à excessiva preocupação com a justificação das suas despesas (Entrevista 3., Anexo G., Tabela 10.).

“Isto é uma empresa; numa empresa tu tens funcionários e há aqui uma coisa que nós priorizamos – aconteça aqui algum problema, o salário dos funcionários tem de estar presente, e completamente garantido no final do mês.” (Entrevista 5.)

¹⁸ Os dirigentes associativos entrevistados foram também questionados sobre as principais fontes de financiamento da sua AE/AA. A grande maioria das Associações gere três grandes “blocos” (Entrevista 1., 3., 4., 5. e 6., Anexo G.): i. dinheiros públicos (vindos do IPDJ, mas também das IES), ii. receitas obtidas por atividades ou serviços dinamizados pela AE/AA (sejam elas festas, arraiais universitários, convívios, atividades, mas também dinheiro que advém de contratos com entidades privadas, nomeadamente, serviços, parcerias e patrocínios) e iii. as quotas dos seus sócios.

Outro importante dado que é possível retirar destas entrevistas é o peso das novas tecnologias (nomeadamente, do uso das redes sociais) para obter receitas para a AE/AA. O efeito da digitalização na sociedade afetou também as fontes de financiamento destas Associações, nomeadamente, pela presença cada vez maior das AEs/AAs nas redes sociais. As parcerias entre marcas a troco de visibilidade nas redes sociais tornaram-se uma forma “fácil” de obter dinheiro para as atividades da Associação. Não obstante, o dinheiro do IPDJ para projetos, das IES e das respetivas Reitorias das Universidades são ainda uma parte significativa da totalidade das receitas que estas Associações têm de gerir para atingir os seus objetivos, e fazer face às suas necessidades.

A gestão das fontes de financiamento enquadra-se numa discussão mais abrangente sobre o modelo de gestão das AEs/AAs (que é possível verificar no Anexo G., Tabela 14.)

“(...) Tenta-se mesmo desenvolver as atividades e a utilização dos dinheiros na forma mais transparente possível, desde a apresentação dos relatórios que nos são obrigatórios, etc. Mas claro que há, por exemplo, quando se está a fazer uma festa, há muitas coisas que não são faturadas, por exemplo, vais ter um DJ, o DJ não vai receber fatura. Ou seja, tu vais ter de justificar a saída desses 300/400 euros de alguma forma. E a forma, se calhar, mais fácil é, por exemplo, com faturas de gasóleo que, efetivamente, não foram utilizadas pela Associação, são por exemplo faturas dos pais, etc. (...) São pequenos detalhes na gestão de uma Associação que muitas pessoas não tem noção, mas que são coisas do dia-a-dia. São faturas que não são passadas, etc. e é dinheiro que tem de ser justificado, porque tem mesmo de ser tudo justificado até ao último cêntimo, todos os dinheiros que nos saem da conta.” (Entrevista 3.)

4.2. Medição dos riscos

Depois de toda esta discussão, as entrevistas foram direcionadas para a discussão da prossecução de um conjunto específico de princípios na gestão das AEs/AAs do Ensino Superior. Apesar da tentativa de discutir a importância de princípios como a integridade, a transparência e a democraticidade na gestão, a discussão focou-se maioritariamente em apenas dois deles (integridade e transparência). No entanto, mais do que discussão sobre os princípios em si, os entrevistados focaram as suas intervenções na medição destes princípios.

Uma vez que a integridade pode ser um princípio relacionado com um conjunto de valores e atitudes pessoais, este apresentou-se como um indicador mais difícil de medir. Assim, podendo a integridade ser medida, por exemplo, pela análise das promessas cumpridas, este poderia ser um mau indicador para avaliar este princípio (Entrevista 1., Anexo G., Tabela 18.). Para ilustrar esta perceção foi dado o exemplo do ano de 2020, onde as Associações não conseguiram cumprir o prometido, no que se refere as atividades planeadas. Assim, por forma a colmatar este constrangimento, uma forma de medir este princípio poderá ser através do reforço da transparência (Entrevista 4.), de não ter medo de discutir os gastos, de passar e partilhar a informação e de debater com os estudantes todas as questões que sejam pertinentes (Entrevista 4.) (reforçando-se assim a participação, a prestação de contas, e a disponibilidade de informação).

“A questão da ética é munir, quem quer que seja o eleitorado, quem quer que seja os representados, de informação a ponto de conseguirem reverem naquela pessoa ou não capacidade... (...) E, lá está, a comunicação aí é fundamental. Não ter medo de passar e partilhar informação, porque se nós não tivermos medo de partilhar com os nossos colegas é sinal de que estamos confortáveis e eles também têm outras ferramentas que podem ser tanto para criticar como para dar ajudar a construir, a dar sugestões... Mas eu acho que passa muito por aí é um não ter medo, ter o princípio da ‘accountability’ e não ter medo dos nossos colegas e daqueles que nos representam.” (Entrevista 4.)

De seguida, os entrevistados foram questionados sobre de que modo o princípio da transparência estava enquadrado nos seus modelos de gestão. Assim, começou-se, em primeiro lugar, por questionar os entrevistados sobre a importância e o significado do princípio da transparência na Lei do Associativismo Jovem. Aparenta ser indiscutível, para os entrevistados, a necessidade de o princípio estar estipulado na lei (Entrevista 2. e 4., Anexo G., Tabela 15.). Admitindo que existe liberdade por

parte das Direções das AEs/AAs em gerir o dinheiro da Associação e decidir investimentos, o reforço da transparência na gestão de dinheiros públicos é visto como necessário (Entrevista 2.). Isto porque, uma vez que estas Associações são geridas por jovens sem experiência prévia semelhante, a nomeação destes princípios na lei permite orientar os estudantes na sua missão. Assim, não havendo nada a esconder, a gestão sendo feita com responsabilidade, cuidado e consciência, o princípio da transparência na gestão do financiamento público não é contestado (Entrevista 4., Anexo G., Tabela 15.).

“Acho que a resposta direta, um bocado óbvia, é: sim, claro, faz sentido. (...) Há tanta liberdade que as coisas são escolhidas a dedo, ou seja, não há concursos públicos, muitas vezes as escolhas podem nem passar pela Assembleia Geral de Alunos, ou seja, não passam por órgão deliberativo, a Direção decide as coisas muitas vezes e tem liberdade para decidir e tem legitimidade para decidir as coisas sem passar por Assembleia Geral de Alunos e, portanto, há muita liberdade para a falta de transparência na gestão dos dinheiros públicos. E depois, lá está, o facto que tu já mencionaste, são estruturas geridas por jovens, muitas vezes (ou quase 100% das vezes) é a primeira vez que um jovem está a gerir uma “empresa” ou uma estrutura destas na sua vida, sem qualquer tipo de experiência, sem qualquer tipo de visão estratégica para a empresa, para a Associação em si e, portanto, a falta de experiência, a falta de conhecimento, muitas vezes (não quero estar aqui a fazer uma caracterização negativa dos jovens...) não têm o tato social ou, sei lá, a sensibilidade, a consciência do que é que é este tipo de estruturas representativas, porque é a primeira vez que a geri-las pode levar a esse tipo de situações, na minha opinião...” (Entrevista 2.)

A discussão sobre a importância deste princípio na Lei do Associativismo Jovem levou depois à reflexão sobre a necessidade de este ser referido para todas as fontes de financiamento das AEs/AAs, independentemente da sua entidade financiadora ser pública ou privada. Neste sentido, alguns entrevistados revelaram a forma como tentam promover a transparência em toda a gestão. Apesar de equacionarem a possibilidade de o princípio da transparência estar indicado para a gestão de qualquer fonte de financiamento, independente da sua origem, estas questões deveriam partir de cada Associação (através da revisão dos seus Estatutos, por exemplo) ou através da responsabilização de todos os envolvidos (entre eles, alunos e dirigentes associativos, por exemplo, em Assembleias Gerais e na discussão dos relatórios de contas) (Entrevista 2. e 4., Anexo G., Tabela 16.). O mesmo se aplica para a questão de quem deve partir a preocupação em adotar estes princípios na gestão das AEs/AAs. A resposta de um entrevistado demonstrava que a preocupação, antes de mais, deve partir da Direção da AE/AA que deve facilitar a gestão da transparência, através, por exemplo, da disponibilização de documentos e na criação de mecanismos internos para uma gestão mais transparente e mais ética (Entrevista 2., Anexo G., Tabela 17.)

“(...) Quanto mais a Direção facilitar aquilo que é esta gestão de transparência, melhor, como é óbvio. A Direção tem bastante poder para ser transparente e liberdade para isso, portanto, tem liberdade para umas coisas e liberdade para outras, ou seja, para ser transparente na disponibilização de documentos e na criação de mecanismos internos também para uma gestão mais transparente, mais ética...” (Entrevista 2.)

De seguida, os dirigentes entrevistados procuraram refletir sobre a medição deste indicador. Partindo do pressuposto que a transparência se mede então pela quantidade e a qualidade da informação

disponibilizada, a principal responsabilidade de fiscalização e medição deste princípio está nas mãos dos estudantes (Anexo G., Tabela 17.). Neste sentido, devem ser eles a questionar as respectivas Direções sobre aspetos que não considerem claros ou sobre a falta de informação relevante disponível (Entrevista 1.). Para além de depender do estudante, a transparência na gestão também recai nas mãos dos dirigentes, nomeadamente, na sua capacidade de avaliar e tomar decisões em prol de uma gestão mais íntegra e transparente, procurando prestar contas junto da *população* representada – os estudantes –, ao mesmo tempo que procura realizar atividades que gerem lucro para a Associação. Esta prestação de contas faz-se pela apresentação de documentos e informações relevantes, mas também pela discussão conjunta da gestão da AE/AA (Entrevista 5., Anexo G., Tabela 17.).

“A transparência é algo que (...) eu acho que é muito fácil de tu verificares, porque ok és um estudante, estás a ver as coisas e há sempre comprovativos que podes pedir, coisas que podes confirmar, questões que podes fazer, por isso, eu acho que o escrutínio feito... ou seja, a transparência das Associações parte do dirigente, obviamente que parte do dirigente mas é, se calhar, o fator que eu acho que está mais nas mãos do estudante conseguir exigir, vá... pronto... (...) a transparência é genericamente o mais fácil de ser identificado e confirmado(...)”
(Entrevista 1.)

Muitas vezes, a transparência é a disponibilização de informação em “momentos chave”, como em Assembleias Gerais ou na discussão dos orçamentos. Uma forma de potenciar a aplicação deste princípio é através da criação de dossiês com toda a documentação relevante, que pode ser consultada em qualquer altura aos estudantes do Ensino Superior. Por outro lado, a transparência na gestão pode também estar associada à forma como as despesas são pensadas e como é feita a gestão (por exemplo, ao não realizar despesas “absurdas”, como elevados valores para despesas de representação) (Entrevista 5., Anexo G., Tabela 17.).

A discussão sobre a transparência levou à discussão sobre a prestação de contas existente junto de alguns dos seus *stakeholders*: o IPDJ e as IES. Perante o IPDJ, a prestação de contas faz-se de acordo com o estabelecido na Lei, através da apresentação de relatórios intercalares e relatórios finais, por forma a justificar o dinheiro concedido pelo IPDJ para as atividades da AE/AA. Cabe ao IPDJ fiscalizar a devida aplicação do apoio, e caso este não tenha sido gasto nos moldes em que estava estabelecido na candidatura, será necessário devolver o dinheiro concedido previamente¹⁹ (Anexo G., Tabela 19.).

Já no que se refere à prestação de contas junto da IES, ou Reitoria das Universidades, por este não ser um procedimento previsto na Lei, a prestação de contas está dependente da predisposição de cada Direção para o efeito e da relação estabelecida com a respetiva Instituição de Ensino ou Universidade. Se por um lado existem Associações que prestam algum conhecimento e justificação dos seus gastos em atividades perante as devidas IES (Entrevista 1., Anexo G., Tabela 20.), outras Associações não detêm dos mesmos procedimentos (Entrevista 2. e 3., Anexo G., Tabela 20.). No entanto, apesar de não

¹⁹ Isto foi o que aconteceu a muitas Associações no ano de 2020, como consequência da pandemia COVID-19, que impossibilitou as AEs/AAs de realizarem, ao longo do ano, as atividades apoiadas pelo IPDJ (Entrevista 1., Anexo G. Tabela 18.).

prestarem diretamente contas à IES ou à Direção da Universidade, nos seus Relatórios de Contas esta prestação é, de certa forma, estabelecida (Entrevista 3., 4. e 5., Anexo G., Tabela 20.).

Nesta relação de prestação de contas entre as Associações e as IES, os *stakeholders* destacam que é importante que as IES sirvam de exemplo, através da adoção de instrumentos preventivos, e adotando uma postura fiscalizadora relativamente à parte do orçamento que dispõem para as AEs/AAs (Entrevista 8.).

“As Instituições do Ensino Superior, para mim, têm 2 missões neste domínio: por um lado, como concedentes de apoios têm de fiscalizar a sua aplicação; segundo, independentemente disso podem também exigir que essa concessão de apoios seja acompanhada de um plano de prevenção de riscos. No fundo acabam por ser os embaixadores do Conselho de Prevenção da Corrupção. E darem o exemplo também, não é. Têm de dar o exemplo às Associações de Estudantes, têm também planos de prevenção de riscos de qualidade, porque as Universidades, para mim, eu também sou professor, eu vejo as Universidades como centros de excelência e que têm de dar o exemplo. É como nós aqui no Tribunal de Contas e no Conselho de Prevenção da Corrupção – recomendamos, observamos, logo temos de dar ao exemplo relativamente àquilo que nós recomendamos.” (Entrevista 8.)

4.3. Medidas

Por último, foi discutida a implementação de um conjunto de medidas a adotar para promover uma melhor gestão, reforçando, em específico, a integridade e a transparência na gestão das AEs/AAs do Ensino Superior. As medidas selecionadas saíram da análise dos casos noticiados, nomeadamente, das recomendações dos auditores à AAFDUL. Assim, os entrevistados foram questionados sobre a existência, a implementação e a importância das seguintes medidas: (i) códigos de ética ou conduta, (ii) os Estatutos estipularem princípios como a integridade, a transparência e a democraticidade, (iii) existência de um órgão de controlo (por exemplo, o Concelho Fiscal ou outro), (iv) existência de um plano de prevenção de riscos de corrupção, (v) realização de procedimentos de controlo, (vi) disporem de serviços de apoio à gestão (fiscal e jurídica) e, por último, (vii) a realização de formações aos estudantes que integram a AE/AA (sobre como lidar com a gestão de dinheiros, por exemplo).

A pertinência destas medidas foi colocada aos dirigentes associativos e aos *stakeholders* entrevistados. De seguida, apresentam-se as principais conclusões relativamente à importância destas medidas para promover uma gestão mais íntegra, transparente e democrática nas AEs/AAs do Ensino Superior, em Portugal.

Códigos de conduta ou de ética

Sobre a existência de um código de conduta ou de ética, a generalidade dos entrevistados revelou que este não é um mecanismo existente na sua Associação (Entrevista 1, 2. e 3., Anexo G., Tabela 23.). Não obstante, dois dos entrevistados (Entrevista 4. e 5., Anexo G., Tabela 23.) afirmaram ter ferramentas internas informais que procuram limitar e definir o escopo da ação dos dirigentes e da restante comunidade que faz parte da AE/AA. Estas ferramentas informais relacionam-se com procedimentos internos da Direção, onde cada membro se deve responsabilizar pelos seus atos, honrar e cumprir o

juízo feito no início do mandato (Entrevista 4., Anexo G., Tabela 23.). Apesar de não serem estritamente pensados para lidar com estas questões, as revisões estatutárias com maior definição do que se pode ou não fazer (Entrevista 3., Anexo G., Tabela 23.) e os regimentos estipulados para a Direção e para os órgãos sociais da AE/AA (Entrevista 5., Anexo G., Tabela 23.) podem também constituir-se como instrumentos importantes para delimitar formalmente a esfera de ação dos membros da Associação (não obstante, não tendo como principal e único enfoque as questões relacionadas com a conduta ética dos seus membros).

Relativamente à criação e implementação de um código de ética ou conduta, para os *stakeholders*, este tipo de medida faz sentido para qualquer instituição, independentemente da sua natureza (pública ou privada) (Entrevista 7., Anexo H., Tabela 33.). No entanto, apesar de ser importante adotar este tipo de códigos, para promover maior transparência, a simples apresentação e publicitação das contas da AE/AA num sítio na Internet pode ser uma medida complementar neste sentido (Entrevista 8., Anexo H., Tabela 33.). Por outro lado, face à possível dificuldade que as AEs/AAs podem ter em construir este tipo de regulamentos, estas podem pedir apoio a várias entidades, nomeadamente, ao Conselho de Prevenção da Corrupção ou até à IES (estas últimas que devem também possuir um código de conduta e que podem servir de inspiração às AEs/AAs) (Entrevista 8., Anexo H., Tabela 33.).

Princípios éticos nos Estatutos

De seguida, os inquiridos foram questionados sobre se os seus Estatutos estipulam princípios como a integridade, a transparência, ou a democraticidade. De acordo com alguns dos entrevistados (Entrevista 1. e 6., Anexo G., Tabela 24.) este é um tipo de procedimento comum.

“Sim, os Estatutos acabam por ser a base, porque fala da transparência, da democraticidade, pronto, e acaba por ser um bocadinho a base...” (Entrevista 1.)

Relativamente a esta questão, para os *stakeholders*, é indiscutível a sua relevância. Apesar de ser evidente a descrição destes princípios, poderá também ser interessante a descrição complementar de alguns comportamentos esperados e não esperados, isto é, a descrição dos comportamentos que traduzem a integridade, a transparência, a imparcialidade, a democraticidade, transposto naquilo que se poderá constituir como uma “carta ética” (Entrevista 8., Anexo H., Tabela 34.)

Existência de órgãos de controlo

Por outro lado, sabendo que um dos órgãos internos de fiscalização pode ser o Conselho Fiscal, foi perguntado aos dirigentes sobre a existência deste (ou de outro) órgão de controlo. O Conselho Fiscal, de acordo com o estabelecido estatutariamente, deve ter a capacidade de emitir pareceres a relatórios finais ou intercalares (Entrevista 1. e 4., Anexo G., Tabela 25.). Para algumas Associações, o Conselho Fiscal pode ser um bom mecanismo de fiscalização, mas, no entanto, existem outras Associações que dão mais importância ao Tesoureiro do que ao Conselho Fiscal (Entrevista 2., Anexo G., Tabela 25.), uma vez que o Conselho Fiscal não é uma figura presente ao longo de toda a gestão, aparecendo somente na apresentação de Relatórios finais (de contas e atividades) e na discussão de orçamentos.

Apesar de serem importantes órgãos fiscalizadores, estes podem não ser um instrumento infalível. Em algumas realidades associativas, esta pode ser a última etapa de alguns estudantes no mundo associativo, o que pode ameaçar a capacidade moral e a imparcialidade ao analisar questões sensíveis como a gestão da Direção da AE/AA (Entrevista 3., Anexo G., Tabela 25.). Noutros casos, o Conselho Fiscal pode não funcionar bem. As razões podem ser várias, nomeadamente, porque quem ocupa o cargo desconhece as suas funções e obrigações (Entrevista 6. e 1., Anexo G., Tabela 25.). Esta falta de preparação e consciência do cargo que se ocupa pode penalizar a Associação como um todo, uma vez que não é apenas a Direção responsável pela gestão, tendo o Conselho Fiscal também um papel importante.

A discussão da existência de órgãos de controlo relaciona-se em grande medida com a discussão sobre a existência de organismos com competências fiscalizadoras. Apesar de o dinheiro concedido pelo IPDJ ser fiscalizado pelo próprio Instituto, o restante financiamento público não está sujeito a nenhuma fiscalização. Assim, cabe ao Conselho Fiscal (fiscalizador interno) averiguar as receitas e as despesas, numa perspetiva mais ampla. Para os *stakeholders*, apesar da existência de um órgão de controlo ser importante e necessária, é relevante também que estes órgãos sejam colegiais e que as decisões sejam tomadas segundo este princípio, devendo os estudantes que o compõem estar interessados, envolvidos e cientes da responsabilidade das suas funções (Entrevista 7., Anexo H., Tabela 35.).

Por outro lado, internamente, para além do Conselho Fiscal, a existência de “*whistleblowers*”, denúncias de estudantes ou funcionários da AE/AA (Entrevista 3., Anexo G., Tabela 21.), podem servir para apelar à fiscalização da respetiva Associação. Assim, é novamente reforçada a ideia de que os estudantes devem ser os agentes fiscalizadores das suas Associações e que, munidos de informação, devem escrutinar a sua Associação, a sua Direção e as restantes pessoas que a compõem (Entrevista 3. e 4., Anexo G., Tabela 21.).

Não obstante as limitações do Conselho Fiscal, outro órgão independente poderá não resolver estas questões. Os problemas poderiam ser exatamente os mesmos que já acontecem no Conselho Fiscal, nomeadamente, serem dirigidos por estudantes sem experiência e conhecimento prévio de como lidar com estas matérias, mas também o facto de não serem entidades nem certificadas, nem com qualquer validade legal (Entrevista 1., Anexo G., Tabela 25.). Por outro lado, relativamente à criação de um organismo independente para desempenhar estas atividades fiscalizadoras, a opinião de alguns dos entrevistados é relutante (Entrevista 2., Anexo G., Tabela 21.). À semelhança das restantes empresas, é de crer que as AEs/AAs sejam fiscalizadas do mesmo modo que as primeiras (Entrevista 2., Anexo G., Tabela 21.). Não obstante esta posição, para a fiscalização de todos os apoios públicos, o Tribunal de Contas foi considerado como a melhor entidade para o efeito (Entrevista 2., Anexo G., Tabela 21.; Entrevista 7. e 8., Anexo H., Tabela 32.), e, para verificar a gestão como um todo, a fiscalização por parte da Inspeção Geral das Finanças poderá ser necessária (à semelhança do que acontece a qualquer outra empresa) (Entrevista 8., Anexo H., Tabela 32.).

Por último, podem existir outros mecanismos que não limitando as funções e capacidades do Conselho Fiscal, nem pondo em causa a independência da AE/AA, podem ser úteis. Nomeadamente, a criação de um auditor interno (Entrevista 8., Anexo H., Tabela 35.) que, apesar de não ser independente (porque dependerá do Presidente da AE/AA), tem independência técnica de, após a ordem para o efeito, verificar a gestão interna. Por outro lado, as Federações Académicas podem também deter de um papel importante para acompanhar de mais perto a gestão das AEs/AAs, podendo fiscalizar em situações onde exista essa necessidade (Entrevista 4., Anexo G., Tabela 25.).

Plano de prevenção de riscos de corrupção

Após esta discussão, os entrevistados foram questionados sobre a existência de um plano de prevenção de riscos de corrupção e a importância da sua implementação. Novamente, a adoção desta medida não se encontra estipulada formalmente, mas alguns entrevistados (Entrevista 5. e 6., Anexo G., Tabela 26.) revelaram a existência de procedimentos internos que servem este propósito. Criar procedimentos, regimentos ou práticas internas dependerá, em última análise, do Dirigente e da importância dada por este a este tipo de práticas. Estas práticas internas podem passar pela definição de “regras” internas, nomeadamente, por um conjunto de “regras morais” que o Dirigente em funções tem para lidar com os restantes membros da AE/AA, como mecanismo para promover uma melhor gestão, mais transparente, íntegra e democrática.

Já para os *stakeholders*, este é um mecanismo que deve ser adotado por qualquer gestor público ou privado se quer ser “bom gestor” (Entrevista 8., Anexo H., Tabela 36.) (constituindo-se como um importante instrumento de gestão), mas, apesar de ser coerente com os outros instrumentos discutidos, na sua essência, este pode ser menos relevante do que, por exemplo, a existência de um código de conduta ou de ética (Entrevista 7., Anexo H., Tabela 36.).

Procedimentos de controlo com regularidade

De seguida, foi debatido a existência de procedimentos de controlo, por exemplo, a realização das auditorias. Como os casos noticiados revelaram, as auditorias surgem muitas vezes após denúncias de má gestão nas AEs/AAs, sendo que este tipo de práticas não se apresentava como práticas recorrentes. As razões para isto acontecer são várias, mas a principal está relacionada com o peso financeiro que as auditorias externas podem ter para as finanças internas de uma AE/AA (Entrevista 5. e 6., Anexo G., Tabela 27.). Outra razão pode ser mesmo a pertinência destes procedimentos para a gestão da AE/AA, isto é, não será o procedimento mais sustentável num cenário onde não existem grandes preocupações (por parte dos estudantes e dos membros da AE/AA) para realizar este tipo de procedimentos com regularidade.

Assim, as opiniões sobre a pertinência destes procedimentos são díspares: enquanto alguns dirigentes acreditam que este tipo de procedimentos devia estar estipulado na lei (Entrevista 3., Anexo G., Tabela 27.), para outros não faz tanto sentido (Entrevista 1., 4. e 5., Anexo G., Tabela 27.), tendo mais custos do que benefícios. No âmbito desta discussão, os dirigentes foram também questionados sobre a última vez que uma auditoria foi realizada na sua AE/AA. As respostas encontram-se no Anexo

G., na Tabela 27, mas à exceção das AEs/AAs noticiadas, os restantes entrevistados não se lembram da última vez que foi realizada uma auditoria na sua Associação (Anexo G., Tabela 27.).

Para os *stakeholders*, a existência de procedimentos de controlo com regularidade, nomeadamente, através da realização de auditorias deve ser feita com a devida razoabilidade e noção de que, tal como os dirigentes apontaram, este tipo de práticas pode ter mais custos do que benefícios (em específico, o peso monetário na gestão dos recursos da AE/AA) (Entrevista 7., Anexo H., Tabela 37.).

Para ultrapassar os constrangimentos financeiros para proceder à realização de auditorias, poderiam ser adotados novos procedimentos para ajudar as Associações neste sentido. Um Entrevistado (Entrevista 2., Anexo G., Tabela 27.) mencionou um possível mecanismo, através do apoio do IPDJ. Neste cenário, o IPDJ poderia ser a figura de aconselhamento junto das AEs/AAs que, no início de cada ano letivo, recomendasse às Associações um programa (a criar) para apoiar estas estruturas a aceder a auditorias. Poderia ser sob a forma de uma linha de apoio ou apenas um apoio “educativo/formativo” por parte do IPDJ, ajudando as Direções a estarem o mais informadas possível sobre a gestão da sua Associação.

Serviços de assessoria e de apoio à gestão

Outra medida retirada da auditoria realizada à AAFDUL foi a existência de serviços de apoio e assessoria, na figura de um advogado e contabilista. Novamente, a presença e a necessidade de contratar estes serviços dependerá muito do tamanho da Associação e da sua predisposição para acatar este custo. A existência de um contabilista que apoie a gestão da AE/AA aparenta ser mais recorrente (Anexo G., Tabela 28.). Uma vez que estas Associações se enquadram em Instituições de Ensino de diversas vertentes científicas e académicas, nem todos os alunos possuem competências e conhecimentos para compreender certos processos decorrentes da atividade e da gestão destas organizações. Nestes casos, a existência de um contabilista certificado que preste apoio e aconselhamento junto destas pode ser visto como uma mais-valia para a preservação da boa gestão (Entrevista 3., Anexo G., Tabela 28.).

Apesar da importância dada ao contabilista, um dos entrevistados (Entrevista 2., Anexo G., Tabela 28.) revelou que um bom tesoureiro pode ultrapassar a necessidade de recorrer junto de um contabilista, uma vez que o tesoureiro, na gestão do dia-a-dia, acaba por ter um conjunto de responsabilidades que têm impacto no resultado global da Associação.

Por outro lado, relativamente ao apoio jurídico, este tende a ser equacionado face a situação da AE/AA. Existem AEs/AAs que procuram apoio jurídico esporadicamente, seja pela existência de processos judiciais atuais ou antigos, para verificar a legalidade de certos processos, ou meramente para pedir pareceres (Entrevista 1., 2. e 3., Anexo G., Tabela 28.). Em suma, a relevância atribuída a este tipo de apoio dependerá sempre do modelo de gestão, da complexidade das fontes de financiamento, da própria IES a que pertencem, dos estudantes que estão responsáveis por estas questões nos respetivos órgãos competentes e da necessidade sentida pela estrutura associativa (nomeadamente, caso existam casos passados em vias judiciais).

Outra dimensão discutida foi a importância da continuidade dos profissionais que acompanham a Associação, que possibilita a continuidade do processo e dos objetivos de gestão, entendida assim como uma garantia para os dirigentes de que a gestão continuará a pautar-se pelos mesmos princípios e seguirá a mesma direção dos mandatos anteriores, nomeadamente, continuando a ser transparentes e íntegras na sua gestão (Entrevista 1., Anexo G., Tabela 28.).

Para os *stakeholders*, esta é uma questão que estará diretamente dependente das verbas, da natureza das atividades realizadas e da dimensão da Associação. Assim, se do ponto de vista dos princípios fará sentido, do ponto de vista financeiro e económico poderá prejudicar as Associações (Entrevista 7., Anexo H., Tabela 38.). Caso as AES/AAs tenham capacidade financeira para o efeito, este é um mecanismo que se justifica (Entrevista 8., Anexo H., Tabela 38.), mas, novamente, a existência de um código de ética ou de conduta pode ser mais vantajoso do que este tipo de medidas. No entanto, das duas figuras (advogado ou contabilista) a que poderá fazer mais sentido, para os *stakeholders*, num primeiro momento, será o contabilista, porque é o técnico com conhecimento para organizar a contabilidade da Associação (Entrevista 7., Anexo H., Tabela 38.).

Formações aos estudantes que integram a AE/AA

Por último, questionou-se sobre a importância de desenvolver atividades de formação junto dos estudantes universitários por forma a capacitá-los para reconhecer e lidar com os riscos de gestão no funcionamento das AEs/AAs. Ao nível da formação, existem Associações que realizam formações para processos internos como, por exemplo, para a gestão e organização de projetos (Entrevista 1., Anexo G., Tabela 29.). Não obstante a existência de já algumas formações, uma das recomendações saídas da análise documental seria a adoção de formações mais regulares para, por exemplo, os estudantes vinculados a órgãos com maior poder de decisão a nível financeiro, como para aqueles pertencentes ao Conselho Fiscal, por exemplo. Para os entrevistados, apesar de identificarem a importância destas formações, concordaram que estas poderiam abranger mais elementos como, por exemplo, a própria Direção e o Tesoureiro (Entrevista 6., Anexo G., Tabela 29.), mas também outros elementos como os próprios funcionários (que poderiam ser alvo de outro tipo de formações mais específicas às suas funções) (Entrevista 2., Anexo G., Tabela 29.). Um importante organismo para promover estas iniciativas são as Associações ou Federações Académicas, que prestam um conjunto mais regular de formações ao longo do ano, sobre várias temáticas, sendo que a pertença às “Federativas” pode ser vista como uma vantagem para estas Associações (Entrevista 3., 4. e 6., Anexo G., Tabela 29.).

Por outro lado, o período de passagem de pasta (Entrevista 1., 2., 3. e 6., Anexo G., Tabela 37.) foi encarado como um período de formação entre a liderança passada e a liderança futura. Todavia, este processo pode nem sempre ser o mais formativo, por exemplo, em situações de rotura, onde não vence a lista de continuidade, podendo ser uma passagem de pasta muito curta (uma ou duas semanas) ou até mesmo não existir, o que pode limitar e restringir as novas lideranças (Entrevista 3. e 6., Anexo G., Tabela 29.).

Por último, para os *stakeholders*, esta é uma medida que faz sentido, porque sensibiliza os estudantes para um conjunto de cuidados que devem ter e verificar. Muitas vezes a má gestão nestas Associações acontece por desconhecimento e não por interesses pessoais ou por má intenção. Assim, uma vez que o desconhecimento pode levar a situações graves, será importante este tipo de procedimentos, alertando os estudantes para um conjunto de questões relacionadas com a gestão de uma AE/AA (Entrevista 7., Anexo H., Tabela 39.). Novamente, o IPDJ pode ter um papel neste sentido. Por outro lado, apesar de serem importantes, há que ter em atenção a dimensão e o orçamento de certas Associações, que podem necessitar, para além destes instrumentos, de um gestor profissional pago (Entrevista 8., Anexo H., Tabela 39.).

4.4. Principais conclusões

A realização das entrevistas exploratórias analisadas neste Capítulo 4. demonstrou-se como uma importante etapa para (i) verificar e completar a análise documental previamente realizada e (ii) para consolidar argumentos e indicadores a aplicar no inquérito aos estudantes universitários. Em parte, estas entrevistas confirmaram os riscos de gestão da análise documental. Assim, os principais riscos de gestão relacionados com as AEs/AAs do Ensino Superior são os da gestão danosa das fontes de financiamento das Associações, que põem em causa a gestão atual e a sustentabilidade das gestões futuras. Estes riscos de gestão financeira danosa englobam um conjunto de questões, nomeadamente, a transposição de princípios como a integridade e a transparência na conduta dos dirigentes e dos restantes estudantes que compõem estas estruturas, bem como nos procedimentos internos existentes. Apesar de terem sido questionados sobre riscos relacionados com a democraticidade interna, este não foi um dos riscos mais referidos pelos entrevistados, não lhe tendo sido atribuída importância direta.

Não obstante o foco nos riscos de gestão danosa das fontes de financiamento, outros riscos foram mencionados, por exemplo, a ligação (histórica) entre o meio associativo e a política foi vista como um dos grandes problemas das Associações (Entrevista 3. e 6., Anexo G., Tabela 12.). Por outro lado, as entrevistas exploratórias evidenciaram a crescente vertente empresarial e a profissionalização destas Associações. Esta transformação pode colidir com a vertente associativa de defesa dos direitos e interesses dos estudantes. As mudanças na sociedade implicaram e exigiram que os movimentos associativos estudantis se modificassem, ao mesmo tempo que lutam para preservar a sua génese representativa, democrática, participativa, enquanto “grupo de pressão” para a defesa dos interesses dos estudantes do Ensino Superior. Esta mudança pode criar um conjunto de constrangimentos que podem expor as Direções a um conjunto de riscos de gestão:

“O que eu acho que acontece muito é que as Associações de Estudantes, nos últimos 30 anos para cá, a partir da década de 90/80, mudaram muito daquilo que é a sua forma de estar na sociedade e a sua forma de funcionar. Ou seja, há algumas Associações que existem há mais de 100 anos (o caso do Técnico, Direito, Farmácia, Medicina, aquelas das Faculdades mais antigas também) e passaram, ao longo da sua história, por várias fases. Houve uma clara fase que se distingue bem que é ali até ao 25 de abril, em que as Associações eram verdadeiras estruturas políticas e que a vertente empresarial das Associações era um bocadinho esquecida, ou seja, não era a parte mais

importante, em algumas existia, noutras não, algumas tinham esse tipo de serviços (como reprografias, bares e festas), mas o verdadeiro propósito das Associações de Estudantes eram ser estruturas políticas nessa altura. E a partir da década de 80/90 as Associações de Estudantes mudaram um bocadinho a sua forma de estar e a sua forma de atuar. Ou seja, neste momento não há nenhuma Associação de Estudantes do país (pelo menos que eu conheça) que não funcione como uma empresa. (...) Não são empresas no papel, mas funcionam como uma empresa e isto cria aqui, na minha opinião (...) uma dificuldade àquilo que é a gestão da Associação de Estudantes. (...) Apesar de as Associações serem estruturas democráticas, participativas, representativas, funcionam como uma empresa e depois, lá está, o funcionamento de uma empresa é diferente, ou seja, a gestão executiva de uma empresa que nós... lá está, a empresa em si quer que haja sempre continuidade daquilo que são os princípios e valores e métodos de trabalho da própria empresa em si, e numa Associação de Estudantes é mais difícil de conseguir, porque tem de se garantir que há uma continuidade de pessoas de ano para ano, que há uma continuidade de princípios de ano para ano, ao mesmo tempo que se tem de ir sempre a sufrágio universal no caso das Associações de Estudantes. E, portanto, o que eu acho que acontece muitas vezes é as Associações de Estudantes tentarem funcionar como uma empresa, indo a sufrágio universal, mas tentando garantir que há a mesma quantidade de valores, princípios, porque não é bom para uma Associação de Estudantes, não é bom para os seus funcionários, para aquilo que são as suas metodologias, rotinas, ano após ano estarem a mudar completamente de Direção, de pessoas e princípios e valores e isso traz riscos acrescentados ao funcionamento da própria Associação” (Entrevista 2.)

Por forma a colmatar este tipo de riscos, os entrevistados concordam na aplicação de um conjunto de medidas e mecanismos a adotar para promover elevados padrões de gestão, assentes na integridade e na transparência, mas tendo em consideração que a promoção destas medidas estará sempre da dimensão da AE/AA em questão e da disponibilização de recursos financeiros para o efeito. No entanto, apesar de ser importante criar um conjunto de ferramentas de controlo, principalmente para não deixar tudo entregue aos estudantes e ao seu nível de integridade, é também importante lembrar que as Associações não existem “apenas e só para se controlar” (Entrevista 7., Anexo H., Tabela 38.). A generalidade dos entrevistados concorda que, uma vez que estão em causa a gestão de dinheiros públicos, estes devem ser fiscalizados (interna e externamente), devendo estes ser regidos por um regime próximo ao dos recursos públicos (Entrevista 7. e 8., Anexo H., Tabela 31.).

Não obstante a existência de riscos, alguns dos entrevistados apelaram ao período recente que as Associações vivem, onde as Direções mais recentes se preocupam em honrar o passado e não cometer erros anteriormente cometidos. Isto leva-os a prestar mais atenção e adotar padrões tendencialmente mais elevados de transparência e integridade nos seus modelos de gestão.

Em suma, estas entrevistas exploratórias ajudaram a evidenciar um conjunto de riscos e de dimensões que informam o desenho do inquérito a aplicar aos estudantes do Ensino Superior.

5. O INQUÉRITO APLICADO AOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

5.1. Integridade, transparência e democraticidade – *Do que se trata e como se relacionam?*

De acordo com a análise documental foi possível indicar dois grandes grupos de riscos de gestão (um relacionado com a gestão financeira danosa, com implicações na integridade e na transparência, outro relacionado com a democraticidade interna da AE/AA), que foram discutidos e reforçados nas entrevistas exploratórias. Em específico, nas entrevistas exploratórias foi dada grande relevância às implicações éticas, ao nível da integridade e da transparência, dos riscos de gestão financeira danosa.

Uma vez que o objetivo principal desta dissertação é compreender a perceção dos estudantes universitários sobre um conjunto de riscos e a forma como estes afetam o seu nível de confiança no trabalho da sua AE/AA, procedeu-se à criação de um inquérito a aplicar junto deste grupo-alvo. A análise documental e as entrevistas exploratórias permitiram informar sobre um conjunto de dimensões e questões a aplicar neste inquérito. Assim, de acordo com esta análise foi possível identificar que os riscos de gestão podem pôr em causa dimensões como a transparência e a integridade, e que é também possível existir outro tipo de riscos que ameaçam o funcionamento destas estruturas associativas, como é o exemplo dos riscos associados à democraticidade interna²⁰. Neste sentido, estas duas etapas metodológicas permitiram consolidar e definir um conjunto de riscos de gestão (integridade, transparência e democraticidade interna).

Normalmente, para avaliar o desempenho de uma qualquer organização, são analisados indicadores financeiros e não financeiros. Neste trabalho, a avaliação do desempenho das AEs/AAs do Ensino Superior será feita através da análise destes três indicadores não financeiros que, em última análise, podem ter impacto na gestão económico-financeira destas organizações. No entanto, para avaliar o impacto destas dimensões na perceção dos estudantes universitários e no seu nível de confiança no trabalho da AE/AA, é necessário caracterizar e operacionalizar estes riscos.

Deste modo, tendo os estudos apresentados no Capítulo 2., a análise documental do Capítulo 3. e a análise das entrevistas presente no Capítulo 4. em consideração, importa mais uma vez refletir sobre as especificidades do enquadramento que estas Associações têm na lei, em Portugal, e sobre a complexidade em enquadrá-las enquanto organizações sem fins lucrativos, prosseguindo fins políticos (através da sua capacidade de influência em algumas matérias de política e da representação dos estudantes do Ensino Superior), estando inseridas em IES públicas ou privadas, ao mesmo tempo que recebem financiamento público. Esta complexidade leva à emergência de um conjunto de preocupações relacionadas com a avaliação do seu desempenho. Para tal, aprofundaremos a forma de avaliar estes três

²⁰ Apesar de este não ter sido um risco aprofundado nas entrevistas, a análise documental revelou um conjunto de exemplos que apelam à problematização destes riscos nos modelos de gestão das AEs/AAs do Ensino Superior. Por outro lado, este é um princípio que, por natureza, encontra-se estipulado nos Estatutos de muitas Associações (Entrevista 1., Anexo G., Tabela 19.), sendo, portanto, interessante compreender como é que a perceção destes riscos afeta o nível de confiança dos estudantes universitários no trabalho das suas AEs/AAs.

indicadores, através de estudos sobre o funcionamento e a gestão de Associações ou organizações sem fins lucrativos, e de um conjunto de outra literatura relevante.

A análise destes indicadores não financeiros é importante tanto ao nível da gestão interna, como para as partes interessadas no trabalho destas organizações (os *stakeholders*). Em específico, no caso das AEs/AAs, estes *stakeholders* podem ser: o Estado (na figura do IPDJ e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior²¹), os estudantes (que são não só beneficiários, como a comunidade envolvida e que podem pertencer de forma voluntária à organização), os patrocinadores e demais entidades com quem estabelecem parcerias e, em última análise, a própria Instituição de Ensino Superior (de quem recebem parte do seu financiamento). Para que estes atores decidam sobre a mesma, é importante regularmente procederem à avaliação do desempenho destas organizações, sendo para tal imperativo que disponham de um conjunto de informações adequadas (Francisco, 2012). Com o aumento da dimensão destas organizações, da sua atividade e capacidade, a avaliação da eficiência e eficácia destas passa a ser mais relevante, de acordo com Francisco, (2012). No entanto, há que ter em atenção que, por se tratar de organizações sem fins lucrativos, apenas informações de cariz económico-financeiro, isoladamente, podem ser insuficientes para demonstrar o desempenho e a relevância destas organizações (Francisco, 2012).

Assim, de seguida, serão operacionalizados os três indicadores não financeiros que serão testados no inquérito aos estudantes universitários.

5.1.1. Integridade

A integridade, de forma geral, refere-se a um sentido de integridade ou de cumprimento de deveres, servindo como antítese de práticas como a *corrupção* ou o *abuso de poder* (Armstrong, 2005). Como vimos posteriormente, este conceito pode estar associado a um conjunto de características pessoais, ligadas a valores como o sentido de equidade, responsabilidade, justiça, confiança, consistência, cumprimento de promessas, respeito, e coerência entre os princípios e a ação (Sihombing, 2018), podendo caracterizar-se como um tipo de comportamento aprendido, refletindo características que se baseiam em normas e em comportamentos éticos (Sihombing, 2018). Por ser difícil medir este tipo de comportamentos pessoais, autores como Huberts (2018) procuram definir melhor que tipo de comportamentos podem caracterizar “*violações de integridade*”²² (Tabela 1.). Este tipo de práticas pode ocorrer em situações onde indivíduos em posição de poder e autoridade, com controlo sobre benefícios e custos económicos, detêm de liberdade de escolha sobre a alocação dos recursos, sendo capazes de extrair vantagens económicas para benefício próprio (Tomo et al., 2018). Neste sentido, uma vez que a integridade reflete um conjunto de práticas e características pessoais difíceis de medir e quantificar, a

²¹ Mas também outras instâncias públicas (porque a estas Associações são confiados dinheiros públicos, podendo ser fiscalizadas, por exemplo, e em última instância, pelo Tribunal de Contas).

²² Para saber mais sobre a caracterização destas “*violações de integridade*” apela-se à leitura de Huberts (2014, 2018).

percepção da ausência destes tipos de violações contribuirá para compreender melhor a percepção existente sobre o nível de integridade nestas Associações.

Tabela 1. Tipos de Violações de Integridade

1. Corrupção: Suborno
2. Corrupção: Favorecimento
3. Conflito de Interesses (prendas/ofertas, hospitalidade, ofertas de emprego, etc.)
4. Fraude e desvio de recursos (peculato e peculato de uso)
5. Desperdício e Abuso de Recursos
6. Quebra de Regras/Poder para uso indevido (também se aplica às organizações)
7. Uso Indevido e Manipulação de Informações
8. Tratamento Indecente (intimidação, discriminação)
9. Má conduta de <i>tempo privado</i>

Fonte: Adaptado de Huberts (2018)

5.1.2. Transparência

A avaliação do desempenho pode também ser feita pela análise da transparência e da prestação de contas existente (Francisco, 2012). O trabalho de Francisco (2012) demonstra que é necessário implementar nestas associações e organizações sem fins lucrativos metodologias de avaliação de desempenho, por forma a atingir níveis maiores de transparência e prestação de contas. Segundo o autor, a prestação de contas (ou *accountability*) pode ser alcançada através de alguns mecanismos, como pela apresentação de relatórios e demonstrações divulgativas, das avaliações de desempenho, da participação dos interessados, da autorregulação e da realização de auditorias (Francisco, 2012). Não obstante, face à particularidade destas organizações e associações, alguns mecanismos para a promoção de maior *accountability* podem não ser tão fáceis de implementar, como é o caso das auditorias externas: para além do facto de estas organizações terem uma gestão diferente daquelas com fins lucrativos, ou mesmo de organizações governamentais, estas apresentam recursos limitados, podendo não ter predisposição não só para o elevado custo que representam, como não deter de preparação técnica para lidar com todo este processo (Francisco, 2012).

A transparência define-se de forma semelhante como o acesso do público a informações (fiáveis) sobre as decisões tomadas e sobre o desempenho da respetiva organização/associação (Jashari & Pepaj, 2018). A transparência baseia-se ainda na premissa de que o público deve ter a oportunidade de “seguir” de perto as ações dos seus representantes eleitos (Rahat & Shapira, 2017). Este valor intrínseco é que ajuda a prevenir a corrupção e alguns comportamentos indevidos, permitindo ao público desenvolver opiniões sobre um conjunto de assuntos de forma informada com base em dados completos e fiáveis, e reforça a confiança do público nas estruturas de governança²³.

²³ A transparência, ao promover boa governança, potenciará níveis mais elevados de confiança numa qualquer instituição que se reveja com princípios democráticos (Francisco, 2012).

Atualmente, a noção de transparência está muito associada à informação disponibilizada através da Internet e das plataformas digitais (como sites ou redes sociais) (Rahat & Shapira, 2017). No caso das AEs/AAs, a comunicação tecnológica é, na maioria das vezes, utilizada como o recurso de divulgação de informações institucionais, e apresenta-se como um meio para informar os estudantes universitários sobre atividades recreativas ou culturais, mas também para dar conta de alguns processos de tomada de decisão na estrutura da AE – seja através da divulgação de convocatórias para as Assembleias Gerais, da apresentação do resultado destas sessões, das Atas saídas das Assembleias Gerais de Alunos, mas também para divulgação de relatórios de contas ou de atividades. A disponibilização de informação relevante é um importante fator que merece ser avaliado, pela sua possível relação com níveis superiores de democraticidade interna.

A um nível abstrato, estes princípios são co-dependentes: a integridade, ao exigir que o interesse público seja primordial, fornece a base para a transparência e a prestação de contas. De acordo com Armstrong (2005), *“a transparência sem prestação de contas torna-se inútil; a prestação de contas, por sua vez, depende da transparência; e, por fim, a transparência e a prestação de contas sem integridade podem acabar por não servir o interesse público”*.

5.1.3. Democraticidade

Ambos os princípios (integridade e transparência) fazem parte da dinâmica democrática, à qual se acrescentam outras dimensões, como, por exemplo, a legitimidade, a responsabilização entre eleitos-eleitores, a independência, a representatividade, a competição, a participação e o pluralismo (Proteasa, 2009). As Associações de Estudantes do Ensino Superior são caracterizadas pela sua estrutura política e democrática. Segundo Proteasa (2009), o que torna as associações estudantis um movimento social é o facto de a legitimidade ser considerada o princípio máximo, existirem instrumentos de responsabilização perante a população representada, ser construída tendo por base a solidariedade e possuir de um potencial latente (que pode ser desencadeado pelas mudanças na sociedade).

Pela ligação mais ou menos direta entre as Associações de Estudantes e as estruturas político-partidárias (U-Agency, 2020), é útil revisitar alguma literatura que procura definir riscos ao nível da democraticidade interna, em específico, dos partidos políticos (Rahat & Shapira, 2017). A utilidade desta literatura deve-se ao facto de ambas as estruturas (política e associativa) estarem orientadas pelo princípio da legitimidade (representando os seus eleitos), existirem mecanismos de responsabilização perante a população representada, o seu funcionamento estar sujeito e orientado segundo um conjunto de princípios e, por último, ambos receberem financiamento público e, por isso, poderem ser sujeitas a escrutínio por instituições públicas. Assim, o princípio da democracia está ligado a dois processos: o processo eleitoral e o processo de tomada de decisão (Proteasa, 2009). Importa às AEs/AAs serem democráticas e legitimadas com base no voto dos estudantes. Assim, o princípio da representatividade pode derivar do nível de democraticidade das Associações, caracterizando-se pelo reflexo dos interesses legítimos dos estudantes nas políticas promovidas pelas AEs. Relativamente à representatividade, normalmente, os modelos democráticos tendem a ser representativos, sendo que a ideia de

representatividade pode estar associada a uma exigência de níveis aceitáveis de representatividade descritiva, isto é, os representantes serem semelhantes à estrutura que representam (Rahat & Shapira, 2017). Esta representatividade incide também sobre a representação de certas categorias ou grupos sociais como, por exemplo, minorias étnicas, imigrantes ou mulheres (Rahat & Shapira, 2017).

Para além disto, a pluralidade, a competição e competitividade dentro de uma organização são importantes para medir a sua democraticidade interna. A competição é uma condição central e fundamental para promover maiores níveis de democraticidade, estando dependente de, por exemplo, no momento eleitoral, serem apresentadas várias opções de escolha ao eleitor (Rahat, 2009 apud Rahat & Shapira, 2017). O pluralismo, por sua vez, também se relaciona diretamente com o nível de democraticidade interno e com a competição. Segundo Proteasa (2009), as associações juvenis devem promover o pluralismo e assegurá-lo dentro das suas estruturas, garantindo que todos se sintam à vontade para expressar as suas próprias opiniões e crenças (Proteasa, 2009). Também Fernandes (2007) destaca a pluralidade como uma característica associada à pertença a estas instituições, à semelhança da negociação de interesses.

Por último, o pilar da independência corresponde, segundo Proteasa (2009), à ausência de qualquer influência na representação e nos processos democráticos, como, por exemplo, nas eleições ou na tomada de decisões/posições. A independência exige, por exemplo, que as eleições sejam realizadas sem qualquer interferência nos resultados formais ou informais de forças exteriores ao corpo estudantil. Neste sentido, a existência de regulamentos de apoio às eleições e aos processos de representação dos estudantes contribui bastante para promover a independência das associações estudantis (Proteasa, 2009). Segundo Proteasa (2009), a linha ténue da independência pode ser, por vezes, ultrapassada. Formalmente, a autora delimita a intromissão dos partidos políticos nas associações estudantis quando, em situações de tomada de decisão, as Direções são influenciadas por decisões de partidos, por exemplo. Um dos meios para salvaguardar a independência destas Associações é através da sua autonomia administrativa, garantindo que cabe à Associação ter o controlo dos seus recursos, sejam eles instalações, contas bancárias, atribuição de personalidade jurídica, orçamento, equipamentos, entre outros (Proteasa, 2009).

5.2. Hipóteses

Após a conceptualização das principais dimensões em análise, por forma a responder à questão de investigação (*De que modo as perceções dos estudantes sobre os riscos de gestão existentes nas suas AEs/AAs têm impacto no seu nível de confiança no trabalho das suas AEs/AAs?*), foram postuladas um conjunto de hipóteses a testar no inquérito a aplicar aos estudantes universitários (Tabela 2.).

Novamente, dada a inexistência de um inquérito a que possamos recorrer para atingir o objetivo e responder às questões deste estudo, quando avançamos para a aplicação do inquérito e, posteriormente, à sua análise, existem alguns pressupostos que gostaríamos de testar. Em específico, na relação entre os riscos de gestão identificados e o nível de confiança depositado pelos estudantes no trabalho das suas

AEs/AAs. Uma vez que, de acordo com Francisco (2012), a transparência, ao promover boa governança, potenciará níveis mais elevados de confiança numa qualquer instituição (Francisco, 2012), podemos supor que o mesmo acontecerá para a integridade e a democraticidade. Deste modo, as variáveis independentes correspondem a uma medição genérica da integridade (“grau de satisfação com a integridade na gestão da sua AE/AA”), da transparência (“grau de satisfação com a transparência na gestão da sua AE/AA”) e da democraticidade interna (“grau de satisfação com a democraticidade interna da sua AE/AA”).

Relativamente à confiança, considerou-se importante este indicador ter por base duas dimensões: uma específica (no trabalho da AE/AA na defesa dos seus interesses enquanto estudantes) e outra genérica (no trabalho da AE/AA na defesa da qualidade do Ensino Superior).

Tabela 2. Hipóteses a Testar

Integridade	H1.1: Quanto maior for a satisfação com o nível de integridade da AE/AA, maior será o nível de confiança no trabalho da AE/AA na defesa da qualidade do Ensino Superior.
	H1.2: Quanto maior for a satisfação com o nível de integridade da AE/AA, maior será o nível de confiança no trabalho da AE/AA na defesa dos seus interesses.
Transparência	H2.1: Quanto maior for a satisfação com a transparência da AE/AA, maior será o nível de confiança no trabalho da AE/AA na defesa da qualidade do Ensino Superior
	H2.2: Quanto maior for a satisfação com a transparência da AE/AA, maior será o nível de confiança no trabalho da AE/AA na defesa dos seus interesses.
Democraticidade	H3.1.: Quanto maior for a satisfação com o nível de democracia interna da sua AE/AA, maior será o nível de confiança no trabalho da AE/AA na defesa da qualidade do Ensino Superior
	H3.2: Quanto maior for a satisfação com o nível de democracia interna da sua AE/AA, maior será o nível de confiança no trabalho da AE/AA na defesa dos seus interesses.

5.3. Variáveis e plano de análise de dados

Esta secção propõe-se a descrever e clarificar a natureza das variáveis dependentes e independentes, bem como as variáveis independentes. Aqui se descreverá o plano de análise de dados que será desenvolvido para responder à questão de investigação e testar as hipóteses acima descritas. Importa recordar, mais uma vez, que a conceptualização realizada no subcapítulo 5.1. teve por base a análise documental e as entrevistas exploratórias, tendo posteriormente sido completadas por contributos teóricos provenientes da literatura e com vista a operacionalizar estes conceitos.

Como já foi referido, foram definidas duas variáveis dependentes que procuram medir o nível de confiança dos inquiridos, uma a nível genérico (ou socio-tópico) (“Numa escala de 0 = nenhuma confiança a 10 = total confiança, qual o seu nível de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa da qualidade do Ensino Superior?”), outra a nível específico (ou egocêntrico) (“E qual o seu nível de

confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa dos seus interesses (numa escala de 0 = nenhuma confiança a 10 = total confiança?)”).

Como principais preditores, foram codificadas um conjunto de variáveis independentes com base no enquadramento teórico adaptado para o efeito e a análise documental e das entrevistas exploratórias. Ao todo, é possível identificar três variáveis independentes que procuram medir o nível de satisfação dos estudantes inquiridos com a integridade e transparência da gestão, bem como com a democracia interna da sua AE/AA. Estas constituem-se como variáveis ordinais, cuja escala de 10 pontos oscila entre a total insatisfação (0 = nada satisfeito) e a maior satisfação (10 = totalmente satisfeito).

Posteriormente, foram desenvolvidos um conjunto de outros indicadores específicos para medir o nível de democraticidade, a transparência e a integridade na gestão. No que se refere aos indicadores específicos da democraticidade na gestão, estes evidenciam um conjunto de princípios que definem a preservação da democracia interna das AEs/AAs, entre eles: a liberdade de expressão, a liberdade de voto, a paridade/inclusão, a não discriminação/inclusão, a competitividade, a participação (*accountability* vertical), o pluralismo, a representação, a prestação de contas (*accountability* horizontal), a responsabilidade, a transparência, a independência e a integridade (Anexo I.). Estas dimensões foram elaboradas e operacionalizadas segundo o trabalho de Huberts (2018; 2014) e de Rahat & Shapira (2017). Ao todo, os estudantes tinham de se posicionar sobre a frequência de um conjunto de 13 cenários, de acordo com uma escala entre 0 = nunca e 10 = muito frequente.

No que toca à medição específica da transparência, este indicador foi em grande parte influenciado pela conceptualização descrita no subcapítulo 5.1.2., pela análise das entrevistas e inspirado na própria experiência pessoal no processo de recolha de informação junto dos sites oficiais das AEs/AAs analisadas. Assim, a medição específica da transparência foi operacionalizada segundo a perceção da frequência de um conjunto de informação disponibilizada pela AE/AA, como é possível de verificar no Anexo I. Ao todo, foram criadas 11 variáveis ordinais, cuja escala de 10 pontos oscilava entre 0 = nunca e 10 = muito frequente.

Por último, foram desenvolvidos um conjunto de sete variáveis para medir especificamente a dimensão referente à integridade na gestão. Estas variáveis ordinais procuravam, à semelhança das anteriores, medir a frequência de um conjunto de práticas, neste caso, menos íntegras. Estas variáveis foram construídas como resultado da análise documental e das entrevistas exploratórias, influenciadas também pelo trabalho de Huberts (Huberts, 2018). Face a um conjunto de cenários que ameaçam a integridade na gestão, os estudantes tinham de se posicionar sobre a sua frequência entre 0 = nunca e 10 = muito frequente.

Por outro lado, considerou-se que era importante desenvolver um conjunto de outras variáveis que servissem para os próprios estudantes expressarem as suas opiniões e avaliarem o desempenho da sua AE/AA, de acordo com o estipulado na Lei do Associativismo Jovem. Deste modo, a questão que abriu o inquérito era uma questão aberta que permitia aos estudantes citarem, até ao máximo de três palavras, sobre o que associam a estas estruturas quando pensam na sua missão (“Pensando na sua Associação de

Estudantes (AE)/Associação Académica (AA), que palavras lhe vêm à mente quando pensa na missão destas Associações?”).

De seguida, foram questionados sobre se consideram que estas AEs/AAs têm impacto na vida académica, podendo para tal responder ‘sim’, ‘não’ ou ‘não sei’. Para aqueles que responderam ‘sim’, foi-lhes pedido para explicarem de que modo estas estruturas associativas têm impacto na vida académica. Posteriormente, os inquiridos tiveram de medir especificamente o desempenho da sua AE/AA, de acordo com o estipulado na Lei n.º 57/2019, de 7 de agosto, no que se refere à sua satisfação com as competências e o desempenho das suas AEs/AAs na participação da elaboração da legislação sobre o Ensino Superior (Art.º 20.º). Em específico, os inquiridos tiveram de indicar o seu grau de satisfação com o desempenho da sua AE/AA nos seguintes domínios: (i) definição, planeamento e financiamento do sistema educativo, (ii) gestão dos estabelecimentos de Ensino Superior, (iii) discussão de questões relativas ao Ensino Superior, (iv) definição da ação social escolar e (v) discussão sobre o plano de estudos, reestruturação de cursos, os graus de formação e habilitações. Para tal, tinham de se posicionar de acordo com uma escala entre 0 = nada satisfeitos a 10 = totalmente satisfeitos.

O conhecimento de situações graves (ilegais ou desonestas) relacionadas com a gestão das AEs/AAs ou com as atividades por estas desenvolvidas (nunca, 1x, 2x, 3x ou mais), as implicações da exposição pública de más práticas²⁴, e a avaliação da importância de um conjunto de medidas²⁵ foram outras dimensões relevantes estudadas (Anexo I.).

Para caracterizar os inquiridos, foi-lhes também pedido que indicassem o seu género (feminino, masculino, não binário, outro), a sua idade, a IES onde se encontra, atualmente, a estudar, o ciclo de estudos que frequenta (1.º ciclo – licenciatura, 2.º ciclo – mestrado, 3.º ciclo – doutoramento, Pós-graduação), o curso em que está inscrito, e se pertencem/pertenceram a uma AE/AA. Para aqueles que responderam que pertenceram, foram questionados sobre a sua pertença aos órgãos sociais, e àqueles que responderam sim, durante quanto tempo exercem/exerceram o cargo para o qual foram eleitos (<1 ano, 1 ano, 2-4 anos, >5 anos) (Anexo I.).

Para responder às hipóteses, e por forma a compreender de que modo a perceção dos riscos de gestão impacta o nível de confiança dos estudantes no trabalho da AE/AA, serão apresentados seis Modelos de Regressões Lineares Múltiplas²⁶. Como variáveis dependentes serão considerados os preditores relativos à satisfação genérica com a integridade, a transparência e a democraticidade na gestão. Como variáveis de controlo, serão incluídas no modelo o género (recodificado entre 0 = homem, 1 = mulher), a idade, e a duração do exercício do cargo em órgãos sociais para o qual foram eleitos.

²⁴ Danos reputacionais à imagem do líder associativo da AE/AA em questão; danos reputacionais à imagem da AE/AA em questão; danos reputacionais à imagem da IES em questão; danos reputacionais à imagem do Ensino Superior, em geral; danos reputacionais à imagem das AEs/AAs em geral.

²⁵ As mesmas que foram aplicadas e desenvolvidas nas entrevistas exploratórias, tendo por base a recomendação feita pelos auditores à AAFDUL.

²⁶ Como veremos mais à frente, as variáveis dependentes estão correlacionadas fortemente entre si. Por isso, tomou-se a decisão de separar as variáveis dependentes, para tornar mais fácil isolar o seu efeito nas variáveis dependentes.

Relativamente aos outros indicadores, serão apresentadas estatísticas descritivas e, em alguns casos, análises bivariada (através da análise do coeficiente de correlação de Pearson).

5.4. Análise dos resultados

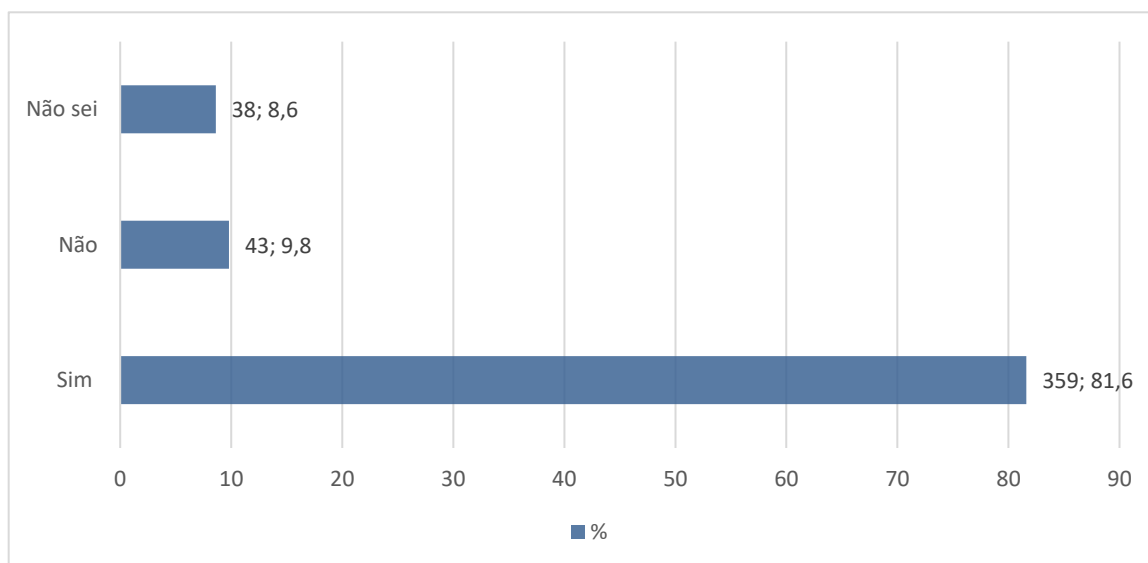
5.4.1. Análise descritiva

Antes de apresentarmos os principais resultados, e de compreender de que modo um conjunto de riscos impactam o nível de confiança no trabalho das AEs/AAs, importa caracterizar os inquiridos que participaram neste estudo. No total, participaram 447 estudantes, tendo 442 aceite participar e cinco não consentido a sua participação (Anexo J., Tabela 40.). Destes 442 estudantes, 74,4% eram do género feminino, 23,3% masculino e 1,1% não binário (Anexo J., Tabela 42. e Figura 5.). Em média, a idade dos inquiridos situou-se nos 23 anos, tendo o inquirido mais novo 17 anos e o mais velho 66 anos (Anexo J., Tabela 43. e 44.). Ao todo, aproximadamente, mais de metade dos estudantes que participaram neste inquérito (52%) encontravam-se inscritos no 1.º ciclo do Ensino Superior (Licenciatura) e 42% no 2.º ciclo (Mestrado) (Tabela 45., Anexo J.), sendo que 84% dos inquiridos encontravam-se a estudar no Iscte (Tabela 46., Anexo J.). Os estudantes foram também questionados sobre o curso em que estavam inscritos, como é possível ver na Tabela 47., no Anexo J.

Dado o tema em questão, os estudantes foram inquiridos sobre a pertença a uma Associação Académica ou Associação de Estudantes do Ensino Superior (Tabela 48., Anexo J.). A maioria (65,8%) indicou nunca ter pertencido a uma AE/AA. Todavia, 33,5% revelou ter feito parte destas estruturas, com 29,8% a responderem já ter pertencido e 3,6% encontrarem-se atualmente vinculados a uma AE/AA do Ensino Superior. Destes 147 estudantes (33,5%) que pertenceram a estas estruturas, 55,8% (82 estudantes) pertenceram ou pertencem aos órgãos sociais da AE/AA, tendo 34,1% (28) exercido o cargo por um ano e 31,7% (26) exercido entre dois e quatro anos (Tabela 48., Anexo J.).

O inquérito começou com um conjunto de questões relativas à perceção dos estudantes sobre o papel destas Associações. Num primeiro momento, foram questionados sobre o impacto das AEs/AAs na vida académica sendo, depois, inquiridos sobre as palavras que lhes vêm à mente quando pensam na missão destas estruturas (onde os estudantes poderiam enumerar até um máximo de 3 palavras). Relativamente à questão “*Considera que a Associação de Estudantes (AE)/Associação Académica (AA) tem impacto na vida académica?*”, 81,6% (359) dos inquiridos respondeu que sim, tendo apenas 9,8% (43) respondido que não (Figura 2., em baixo).

Figura 2. Considera que a Associação de Estudantes (AE)/Associação Académica (AA) tem impacto na vida académica?



Após este posicionamento por parte dos estudantes, para aqueles que responderam “Sim” à questão anterior, foi-lhes perguntado de que modo é que as AEs/AAs têm impacto. O resultado deste exercício encontra-se no Anexo J., na Tabela 49. O impacto destas Associações na vida académica está, de acordo com os inquiridos, muito relacionado com as atividades que desenvolvem, na sua missão de aproximar estudantes, integrá-los e acolhê-los na comunidade académica, e nesta nova etapa da sua vida, através da dinamização de eventos, como *open-days*, *sunsets*, e outras festas de abertura do ano letivo. Por outro lado, a importância destas estruturas está também dependente do seu trabalho de representação dos interesses dos alunos junto das IES, dando voz às reivindicações dos estudantes, servindo de “ponte” e de “facilitadores” neste diálogo.

Para além de tudo isto, outra vertente promovida por estas Associações é reconhecida: a realização de atividades formativas e de *workshops*, que ajudam na criação e desenvolvimento de *soft skills*, proporcionando oportunidades de acesso a informação no mercado de trabalho e aumentando a rede de contactos dos estudantes. Apesar destas avaliações positivas do impacto das AEs/AAs na vida académica, alguns inquiridos apontam que os objetivos destas estruturas podem ser apenas seletivos, não estando preocupados com todos os estudantes, nem com a melhoria das suas condições e experiências no Ensino Superior. A preocupação com a criação de lucro para a Associação e a organização de festas pode prejudicar, por exemplo, a vida no Campus (com festas em horário de aulas pós-laboral), e a experiência dos estudantes na própria IES (pela ineficiência de criação de mais espaços – por exemplo, de estudo e de refeição).

No entanto, a primeira questão a ser colocada foi a seguinte: “*Pensando na sua Associação de Estudantes (AE)/Associação Académica (AA), que palavras lhe vêm à mente quando pensa na missão destas Associações?*”. As palavras indicadas pelos estudantes foram analisadas, sendo posteriormente agregadas e representadas numa nuvem de palavras (Figura 3.), em baixo (encontrando-se a lista de palavras na Tabela 50., Anexo J.). As palavras mais vezes mencionadas foram “festas”, “integração”,

“apoio”, “ajuda”, “organização”, “representação”, “união” e “direitos”. Previsivelmente, as palavras mais associadas a estas Associações são aquelas direcionadas para a sua missão (seja pela representação dos estudantes e pela defesa dos seus direitos, ou pelo apoio e ajuda que estas Associações prestam aos estudantes universitários nesta etapa da sua vida), mas também para as suas atividades, como a realização de eventos e atividades que estas organizações dinamizam para a comunidade universitária (as festas e convívios). Também são inumerados um conjunto de valores ligados a estas estruturas, por exemplo, palavras como “associativismo”, “cooperação”, “entrajuda”, “amizade”, “responsabilidade”, “representatividade”, “inclusão”, “dinamismo” ou “dedicação”. Menos referidas foram palavras mais “negativas” como dinheiro, “trafulhas”, políticos ou irresponsabilidade.

Figura 3. Nuvem de Palavras - que palavras lhe vêm à mente quando pensa na missão destas Associações?



Por outro lado, foi também importante inquirir os estudantes sobre o conhecimento prévio de alguma situação grave (desonesta ou ilegal) relativamente às AEs/AAs do Ensino Superior, uma vez que o conhecimento prévio de situações de má gestão pode, porventura, ter impactos ao nível da confiança depositada pelos estudantes no trabalho das suas Associações. A esta questão 71,76% responderam que nunca tinha tido conhecimento de uma situação grave. Dos que responderam que já tiveram conhecimento (28,2%), 13,2% tiveram conhecimento 1x, 7,1%, 2x e 7,9%, 3x ou mais (Tabela 51. e Figura 6., Anexo J.).

Quando confrontados com a questão “Imagine que a sua AE/AA aparecia envolvida num escândalo de más práticas ao nível da gestão, independentemente de este vir a provar-se verdadeiro ou falso. Quais julga serem as principais implicações para a AE/AA que resultariam desta exposição pública?”, os estudantes podiam responder a mais do que uma das seguintes opções: danos reputacionais à imagem do líder associativo da AE/AA em questão, danos reputacionais à imagem da AE/AA em questão, danos

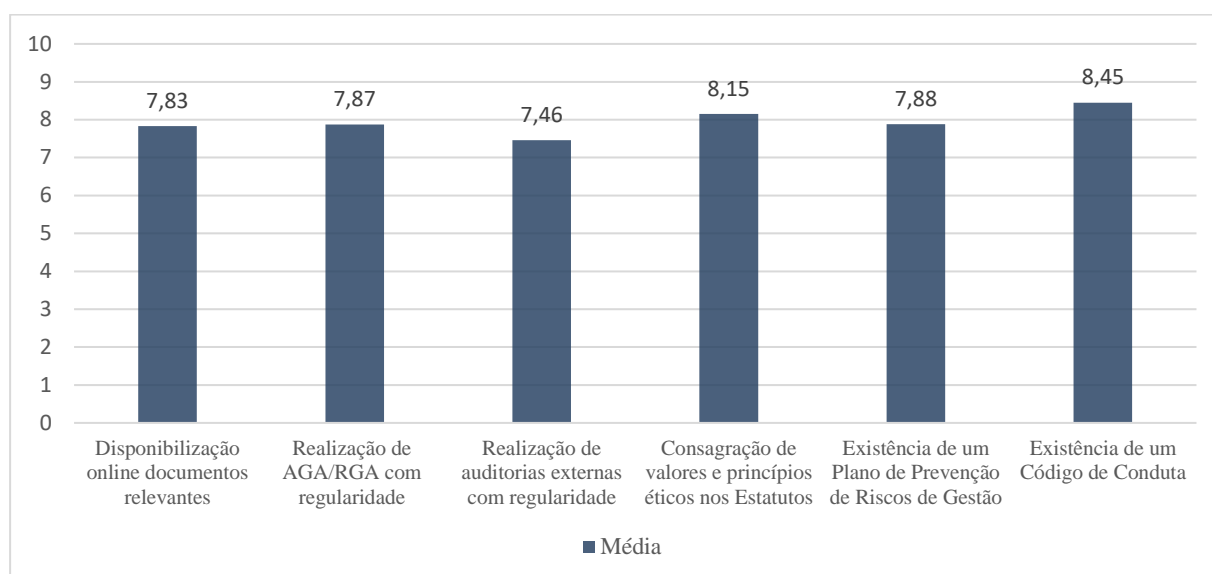
reputacionais à imagem da Instituição de Ensino Superior em questão, danos reputacionais à imagem do Ensino Superior em geral e danos reputacionais à imagem das AEs/AAs em geral. Ao todo, a resposta mais vezes indicada foi a dos “danos reputacionais à imagem da AE/AA em questão” (312), seguida dos “danos reputacionais à imagem da Instituição de Ensino Superior em questão” (261) e “danos reputacionais à imagem do líder associativo da AE/AA em questão” (203). Assim, fica claro que, para os inquiridos, as implicações que resultariam da exposição pública de um escândalo de má gestão numa AE/AA, recairiam sobre a AE/AA em questão, mas também teriam impacto sobre a imagem da IES a que a AE/AA está associada e sobre o líder associativo em questão (Tabela 3., em baixo).

Tabela 3. Implicações da exposição pública de um caso de más práticas na gestão de uma AE/AA

	N
Danos reputacionais à imagem do líder associativo da AE/AA em questão	203
Danos reputacionais à imagem da AE/AA em questão	312
Danos reputacionais à imagem da Instituição de Ensino Superior em questão	261
Danos reputacionais à imagem do Ensino Superior em geral	72
Danos reputacionais à imagem das AEs/AAs em geral	181
Não sei	34

Outro dos objetivos de investigação desta dissertação era apontar um conjunto de medidas a adotar para promover melhores padrões de gestão nas AEs/AAs do Ensino Superior, em Portugal. Assim, à semelhança dos entrevistados, os estudantes inquiridos tiveram de se posicionar relativamente à importância atribuída a um conjunto de medidas a implementar. De acordo com a Figura 4., em baixo, à generalidade das medidas apresentadas foi atribuída uma elevada importância. Em média, a medida a que é dada maior importância é a existência de um código de conduta, aplicado a todos os membros da AE/AA (8,45), seguido da consagração de valores e princípios éticos nos Estatutos (por exemplo, transparência, integridade, inclusão, etc.) (8,15), da existência de um Plano de Prevenção de Riscos de Gestão (7,88) e da Realização de Assembleias/Reuniões Gerais de Alunos com regularidade (mais de 1x por ano) (7,87). A medida a que é dada, em média, menos importância de todas as apresentadas é a realização de auditorias externas com regularidade (pelo menos uma cada 5 anos) (7,46).

Figura 4. Importância atribuída a um conjunto de medidas



Para além de tudo isto, outro indicador que se procurou estudar foi a avaliação que os estudantes fazem do trabalho da sua AE/AA. Esta avaliação pode ser feita de acordo com o enquadramento legal (Lei n.º 57/2019, de 7 de agosto) que estipula a influência política das AEs/AAs num conjunto de domínios, nomeadamente: 1. na definição, planeamento e financiamento do sistema educativo; 2. na gestão dos estabelecimentos de Ensino Superior; 3. na discussão das questões relativas ao Ensino Superior; 4. na definição da ação escolar; e 5. na discussão sobre o plano de estudos, a reestruturação de cursos, os graus de formação e habilitações. Assim, perguntou-se aos estudantes qual o seu grau de satisfação com o desempenho da sua AE/AA (numa escala entre 0 = nada satisfeito a 10 = totalmente satisfeito) para cada um destes domínios (Tabela 52., Anexo J.).

Olhando para os valores médios de satisfação é possível concluir que o domínio com maior nível médio de satisfação de desempenho é aquele referente à discussão das questões relativas ao Ensino Superior (6,07). De seguida, aparece o domínio de desempenho relativo à definição da ação social escolar (com um grau de satisfação médio de 5,75). Os restantes domínios têm um nível satisfatório de desempenho, situando-se no ponto 5 e 6 da escala de satisfação (Tabela 53., Anexo J.).

No mesmo sentido, importa compreender o nível de confiança depositado no trabalho da AE/AA. Esta análise do trabalho das Associações é feita através da análise de dois indicadores – o nível de confiança com o trabalho da AE/AA na defesa da qualidade do Ensino Superior e o nível de confiança no trabalho da AE/AA na defesa dos interesses do próprio estudantes (as nossas variáveis dependentes). A distribuição dos níveis de confiança encontra-se na Figura 7. e 8., no Anexo J. De acordo com a Tabela 54. (Anexo J.), em média, o nível de confiança no trabalho da AE/AA na defesa da qualidade do Ensino Superior era superior ao nível de confiança dos estudantes no trabalho da AE/AA na defesa dos seus interesses (6,36 e 6,15, respetivamente). Novamente, os valores médios encontram-se perto do meio da escala. Apesar de os níveis de confiança encontrarem-se distribuídos pela escala, no que concerne ao nível de confiança no trabalho da AE/AA na defesa da qualidade do Ensino Superior, mais de 50% das

respostas encontravam-se entre o ponto 6 e o ponto 10 da escala de confiança. O mesmo acontece para o nível de confiança no trabalho da AE/AA na defesa dos interesses do estudante (49% das respostas estão entre o ponto 6 e o ponto 10) (Figura 7. e 8., Anexo J.).

De seguida, passamos para a análise do grupo de questões relacionadas com o grau de satisfação dos estudantes com o nível de democracia interna, transparência e integridade na gestão das suas AEs/AAs. A média das respostas às três questões situou-se entre o ponto 6 e o ponto 7 da escala (6,66, 6,26 e 6,57, respetivamente) (Tabela 55., Anexo K.). Sobre o grau de satisfação com a integridade na gestão, 58,46% das respostas situavam-se entre o ponto 7 e o ponto 10 da escala, revelando uma elevada satisfação com a integridade na gestão (Figura 9., Anexo K.). No que toca à transparência, 51,66% das respostas situavam-se entre o ponto 7 e o ponto 10 da escala, encontrando-se 12,71% dos estudantes insatisfeitos (entre o ponto 0 e o ponto 3) com a transparência na gestão da sua Associação (Figura 10., Anexo K.). Por fim, quanto à democracia interna da sua AE/AA, os inquiridos indicaram elevados níveis de satisfação, com 61,56% dos inquiridos a revelarem estar entre muito a totalmente satisfeitos (entre o ponto 7 e 10 da escala) (Figura 11., Anexo K.).

Relativamente à medição específica da integridade na gestão das AEs/AAs, os principais resultados são apresentados no Anexo L. Para além do posicionamento médio do grau de satisfação com a integridade na gestão, a Tabela 56., do Anexo L., evidencia os resultados médios da frequência de um conjunto de práticas menos íntegras. Relembrando que os inquiridos tinham de indicar, numa escala entre 0 = nunca a 10 = muito frequente, a frequência de um conjunto de comportamentos menos íntegros, na Tabela 56., do Anexo L., é possível observar como os indivíduos se posicionam a nível médio, relativamente a cada uma destas questões. Em média, sobre a frequência deste conjunto de práticas menos íntegras, os estudantes inquiridos posicionaram-se entre o ponto 5 e o ponto 4 da escala, o que evidencia a menor frequência destas situações nas AEs/AAs (Tabela 56., Anexo L.). A prática menos frequente é o abuso de informação importante da AE/AA (4,04) e a mais frequente ganhos pessoais adquiridos pela pertença a estas estruturas (5,56).

Apesar de um número considerável de respostas válidas, muitos estudantes não se conseguiram posicionar por desconhecimento face às questões colocadas, o que é evidenciado pelo elevado número de respostas “Não sei” (Tabela 57., Anexo L.).

Por outro lado, é relevante compreender como é que esta medição específica da integridade se relaciona com a medição genérica (isto é, com a satisfação com a integridade na gestão). Com recurso à Tabela 58., no Anexo L., é possível constatar uma correlação estatisticamente significativa, negativa, entre o grau de satisfação com a integridade na gestão e um conjunto de práticas menos íntegras. No entanto, apesar desta correlação, a intensidade da relação é baixa (com r a variar entre -0,313 e -0,373) (Tabela 58., Anexo L.).

Passando à análise das variáveis que procuram especificamente medir a transparência na gestão da AE/AA, o Anexo M. apresenta algumas análises descritivas destas variáveis referentes à frequência da informação disponível pela AE/AA (nomeadamente, a constituição de listas para as eleições,

convocatórias para as Assembleias Gerais de Alunos (AGAs), links para repositórios online com documentação relevante sobre a gestão, a informação histórica da AE/AA e informação biográfica dos elementos que a compõem, a partilha de documentação sobre a realização de eventos, a indicação pública daqueles que foram financiados pelo IPDJ e a lista de entidades parceiras e os seus respetivos apoios, a indicação de contactos dos órgãos da AE/AA e dos dirigentes associativos e, por fim, a disponibilização de notícias e informações sobre a atividade da Associação). Sobre a medição específica da transparência, através da frequência destas informações, foi perguntado aos estudantes inquiridos qual a frequência da disponibilização de cada um destes pontos.

De acordo com a Tabela 59. e 60. (Anexo M.), em média, a partilha de notícias e informações atualizadas sobre as atividades da AE/AA é bastante frequente (em média, 7,69), à semelhança da partilha de informação sobre a constituição das listas para as eleições (7,5), da publicitação de documentação associada à realização de eventos (7,45), das convocatórias para as AGAs (7,25) e da lista de entidades parceiras e respetivos apoios (7,07). As informações menos frequentes são aquelas referentes à informação histórica da AE/AA (5,34) (Tabela 60., Anexo M.). No entanto, novamente, olhando para esta informação, e à semelhança do que aconteceu anteriormente, é possível observar um número considerável de respostas “Não sei”, demonstrando o desconhecimento dos estudantes universitários sobre estas questões (Tabela 61., Anexo M.).

Relativamente à relação entre estas variáveis específicas e a satisfação genérica com o nível de transparência da AE/AA, foi possível encontrar uma correlação positiva e significativa entre as variáveis em questão (Tabela 62., Anexo M.).

Por último, procurando entender o posicionamento e a perceção dos estudantes inquiridos sobre a frequência de um conjunto de práticas democráticas, a Tabela 63. e 64., no Anexo N, apresenta os resultados da frequência média destas práticas, segundo a posição dos inquiridos. Assim, a prática mais recorrente foi aquela referente à possibilidade de os membros da AE/AA poderem exercer o seu direito de voto em função das suas convicções e de acordo com o seu entendimento sobre as matérias em discussão (em média, 7,78), seguida da composição das listas a eleições assegurarem a paridade entre homens e mulheres (7,49) e a AE/AA não discriminar os seus membros com base nas suas características pessoais (7,3). Por outro lado, a prática menos frequente é aquela referente à participação dos estudantes nas assembleias de alunos (5,29) (Tabela 63. e 64., Anexo N.). Novamente, de acordo com a Tabela 65. (Anexo N.), é possível observar uma percentagem considerável de respostas “Não sei” dos inquiridos, quando questionados sobre a frequência destas práticas democráticas, chamando à atenção para o desconhecimento dos estudantes sobre o funcionamento das estruturas que os representam no Ensino Superior.

Quanto à relação entre estas variáveis e a variável referente ao nível de satisfação com a democraticidade interna, encontrou-se uma correlação estatisticamente significativa e positiva entre o grau de satisfação com a democracia interna da AE/AA e a perceção da frequência de um conjunto de práticas democráticas (Tabela 66., Anexo N.).

5.4.2. Análise das regressões

Não obstante a pertinência de todos estes dados e relações, nesta etapa, procedemos à apresentação dos resultados das regressões lineares realizadas para responder às hipóteses construídas. Ao todo, foram realizados seis modelos de regressão linear múltipla: três com o nível de confiança no trabalho da AE/AA na defesa da qualidade do Ensino Superior como variável dependente, e outras três com o nível de confiança no trabalho da AE/AA na defesa dos próprios interesses do estudante. Cada modelo tem como variável independente um dos indicadores correspondente aos riscos (de integridade, transparência ou democraticidade) e um conjunto de variáveis de controlo. Foi tomada a decisão de incluir como variáveis de controlo, neste modelo, a variável referente ao género²⁷, à idade e ao tempo que exerce/exerceu o cargo em órgãos sociais.

Como é possível constatar na Tabela 4., em baixo, existe uma correlação estatisticamente significativa e positiva entre os nossos três preditores. Esta forte relação justifica a decisão de realizar seis modelos de regressão, para isolar o efeito destas variáveis independentes no modelo. Por outro lado, a Tabela 4. evidencia a correlação positiva e estatisticamente significativa entre as variáveis independentes (satisfação com a democracia interna, com a transparência e a integridade na AE/AA), a variável de controlo idade e as variáveis dependentes (confiança no trabalho da AE/AA). Este resultado evidencia que estes podem ser importantes preditores a ser testados nos modelos de regressão. As variáveis de controlo “género” e “tempo que exerce/exerceu o cargo nos órgão sociais para o qual foi eleito”, apesar de não serem significativas, serão consideradas nos modelos de regressão apresentados neste capítulo, porque, para além de serem importantes variáveis de caracterização dos inquiridos, presume-se que possam ter algum efeito explicativo nas nossas variáveis dependentes.

Tabela 4. Matriz de correlações entre variáveis independentes e variáveis dependentes

	Satisfação com a democracia interna da sua AE/AA	Satisfação com a transparência na gestão da sua AE/AA	Satisfação com a integridade na gestão da sua AE/AA	Confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa da qualidade do Ensino Superior	Confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa dos seus interesses	Género	Idade	Tempo que exerce/exerceu o cargo nos órgãos sociais para o qual foi eleito
Satisfação com a democracia interna da sua AE/AA	1	,825**	,789**	,757**	,744**	-0,012	-,244**	-0,023
Satisfação com a transparência na gestão da sua AE/AA	,825**	1	,857**	,767**	,748**	-0,045	-,201**	-0,07
Satisfação com a integridade na gestão da sua AE/AA	,789**	,857**	1	,817**	,787**	0,03	-,159**	0,02
Confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa da qualidade do Ensino Superior	,757**	,767**	,817**	1	,880**	0,014	-,193**	0,008
Confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa dos seus interesses	,744**	,748**	,787**	,880**	1	0,03	-,262**	-0,186
Género	-0,012	-0,045	0,03	0,014	0,03	1	-0,058	-0,063
Idade	-,244**	-,201**	-,159**	-,193**	-,262**	-0,058	1	0,174
Tempo que exerce/exerceu o cargo nos órgãos sociais para o qual foi eleito	-0,023	-0,07	0,02	0,008	-0,186	-0,063	0,174	1

** p<0.01

²⁷ Para realizar estas regressões lineares, esta variável teve de ser codificada para “0=Masculino” e “1=Feminino”.

Assim, este subcapítulo procura apresentar os resultados por hipótese, evidenciando, para tal, a análise das regressões lineares múltiplas²⁸ e uma breve análise descritiva (com recurso ao coeficiente de correlação de Pearson). Deste modo, nesta etapa, procuramos responder às hipóteses previamente descritas, tendo por base os resultados dos modelos de regressão. Os modelos 1, 3 e 5 têm como variável dependente o nível de confiança no trabalho da AE/AA na defesa da qualidade do Ensino Superior, enquanto os modelos 2, 4 e 6 têm como variável dependente o nível de confiança no trabalho da AE/AA na defesa dos interesses dos próprios estudantes. Na Tabela 5., em baixo, cada uma das colunas contém os coeficientes e a significância estatística das variáveis explicativas tratadas neste estudo, bem como o valor dos coeficientes de determinação semi-parciais (R^2 Part%).

Tabela 5. Resultados dos modelos de regressão

	M1	M2	M3	M4	M5	M6
	Beta	Beta	Beta	Beta	Beta	Beta
Satisfação com a integridade na gestão	,821 (61,7796***)	,738 (49,9849***)	-	-	-	-
Satisfação com a transparência na gestão	-	-	,829 (60,84***)	,751 (49,9849***)	-	-
Satisfação com a democracia interna	-	-	-	-	,826 (57,4564***)	,741 (46,24***)
Género	-,090 (0,7921)	-,103 (1,0609)	-,077 (0,5776)	-,083 (0,6724)	-,107 (1,1025)	-,117 (1,3225)
Tempo que exerce/exerceu cargo em órgãos sociais	,004 (0,0016)	-,163 (2,5921*)	,046 (0,2116)	-,134 (1,7689)	,037 (0,1369)	-,130 (1,6641)
Idade	-,082 (0,6084)	-,191 (3,2761*)	-,054 (0,25)	-,162 (2,3104*)	,007 (0,0049)	-,114 (1,0609)
F statistic	40,287	32,803	40,015	36,330	33,094	27,753
R² ajustado	,695***	,648***	0,693***	,672***	,650***	,608***

Nota: ***p<0,001; **p<0,01; *p<0,05. Em parênteses encontram-se os valores do R^2 Part%

Para responder à Hipótese H1.1. (“*Quanto maior for a satisfação com o nível de integridade na gestão da AE/AA, maior será o nível de confiança no trabalho da AE/AA na defesa da qualidade do Ensino Superior*”), num primeiro momento, olhamos para intensidade e o sentido da relação entre as duas variáveis em questão. De acordo com a Tabela 4., em cima, a relação entre as duas é positiva, forte, e estatisticamente significativa (com $r=0,817$, $p<0,01$). Depois, para compreender de que modo a satisfação com o nível de integridade na gestão da AE/AA impacta o nível de confiança dos estudantes

²⁸No Anexo O., encontra-se o output das seis regressões lineares múltiplas realizadas, que complementam a análise apresentada neste subcapítulo.

no trabalho desta estrutura na defesa da qualidade do Ensino Superior, procedemos à análise da regressão linear.

De acordo com a Tabela 5., em cima, é possível verificar que este primeiro modelo se demonstra estatisticamente significativo ($p < 0,001$), explicando 69,5% da variância do nível de confiança no trabalho da AE/AA na defesa da qualidade do Ensino Superior. O preditor que mais explica a confiança no trabalho da AE/AA na defesa da qualidade do Ensino Superior é a satisfação com a integridade na gestão da AE/AA, explicando, aproximadamente, 62% do nível de confiança. Assim, a satisfação com a integridade na gestão apresenta-se como um preditor estatisticamente significativo para explicar o nível de confiança depositado pelos estudantes na sua AE/AA na persecução da defesa da qualidade do Ensino Superior, confirmando-se o pressuposto expresso pela hipótese H1.1.

De seguida, para responder à H1.2. (*“Quanto maior for a satisfação com o nível de integridade na gestão da AE/AA, maior será o nível de confiança no trabalho da AE/AA na defesa dos seus interesses”*), e à semelhança do que aconteceu anteriormente, consultamos a Tabela 4. para refletir sobre a intensidade e o sentido da relação entre estas duas variáveis. De acordo com esta análise é possível constatar uma relação positiva, forte e estatisticamente significativa entre a satisfação com o nível de integridade e o nível de confiança no trabalho da AE/AA na defesa dos interesses dos próprios estudantes (com $r = 0,787$, $p < 0,01$).

Passando de seguida para a análise da regressão linear, podemos concluir que este segundo modelo é estatisticamente significativo, explicando cerca de 64,8% da variância do nível de confiança no trabalho da AE/AA na defesa dos interesses dos estudantes, de acordo com a Tabela 5., em cima. De acordo com este modelo, os preditores “tempo que exerce/exerceu cargo em órgãos sociais”, “idade” e “satisfação com a integridade na gestão da AE/AA” explicam significativamente a variação no nível de confiança dos estudantes depositado no trabalho da sua AE/AA na defesa dos seus interesses. No entanto, a variável que mais ajuda a explicar o nível de confiança dos estudantes no trabalho da AE/AA na defesa dos seus próprios interesses é a variável “nível de satisfação com a integridade na gestão” (explicando cerca de 50% dos níveis de confiança) (Tabela 5.). Assim, confirma-se a H1.2. que previa que, quanto maior fosse o nível de satisfação dos estudantes com a integridade na gestão da sua AE/AA, maior seria a confiança dos mesmos no trabalho da sua AE/AA na defesa dos seus interesses.

De seguida, procurando responder à hipótese H2.1. (*“Quanto maior for a satisfação com a transparência na gestão da AE/AA, maior será o nível de confiança no trabalho da AE/AA na defesa da qualidade do Ensino Superior”*), olhamos novamente para a Tabela 4.. De acordo com esta análise, as variáveis “satisfação com a transparência na gestão sua AE/AA” e “nível de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa da qualidade do Ensino Superior” têm uma relação forte, positiva, e estatisticamente significativa ($r = 0,767$, $p < 0,01$).

De acordo com a Tabela 5., este terceiro modelo, estatisticamente significativo, explica cerca de 69% da variância da confiança, sendo o preditor que mais explica o nível de confiança a satisfação com a transparência na gestão. Em específico, o nível de satisfação com a transparência na gestão tem um

efeito significativo para explicar 60,84% da confiança no trabalho da AE/AA na defesa da qualidade do Ensino Superior. Assim, de acordo com esta informação, confirma-se a relação expressa em H2.1. que previa que, quanto maior a satisfação com a transparência na gestão destas estruturas, maior seria o nível de confiança dos estudantes no trabalho da sua AE/AA para a defesa da qualidade do Ensino Superior, explicando o preditor mais do que 50% do nível de confiança.

Do mesmo modo, para verificar o pressuposto expresso pela hipótese H2.2. (*“Quanto maior for a satisfação com a transparência na gestão da AE/AA, maior será o nível de confiança no trabalho da AE/AA na defesa dos seus interesses”*), procura-se num primeiro momento evidenciar o sentido e a relação da satisfação com a transparência na gestão e o nível de confiança dos estudantes no trabalho da sua AE/AA na defesa dos seus interesses. Deste modo, é possível constatar que estas duas variáveis têm uma relação estatisticamente significativa, forte e positiva ($r= 0,748$, $p<0,01$) (Tabela 4.).

Para completar esta análise, procedeu-se à realização de um quarto modelo de regressão, com os principais resultados na Tabela 5. À semelhança dos anteriores, este quarto modelo é estatisticamente significativo ($p<0,001$) e explica cerca de 67% da variância dos níveis de confiança, contando como preditores com efeito explicativo a “idade” e a “satisfação com a transparência na gestão”. No entanto, o preditor que mais explica o nível de confiança no trabalho da AE/AA no âmbito da defesa dos interesses dos estudantes é a satisfação percebida da transparência na gestão, explicando cerca de 50% da confiança. Tendo todos estes dados em consideração, é possível confirmar que, quanto maior a satisfação com a transparência, maior será a confiança atribuída pelos estudantes ao trabalho da sua AE/AA na defesa dos seus interesses, confirmando a hipótese H2.2.

Por último, apresentam-se os últimos dois modelos de regressão que procuram apreender a relação da satisfação com o nível de democracia interna das AEs/AAs com as variáveis dependentes. Relativamente à relação entre a satisfação com a democracia interna e o nível de confiança genérico no trabalho da AE/AA, para responder à hipótese H3.1. (*“Quanto maior for a satisfação com o nível de democracia interna da sua AE/AA, maior será o nível de confiança no trabalho da AE/AA na defesa da qualidade do Ensino Superior”*), a Tabela 4. aponta para uma relação entre estes dois indicadores estatisticamente significativa, estando as variáveis fortemente (e positivamente) correlacionadas ($r=0,757$, $p<0,01$).

Depois, a Tabela 5. permite compreender mais sobre a importância deste preditor para explicar o nível genérico de confiança no trabalho destas estruturas. Deste modo, é possível concluir que este quinto modelo de regressão é estatisticamente significativo, ajudando a prever o nível de confiança no trabalho das AEs/AAs para a defesa da qualidade do Ensino Superior ($p<0,01$), explicando cerca de 65% do nível de confiança. Por outro lado, o preditor que explica mais os níveis de confiança no trabalho da AE/AA na defesa da qualidade do Ensino Superior é o nível de satisfação com a democracia interna da sua AE/AA (que explica cerca de 57% dos níveis de confiança).

Tendo em conta estes resultados, é possível confirmar que maiores níveis de satisfação com a democracia interna impactam positivamente o nível de confiança dos estudantes no trabalho das suas AEs/AAs para a defesa da qualidade do Ensino Superior, confirmando a ideia expressa pela H3.1.

Por fim, para verificar o pressuposto expresso pela hipótese H3.2. (“*Quanto maior for a satisfação com o nível de democracia interna da sua AE/AA, maior será o nível de confiança no trabalho da AE/AA na defesa dos seus interesses*”), procedeu-se à análise da relação entre a satisfação com a democracia interna e o nível de confiança dos estudantes no trabalho das suas estruturas representativas na defesa dos interesses do seu público-alvo, os estudantes universitários. Assim, de acordo com a Tabela 4., em cima, foi possível identificar a relação entre estas duas variáveis, sendo possível concluir que esta é uma relação forte, positiva e estatisticamente significativa ($r= 0,744, p<0,01$).

Para entender mais sobre a forma como este preditor afeta a variável dependente, procedeu-se à análise da sexta e última regressão linear, transposta na Tabela 5. Este modelo demonstra, uma vez mais, a importância explicativa do preditor em estudo. Assim, o modelo linear explica cerca de 60% da variação dos níveis de confiança ($p<0,001$), sendo possível identificar que a satisfação com a democracia interna da sua AE/AA tem um efeito explicativo significativo no nível de confiança específico no trabalho da AE/AA, explicando 46% deste indicador. Assim, mais uma vez, é possível confirmar a hipótese e estabelecer que, quanto maior for a satisfação com a democracia interna da sua AE/AA, maior será o nível de confiança no trabalho da AE/AA na defesa dos interesses dos alunos do Ensino Superior.

5.5. Discussão dos resultados

Depois de toda esta análise, procedemos à discussão crítica destes resultados. Com o propósito de responder à questão de investigação “*De que modo as perceções dos estudantes sobre os riscos de gestão existentes nas suas AEs/AAs têm impacto no seu nível de confiança no trabalho das suas AEs/AAs?*”, foram desenvolvidas um conjunto de etapas metodológicas que permitiram identificar um conjunto de riscos de gestão, relacionados com: a integridade, a transparência e a democraticidade/democracia interna. Assim, as hipóteses construídas procuravam estudar de que modo as perceções sobre estes riscos tinham impacto no nível de confiança dos estudantes nestas estruturas representativas a nível genérico (na defesa da qualidade do Ensino Superior) e a nível específico (na defesa dos interesses dos estudantes universitários). Para tal, procedeu-se à análise de seis modelos de regressão e das relações entre estas variáveis através da análise do coeficiente de correlação de Pearson.

Com base nestes resultados, foi possível concluir que o nível de satisfação dos estudantes do Ensino Superior com o nível de transparência, integridade e democracia interna da sua AE/AA impactam positivamente a confiança destes mesmos jovens no trabalho da sua AE/AA, tanto na defesa da qualidade do Ensino Superior, como na defesa dos interesses dos próprios estudantes. Para além desta relação positiva, estes preditores em todos os modelos explicavam mais de 50% do nível de confiança percebido. Mesmo quando considerado o efeito das restantes variáveis de controlo, esta relação entre preditores e o nível de confiança genérico e específico não é afetado. Assim sendo, podemos concluir

que estes preditores têm um elevado poder explicativo do nível de confiança, sendo um importante dado a ter em conta na avaliação destas estruturas e dos seus riscos.

Por outro lado, o inquérito construído e aplicado aos estudantes procurou estudar outras questões relevantes, nomeadamente, a sua perceção face à frequência de um conjunto de riscos mais específicos e sobre um conjunto de questões mais genéricas relacionadas com a importância e o trabalho destas estruturas associativas no Ensino Superior. Para além disto, este inquérito também procurou auscultar os inquiridos sobre o seu conhecimento face a práticas de má gestão, sobre um conjunto de medidas a adotar para mitigar riscos associados com a integridade e a transparência (à semelhança do que foi colocado também aos entrevistados previamente) e sobre o possível impacto de casos noticiados na reputação e na imagem destas estruturas, dos seus dirigentes ou até das próprias IES.

Uma vez que este inquérito procurava também auscultar os estudantes inquiridos sobre a importância dada a estas estruturas representativas, importa lembrar que a generalidade destes estudantes considerou que as AEs/AAs têm impacto na vida académica, seja pelo seu apoio na integração dos estudantes no Ensino Superior, como pelo desempenho das suas funções na defesa dos interesses dos estudantes universitários junto das estruturas de governança do Ensino Superior. Os exercícios colocados logo no início do inquérito demonstram perceções positivas sobre o papel destas estruturas e sobre a importância a si atribuídas.

Neste cenário mais positivo, não espanta por isso os níveis de satisfação positivos relativamente aos riscos de gestão identificados. No entanto, apesar disto, há que destacar que a generalidade das questões colocadas teve um elevado número de respostas para as quais os estudantes inquiridos não se conseguiram posicionar, visível num elevado número de respostas “Não sei”. Apesar de não estudarmos as razões para esta posição, é possível especular porque é que isto acontece. Em específico, é possível que muitos estudantes desconheçam o funcionamento “mais a fundo” das suas estruturas representativas no Ensino Superior, nomeadamente, sobre as práticas internas das suas AEs/AAs, sobre o comportamento dos seus dirigentes e sobre a frequência de informação disponível. Novamente, se lembrarmos as palavras associadas à missão destas AEs/AAs, apesar de as palavras integração, ajuda, direitos, união, terem sido muitas vezes citadas, muitos estudantes indicaram as palavras ‘festas’, ‘atividades’ e ‘diversão’ como a principal missão destas estruturas.

Outro dado também relevante é que, apesar dos elevados níveis de satisfação com a integridade, a transparência e a democracia interna, e o desconhecimento de práticas ilegais ou desonestas nas atividades e na gestão destas Associações, em média, os estudantes inquiridos apontaram elevados níveis de importância à implementação e reforço de um conjunto de medidas. No entanto, à semelhança do que aconteceu nas entrevistas exploratórias, à realização de procedimentos de controlo (por exemplo, auditorias) com regularidade é atribuída menor importância. E, por outro lado, a existência de um código de conduta é apontado como uma medida extremamente importante, seguida da consagração destes valores (integridade, democraticidade, transparência) nos Estatutos das AEs/AAs.

Em suma, considera-se que a utilização do inquérito para averiguar as perceções dos estudantes do Ensino Superior face a estas questões foi de extrema relevância, não só para compreender como estes encaram um conjunto de riscos de gestão e o seu impacto nos seus níveis de confiança, mas também para realizar um diagnóstico das perceções atuais face aos modelos de gestão das AEs/AAs do Ensino Superior, em Portugal, e das suas práticas (nomeadamente, pela análise da frequência de um conjunto de situações), servindo também para apontar caminhos para o reforço de um conjunto de princípios na orientação e na gestão das atividades, das fontes de financiamento e até da própria conduta dos dirigentes associativos.

CONCLUSÕES

Motivado pela análise de um conjunto de notícias que alertavam para a existência de riscos na gestão das Associações de Estudantes e Associações Académicas do Ensino Superior, em Portugal, foi realizado este estudo exploratório. Apesar da existência de um conjunto de notícias que alertavam para más práticas, para verificar esta informação, foi extremamente necessário realizar um conjunto de entrevistas exploratórias a atores-chave (aos dirigentes associativos e a um conjunto de *stakeholders*) que permitiram confirmar e sintetizar quais podem ser os principais riscos de gestão relacionados com as AEs/AAs do Ensino Superior, e com os seus modelos de gestão atuais. Desta análise foi possível identificar um conjunto de riscos (riscos de integridade, de transparência e de democraticidade interna) que, em última instância, podem ameaçar e comprometer a estabilidade económico-financeira destas Associações e a gestão das suas fontes de financiamento (nomeadamente, aquelas referentes a fontes de apoio públicas). A realização de um conjunto de etapas metodológicas (análise documental e realização de entrevistas exploratórias) permitiu criar um instrumento de análise para responder à seguinte questão “*De que modo as perceções dos estudantes sobre os riscos de gestão existentes nas suas AEs/AAs têm impacto no seu nível de confiança no trabalho das suas AEs/AAs?*”. Assim, para responder a esta questão foi desenvolvido e, posteriormente, aplicado um ambicioso inquérito aos estudantes do Ensino Superior.

As AEs/AAs do Ensino Superior têm um conjunto de *stakeholders* a quem devem prestar contas (nomeadamente, ao Estado - na figura do IPDJ²⁹ -, aos patrocinadores e demais entidades com quem estabelecem parcerias e à própria Instituição de Ensino Superior – de quem recebem parte do seu financiamento). Para que todos estes atores avaliem e decidam sobre a mesma, é importante regularmente procederem à avaliação do desempenho destas organizações (Francisco, 2012). Apesar de estes serem importantes atores-chave, os estudantes do Ensino Superior são percecionados como os *stakeholders* mais importantes a ter em conta nesta avaliação dos riscos de gestão, porque são não só beneficiários, como a comunidade envolvida e que podem pertencer de forma voluntária à organização, tomando também parte nos processos de decisão e a quem compete, em primeira instância, fiscalizar as suas estruturas representativas. Deste modo, era extremamente importante compreender as suas perceções e de que modo a avaliação de um conjunto de riscos de gestão afetava os seus níveis de confiança no trabalho genérico e específico das suas AEs/AAs.

Respondendo à questão e às hipóteses de investigação, o inquérito aplicado aos estudantes do Ensino Superior permitiu concluir que níveis elevados de satisfação com a integridade, com a transparência e com a democracia interna na gestão impactam o nível de confiança destes inquiridos no trabalho da AE/AA tanto na defesa da qualidade do Ensino Superior, como na defesa por parte destas estruturas dos interesses dos estudantes universitários. Para além desta relação positiva entre variáveis, foi possível verificar que os preditores em questão têm um elevado poder explicativo dos níveis de

²⁹ Mas também outras instâncias públicas (porque a estas Associações são confiados dinheiros públicos, podendo ser fiscalizadas, por exemplo, e em última instância, pelo Tribunal de Contas).

confiança dos inquiridos. Estes resultados são um importante fator a ter em conta na avaliação e reconhecimento destas estruturas, bem como dos seus riscos.

Este estudo, para além de identificar riscos de gestão e avaliar o impacto destes no nível de confiança dos estudantes nas estruturas que os representam, permitiu realizar também um diagnóstico preliminar do atual modelo de gestão das AEs/AAs do Ensino Superior. O recurso a entrevistas exploratórias possibilitou compreender a evolução histórica do movimento associativo e o impacto destas mudanças ao nível dos modelos de gestão das AEs/AAs. As entrevistas exploratórias evidenciaram a transformação do movimento associativo estudantil do passado, mais politizado e interventivo politicamente, que contrasta com o movimento de hoje: cada vez mais profissionalizado e com um peso cada vez maior na sua vertente empresarial. As mudanças na sociedade implicaram e exigiram que os movimentos associativos estudantis se modificassem, ao mesmo tempo que estes devem lutar para preservar a sua génese representativa, democrática, participativa, enquanto “grupo de pressão” na defesa dos interesses dos estudantes do Ensino Superior. Esta mudança pode criar um conjunto de constrangimentos que podem expor as Direções a um conjunto de riscos de gestão, e que pode colidir com a vertente associativa de defesa dos direitos e interesses dos estudantes do Ensino Superior (a génese e o propósito destas estruturas).

Não obstante a importância destas conclusões, as entrevistas exploratórias que evidenciaram estas perceções correspondem a uma micro realidade daquilo que são as AEs/AAs em Portugal. Como foi referido, estas entrevistas foram realizadas a um conjunto de dirigentes associativos cujas AEs/AAs se situam na zona da grande Lisboa, não representando os problemas e as dificuldades de gestão das restantes Associações existentes ao longo do país. Do mesmo modo, o inquérito que procurava ser o mais abrangente possível foi respondido maioritariamente pelos estudantes do Iscte. Assim, a principal limitação deste estudo é que não consegue apresentar conclusões representativas do universo de estudo (seja ele o universo dos estudantes universitários, ou o universo das Associações de Estudantes e Associações Académicas do Ensino Superior, em Portugal).

Por outro lado, apesar da importância dos resultados do inquérito aplicado aos estudantes do Ensino Superior, constatou-se um elevado número de não respostas (“Não sei”), o que limita a compreensão do fenómeno e das análises efetuadas. Efetivamente, o inquérito desenvolvido era bastante extenso e complexo o que pode ter influenciado a predisposição dos estudantes inquiridos para se posicionarem. Por outro lado, esta dificuldade em se posicionar pode estar relacionada com o desconhecimento face às questões debatidas.

Pela forma como as questões foram colocadas não foi possível identificar a relação entre os riscos percecionados e o impacto destes na reputação e imagem das IES, dos dirigentes e das AEs/AAs do Ensino Superior. E, por último, também não foi possível aprofundar a relação entre as AEs/AAs e os partidos políticos, em geral, e as juventudes partidárias, em específico, e de que modo esta relação afeta a propensão para a existência de maiores riscos nas atividades e na gestão destas estruturas.

O peso que as ações atuais têm no futuro destes estudantes pode também medir-se por estas serem “*escolas para aquilo que há lá fora*”, como referiu um dos entrevistados. Isto significa que as AEs/AAs podem ser vistas como uma rampa de lançamento para o mundo da política, um mundo que é muito interessante para os jovens hoje como foi para as gerações passadas, e o peso de agir mal hoje terá repercussões num futuro cobiçado. Existindo esta ligação entre o associativismo juvenil e a política, torna-se imperativo alertar para os riscos e guiá-los, nesta fase da vida, porque estes estudantes, um dia, podem vir a tomar decisões importantes e alguns irão acabar no mundo da política.

No entanto, não obstante estas limitações, esta dissertação permitiu evidenciar a importância do estudo dos riscos de gestão das organizações sem fins lucrativos, em especial, das Associações de Estudantes e Associações Académicas do Ensino Superior. Pela sua importância histórica e pelo seu relevo na discussão, definição e implementação das políticas de Ensino Superior, torna-se extremamente relevante compreender o papel destas Associações nos dias de hoje e de que modo esta evolução histórica teve impacto na sua esfera de atuação, mas também nos seus modelos de gestão.

Esta dissertação permitiu concluir que as AEs/AAs se encontram numa “zona cinzenta”: isto é, podendo ser definidas como organizações sem fins lucrativos, são estruturas independentes e autónomas, mas prosseguem fins políticos (de acordo com a Lei n.º 57/2019, de 7 de agosto) e podem aceder a financiamento público. Esta “zona cinzenta” faz com que muitas vezes passem despercebidas e que não sejam responsabilizadas pelos impactos de más práticas de gestão. Por outro lado, e para além disto, torna-se mais difícil formular políticas públicas que lidem com estes riscos e com estas questões. Assim, apesar de toda a importância destas estruturas na sociedade portuguesa e no debate do estado e das políticas de Ensino Superior, a autonomia e independência destas organizações prevalece sob a implementação de mais regulamentação. No entanto, há que destacar que muitos dos casos noticiados levaram a processos judiciais (como foi o caso da AAC, AEISCSP, AAL), e que as situações reportadas foram geridas internamente, no seio das AEs/AAs, em conjunto com os estudantes em Assembleias/Reuniões Gerais, motivando a realização de auditorias, a destituição de membros e a adoção de procedimentos internos para lidar com as situações reportadas. Assim, apesar da capacidade de fiscalização por parte da Inspeção Geral das Finanças, do Tribunal de Contas ou até do IPDJ, nenhuma destas entidades se pronunciou perante os casos reportados. As notícias apresentadas não mencionaram, por uma única vez, o papel da Autoridade Tributária em revelar infrações fiscais, por exemplo, nem o papel do Tribunal de Contas na fiscalização das fontes de financiamento públicas.

Não obstante tudo isto, esta dissertação identificou um conjunto de medidas a adotar para potenciar a gestão destas AEs/AAs, tendo por base a promoção de princípios como a integridade, transparência e democraticidade. De acordo com as entrevistas, a formação dos dirigentes, dos tesoureiros e dos próprios funcionários da AE/AA foi vista como uma medida positiva para alertar e formar estudantes com melhores capacidades de decisão. A existência de um advogado ou contabilista é também visto como um importante recurso de apoio, tanto para o cumprimento das obrigações legais, como para a preservação de um conjunto de princípios de gestão ao longo dos mandatos futuros. Já de acordo com

os estudantes inquiridos, a existência de um código de conduta é apontada como uma medida extremamente importante, seguida da consagração destes valores (integridade, democraticidade, transparência) nos Estatutos das AEs/AAs.

Tanto nas entrevistas exploratórias como no inquérito, a medida à qual é atribuída menor importância é a realização de auditorias com regularidade, em grande medida, relacionado com o facto de este ser um procedimento dispendioso para muitas Associações.

Em suma, esta dissertação apela para a maior discussão dos riscos relacionados com estas importantes estruturas associativas e para o reforço de um conjunto de padrões mais éticos, assentes na persecução de princípios como a integridade, a transparência e a democraticidade, para consciencializar os estudantes e a comunidade académica para o debate destas questões, para salvaguardar a exposição destas Associações ao risco, e preservar a boa gestão de dinheiros públicos.

Referências Bibliográficas

- Baird, L., 2011. Integrity in student affairs organizations. *New Directions for Student Services*, Issue 135, pp. 15-25.
- Brooks, R., 2021. Students as consumers? The perspectives of students' union leaders across Europe.. *Higher Education Quarterly*, p. 1–12..
- Brooks, R., Byford, K. & Sela, K., 2015. Inequalities in students' union leadership: the role of social networks. *Journal of Youth Studies*, 18(9), p. 1204–1218.
- Brooks, R., Byford, K. & Sela, K., 2015. The changing role of students' unions within contemporary higher education. *Journal of Education Policy*, 30(2), pp. 165-181.
- Cardoso, S. & Santos, S. M. d., 2011. Students in Higher Education Governance: The Portuguese case., *Tertiary Education and Management*, 17(3), pp. 233-246.
- Chapman, D. W. & Lindner, S., 2014. Degrees of integrity: the threat of corruption in higher education. *Studies in Higher Education*, pp. 1-22.
- Chêne, M. & Hodess, R., 2014. THE IMPACT OF CORRUPTION ON GROWTH AND INEQUALITY.. *Anti-Corruption Helpdesk*.
- Day, M. & Dickinson, J., 2018 . David versus Goliath: The past, present and future of students' unions in the UK. *HEPI Report 111*.
- Denisova-Schmidt, E., 2018 . Corruption, the Lack of Academic Integrity and Other Ethical Issues in Higher Education: What Can Be Done Within the Bologna Process? . Em: A. Curaj & L. & P. R. Deca, edits. *European Higher Education Area: The Impact of Past and Future Policies*. s.l.:Springer.
- Denisova-Schmidt, E., Huber, M. & Leontyeva, E., 2016. On the development of students' attitudes towards corruption and cheating in Russian universities.. *European Journal of Higher Education*..
- Dias, J. M. A., 2018. *MARKETING COMMUNICATION ON A NON-PROFIT ORGANIZATION - A CASE STUDY ABOUT THE ACTIVITY OF A STUDENTS' UNION - ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DO ISCTE-IUL*, Lisboa: s.n.
- Diaz, R., De Leon, C., Vitug, E. & Linsangan, L., 2020. Exploration of Financial Management Operation of Political and Non-Political Student Organization:a Basis for Propose Policy Development..
- Drago, A., 2004. *Agitar antes de ousar: o movimento estudantil «anti-propinas»*.. Porto: Afrontamento.
- Fernandes, A., 2007. *A Participação Estudantil na Universidade*.. Espanha: Universidade Santiago de Compostela.
- Ferreira, J. M., 2012. O movimento estudantil como motor da democratização da Universidade e da liberdade em Portugal. Em: *Espelho de Clio: Eric J. Hobsbawm 1917-2012. Movimento Estudantil de 1962 - Materiais da Memória*. s.l.:Ler história, pp. 173-178.
- Ferreira, M. I. O., 2021. *A participação cívica e política dos estudantes do Ensino Superior - Influência da experiência académica e da memória dos movimentos estudantis*, Porto: s.n.
- Ferreira, P. M., 2008. ASSOCIAÇÕES E DEMOCRACIA - Faz o associativismo alguma diferença na cultura cívica dos jovens portugueses?. *SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS*, Issue 57, pp. 109-130.
- Francisco, L. A. A., 2012. *O desempenho das Organizações Sem Fins Lucrativos na perspetiva dos stakeholders*, Covilhã: s.n.

- Guan, L., Cole, M. & Worthington, F., 2015. University students' unions: changing functions, a UK and comparative perspective. *Studies in Higher Education*.
- Huberts, L. W. J. C., 2014. *The Integrity of Governance. What it Is, What we Know, What is Done, and Where to Go*. s.l.:Palgrave Macmillan.
- Huberts, L. W. J. C., 2018. Integrity: What it is and Why it is Important. *Public Integrity*, Issue 20, pp. 18-32.
- Jashari, M. & Pepaj, I., 2018. The Role of the Principle of Transparency and Accountability in Public Administration. *ACTA UNIVERSITATIS DANUBIUS*, 10(1), pp. 60-69.
- Julián, M. & Bonavia, T., 2022. Students' Perceptions of University Corruption in a Spanish Public University: A Path Analysis. *Frontiers in Psychology*, 13(842345).
- Klemenčič, M. & Park., B. Y., 2018. Student Politics: Between Representation and Activism. Em: *Handbook on the Politics of Higher Education*. s.l.:s.n.
- Ochulor, C. L., 2011. Ethical and Moral Implications of Corruption. *Can. Soc. Sci.*, Issue 7, p. 223–228.
- Oliveira, L. T. d., 2013. O ativismo estudantil no IST. Em: *Visões do Técnico, no Centenário (1911-2011)*. Lisboa: Iscte , pp. 309-345.
- Proteasa, V., 2009. Pillars of the Student Movement. Em: O. Øye, J. Jungblut & K. Chachava, edits. *The Student Union Development Handbook - For a stronger Student Movement*. s.l.:Council of Europe, pp. 11-23.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. V., 2005. *MANUAL DE INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS*. 4.^a ed. s.l.:Gradiva.
- Raaper, R., 2020. Students' unions and consumerist policy discourses in English higher education. *Critical Studies in Education*, 61(2), pp. 245-261.
- Rahat, G. & Shapira, A., 2017. An Intra-Party Democracy Index: Theory, Design and A Demonstration. *Parliamentary Affairs*, Volume 70, p. 84–110.
- Rivers, J., Thompson, N. & Jeske, D., 2018. Dedicated but exhausted? The role of ethical leadership for employee wellbeing in UK student unions. *Journal of Human Resource Management*, XXI(2), pp. 16-27.
- Rodgers, T., 2008. Measuring Quality in Higher Education: Can a Performance Indicator Approach be Extended to Identifying the Quality of Students' Union Provision?. *Quality in Higher Education*, 14(1), pp. 79-92.
- Schorah, T., 2020. *Understanding Change in Contemporary Students' Unions: Membership, Institutional Context, and Decision-Making*, University of Bath: s.n.
- Schroer, T. & Johnson, C. J., 2003. Contemporary Financial Issues in Student Unions and Campus Activities. *NEW DIRECTIONS FOR STUDENT SERVICES*, Issue 103, pp. 31-38.
- Stojanovic, M., 2009. Financing of Student Unions. Em: O. Øye, J. Jungblut & K. Chachava, edits. *For a stronger student movement - The Student Union Development Handbook*. s.l.:European Students' Union, pp. 48-64.
- Zinni, D. M., Singh, P. & MacLennan, A. F., 2005. "An Exploratory Study of Graduate Student Unions in Canada".. *Relations industrielles / Industrial Relations*, 60(1), p. 145–176.

Fontes

- AAFDUL, 2016. *Estatutos da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa*. [Online] Available at: https://aafdl.pt/wp-content/uploads/2020/06/Estatutos_AAFDL_2016-1.pdf [Acedido em 10 5 2022].
- AAFDUL, 2019. *Ata da Reunião Geral de Alunos da AAFDL - Extraordinária*, s.l.: s.n.
- AEFCSH, 2018. *Estatutos da Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa*. [Online] Available at: <https://ae.fcsh.unl.pt/wp-content/uploads/sites/44/2018/02/Estatutos-AEFCSH.pdf> [Acedido em 10 5 2022].
- AEISCTE, 2018. *ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DO ISCTE – INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA*. [Online] [Acedido em 10 5 2022].
- AEIST, 2021. *Estatutos Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico*. [Online] Available at: https://aeist-my.sharepoint.com/personal/drive_aeist_pt/_layouts/15/onedrive.aspx?ga=1&id=%2Fpersonal%2Fdrive%5Faeist%5Fpt%2FDocuments%2FDrive%2FEstatutos%2FEstatutos%20AEIST%2Epdf&parent=%2Fpersonal%2Fdrive%5Faeist%5Fpt%2FDocuments%2FDrive%2FEstatutos [Acedido em 10 5 2022].
- Agência Lusa, 2015. *Associação Académica de Lisboa está em falência*. [Online] Available at: <https://observador.pt/2015/05/27/associacao-academica-lisboa-esta-falencia/> [Acedido em 19 10 2022].
- CBC News, 2018. *U of O cuts ties to student union over fraud allegations*. [Online] Available at: <https://www.cbc.ca/news/canada/ottawa/sfuo-university-ottawa-student-government-no-longer-recognzind-1.4837892> [Acedido em 19 10 2022].
- CBC News, 2020. *Ryerson Students' Union files police report over \$250K credit card bill controversy*. [Online] Available at: <https://www.cbc.ca/news/canada/toronto/ryerson-university-spending-police-report-1.5434934> [Acedido em 19 10 2022].
- CGD, 2021. *Universidades: quais os apoios para as associações de estudantes?*. [Online] Available at: <https://www.cgd.pt/Site/Saldo-Positivo/formacao-e-tecnologia/Pages/apoio-associacao-estudantes.aspx> [Acedido em 23 novembro 2022].
- CityNews, 2019. *Ryerson Student Union accused of money mismanagement*. [Online] Available at: https://www.youtube.com/watch?v=jVSf3tAFddE&ab_channel=CityNews [Acedido em 19 10 2022].
- Faculdade de Direito, 2021. *Factos e Números*. [Online] Available at: <https://www.fd.ulisboa.pt/faculdade/factos-e-numeros/> [Acedido em 19 10 2022].
- Horta, B., 2011. *Associação Académica de Lisboa gere "saco azul" com o aval das associações de estudantes*. [Online] Available at: <https://www.publico.pt/2011/10/15/portugal/noticia/associacao-academica-de-lisboa-gere-saco-azul-com-o-aval-das-associacoes-de-estudantes-1516654> [Acedido em 19 10 2022].

Instituto Superior Técnico, s.d. *O Instituto.* [Online]
Available at: <https://tecnico.ulisboa.pt/pt/sobre-o-tecnico/institucional/apresentacao/>
[Acedido em 19 outubro 2022].

ISCSP, s.d. *Associação de Estudantes do ISCSP.* [Online]
Available at: <https://www.iscsp.ulisboa.pt/pt/alunos/organizacoes-de-estudantes/associacao-de-estudantes>
[Acedido em 19 10 2022].

ISCTE, 2021. *O Iscte em números.* [Online]
Available at: <https://www.iscte-iul.pt/conteudos/iscte/quem-somos/11/iscte-numeros>
[Acedido em 19 outubro 2022].

ISEG, s.d. *Alunos.* [Online]
Available at: <https://www.iseg.ulisboa.pt/aquila/instituicao/ISEG/comunidade/alunos##>
[Acedido em 19 10 2022].

ISTEC, 2020. *RELATÓRIO ANUAL, ANO LETIVO 2019/2020*, s.l.: s.n.

JFP, 2019. *ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DO ISCSP DESTITUÍDA POR DÍVIDAS A FUNCIONÁRIOS E FORNECEDORES.* [Online]
Available at: <https://tvi24.iol.pt/sociedade/universidade-de-lisboa/associacao-de-estudantes-do-iscsp-destituída-por-dividas-a-funcionarios-e-fornecedores>
[Acedido em 10 5 2022].

Lei n.º 23/2006, 2006. *Estabelece o regime jurídico do associativismo jovem.* s.l.:Diário da República n.º 120/2006, Série I-A de 2006-06-23.

Lei n.º 33/87, de 11 de Julho, 1987. *Regula o exercício do direito de associação dos estudantes.* s.l.:Diário da República n.º 157/1987, Série I de 1987-07-11, páginas 2742 - 2745.

Lei n.º 36/2021 de 14 de junho, 2021. *Aprova a lei-quadro do estatuto de utilidade pública.* s.l.:Diário da República n.º 113/2021, Série I de 2021-06-14, páginas 3 - 25.

Lei n.º 57/2019, de 7 de agosto, 2019. *Altera o regime jurídico do associativismo jovem, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 23/2006, de 23 de junho.* s.l.:Diário da República n.º 150/2019, Série I de 2019-08-07, páginas 4 - 29.

Lei n.º 6/2002, de 23 de Janeiro, 2002. *Lei do Associativismo Juvenil.* s.l.:Diário da República n.º 19/2002, Série I-A de 2002-01-23, páginas 474 - 479.

Lusa, 2018. *Resultados das eleições da Associação Académica de Coimbra vão ser apurados hoje.* [Online]
Available at: <https://www.dn.pt/lusa/resultados-das-eleicoes-da-associacao-academica-de-coimbra-va-ser-apurados-hoje-10298231.html>
[Acedido em 10 5 2022].

Marques, C., 2017. *AEFLUP: Eleições retomadas esta segunda-feira.* [Online]
Available at: <https://www.jpnp.up.pt/2017/12/10/ae-flup-eleicoes-retomadas-esta-segunda-feira/>
[Acedido em 19 maio 2022].

Missionbox, 2019. *Nonprofit Financial Risk Management.* [Online]
Available at: [nonprofit-financial-risk-management-bad-financial-management-is-risky](https://www.missionbox.org/pt/2019/11/28/lisboa-auditoria-a-associacao-academica-da-faculdade-de-direito-denuncia-mais-de-100-mil-euros-gastos-sem-documentos)
[Acedido em 10 5 2022].

Observador, 2019. *Auditoria à Associação Académica da Faculdade de Direito denuncia mais de 100 mil euros gastos sem documentos.* [Online]
Available at: [https://observador.pt/2019/11/28/lisboa-auditoria-a-associacao-academica-da-](https://observador.pt/2019/11/28/lisboa-auditoria-a-associacao-academica-da-faculdade-de-direito-denuncia-mais-de-100-mil-euros-gastos-sem-documentos)

faculdade-de-direito-denuncia-mais-de-100-mil-euros-gastos-sem-documentos
[Acedido em 10 5 2022].

PORDATA, 2022. *Alunos matriculados no ensino superior: total e por sexo*. [Online]
Available at:
<https://www.pordata.pt/Portugal/Alunos+matriculados+no+ensino+superior+total+e+por+sexo-1048>

[Acedido em 23 11 2022].

Santos, A., 2001. *Auditoria revela descontrolo nas contas da associação de estudantes do Técnico*. [Online]
Available at: <https://www.publico.pt/2001/11/08/jornal/auditoria-revela-descontrolo-nas-contas-da-associacao-de-estudantes-do-tecnico-163927>

[Acedido em 10 5 2022].

Tribunal de Contas, 2006. *Apoios concedidos pelo Instituto Português da Juventude (IPJ) (ANO 2005)*, Lisboa: s.n.

TVI, 2008. *Ex-presidente de associação de estudantes processada por desvio de fundos*. [Online]
Available at: <https://maisfutebol.iol.pt/sociedade/associacao-estudantes/ex-presidente-de-associacao-de-estudantes-processada-por-desvio-de-fundos>

[Acedido em 10 5 2022].

U-Agency, 2020. *A importância das Associações de Estudantes no ensino superior*. [Online]
Available at: <https://u-agency.pt/blog/a-importancia-das-assocacoes-de-estudantes-no-ensino-superior/>

[Acedido em 10 maio 2022].

Anexos

Anexo A. Evolução das etapas para o reconhecimento legal das AEs/AAs

Tabela 6. Evolução das etapas legais para o reconhecimento das AEs/AAs

De acordo com a Lei n.º 33/87, de 11 de julho de 1987	Art.º 6.º	<ol style="list-style-type: none"> 1. <i>“Para adquirirem personalidade jurídica pelo depósito ou envio de uma carta registada com aviso de receção, dos estatutos e da ata da sua aprovação ao Ministério da Educação e após publicação gratuita no Diário da República</i> 2. <i>Para efeito da apreciação da legalidade, o Ministério da Educação envia a documentação referida no número anterior ao Ministério Público.”</i>
De acordo com a Lei n.º 6/2002, de 23 de janeiro de 2002	Art.º 4.º	<ol style="list-style-type: none"> 1. <i>“Para a aquisição de personalidade jurídica as associações juvenis enviam ao IPJ os estatutos e a ata de aprovação de constituição da associação, bem como os demais documentos fiscais e de admissibilidade do nome da associação exigíveis nos termos legais.</i> 2. <i>Para efeitos de apreciação da legalidade, o IPJ envia a documentação referida no número anterior ao Ministério Público, o qual se pronuncia no prazo de 30 dias, presumindo-se a legalidade do ato constitutivo da associação se, findo este prazo, o Ministério Público não se pronunciar.</i> 3. <i>As associações juvenis adquirem a personalidade jurídica após a publicação gratuita no Diário da República, 3.ª série, da documentação referida no n.º 1 do presente artigo.</i> 4. <i>As alterações aos estatutos estão sujeitas ao mesmo regime constante dos números anteriores.</i> 5. <i>A constituição e aquisição de personalidade jurídica pelas associações juvenis pode também processar-se nos termos gerais de direito civil.</i> 6. <i>O Instituto Português da Juventude presta o apoio necessário à constituição das associações juvenis nos termos da presente lei.”</i>
De acordo com a Lei n.º 23/2006, de 24 de junho	Art.º 11.º	<ol style="list-style-type: none"> 1. <i>“Para efeitos da titularidade dos direitos e benefícios previstos na presente lei, as associações de estudantes são reconhecidas pelo membro do Governo responsável pela área da educação ou do ensino superior, consoante o grau de ensino do estabelecimento respetivo.</i> 2. <i>Para efeitos do reconhecimento, as associações de estudantes com personalidade jurídica enviam para o membro do Governo competente para o reconhecimento cópias do documento constitutivo e dos respetivos estatutos.</i> 3. <i>Para efeitos do reconhecimento, as associações de estudantes sem personalidade jurídica enviam para o membro do Governo competente para o reconhecimento, por depósito ou carta registada com aviso de receção, cópias dos estatutos, da ata da assembleia geral em que os mesmos foram aprovados, bem como do certificado de admissibilidade de denominação.</i> 4. <i>O reconhecimento a que se refere o número anterior apenas produz efeitos após a publicação, gratuita, pelo membro do Governo competente para o reconhecimento, dos estatutos da associação em sítio na Internet de acesso público, regulado por portaria do membro do Governo responsável pela área da juventude, no qual a informação objeto de publicidade possa ser acedida.</i> 5. <i>Apenas pode ser reconhecida uma associação de estudantes por estabelecimento de ensino, para efeitos de acesso aos direitos e regalias previstos na presente lei e de representação perante o Estado, prevalecendo aquela que tiver maior número de associados efetivos.</i> 6. <i>Para efeitos do número anterior, entende-se por associados efetivos os estudantes que se inscrevam como tal, de acordo com os estatutos de cada associação.”</i>

<p>De acordo com a Lei n.º 57/2019, de 7 de agosto de 2019</p>	<p>Art.º 11.º</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. <i>“Para efeitos da titularidade dos direitos e benefícios previstos na presente lei, as associações de estudantes são reconhecidas pelo membro do Governo responsável pela área da educação ou do ensino superior, consoante o grau de ensino do estabelecimento respetivo.</i> 2. <i>Para efeitos do reconhecimento, as associações de estudantes com personalidade jurídica enviam para o membro do Governo competente para o reconhecimento cópias do documento constitutivo e dos respetivos estatutos.</i> 3. <i>Para efeitos do reconhecimento, as associações de estudantes sem personalidade jurídica enviam para o membro do Governo competente para o reconhecimento, por depósito ou carta registada com aviso de receção, cópias dos estatutos, da ata da assembleia geral em que os mesmos foram aprovados, bem como do certificado de admissibilidade de denominação.</i> 4. <i>O reconhecimento a que se refere o número anterior apenas produz efeitos após a publicação, gratuita, pelo membro do Governo competente para o reconhecimento, dos estatutos da associação em sítio na Internet de acesso público, regulado por portaria do membro do Governo responsável pela área da juventude, no qual a informação objeto de publicidade possa ser acedida.</i> 5. <i>Apenas pode ser reconhecida uma associação de estudantes por estabelecimento de ensino, para efeitos de acesso aos direitos e regalias previstos na presente lei e de representação perante o Estado, prevalecendo aquela que tiver maior número de associados efetivos.</i> 6. <i>Para efeitos do número anterior, entende -se por associados efetivos os estudantes que se inscrevam como tal, de acordo com os estatutos de cada associação.”</i>
--	-------------------	---

Anexo B. Síntese dos principais resultados da análise documental

Tabela 7. Síntese dos resultados da análise documental

Riscos de gestão	Inexistência de documentação comprovativa das receitas e despesas da AE/AA
	Inúmeros custos suportados por documentos não endereçados à AE/AA (referindo-se a rubricas de combustíveis, despesas de representação e deslocação/estadias)
	Inexistência de informação referente ao pagamento de vencimento de indivíduos não pertencentes aos quadros da AE/AA, justificados indevidamente por documentos denominados como “deslocações em viatura própria”
	Indícios de perda de receitas e redução de benefícios
	Desorganização ao nível da tesouraria (encontrando-se pagamentos em duplicado)
	Destituição da Direção por alegações de má gestão financeira
	Processar a ex-Presidente por desvio de fundos
	Destituição da Direção em Assembleia-Geral por suspeitas de comportamento indevido
	Acumulação de dívidas a funcionários, fornecedores e ao Estado
	Documentos da AE/AA não incluíam informação sobre o pagamento de salários, os valores declarados e pagos a título de IRS e SS
	Por falta de documentação, impossível confirmar se o subsídio que a AE/AA recebia do IPD/IPDJ era correto
	Levantamentos avultados em numerário sem evidência de quem levantou o dinheiro
	Apoios do Estado atribuídos e pagos antes da apresentação de relatório de contas do ano anterior
	Conhecimento prévio de evidências dos problemas estruturais e financeiros da AE
Riscos de democraticidade interna	Eleições suspensas
	<i>Falta de rigor no processo eleitoral</i>
	Suspensão do ato eleitoral por fortes indícios de fraude eleitoral (suspensão contagem de votos)
	Perturbações no dia de reflexão, existência de uma queixa na Comissão Eleitoral, e a permanência de uma exposição que contrariava as deliberações da Comissão

Anexo C. Guião Entrevista Dirigentes Associativos

(Saudação). Como te foi dado a conhecer, o estudo que procuro realizar, no âmbito da elaboração da tese de Mestrado em Economia e Políticas Públicas, centra-se em grande medida no funcionamento das Associações de Estudantes do Ensino Superior, em Portugal. Neste sentido, procuro olhar para a gestão destas Associações e identificar e avaliar possíveis riscos associados às suas atividades e à sua gestão. Foram identificados três grandes riscos, que serão abordados mais à frente: riscos de integridade e transparência, ética e democraticidade, e má gestão (financeira). Do meu conhecimento, este é um estudo que não tem sido muito abordado academicamente, mas casos pontuais, apresentados pela comunicação social/imprensa, mostram como este não é um assunto menos importante.

(Importância de Estudar as AEs). As Associações de Estudantes são, para muitos jovens, o primeiro contacto com o funcionamento político/democrático de uma organização, com a sua hierarquia, um conjunto de regras, valores, deveres e responsabilidades. Por outro lado, este também é um importante

momento da vida dos jovens acadêmicos onde comportamentos atuais podem ditar atitudes futuras – isto significa que comportamentos que podem advir desta participação associativa podem limitar e/ou definir comportamentos futuros que, em última análise, podem ter impacto e perdurar para a sua vida cívica e profissional futura.

Perguntas Relativas Genericamente aos Riscos Associados à Gestão das AEs

1. Começo por perguntar o que é que, para ti, são os principais riscos associados à gestão de uma Associação de Estudantes, no Ensino Superior?
2. Já se viram confrontados com algum exemplo de má gestão na história da vossa AE?

(Descrição dos Principais Riscos Identificados) Achei relevante trazer para esta entrevista os principais riscos que identifiquei, tendo em conta a investigação feita até agora. A integridade e a transparência, bem como a boa/má gestão e a ética democrática são condições ou práticas que devem estar relacionadas com o funcionamento das AEs. Na ótica das AEs, estes problemas podem passar por má gestão de dinheiro (públicos ou privados), pela falta de democraticidade dos seus processos, ou através de questões associadas à falta de transparência (por exemplo, no que se refere à apresentação de despesas ou a certos procedimentos contratuais). A falta de democraticidade pode, por exemplo, estar associada a processos eleitorais pouco claros, à ausência de estruturas de contrapoder eficazes e fiscalizadores, à tentativa de centralização de poder exacerbado no líder, e à inexistência da rotação do poder entre as estruturas associativas. Já a ideia de integridade está, em grande medida, associada a um conjunto de comportamentos individuais, como sentido de responsabilidade, justiça, consistência, respeito e coerência entre princípios e ação. Ao nível organizacional, a integridade pode estar relacionada com o compromisso da organização para com a sua missão e os seus compromissos, que se encontram, normalmente, expressos em regras e documentos institucionais. Por fim, a transparência também entra como um princípio orientador da gestão das AEs. Não sei se sabes mas, como exemplo, a lei do Associativismo Jovem estabelece, no que se refere aos apoios públicos concedidos pelo IPDJ, que estes devem obedecer a princípios de transparência e objetividade.

3. Agora, tendo em conta estas definições, achas que estes princípios são ideais que orientam a atuação das AEs?

Perguntas Relativas à Transparência e às Fontes de Financiamento Públicas

4. Achas compreensível que os apoios públicos, em específico aqueles concedidos pelo IPDJ, sejam regulados pelo princípio da transparência?
5. Consideras que o princípio da transparência é algo inerente à vossa gestão?
6. Na gestão do vosso orçamento, achas que as AEs se preocupam em ser transparentes na apresentação e gestão das suas receitas e despesas, e na elaboração dos seus relatórios de contas?
7. Relativamente ao financiamento público que recebem, quais são as vossas fontes públicas de financiamento?

8. (Caso se aplique) Como funciona a articulação com a Reitoria/Direção da vossa Instituições de Ensino Superior?
9. Existe prestação de contas destas fontes de financiamento?
- 10.(Caso se aplique) Têm de prestar contas do dinheiro que recebem das Instituições de Ensino Superior?

Perguntas Relativas à Transparência e às Fontes De Financiamento Privadas

- 11.Porque é que achas que a lei do Associativismo Jovem estabelece a necessidade de o apoio ao associativismo jovem ter de se reger pelo princípio da transparência?
- 12.Qual é a tua opinião para não existir qualquer menção à gestão orçamental advinda de outras fontes não públicas?
- 13.Como é que se pode garantir a transparência de uma gestão de dinheiros advindos de fontes privadas?
- 14.Faria sentido existir algum tipo de controlo para a parte das receitas das AEs que provêm de fontes privadas?
- 15.Quem poderia fiscalizar estas fontes?

(Apresentação de Exemplos de Más Práticas) Como disse inicialmente, a comunicação social tem sido, em Portugal, o interveniente que traz para público, na maioria das vezes, casos de más práticas na forma de gestão nas AEs do Ensino Superior. Por exemplo, em 2001, dava-se conta de uma auditoria que revelava o descontrolo das contas da AEIST; em 2008, era conhecido o caso da AEFLUP onde a ex-presidente da AE foi processada por desvio de fundos; em 2019, surgiam duas notícias – a da destituição da AE do ISCSP por dívidas a funcionários e fornecedores, e a da auditoria à AAFDUL que denunciavam mais de 100 mil euros de gastos sem documentos.

Perguntas Relativas Aos Exemplos Apresentados

- 16.À luz destes exemplos, uns mais atuais outros mais antigos, consideras que estes riscos persistem? Ou hoje em dia as AEs já dispõem de mecanismos suficientes para evitar cometer estes erros?
- 17.À luz destes exemplos, achas que este estudo se justifica?

Perguntas Relativas a Medidas

- 18.No vosso caso, que medidas foram ou podem ser pensadas para evitar estes riscos?
- 19.Têm algum órgão de controlo (p.e. conselho fiscal ou outro)?
- 20.Como prestam contas e com que regularidade?
- 21.Têm algum código de conduta ou de ética?
- 22.Dispõem de algum plano de prevenção de riscos de *corrupção*?

23. Existe algum procedimento de controlo com regularidade, nomeadamente, através da realização de auditorias?
24. Têm algum serviço que vos auxilie na assessoria fiscal, por exemplo?
25. Dão formações aos estudantes que integram a AE (no caso do Conselho Fiscal, ou em departamentos que lidam de perto com a gestão de dinheiros)?

No final, perguntar se o/a entrevistado/a quer acrescentar mais algum aspeto ou sugestão que lhe pareça importante e que não tenha sido abordado na entrevista.

Anexo D. Guião Entrevista *Stakeholders*

(Saudação). Como lhe foi dado a conhecer, o estudo que procuro realizar, no âmbito da elaboração da tese de Mestrado em Economia e Políticas Públicas, centra-se em grande medida no funcionamento das Associações de Estudantes do Ensino Superior, em Portugal. Neste sentido, procuro olhar para a gestão destas Associações e identificar e avaliar possíveis riscos associados às suas atividades e à sua gestão. Foram identificados três grandes riscos, que serão abordados mais à frente: riscos de integridade e transparência, ética e democraticidade, e má gestão (financeira).

Do meu conhecimento, este é um estudo que não tem sido muito abordado academicamente, mas casos pontuais, apresentados pela comunicação social/imprensa, mostram como este não é um assunto menos importante.

A comunicação social tem sido, em Portugal, o interveniente que traz para público, na maioria das vezes, casos de más práticas na forma de gestão nas AEs do Ensino Superior. Por exemplo, em 2001, dava-se conta de uma auditoria que revelava o descontrolo das contas da AEIST; em 2008, era conhecido o caso da AEFLUP onde a ex-presidente da AE foi processada por desvio de fundos; em 2019, surgiam duas notícias – a da destituição da AE do ISCSP por dívidas a funcionários e fornecedores, e a da auditoria à AAFDUL que denunciavam mais de 100 mil euros de gastos sem documentos.

(Importância de Estudar as AEs). As Associações de Estudantes são, para muitos jovens, o primeiro contacto com o funcionamento político/democrático de uma organização, com a sua hierarquia, um conjunto de regras, valores, deveres e responsabilidades. Por outro lado, este também é um importante momento da vida dos jovens académicos onde comportamentos atuais podem ditar atitudes futuras – isto significa que comportamentos que podem advir desta participação associativa podem limitar e/ou definir comportamentos futuros que, em última análise, podem ter impacto e perdurar para a sua vida cívica e profissional futura.

(Descrição dos Principais Riscos Identificados) Achei relevante trazer para esta entrevista os principais riscos que identifiquei, tendo em conta a investigação feita até agora. A integridade e a transparência, bem como a boa/má gestão e a ética democraticidade são condições ou práticas que devem

estar relacionadas com o funcionamento das AEs. Na ótica das AEs, estes problemas podem passar por má gestão de dinheiro (públicos ou privados), pela falta de democraticidade dos seus processos, ou através de questões associadas à falta de transparência (por exemplo, no que se refere à apresentação de despesas ou a certos procedimentos contratuais). A falta de democraticidade pode, por exemplo, estar associada a processos eleitorais pouco claros, à ausência de estruturas de contrapoder eficazes e fiscalizadores, à tentativa de centralização de poder exacerbado no líder, e à inexistência da rotação do poder entre as estruturas associativas. Já a ideia de integridade, em grande medida, pode estar associada a um conjunto de comportamentos individuais, como sentido de responsabilidade, justiça, consistência, respeito e coerência entre princípios e ação. Ao nível organizacional, a integridade pode estar relacionada com o compromisso da organização para com a sua missão e os seus compromissos, que se encontram, normalmente, expressos em regras e documentos institucionais. Por fim, a transparência e a prestação de contas também entram como um princípio orientador da gestão das AEs. Não sei se sabe, mas, como exemplo, a lei do Associativismo Jovem estabelece, no que se refere aos apoios públicos concedidos pelo IPDJ, que estes devem obedecer a princípios de transparência e objetividade.

(Pertinência desta Entrevista) Neste âmbito, preocupações com a atribuição dos apoios concedidos pelo Instituto Português da Juventude (atual IPDJ – Instituto Português do Desporto e da Juventude), levaram o Tribunal de Contas, em 2006, a realizar uma auditoria aos apoios pagos pelo IPDJ a um conjunto de associações juvenis, das quais se destacaram quatro Associações de Estudantes do ensino superior (AAUNIVERSIDADE DO ALGARVE, AEIST, AALUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIA, AAUNIVERSIDADE DO MINHO, AACOIMBRA).

Esta auditoria tinha então como objetivo geral apreciar a legalidade, regularidade e correção económica e financeira das operações inerentes à concessão e pagamento destes apoios financeiros.

Dado o papel fundamental do Tribunal de Contas na fiscalização dos apoios concedidos pelo Estado, através do IPDJ, e do Conselho de Prevenção de Corrupção, orientado para a prevenção da corrupção, importa revisitar quais as principais conclusões e preocupações que emergem da atuação do Tribunal de Contas e do Conselho de Prevenção de Corrupção sobre os riscos associados à gestão de dinheiros públicos pelas Associações de Estudantes do Ensino Superior.

Questões Gerais sobre o Papel do TC e do CPC

1. Já alguma vez tinha pensado nestes riscos, olhando para as AEs do Ensino Superior, em Portugal?
2. A última auditoria do Tribunal de Contas aos apoios públicos concedidos pelo IPDJ, em 2006, indicava a existência de deficiências de controlo da aplicação das verbas atribuídas a título de subsídios. Neste sentido, era recomendado ao Instituto auditar com regularidade as contas apresentadas pelas AEs.
 - a. Considera o IPDJ um auditor eficaz dos dinheiros públicos alocados às AEs?
 - b. Quem pode auditar/fiscalizar as associações de estudantes do Ensino Superior?

3. Alguma vez ouviram/fizeram uma audição no CPC o presidente do IPDJ, sobre a atribuição de apoios públicos às associações de estudantes?
4. Em 2019, fizeram uma ação de sensibilização no IPDJ sobre matérias relativas à prevenção da corrupção. Esta foi a 2.^a vez que se deslocaram ao IPDJ para uma reunião de partilha de informação e de experiências sobre execução e aplicação do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.
 - a. O que pode sair destas ações de sensibilização, em concreto?
 - b. Quais podem ser os riscos de corrupção associados à atividade do IPDJ?
5. Os Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, ou Planos de Gestão de Riscos, recomendados pelo CPC, em 2009, dirigem-se a todas as entidades públicas que gerem dinheiro ou património público, no sentido de prevenirem ações que possam conduzir a práticas lesivas do património que é de todos.
 - a. Poderiam estes Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção também ser pensados para as AEs?
6. O CPC promove ações de formação junto das entidades públicas relativamente à prevenção da corrupção e infrações conexas, designadamente nas vertentes da Ética, Deontologia e Elaboração de Códigos de Conduta e Manuais de Boas Práticas, bem como na Elaboração e Adoção de Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas. Em concreto, promove estas ações de formação num conjunto de instituições de Ensino Superior.
 - a. Podem as IES servir de base para incentivar melhores práticas nas AEs? Ou este pressuposto limita o princípio da independência das AEs?
7. Na lei encontra-se estabelecido que em caso de existência de dívidas à administração tributária, à segurança social ou ao IPDJ é cancelada qualquer candidatura a programas de apoio por parte do IPDJ, I. P., assim como a suspensão automática dos direitos decorrentes da inscrição da associação no RNAJ. No entanto, as AEs podem ter dívidas a privados.
 - a. Este pressuposto (não dívida à AT, SS e IPDJ) fornece alguma garantia ao IPDJ da forma como as AEs gerem dinheiro?

Outras Questões

- a. Quem poderia auxiliar as AEs a definir um plano de prevenção de riscos de corrupção? Ou na definição de um código de conduta ou de ética?
- b. Dado que a realização de auditorias recorrentes se apresenta como um cargo financeiro elevado para as AEs, quem poderia ajudá-las a financiar estas auditorias?

Perguntas Relativas a Medidas

Quais destas medidas que irei enunciar fazem para si sentido/são pertinentes para promover maior transparência, integridade e potenciar níveis superiores de gestão:

1. Existência de um órgão de controlo (conselho fiscal)?
2. A existência de um código de conduta ou de ética?
3. O princípio da transparência e da integridade estar estipulado nos seus Estatutos?
4. Dispõem de um plano de prevenção de riscos de corrupção?
5. Darem formações para os estudantes que integram a AE e que lidam de perto com o dinheiro da associação?
6. Realizar procedimentos de controlo com regularidade, nomeadamente, através da realização de auditorias?
7. Possuírem um serviço de assessoria fiscal (contabilista, advogado) próprio?

No final, perguntar se o/a entrevistado/a quer acrescentar mais algum aspeto ou sugestão que lhe pareça importante e que não tenha sido abordado na entrevista.

Anexo E. Universo de estudantes representados pelas AEs/AAs

Tabela 8. Análise do universo representativo das AEs/AAs

Associação de Estudantes/ Associação Académica	Instituição de Ensino Superior	Número de estudantes que representam	Natureza da Instituição de Ensino Superior
AEISCTE	Iscte – Instituto Universitário de Lisboa	10.353 ³⁰	Instituição de ensino superior público, com regime de Fundação Pública
AEIST	Instituto Superior Técnico (IST)	11.334 ³¹	Instituição de ensino superior público que pertence à Universidade de Lisboa
AAFDUL	Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL)	5.442 ³²	Instituição de ensino superior público que pertence à Universidade de Lisboa
AEISEG	Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG)	5.400 ³³	Instituição de ensino superior público que pertence à Universidade de Lisboa
AEISCSP	ISCSP	4.000 ³⁴	Instituição de ensino superior público que pertence à Universidade de Lisboa
AEISTEC	ISTEC (Lisboa)	838 ³⁵	Instituição de ensino superior de natureza politécnica

³⁰ Total de estudantes no total de cursos conferentes de grau (ISCTE, 2021).

³¹ Número de estudantes que o Técnico acolhe (três ciclos de estudos) (Instituto Superior Técnico, s.d.)

³² (Faculdade de Direito, 2021)

³³ (ISEG, s.d.)

³⁴ (ISCSP, s.d.)

³⁵ (ISTEC, 2020)

Anexo F. Sistematização dos temas em análise (entrevistas)

Tabela 9. Sistematização dos temas em análise

Entrevistas	Divisão Temática	
E1	Dirigentes Associativos	Riscos de gestão associados às Associações de Estudantes (AEs/AAs)
E2		Conhecimento de casos passados de má gestão
E3		Princípios que orientam a gestão das AEs e como estes podem ser medidos
E4		Discussão sobre as principais fontes de financiamento (a sua gestão e prestação de contas)
E5		Discussão sobre as medidas existentes e medidas a adotar para promover padrões mais elevados de integridade e transparência na gestão
E6		Outras questões Principais dificuldades
E7	Stakeholders	Riscos de gestão associados às Associações de Estudantes (AEs)
		Conhecimento de casos passados de má gestão
		Critérios para avaliar a gestão das AEs
		Discussão sobre as principais fontes de financiamento (a sua gestão e prestação de contas)
E8		Opinião dos entrevistados sobre a adoção de um conjunto de medidas a adotar Prioridades Principais dificuldades

Anexo G. Grelha de Análise Entrevistas Dirigentes Associativos

Tabela 10. Riscos relacionados com a gestão das AEs/AAs

Problemática	Perceção do entrevistado sobre os principais riscos de gestão associados às Associações de Estudantes do Ensino Superior
Entrevista 1.	
Entrevista 2.	<p>“Acho que são aqueles que tu aí identificaste à partida: risco de gestão, de transparência, gestão financeira que pode ser danosa, gestão dos recursos da Associação ao fim ao cabo... porque, lá está, primeiro parte-se de um pressuposto, de uma situação geral de desinteresse dos estudantes relativamente às Associações de Estudantes, e acho que isto até é um problema com a raiz mais profunda (ou seja, é um desinteresse geral da sociedade pelas estruturas que a representam, pela democracia em si, pronto, vemos as taxas de abstenção - agora foram um bocadinho mais baixas, mas têm sido altíssimas) ... Há um desinteresse geral da sociedade sobre as estruturas que representam os cidadãos, pronto, e aqui no caso mais específico das Associações de Estudantes, pelo menos (...) [aqui], e no geral com as outras com quem contacto, que há um desinteresse por parte dos estudantes sobre aquilo que é o trabalho da Associação e quando não há um escrutínio forte há um risco grande de chegar aqui uma Direção com os princípios e valores que não sejam os mais corretos e causar danos a vários níveis à Associação... Portanto, acho que há este principal problema de falta de escrutínio e de falta de interesse dos estudantes na gestão da Associação de Estudantes. As Associações de Estudantes até são geridas nos seus Estatutos têm um órgão que é as Assembleias Gerais de Alunos (ou Reuniões Gerais de Alunos), que basicamente é o órgão deliberativo, ou seja, o órgão máximo da Associação, as decisões que são lá tomadas são vinculativas àquilo que é as posições, a gestão da Associação, etc. e há pouquíssima participação nas Assembleias Gerais de Alunos... por exemplo, nós (...) somos 13 mil alunos e se tivermos uma Assembleia Geral de Alunos com 40 alunos já é bom... e, portanto, essa falta desse escrutínio, essa falta de participação, essa falta desse interesse leva a que haja demasiado à vontade por parte das Direções das Associações de Estudantes. Aqui o que faz falta, na minha opinião, é que os estudantes sintam que a Associação é sua, ou seja, o dinheiro que nós gerimos aqui é dinheiro dos estudantes, ou seja, as atividades que nós fazemos aqui são as atividades dos estudantes, as posições políticas que tomamos (ou outro tipo de posições quaisquer) são posições dos estudantes (...) (no nosso caso), e acho que faz falta esse sentimento nos estudantes, para que sintam que a Associação é sua e para que também quando há algum risco... para que também tenham a perceção de que estes riscos podem existir, ou seja, para quando há uma Direção que chega aqui e toma alguma decisão danosa para a Associação os estudantes possam “sentir na pele” (se calhar não é o termo mais adequado, mas sintam) que foram prejudicados pela sua estrutura, pela Direção que está a gerir a sua estrutura.</p>

	<p>Sendo mais concreto, e dando-te uma resposta mais concreta, eu acho que o maior risco que existe sobre a gestão de uma Associação é o risco de gestão financeira danosa, ou seja, haver esta falta de escrutínio, havendo também uma liberdade muito grande para gerir o dinheiro da Associação, ou seja, basicamente uma Associação de Estudantes consegue passar quase por uma Assembleia Geral de Alunos e isso é bastante perigoso (não tem lá um grupo de estudantes ou um grupo avultado de estudantes que escrutine gastos, que pergunte sobre determinada situação financeira)... E, portanto, acho mesmo que a gestão financeira pode ser facilmente danosa, ou seja, o acesso às contas é bastante facilitado, como é óbvio, a adjudicação de obras, por exemplo, também é bastante... é um risco associado, se me faço entender, ou seja, não é por concurso público (mesmo por concurso público há várias situações na nossa sociedade que correm mal). Numa Associação de Estudantes não é por concurso público, ou seja, a adjudicação de uma obra qualquer pode ser feita facilmente por uma empresa de escolha a dedo. E quando digo para obras, não digo só para obras, digo para outro tipo de atividades (por exemplo, festas ou outro tipo de atividades com que se trabalhe com outra empresa, parcerias, patrocínios, etc.), é tudo muito a dedo e pouco escrutinado e há muita liberdade para, pronto, gerir a Associação financeiramente de forma danosa.”</p>
<p>Entrevista 3.</p>	<p>“Em primeiro lugar, há toda a sustentabilidade de uma Associação. Ou seja, muitas das Associações que existem, principalmente na Universidade de Lisboa, que é a minha realidade, são Associações que existem há mais de 100 anos, ou seja, são coisas que existem há muito mais tempo do que nós existimos e, pelo menos, na minha realidade, houve problemas no passado que hoje em dia atacam um bocadinho a sustentabilidade que nós temos no futuro. Ou seja, o trabalho que nós pretendemos desenvolver está um bocadinho debilitado, primeiro pela credibilidade que os estudantes têm da Associação e depois pela parte monetária que foi muito atacada por má gestão, e esse é um dos maiores riscos – é realmente a má gestão associada à má gestão de dinheiros, porque são dinheiros públicos. Nós somos uma Associação sem fins lucrativos, somos todas, estamos dependentes de financiamento desde o IPDJ, a parcerias como a Caixa Geral de Depósitos e muitas vezes essas coisas correm mal, porque os dinheiros são utilizados para, em vez para a defesa dos estudantes (que é o principal objetivo da Associação), são usados fins pessoais... Outro dos riscos associados pode ser mesmo mais numa parte pessoal de gestão de equipas, realmente aquela parte em que há pessoas que não sabem gerir as equipas, que criam mal-estar, que se tornam “detractor” naquilo que deve ser uma Associação, que a postura delas torna a Associação como se fosse... como é que eu hei de dizer... uma coisa má e dão uma má imagem à Associação pela postura que têm, pela tirania que têm na gestão das coisas, desde a equipa, aos projetos, etc. (...)”</p>
<p>Entrevista 4.</p>	<p>“Eu acho que posso estar a ser otimista, mas eu acredito que tanto a nível da Faculdade, como a nível... eu vou-me restringir à realidade que eu conheço que é a daqui de Lisboa, mas por força de encruzamento que tenho tido com algumas faculdades sinto que há certos vícios e maus hábitos de gestão danosa, de corrupção que já não sinto que estejam tão presentes. Eu acho que nós agora estamos a viver, se for bem aproveitada, uma altura que eu acho extraordinária que é o da participação desinteressada, comprometida com os alunos e desinteressada a nível pessoal. E é esta a perceção que eu tenho tido porque para nós é importantíssimo. Nós temos de ter aqui a perceção de que, lá está, isto é um risco – é um risco para os funcionários, é um risco quando se tem de gerir infraestruturas, quando se tem de gerir bem os materiais, é um risco para os alunos... mas daí eu acho que é um risco que vale a pena.”</p>

<p>Entrevista 5.</p>	<p>“Depois quais são os perigos assim da Editora? Olha, tens vários... Já te digo na parte académica, mas agora mais na parte da editora. Ou seja, isto é uma empresa; numa empresa tu tens funcionários e há aqui uma coisa que nós priorizamos – aconteça aqui algum problema, o salário dos funcionários tem de estar presente, e completamente garantido no final do mês. Ou seja, nós na altura do COVID deixámos de fazer várias coisas para os funcionários terem o seu salário garantido, porque são pessoas... Imagina, as direções mudam todos os anos; todos os anos eles lidam com novos jovens que vão entrando aqui para a associação e... é uma coisa que eles gostam, dizem que é uma coisa que os mantêm jovens e há aqui uma renovação de ideias e de mentalidades, e eu acho que neste aspeto é bom e eu também gosto de ter pessoas que já cá estão há muito tempo. Ou seja, já sabem as vicissitudes da Editora, de vários contactos que não se perdem... isso é muito importante. (...) Na parte académica, e é a parte com que a maioria das faculdades lida, e nós temos esta duplicidade, mas a maior das faculdades e associações académicas lida com esta parte só. E o que é que é o mais importante aqui – é não dar prejuízo. (...) O mais importante é não dar prejuízo. Uma festa... é assim... nós aqui fazemos festas muito grandes; a nossa festa de cerveja conta com 6 mil/7 mil pessoas; a brasileira com 5 mil/4 mil pessoas; ou seja, convém que o investimento que tu faças nesta festa não seja inferior ao lucro que tu vais receber, esse é o “b-a-bá”. Claro que, se eu te digo que é difícil fazer uma festa que dá lucro, é. Fazer uma festa é fácil; fazer uma festa às três pancadas é fácil, tu fazes numa noite, organizas uma festa. Fazer uma festa que dá lucro, digo-te que podes passar pelo menos uma semana inteira, duas semanas só naquilo. E como nós temos sempre muita coisa a acontecer, é por isso que eu tento preparar as festas sempre com um mês de antecedência, para tentar que nada dê prejuízo. Depois também tens de lidar aqui com o fator que tu és uma organização e tudo o que for gratuito para os alunos (símbolo positivo/bom) ... isto comesças aqui a lidar com parcerias e protocolos, com parceiros que estejam habituados a trabalhar com alunos, que vão de encontro a interesses dos alunos e que tentem prestar o maior número de serviços, gratuidade possível. Ou seja, foi por isso que nós nesta candidatura achamos importante criar uma comissão só para isto. Pronto, é mais ou menos isto, a nossa dualidade é a parte académica e a parte da Editora.”</p>
<p>Entrevista 6.</p>	<p>“E eu acho que a falha maior que as Associações têm muitas das vezes é o facto de principalmente as AEs pequenas que muitas vezes não têm contabilidade própria, isto é, não têm um contabilista específico, alguém... Porquê? Porque muitas das vezes as Associações não os têm, porque também não têm verbas para pagar a alguém para fazer esse trabalho. Portanto, eu acho que aqui o grande problema é esse. Depois outro segundo problema que também acaba por prejudicar a nível financeiro é que a maior parte das vezes há muitos mandatos que é só um ano. No meu caso foi exceção, porque, lá está, todos os anos enquanto fui estudante da Faculdade, por acaso, fui a Presidente durante esse percurso, mas por norma o que acontece muitas vezes é que existe uma pessoa que fica um mandato ou dois anos de mandato e mais do que isso, por norma, é muito raro. Encontras ainda alguns casos como os meus, mas é muito raro estar alguém durante muito tempo à frente; ou esteve mas foi passando por vários graus até que chegou a Presidente, ou não... Depois a nível financeiro as AEs dependem muito do Estado, isto é, do IPDJ, é onde vão buscar a maior parte do fundo para poderem desenvolver atividades, mas, ainda assim, é um senão muito grande, porque a forma como o sistema está montado, não é, o que faz com que muitas das vezes é do género... Eu não sei, já deves ter falado com algumas pessoas e elas já te devem ter falado do apoio do IPDJ... Então aqui o grande problema é o quê? É, imagina, tu entas agora na AE queres pedir apoio ao IPDJ. Neste momento, estamos em março tu não podes pedir apoio ao IPDJ. Tens de esperar pelo final do ano civil para pedir o apoio para o ano seguinte, mas tu acabaste de entrar e, infelizmente, as pessoas que tiveram antes de ti não tiveram uma boa gestão. Basta a tua Associação ter dívidas, tu não podes pedir dinheiro ao Estado. Logo aí acabas por ter um grande entrave – tu queres desenvolver atividades e não consegues.</p>

	<p>Depois outro bolo, em que muitas vezes as Associações acabam por pedir ajuda é às suas próprias Direções das Faculdades. No caso da minha, foi criada toda uma amizade, por assim dizer... foi realmente aqui reforçada relações entre a Direção e a Associação de Estudantes o que fez com que houve períodos em que efetivamente (principalmente no início, porque eu quando entrei para a Associação, a Associação estava enterrada de dívidas), no início, para a gente poder desenvolver algumas atividades que pudessem trazer dinheiro para a Associação nós não tínhamos esse budget, para iniciar, por exemplo, para fazer um convívio, nós não tínhamos dinheiro para começar um convívio, então nessa altura, principalmente no primeiro e segundo ano houve ali alguns momentos chaves, que tivemos de pedir dinheiro à Instituição. Nas outras alturas, para isto arrancar, para isto acertar, houve muito dinheiro próprio que foi investido para que as coisas pudessem acontecer. Mas infelizmente (eu sei, porque estou um bocado ligada...) a parte das Federações deram-me um bocado esta visão de saber os problemas dos outros, das outras casas e eu sei que muitas das vezes esta boa relação com as Instituições às vezes não existe, ou às vezes até existe mas eles dizem logo “Apoio financeiro, não. Queres material, queres um auditório, queres roll-ups, a gente dá-te. Agora dinheiro, não” e isto acaba por ser um grande entrave para Associações, por assim dizer.”</p>
--	---

Tabela 11. Opinião sobre os casos noticiados

Problemática	Entendimento sobre os casos apresentados pela comunicação social
Entrevista 1.	
Entrevista 2.	<p>“Pronto, eu lembro-me desse caso do ISCSP que rebentou há 2 ou 3 anos e sinto (pronto, eu conheço a Direção agora) que houve claramente uma mudança de chip, uma reviravolta e ficaram assustados com o que aconteceu e caiu-lhes a ficha de que “ok, isto não pode voltar a acontecer”, e sei que houve uma recuperação financeira da Associação, e que agora há uma gestão muito mais correta e ética da Associação, quer seja nas Assembleias Gerais de Alunos, quer também com aquilo que é o contacto com o IPDJ, com o cumprimento do regime jurídico, etc. No caso de Direito, não tenho assim tanto contacto, mas pelo menos do que disseste, sei que houve alguma tentativa de mudar as coisas, o panorama, ou seja, na disponibilização de documentos, ao fim ao cabo da disponibilização de documentos...”</p>
Entrevista 3.	<p>“É importante perceber se isso se calhar na Universidade de Lisboa, que tem uma grande história, é importante perceber-se que as Associações de Estudantes são uma porta de lançamento para um mundo que traz muito interesse aos jovens da nossa geração e que traz muito interesse já há muitos anos. Ou seja, as Associações são uma rampa de lançamento para o mundo da política. Isso é uma coisa que se tem de ter – é um ponto assente. E isto é uma pequena escola para aquilo que há lá fora. Por exemplo, na Associação Académica de Direito, a maioria dos presidentes ou muitos dos Presidentes viraram políticos de sucesso, por exemplo, temos o caso do Marcelo, do Durão Barroso, etc. Torna-se uma escola e torna-se necessário controlar desde jovens, ou seja, isto é associativismo jovem, que se controle e que se tente diminuir os riscos.... De... como é que eu hei de dizer.... Tentar controlar um bocadinho e tentar guiar um bocadinho estas pessoas que um dia, realmente, vão ter decisões importantes para tomar e muitas vão acabar no mundo da política, pronto... é uma coisa que é sabia. E, por exemplo, nós vemos muito a guerra para... a cada 2 anos são os Conselhos Gerais e os Senadores, e vê-se muita guerra sobre quem é que vai ser Conselheiro Geral e quem é que vai ser Senador. Vê-se muito isso. E, realmente, torna-se importante tentar um bocadinho perceber se existem riscos associados à integridade das Associações, das pessoas. Tudo isto, isto é um mundo muito sério parecendo que não, parece uma brincadeira de crianças “agora estou na Associação”, não é. É uma coisa muito séria, é muito trabalho, e se calhar muita gente não tem noção disso... mas é muito isso...”</p>
Entrevista 4.	<p>“Olha, vou ser sincero não sabia desses casos. Estou a saber pela primeira vez e estou um bocado... (riso nervoso) (...) Por acaso, não sabia do de Direito. Que isso deu um bocadinho, até do contacto, isso reforça a minha posição, pelo contacto que tenho com a Catarina e com outras Faculdades, não são casos recorrentes ou que estejam em curso (que eu saiba) e daí já é positivo. E dizer-te mais uma vez, agora com registo, a pertinência do teu estudo é muito grande e espero que também se consiga através do teu estudo dar um bocadinho mais de atenção a esta área, esta primeira onda da participação cívica e associativa, e também misturo os dois lados da moeda – do lado de quem quer fiscalizar, o lado de quem é fiscalizado que também tem de prestar contas, isto é aquele princípio que nós aprendemos em Ciência Política de quem fiscaliza é o fiscalizador e de <i>accountability</i>. Eu acho que é muito importante por aí e também perceber os dois lados da moeda, tanto o da Associação de Estudantes como das entidades reguladoras que querem fiscalizar a parte financeira.”</p>
Entrevista 5.	

Entrevista 6.

“Pronto... eu, por acaso, não sei como é que esse caso fechou-se, mas é engraçado porque eu conhecia as duas pessoas principais que estavam envolvidas nesse processo... e é triste porque, lá está, é aquilo que eu sempre defendi em todos os anos em que estive: eu para ter alguém como meu braço direito, neste caso como tesoureiro, primeiro tem de ser uma pessoa da minha confiança, mas para além da minha confiança tem de ser alguém que diga assim – “não Ana, não há dinheiro, não vamos investir”. E isto também é muito importante, não é só o facto de teres confiança na pessoa que está ao teu lado, mas saberes que essa pessoa também vai ter pés assentes na terra e dizer assim “não, isso se calhar não é um bom investimento”, “olha, se calhar ainda não podemos gastar este dinheiro este mês, para o próximo mês já vemos”. Isto também é muito importante. E importante, lá está, na confiança. A conclusão que eu cheguei aqui, e na altura lembro-me de falar com o Presidente da altura, e ele a dizer-me “estou na Madeira ou nos Açores (ele era das ilhas) eu nem sequer mexi na conta, eu não estava cá, e se formos ver o extrato bancário os movimentos foram feitos no Continente e eu não estava no Continente” mas a imagem daquele miúdo, daquela pessoa ficou manchada, na altura apareceu o nome das pessoas nas notícias, apareceu o nome dele em primeiro lugar e eu não sei até que ponto (já há algum tempo que não falo com ele) é que isso prejudicou a imagem dele? E isso sempre foi algo que, mesmo antes disso acontecer eu já tinha essa ideia, do género tem de haver totalmente transparência... por exemplo, eu cheguei a ter colegas da minha AE que... Ah, outra coisa! Um dos grandes problemas das Associações é o facto de as pessoas terem cor política. Eu graças a deus não a tenho, nunca quis, apesar de estar muito dentro do associativismo sempre foi algo que eu não quis para não ficar a dever nada ninguém, exatamente para ficar neutra nas questões de se tiver de pedir ajuda a A, B ou C me poder mexer sem pedir favores, sem nada. (...) Olha, outra história que tu podes ir pesquisar, assim dentro disso que tu estás à procura, que é o saco azul da Académica de Lisboa. Essa é outra! É essa a história! Houve um gajo que ganhou colhões no sítio, foi para a comunicação social a dizer que fulano tal ou a Direção tal estava a meter dinheiro ao bolso. Percebes? Foi um escândalo, foi não sei quê, mas tudo morreu. Tudo morreu! E vais a ver e todas as pessoas que foram acusadas desse saco azul estão todas aonde? Sabes onde? Na Câmara de Lisboa. Percebes? Infelizmente, é isto depois que acontece. Depois é o quê...? A palavra contra quem... porque “ah, foi mau investimento, andei a investir mal o dinheiro”, “mas não devias ter comprado não sei quê, não devias ter pagado a não sei quem”, “pois, olha... mas se calhar havia uma empresa que fazia mais barato os eco-copos. É pá, mas foi aquela que eu encontrei!”, entendes?”

Tabela 12. Opinião sobre experiências passadas na AE/AA ao nível da má gestão

Problemática	Entendimento sobre experiências semelhantes passadas na própria Associação
Entrevista 1.	<p>“Ah... pronto, imagina... lá está, o último problema que nós tivemos, pelo menos que me tenha chegado, não é, foi na passagem de pasta de 1999 para 2000, portanto, já há muito tempo. Aí sim, houve um problema grande, houve um problema exatamente como estavas a dizer de uso... pronto, isto é uma história pública hoje em dia... acredito que, tirando nos meios dos dirigentes (que acabamos por passar estas histórias), muitos estudantes não tenham esta noção, mas pronto... No ano de 1999 para 2000, o que aconteceu foi isso, pronto, foram pessoas que usavam o dinheiro da AE para benefício próprio. Eu não sei até que ponto isto aconteceu, mas sei que foi grave e foi público ao ponto de ter havido uma revoluçãozinha (...) [aqui] em que houve estudantes que não eram dos órgãos sociais da AE que trancaram a Associação, barricaram a Associação, foi uma coisa assim, até eles se demitirem, foi mesmo muito grave. Desde aí, pronto, acho que depois quando a nova Direção... pronto, essa foi abaixo... e a nova Direção que foi liderada pelas pessoas que fizeram essa “revolução” (não sei se o termo é o mais adequado, mas pronto, que fizeram esta ação) ... Pronto, dívidas e dívidas, descobriram dívidas e dívidas... e foram, pronto, colmatando essas dívidas e resolvendo as coisas e, pronto, eu já apanhei isto numa fase, quer dizer a última década, pelo menos, já foi muito mais tranquila, pronto. Eu tenho muito mais contacto com os Presidentes dos últimos 10 anos, mais antigo do que isso é mais difícil, pronto... Mas sim foi assim o último problema que nós tivemos, que eu tenha conhecimento. Desde aí, eles conseguiram ir construindo, tem também sido sempre de continuidade, ou seja, têm sido pessoas que já estão por dentro da Associação, como eu te disse, nós somos sempre entre setenta e cinco e cento e poucos membros na Direção, ou seja, há sempre pessoas, e tendo em conta que (...) [a Faculdade] tem muita gente que faz licenciatura e mestrado, ou seja, que estão 5 anos (...) [nesta Faculdade], nós temos uma rotatividade... ou seja, todos os anos entram e saem pessoas, como é óbvio, e entram e saem... de todos os recrutamentos, acho que o recrutamento mais pequeno, nos últimos 5 anos, entraram 21 pessoas e o maior entraram quase 30. Pronto, até é um número... Mais pessoas que são necessárias ao longo do ano... Pronto, é uma rotatividade grande.”</p>

Entrevista 2.

“No (...) [nosso caso], por acaso não me lembrava desse caso, mas sei que há 7 ou 8 anos havia casos semelhantes a esses que estavas a mencionar, ou seja, havia dividas grandes aqui também (que não se sabia muito bem de onde é que vinham) ... E, portanto, lá está, quando eu disse há pouco que as últimas 5 ou 6 Direções têm tido um conjunto de valores e princípios mais cuidadoso, mais calculoso, mais transparentes, mais prestadoras de contas às Assembleias Gerais de Alunos... foi também eu acho que muito devido a esse susto com que a Direção de há 5/6 anos atrás (que eu nem sequer conheço) se deparou na altura, ou seja, havia casos aqui gritantes e nós também... depois os relatos que temos das funcionárias que estão cá há... temos funcionários aqui há 30 anos, outros há 10/20... por relatos de funcionários também sabíamos que estas coisas aconteciam e, portanto, lá está, quando há esse tipo de sustos eu acho que mudou um bocadinho o chip, pelo menos durante uns anos, até que se volte a esquecer... não quer dizer que seja uma coisa cíclica, como é óbvio, mas eu acho que sim... (...) Aqui no (...) [nosso caso], pronto... Não tinha conhecimento, isso foi quase quando eu nasci, portanto, não tinha conhecimento dessas coisas... mas eu sinto que, lá está, sempre que há esse tipo de sustos e aparece aqui uma Direção que tem uma atuação um bocadinho cinzenta sobre aquilo que é a sua gestão financeira, etc. ... sinto que quando há esse tipo de sustos há uma mudança de chip e há uma reviravolta (pelo menos durante alguns anos, até que se esqueçam, se calhar) sobre aquilo que é a gestão das Associações de Estudantes. (...) Quando entrei na Associação, no meu primeiro ano quando ainda era membro da Associação, já frequentava as Assembleias Gerais de Alunos e os orçamentos da Associação para o mandato em si, os relatórios de contas, eu assisti a alguma falta de transparência, na minha opinião... nós agora até acho que, se calhar podes consultar a nossa OneDrive, nós agora temos os orçamentos (não sei se tiveste oportunidade de olhar para os Excel todos) com os gastos bem delineados e nós quase nem sequer temos, acho eu, uma secção de “outros” nos relatórios de contas, pelo menos desde há 3 ou 4 mandatos que isso não te acontece.”

Entrevista 3.

“Se calhar não foi tão danosa como, por exemplo, na AAFDL e no Técnico, mas foi danosa internamente. Quando eu entrei (...), há 4 anos, houve uma direção que apresentou como despesas de representação 50 mil euros. Recebendo tu 30 mil euros do IPDJ, 50 mil euros parece absurdo. Isso foi justificado como... é tal coisa, são despesas para justificar outras despesas, ou seja, fizeram festas e etc. e acabaram por justificar com jantares e coisas desse género... isso acaba por dar má imagem. Foi, por exemplo, uma Direção de rotura. Era uma lista que durava há 10 anos. Esse foi um ponto de rotura, foi um ponto de mudança na AE. E realmente esse peso hoje em dia, nós temos muito mais cuidado com a forma como justificamos as contas, temos muito mais abertura e necessidade de explicar para onde são alocados os fundos que recebemos, muito por isso. Se calhar, não saiu tanto para fora, mas para dentro foi uma coisa muito pesada. E nesse ano houve muitas confusões nas eleições, não sei se chegaste a encontrar alguma coisa nisso, porque as eleições de um dos lados foram financiadas por partidos, ou seja, alguém dos partidos enviou dinheiro para um candidato da Direção e esse candidato meteu cerca de mil euros para a campanha. Isto agora também é proibido estatutariamente e daí veio a mudança estatutária, mas isto foram urnas impugnadas, fui tudo uma grandes confusão e foi tudo derivado ao mesmo tempo. Ou seja, nós, até este ano não tanto, mas até agora vivemos um espírito de campanha muito agressivo. (...) A Associação sempre foi um trofeu para muita gente, e sendo uma das maiores Associações do país isso teve muito peso... Mas, por exemplo, (...) [aqui na Faculdade], nas Associações, há uns anos atrás havia malta que arrancava pedras da calçada para se mandar uns aos outros, era esse o nível de gravidade e a necessidade de estar na Associação que existia. Mas pronto essa coisa dos 50 mil euros foi muito pesada, foi muito badalada nas redes sociais, mais internamente, e deu muito mau aspeto à Associação. E foi uma lista de rotura e todos os que vieram a seguir sentiram um bocadinho o peso de fazer as coisas como deve de ser. (...) [sobre o que é que falhou] Eu acho que há uns anos atrás existia muito mais... primeiro, as Direções eram muito maiores, havia um maior monopólio, se calhar, dos alunos; os alunos interessados, se calhar, não se interessavam tanto. Ou seja, sinto que cada vez mais, e acho que muitas Associações vão poder comprovar isto, pelo menos no pós-Covid, houve um desinteresse pelas Associações de Estudantes. Nós, pela primeira vez este ano, não tivemos concorrência, para nenhum órgão. E (...) quando há 5 anos, a realidade eram pedras atiradas uns aos outros, foi uma coisa muito diferente. Ou seja, tem existido uma perda de interesse nesse aspeto... E, se calhar, as contas, o problema foi que as contas não foram apresentadas corretamente e a suas apresentações são facilmente alteradas em relatórios de contas e balanços... Mas sim acho que realmente houve alunos que não se interessaram assim tanto pelas coisas, ou que não ligavam assim tanto para aquilo que estava a ser feito, se calhar marcavam presença, “ok, está tudo ok”, se calhar não percebiam tanto da coisa e deixavam passar. (...) Nós mudamos recentemente a nossa contabilidade, porque tínhamos mesmo uma contabilidade muito avultada já há muitos anos e também viemos a descobrir no ano passado, no mandato anterior, que a contabilidade era feita na Madeira (ou seja, não faz qualquer tipo de sentido havendo a cada esquina uma empresa de contabilidade). Isto aqui foi um problema que também percebemos que, se calhar, cada vez escavando mais, cada vez saltam mais pedras. Basicamente, a nossa empresa de contabilidade era da Madeira, tínhamos de fazer sempre “um grande trinta e um” porque se tinha de enviar Pen’s por correio, para a Madeira, para as coisas serem avaliadas. E viemos a descobrir o porquê da Madeira: porque alguém, há uns anos, tinha um familiar que era dono da empresa de contabilidade. Então mandava-se Pen’s para a Madeira, porque era a empresa da família, pronto. (...) Nós rescindimos o contrato, pagámos o que tínhamos a pagar e fizemos um contrato com uma empresa nova de contabilidade mesmo em Lisboa, e pronto... Depois há estas coisas, a esse benefício familiar em certas coisas que é facilitado. Por exemplo, a empresa da contabilidade que se andou cinco anos a pagar 400€ por mês. Porque depois são valores avultados as contas.”

<p>Entrevista 4.</p>	<p>“Por acaso, é assim levantaste aqui uma questão interessante. Por força do nosso passado recente, como a anterior Direção acabou por fazer uma boa gestão com os meios de fiscalização que nós temos ao nosso dispor, nós tivemos uma revisão estatutária em que o João o ano passado... nós aqui divergimos um bocadinho, porque é a questão do princípio republicano e aqui pode-se encarar de várias formas, mas é a uma discussão saudável que é implementou-se o princípio da limitação de mandatos para 3 anos em órgãos executivos, ou então na presidência da mesa e do conselho fiscal, por causa mesmo daquela rotatividade que existe durante anos no associativismo. Eu fui um bocado contra porque eu sou um bocado mais idealista e acredito que uma pessoa é responsável e sabe quando é que chega o seu tempo e não se perpetua no poder. Ele é mais pragmático e mais (risos) e então a revisão estatutária que fizemos curiosamente não foi ligada a nenhum ponto de... mesmo passando ele e estando ele na Direção do Bruno [penúltima Direção em funções] e foi um dos que esteve presente nesse processo [do caso noticiado] curiosamente não foi nenhum mecanismo adicional que nós sentíssemos necessidade de fazer e foi um princípio de prestação (lá está, havia dívidas, havia várias dívidas públicas e privadas) e é como eu digo mesmo a mim custa-me um bocado (e é aqui que eu acho que a entrevista pode perder um bocado de valor), porque a metodologia de trabalho do meu antecessor não tinha nada a ver com o antecessor dele, com os mecanismos que nós tínhamos e prestando conta à Faculdade, prestando contas aos alunos, prestando contas essencialmente nestas duas dimensões e ao Estado através do IPDJ, prestando contas e seguindo aquilo que é o normal, seguindo uma conduta normal, transparente, sem medo de mostrar nada, com uma maior fiscalização até por parte da Direção e uma preocupação acrescida por parte da Direção do Instituto foi com estes mecanismos. Ou seja, nós não sentimos a necessidade de acrescentar nada aos Estatutos, nem de fazer essa revisão interna, até porque lá está não sei como é que o processo está, até agora não se avançou muito nisso, mas o processo está em tribunal”</p>
-----------------------------	---

Entrevista 5.

“Vou-te pegar aqui em exemplos, e ainda bem que tens isso aí [folha com manchetes de notícias]. Tu tens sem dúvida três tempos cá na Associação: tens o tempo da “velha guarda” que era transparente, eram pessoas que se sabia que eram responsáveis, porque este dinheiro não era deles; depois tiveste o tempo de fechar as portas da Associação, durante algum tempo as portas ficaram um bocadinho fechadas aos alunos; e eu acho que este mandato (e não é por ser eu, é muito pela minha filosofia e o contacto que tenho com antigos dirigentes associativos – ainda agora fui almoçar com um antigo Presidente, de há dez anos mesmo) a imagem que nós temos e o que nós vamos deixar são procedimentos, esta Direção veio limpar um bocadinho a casa, veio deixar procedimentos feitos. É muito importante isto. Se as pessoas não fazem isto por vontade própria, há que haver aqui uma imposição para se fazer. E não esquecer que a nossa Faculdade, assim como a nossa Associação, pela reputação e o peso que tem na sociedade... ainda estava a falar sobre isto com a Diretora também devido a outro assunto... é muito apetecível, é uma Faculdade e uma Associação muito apetecível para notícias sensacionalistas. Vou te dar um exemplo... isto é um exemplo de má gestão que depois vem dar aso a notícias sensacionalistas que não correspondem à realidade: desapareceram 100 mil euros da Associação (...). Inês, não desapareceram 100 mil euros. Sabes o que é que foi estes 100 mil euros? Ao longo dos anos... Aliás, isso é uma coisa que eu digo aos meus miúdos... Sem número de contribuinte vocês podem comprar o que quiserem, eu não restituo dinheiro. Estes 100 mil euros foram só isto: compras que foram feitas (por exemplo, de uma estante, de um bouquet de flores para uma cerimónia...) no valor de 100 mil euros, que tu vais a ver em 108/7 de história nós mexemos em muito mais dinheiro do que isso num ano, não é? Não é nada. Mas que foram compras... “Olha, preciso que me vás comprar um teclado para o computador” ou “Olha, estás a ver esta gaveta? Precisamos de uma chave para ajeitar isto”. Foram compras que se fizeram sem meter o número de contribuinte da Associação, e isto é um exemplo de má gestão que tu pensas “eu vou fazer uma compra, se calhar, não meto o meu número de contribuinte em tudo”, mas como estás a falar de uma empresa precisas de meter. E depois não metendo... isto não é exemplo de má gestão, é um exemplo de gestão amadora, porque os miúdos não fazem isto por mal. Vão comprar, e já está feito. Não metem número de contribuinte, não é que tenham desaparecido 100 mil euros. Mas na contabilidade há 100 mil euros que tu não consegues justificar, porquê? Porque não tem número de contribuinte e eles não conseguem chegar à fonte do gasto, não é? E esse foi um deles.

A questão da auditoria... Essa auditoria foi mal feita. E digo-te já eu era dirigente na altura em que se mandou fazer esta auditoria. E por achar que foi tão mal feita... e explico-te porquê... os documentos que a auditora pediu na altura não foram fornecidos na sua totalidade. Portanto, a única coisa que foi fornecida foram os documentos do mandato 2018/2019, que foi anterior ao nosso. E apesar de não ser a minha direção, e eu nestas coisas sou muito justa, porque se fosse com a minha eu também não gostava; tu viste uma Direção inteira a se chacinada, porque, pronto, a verdade é que houve má gestão de um tesoureiro, é verdade, não num valor significativo, porque ele nem sequer estava presente para fazer asneira a nível significativo... tiveste uma má gestão de um tesoureiro, sim, um presidente que, por acaso, eu tenho a certeza que nunca tirou um cêntimo desta Associação, mas que... O que é que acontece nessa auditoria... Os únicos extratos que apareceram foram exatamente os únicos que foram dados à auditora, que foram o desse mandato. Portanto, não há termo de comparação. E esta auditoria, na altura eu pedi ao meu Presidente para as coisas não saírem assim, para se falar com a auditora, e essa auditoria, que causou o problema das contas, está mal feita. Nós devíamos era processar a auditora, porque não corresponde à realidade. E não estou a dizer que é para melhor ou para pior! Porque eu não sei. Estou-te a dizer é que está manifestamente mal feita, porque não há um termo de comparação. [Mas eu queria-te perguntar a necessidade de haver uma auditoria foi vossa...?] B: Política. Não foi por desconfiança, foi por motivos políticos, apenas. Tanto que isso a nível de valor... A auditoria trouxe coisas boas, do género deram algumas “dicas” de boa gestão, algumas que... Depois há aqui uma coisa que se tem de perceber: isto é uma Associação de Estudantes e tem uma Editora jurídica. Portanto, nem todos os gestores conseguem perceber a nossa forma de trabalho, que é muito prática, muito única, não é? E algumas dicas que deixaram foram muito úteis, foram práticas que têm de ser implementadas, muitas delas já foram implementadas, outras têm de se ir implementando a longo prazo, não é... Outras não fazem tanto sentido, mas é só porque eles não percebem a dinâmica do funcionamento, percebes? Mas deixou-nos muitas coisas boas. Muitas coisas más, mas algumas coisas boas.”

Entrevista 6.

“Então, eu vou contar um bocadinho da minha experiência. Eu quando entrei, o 1.º ano, nós tínhamos uma pessoa que tinha estado lá há [imperceptível]... eu não sei se isto aqui também não tem um bocado de influência que é (...) [a IES] representa à volta de mil alunos, portanto, somos uma faculdade pequena, uma faculdade “familiar”. Eu quando digo isto de “familiar” não é no mau sentido, pelo contrário, positivo, mas, por exemplo, numa Associação o que é que acontece muitas vezes: as pessoas que vão para lá são os amigos, ou os colegas de turma, ou algo assim do género. Eu acho que isso também foi o que prejudicou a Associação no passado, pelo menos foi esta a ideia quando eu entrei e deparei-me com algumas coisas foi exatamente essa – do género, era aqui os amigos, uma turma específica que tratava e fazia as coisas. Portanto, nós quando tomámos posse havia ali um vazio de informações, então nós começámos um bocado à descoberta do que é que havia. Foi no passado o acesso às contas bancárias, que era o único registo que havia ao nível de contas da Associação, portanto, nada do que é feito atualmente que eu depois posso-te explicar o que é que eu e o meu tesoureiro montámos e que agora, de certa forma, estou a passar a pasta neste sentido aos atuais que estão na Direção. Nós quando começámos a olhar para as contas do banco, havia lá coisas que nós estranhávamos, não é, a nível de gastos que para nós não fazia muito sentido. Só para tu veres ao ponto a que nós chegámos, porque, lá está, não tínhamos dinheiro para fazer esta pesquisa então fizemos nós no início. Fomos basicamente ao pormenor de todo o dinheiro que tinha sido feito, até ao máximo que o banco nos deixava ver na altura. Na altura, eu pensei de uma determinada maneira. Hoje em dia, olhando para trás, há coisas que se calhar na altura eu não aceitei quando vi, e que agora atualmente se calhar já compreendo. Mas eu acho que o facto de ninguém ter chegado ao pé de nós e de ter explicado todo o mecanismo, de ter explicado como é que se devia fazer com as contas isso também prejudicou ali um bocado as relações no início. Então, basicamente o que acontecia era: eles tinham uma pessoa que fazia o apoio ao IPDJ, era uma espécie de contabilista, mas não era um contabilista, era alguém que percebia e que sabia como é que se fazia os pedidos, sendo que, à cabeça do dinheiro que viesse, havia uma percentagem que ia para essa pessoa. Logo aí já estamos aqui num erro, não é, porque dinheiro que se calhar saía não era justificado, por assim dizer. Depois aquilo que também me apercebi é que foram feitos alguns maus investimentos, isto é, por exemplo, eles queriam fazer um convívio e em vez de serem mais realistas para o número de pessoas que pudessem aparecer, não, era tudo assim muito à grande, era um bocado castelos no ar. E então as grandes dívidas que nós tínhamos era sobretudo de cerveja, por exemplo, e quotas. Eu só ao fim de 3 anos de lá estar é que eu descobri que fazíamos parte da Associação Académica de Lisboa, éramos sócios da Associação Académica de Lisboa, éramos sócios da ADEGIO, erámos sócios da FADU, éramos sócios da Federação Nacional dos Politécnicos (porque a minha Faculdade é Politécnica privada), mais a Federação dos privados. Portanto, 5 organismos a pagar quotas...

Por exemplo, eu já há alguns anos ando a tentar sair, mas voltamos sempre a ficar porque achámos que as coisas vão mudar, mas, por exemplo, ao nível das estruturas de desporto, uma das grandes medidas que nós tínhamos era com a FADU... [impercetível] eles tinham alunos, arranjavam alunos para participar nas atividades, mas depois não pagavam as coisas – as inscrições, os seguros de saúde que são necessário – então, a dívida ia acumulando. E também na minha visão essas estruturas a partir do momento que têm um associado que já está a dever muito dinheiro deviam pôr um travão do género: “Estás há um ano ou dois anos que não pagas quotas, amigo, estás fora” ou “Só podes participar nas modalidades quando pagares aquela dívida”. Eles não. Eles iam deixando e a Associação continuava a não pagar... e eu quando entrei ao fazer estas pesquisas todas, ao ver o que se passava, o que não se passava, como é que se pode pagar, como é que não se podia pagar é que foi vendo que, lá está, é essa má gestão, é esse controlo de ter efetivamente, imagina, uma das coisas que eu implementei, quando entrei como Presidente (portanto, já não foi no meu primeiro ano na AE, foi no segundo), a AE deixou de ter cartão de crédito, de débito, não há cartões na Associação de Estudantes ligados ao banco. Então o que é que existe? Há um mecanismo que é: existem 4 pessoas que estão ligadas à conta do banco, dessas 4 pessoas, para sair qualquer valor, nem que seja 1€, duas pessoas dessas quatro têm de dizer que sim. Isto também foi uma forma de mecanismo de defesa, porque eu acho que também um dos grandes problemas no passado foi como havia pessoas que tinham cartões... Imagina, vais ali à papelaria e vais comprar tabaco, “é pá, agora não tenho dinheiro, mas está aqui este cartão... vou usar e depois pago”. E às vezes esse “eu depois pago” quando receber do trabalho, quando receber daqui, ou dos meus pais, etc. etc. etc. eu acho que veio abrir aqui um campo muito sensível, porque daquilo que eu me apercebi das contas para trás do passado é que isso acontecia. As pessoas tinham tendência de “ah, ok depois eu pago”, “depois faço contas” e depois nunca se soube ao certo se efetivamente se essas contas foram feitas. E depois nessa altura, para além da conta do banco, tínhamos dinheiro em cofre, isto é, dinheiro que estava na Associação de Estudantes. Eu nesse ano, nós tomámos posse nesse primeiro ano, foi-nos dito que... foi logo a seguir à parte das integrações, outubro/novembro é quando nós fazemos eleições (logo aí, já passaste pelo período da praxe, pela venda de kits – que acaba por ser uma boa rentabilidade para a Associação a nível de lucro) e não havia dinheiro na altura. E nós estranhámos que não havia dinheiro. Então, ainda agora eu entrei, sou caloiira, paguei e não há dinheiro? Como é que não há dinheiro? E na altura o que nos foi dito foi “Ah... nós pegámos no dinheiro dos kits e investimos para fazer hoddies”. E das primeiras coisas que nós dissemos foi:

- “Então mas vocês há um ano estão parados, há um ano que não fazem lucro, vocês agora vendem os kits e decidem fazer umas hoddies sem o nosso consentimento? Visto que vocês estavam a sair (vocês já sabiam que iam embora) ...”
- “Ah pois, mas era uma coisa que era preciso e havia alunos que já tinham pedido e havia alunos do passado que também já tinham investido para haver”

Pronto... o tempo foi passando. Ao fim de 4 meses voltei a questionar onde estavam os hoddies...

- “A empresa faliu”

A empresa faliu, fui à procura da empresa e descobri que a empresa era de não sei de quem, amigo de não sei de quem de uma pessoa da AE, pronto. Portanto, havia sempre estes fatores dúbios que uma pessoa acabava por apanhar de surpresa. E então as medidas que eu tomei quando entrei foram: a questão do cartão (deixou de haver cartão, era tudo transferência bancária); criei um Excel ao pormenor em que é necessário fazer todo o registo (isto é, todo o dinheiro que sai, entra de cofre e banco) que é para quê (que é aquilo que eu explico aos meus miúdos)? Para haver transparência. Qualquer aluno (...) que queira saber atualmente quanto é que a AE tem, tu basta chegar ao pé dele e mostrares o Excel (não és obrigado, mas podes mostrar), do género “está aqui o dinheiro que nós temos no cofre, no banco, quais são as gestões, como é que o dinheiro está a sair, como é que o dinheiro não está a sair”. E isto também é aquela questão das poupanças, não é? Se a pessoa, efetivamente, pegar logo no dinheiro que recebe e poupar, ou registar... imagina, porque é que às vezes o dinheiro vivo não é tão fácil a gente gastar assim logo comparativamente ao dinheiro do cartão? É que tu vês o dinheiro que está na carteira – “Ai, tenho 10€. Se calhar, não vou gastar já esses 10€, vou guardar”. E o facto de teres esse Excel, pelo menos foi a minha visão, dava de certa forma uma realidade do género “não, tu só tens isto”. E deixámos, de certa forma, de fazer investimentos à maluca, que é do género mandar vir 5 barris de cerveja, quando na realidade por evento só abrias 2 barris. E ao fazer estas pequenas gestões, estas pequenas alterações veio aqui ter uma grande importância naquilo que foi a gestão. (...) Lá está, da mesma forma que eu entrei a primeira vez a achar que a Associação é só festas, hoje em dia eu saio de lá a dizer que não – a Associação é tudo menos festas, também tem, acabam por existir, mas é muito mais importante outros fatores que muitas vezes os estudantes não vêem. Porque é que as festas são tão importantes? Porque é a forma de os estudantes verem a Associação de Estudantes, é a forma que muitas vezes os estudantes participam nas coisas... eles sabem lá que tu andas de três em três meses, ou o que for, a ir pelo país fora a defender os direitos deles nos encontros nacionais (ENDAS), do que a festa, não é? Para eles, é aquilo que nós lhes damos a eles. Eles sabem lá que nós tínhamos dívidas. Eles não querem saber. Há festa? Está fixe. É pena esta ideia, mas infelizmente é aquilo que acontece.”

Tabela 13. Discussão sobre as principais fontes de financiamento das AEs/AAs

Problemática	Principais fontes de financiamento
Entrevista 1.	<p>“Sim, eu acho que aquelas três tipologias que falaste acho que enquadram bem todos os que são os nossos apoios, ou dá para enquadrar. Como disseste, o IPDJ, sim, sempre foi esse o esquema... no fim do ano... quer dizer, nós temos relatórios intercalares e tudo mais, mas no fim do ano, eles mandam-nos o dinheiro, temos de justificar todo o dinheiro que gastámos, pronto, para eles verem as percentagens e tudo mais, para depois, pronto, se não tivermos gasto devolvermos que, pronto, no ano do COVID foi o que aconteceu com maior parte das Associações, não é? Não o gastámos, portanto, tivemos de o devolver. (...) Depois o resto, tudo o resto... sim, temos os concessionários, pronto, o Bar, como tu disseste, temos as vending e tudo o mais. Quando é coisas com, por exemplo, a CGD, depende do acordo. Ah, por exemplo, a CGD... agora não tenho a certeza se é em um ou dois eventos grandes por ano que temos de: eles mandam-nos uns autocolantes, umas coisas assim, e nós temos de expor, tirar fotografia e mostrar “olha, nós...” ... porque o acordo é esse – é visibilidade. Pronto. Eles dizem “para este [evento], estão aqui os autocolantes têm de expor num sítio com visibilidade”. Nós mandamos fotografia e eles dizem “tudo ok”, pronto, e está o acordo cumprido. Com a Moche, por exemplo, faz ativações, eles próprios fazem ativações (...) [aqui, na Faculdade], portanto, nós tratamos da parte (pronto, (...)) [a IES] sabe disto) “olha, a Moche vem cá fazer uma ativação neste dia”. Eles vão, fazem a ativação, portanto, é uma visibilidade mas noutro sentido, ah... Mas pronto essa questão desse controlo depende depois muito caso a caso, qual é que é a contrapartida que a entidade quer, mas... não sei se respondi à tua pergunta, mas...”</p>
Entrevista 2.	

Entrevista 3.

“Quanto às fontes privadas, pelo menos na nossa realidade, nós não recebemos. Estamos mesmo proibidos estatutariamente de receber qualquer incentivo privado. Nós temos sim parcerias, ou seja, estabelecendo parcerias, por exemplo, fazendo um post no nosso Instagram recebemos, sei lá, 100€ do McDonalds. Mas esse dinheiro é sempre justificado, ou seja, existe sempre uma fatura-recibo. Há realidades em que existem dinheiros privados para fundar campanhas, por exemplo, mesmo assim isso continua, facilmente se dá a volta a isso. É uma realidade não muito antiga, os nossos [imperceptível] são mais limitativos nesses aspeto, mas mesmo assim há uma maior, há um maior controlo das contas nessa parte do dinheiro. Não há tanta necessidade de justificar, mas também é dinheiro que vem, à partida, que vem em menor quantidade do que, por exemplo, o dinheiro do IPDJ que, se calhar, ronda os 30 mil euros ao ano... Por exemplo, (...) os nossos maiores contributos são a Caixa Geral de Depósitos (CGD) que é nosso parceiro tal como o IPDJ. A CGD cerca de 20 mil euros, o IPDJ são 30. Ainda temos (...) [a IES] que nos dá cerca de 20 mil euros ao ano, para aí, em duas tranches. Depois temos todas as nossas parcerias e contratos, que são mesmo contratos feitos pelo advogado e que estão feitos e assinados pela Direção e pelo parceiro, que se recebe quantias muito menores, quando, por exemplo, o McDonalds (agora temos uma parceria com eles que por cada post são 100€, por cada story são 50€). Mas pronto isto são coisas que são assinadas. Dinheiro privado nós não recebemos assim tanto, não recebemos doações, não podemos aceitar, etc. (...) Sim, os patrocínios e parcerias que se possam ter são mesmo pontos essenciais para o funcionamento das Associações. São mesmo. Por exemplo, as pessoas com quem nós trabalhamos com o som, são pessoas com quem se trabalha há muitos anos que se calhar se não pagares os 5 mil euros da festa agora, vais acabar por pagá-los, porque sabes que são pessoas... já sabes que vais fazer com eles outra festa, e eles já sabem. Isso acaba por ser uma garantia de trabalho para outras pessoas, e se calhar não dás oportunidade a outras empresas porque não tens o facilitismo de pagar logo, e encerrar ali o contrato, então acabas por ter uma relação mais duradoura com esses prestadores de serviços. Ah... acaba por haver sempre parceiros de negócio teus, por exemplo, nós agora temos bares que usamos [imperceptível] para as nossas atividades. Surgiu há pouco tempo uma proposta que nos fizeram de termos uma barraca numa feira popular em que pagamos uma renda, mas que podemos fazer dinheiro dali, com a venda de cerveja, etc. Mas realmente os patrocínios são coisas que nos são necessárias e hoje em dia com as redes sociais torna-se muito mais fácil receberes muito dinheiro, e para contas muito grandes, que têm 7/8 mil seguidores, com um público-alvo, isso é muito importante no marketing e no digital e torna-se muito apelativo a várias empresas. E nesse aspeto os patrocínios são muito recorrentes, e as parcerias são muito recorrentes, e é mesmo necessário para o funcionamento da Associação. Se calhar em parcerias ao ano, tu consegues fazer tanto dinheiro como fizeste do IPDJ. É mesmo uma parte muito importante do financiamento das Associações, mas é importante que esteja regulado contratualmente, ou seja, (...) nós não temos nenhuma parceria que não haja um contrato assinado pelas duas partes e que não esteja arquivado na nossa secretaria; nós temos essa necessidade de justificar para onde é que foi o dinheiro e de que forma, porque realmente as parcerias privadas têm um grande peso no nosso funcionamento, chegam a ser 40% do financiamento da Associação ao ano.”

<p>Entrevista 4.</p>	<p>“Nós temos o apoio do IPDJ, nós temos o apoio da Universidade de Lisboa, curiosamente acho que vais perceber que somos das Associações com menos fontes de rendimento neste momento (ainda estamos a avaliar a situação financeira que apesar de estável ainda não está como nós desejávamos). Temos o posto de vendas lá em baixo (que é um centro onde se pode comprar material escolar, fazer impressões, encadernações, os alunos de mestrado e doutoramento usam muito para essa área, alguns professores também consomem cá, também temos as sebatas, os CDs). Pronto, essencialmente as nossas 3 maiores fontes de receita são essas. Antigamente, nós somos uma Associação ainda COVID (vamos considerar ainda COVID, já no limiar dos extremos pós-COVID), ou seja, uma das grandes fontes de receitas das Associações de Estudantes que eram as festas, nós não... não tenho muito contacto com essa realidade. Trabalhei em 3, mas mesmo aí havia muito cuidado com o dinheiro, como é que ele era processado, que era todo declarado, nós temos a contabilidade e um gabinete jurídico com quem trabalhamos (são em outsourcing, mas temos sempre contacto) e fazemo-nos sempre aconselhar sempre que não dominamos alguma área. (...) Outra via que nós temos de sócio... desculpa, pronto que é nós no início do ano quem quiser ser sócio da AE (...) paga um valor, recebe um kit e depois desfruta de descontos, parcerias, por exemplo, temos uma parceria com o Belenenses os alunos nas distritais podem ir assistir aos jogos sem pagar nada... como outras que nós agora ainda estamos a rever, algumas parcerias que são os protocolos todos ainda estamos a fazer essa apreciação... mas pronto também temos essa valorização da condição de sócio que também é importante, para além do posto de vendas e terem preços mais baratos que outro tipo de benefícios é que eu tenho sendo sócio da AE (...) e acho que passa muito por aí. (...) pronto, a única fonte que temos aqui mesmo da Associação de Estudantes é o posto de vendas, onde fazemos vendas de fotocópias e de material escolar... de resto, o vending, as máquinas de venda automática já não temos, o centro de cópias também não, ou seja, são as únicas fontes que nós temos assim. Depois é as festas também e as parcerias pontuais que nós possamos ter que nos ajudam. Mas fontes próprias é só mesmo a quotização que é feita no início do ano e é o posto de vendas. Essencialmente são... tenho medo de estar em incorrer algum erro por estarmos em mandato há pouco tempo e estar aqui a falhar aqui alguma fonte de financiamento, mas são essas, são essas.”</p>
<p>Entrevista 5.</p>	<p>“Vamos imaginar que há duas rubricas grandes aqui na associação, tens a parte recreativa... Ou seja, vamos dividir a tesouraria... Na tesouraria tens a parte recreativa (quando digo recreativa digo académica) dos eventos, dos “montecortes”, das palestras, das festas – ou seja, isto é uma parte. E depois tens a parte da editora, que é a nossa fonte de subsistência (...) Isto foi uma coisa boa na altura do COVID, que foi o quê: como a atividade recreativa esteve parada, tu conseguiste distinguir (e isto atenção que é um dos pontos de má gestão, que é quando as rubricas se misturam – ou seja, quando misturas dinheiro das atividades académicas com a Editora, que na minha ótica são duas coisas diferentes e que não se devem... ou que se deve tentar ao máximo não misturar), isto o COVID foi bom porque como toda a atividade recreativa e académica estava parada, tu conseguiste perceber o que é que tu tinhas aqui efetivamente na Editora, ok? (...) Depende do ano, das atividades e do que fizer sentido pedir. Nós recebemos cerca de... Recebemos assim uma quantia avultada da Faculdade. Da Reitoria dependendo do ano, ou não. Depois depende muito das atividades, imagina nós temos as Tunas, por exemplo, a pedir apoios públicos porque é uma atividade cultural. Tens o Cénico a pedir apoios públicos, porque são uma atividade cultural, dependendo dos anos... Olha, o Cénico não pede apoios há três anos, este ano vai pedir. As Tunas há uns anos que não pediam, este ano vão pedir, porque faz sentido, não é? Depende muito das atividades que tu pretendes realizar em mandato.”</p>

Entrevista 6.

“Depois também tens essa questão que é: não é linear em todos os Institutos, nem em todas as Faculdades. Independentemente de ser públicas ou privadas. Eu conheço Faculdades privadas em que eles têm um bar. Eles gerem o bar, portanto, aí acaba por ter receitas próprias. As papelarias, isto aquilo e o outro. Infelizmente, a nossa não tem e realmente o fundo ou o lucro que a gente tem de material de revenda ou convívios – é aí que vamos buscar retorno, infelizmente, é só o único mecanismo que temos, não temos possibilidade (até porque (...)) [o Instituto] está inserido num campus académico, em que dentro desse campus tens outra Faculdade privada (...) e tens outra escola profissional). Logo aí, ter 2 faculdades no mesmo sítio íamos estar a discutir entre nós quem é que ficava com o bar, mas não. Normalmente, aqui o que acontece é (mas é uma coisa muito específica): eu sei que o Campus prefere ter alguém de fora, que lhes paga a renda do bar, do que ter as Associações a gerir. E, se calhar, se fossem as Associações a gerir, o próprio Campus tinha mais vantagens, por exemplo, no custo da comida, mas eles não querem. Preferem ter alguém privado a tratar disso. Mas Associações pequenas que não têm esse tipo de coisas... Sim, ficamos muito limitados. Só mesmo através de algumas parcerias, ou (antigamente) a CGD dava apoio (que entretanto deixou de dar completamente apoio às Faculdades) ... Houve um ano que ainda tentei ter algum apoio junto deles porque, imagina, eles todos os anos vão para lá fazer cartões, mas nós não vemos dinheiro de nada disso, não temos nenhum apoio disso, não existe nenhuma parceria nem nada, mas os gajos estão sempre lá. Houve um ano que questionei e disse “você não nos ajudam, mas todos os anos estão aqui. Não vos quero cá. Prefiro ir à procura de um banco que me dê algum apoio, nem que seja 1€ por cada aluno que adere à Caixa Geral de Depósitos, por exemplo, uma coisa assim... porque depois também tens estes problemas. Eles antigamente fizeram uma parceria qualquer, já há muitos anos, mas aquilo não foi bem para a frente os termos, mas eles continuaram a aparecer lá, por exemplo. Mas, pronto, neste caso específico, e eu sei que há outras AEs também assim mais pequenitas, por acaso vê-se mais assim nas pequenitas, em que as estruturas não dão forma de rentabilizar o valor. E depois, lá está, como na lei diz que a única coisa que eles são obrigados é dar-te um espaço, eles muitas vezes “só tenho de te dar um espaço, nanana (baixo)”, estás a ver? Infelizmente, às vezes existe isto e isto acontece... [Eu só queria-te perguntar uma coisa, não sei se já disseste isto (às vezes a minha Internet para um bocadinho), relativamente às vossas fontes, de receitas vocês recebem os apoios do IPDJ... vocês recebem alguma coisa por parte da Reitoria da vossa Universidade?] Recebemos quando pedimos. (...) Ok... Relativamente a marcas privadas, nós não temos assim grande retorno. Às vezes há parcerias é de desconto, por exemplo o estudante ao comprar determinadas marcas tem desconto, mas muitas vezes não reverte nada para nós, é uma coisa direta entre aluno e empresa. Já aconteceu algumas parcerias de eventos, por exemplo, em discotecas, em que a gente ganhava uma percentagem por cada pessoa que fosse para lá, mas são coisas muito esporádicas, nada assim com uma garantia ou uma rentabilidade para todos os meses, isso não. E depois a nível mesmo de revenda de produtos, isto é, nós fazermos hoddies e vendemo-las ali com uma margenzita para termos algum lucro e muitas vezes algumas coisas alimentares, tipo comidas, ou sumos. Às vezes até podíamos fazer alguma parceria com alguma marca, mas lá está aquilo que nós recebemos da parte deles é um desconto, não é propriamente um dinheiro fixo, portanto, nesse aspeto estamos muito beliscados, por assim dizer. (...) Nós, maioritariamente, fazemos os nossos próprios convívios. Depois existe, pontualmente, algum evento em conjunto entre as duas AEs, neste caso, no nosso Campus, que, por norma, costuma ser o Arraial dos Santos Populares e aí trabalhamos em conjunto (por exemplo, uma AE fica com as bebidas e a outra fica com a comida; e, normalmente, acabamos por trocar – sendo que a bebida é a mais rentável e a comida não, às vezes poderá, se não for um investimento com cabeça, facilmente ter prejuízo). Nos anos em que ficámos na comida, foi um ano ou dois, tive a sorte do Diretor da minha Faculdade, basicamente, bancou o investimento. Logo, todo o dinheiro que fizemos eu ainda quis “emprestaste-me x, deixa-me devolver” e ele disse que não. Portanto,

	aí acabámos por ganhar essa vantagem nesse evento. Mas de resto não. A 100% é nosso. Depois temos a Queima e a Semana Académica que, pronto, agora nos últimos anos não tem havido, vai haver este ano, mas acaba por ser também uma fonte de rendimento, obviamente também de investimento, mas, por norma, temos sempre lucro. Portanto, todo o dinheiro que investes voltas a recebê-lo. (...)
--	---

Tabela 14. Modelo de gestão das AEs/AAs

Problemática	O modelo de gestão das AEs
Entrevista 1.	<p>“(...) ... a boa gestão e a má gestão também depende muito das faculdades, não é? porque, por exemplo, (...) [aqui nesta Faculdade] eu tenho uma coisa muito boa nesse aspeto. E que ao mesmo tempo, mesmo que haja algum dirigente um dia que seja um bocadinho mais fraco, que é sempre “posto na linha” porque nós temos muitas áreas de estudo. Portanto, queremos falar de políticas, temos uma área, temos muitos cursos direcionados à política, queremos falar no caso, como estavas a falar da gestão financeira, temos muitas pessoas que compreendem isso e, portanto, também é bom para o dirigente, porque temos muito onde ir buscar ajuda, caso seja preciso, e nós próprios temos depois uma grande diversidade de conhecimentos, e académica, que nos ajuda... como, pronto, acho que para o estudante também há muitas pessoas que conseguem ver e perceber se isto está a ser gerido bem, ou não está a ser gerido bem. Mas a realidade em Portugal é que há muitas, muitas, muitas Associações de Estudantes que representam apenas um nicho... estou a pensar: há faculdades só de medicina, só de veterinária, só de cursos de artes e que depois acredito que para a questão da gestão... pronto, possa implicar, não estou a dizer que são menos competentes, como é óbvio... quer dizer um estudante de gestão não vai ser obrigatoriamente um supassumo a gerir, mas se calhar está um bocadinho mais preparado do que um estudante de belas artes, de veterinária, ou de outra coisa qualquer, pronto. E, por isso, acho que (...) somos um pequeno nicho nesse aspeto, como temos uma grande diversidade de cursos, pronto...”</p>

Entrevista 2.

“O que eu acho que acontece, lá está, é... como é que eu hei de explicar... existem... cada caso é um caso, como é óbvio, e todas as Associações são diferentes, têm uma estrutura com algumas diferenças, tradições diferentes, etc., por exemplo, no caso do Iscte é a mesma lista que ganha há muito tempo, pronto, isso não quer dizer que haja falta de democraticidade. O que eu acho que acontece muito é que as Associações de Estudantes... nos últimos 30 anos para cá, a partir da década de 90, década de 80, mudaram muito daquilo que é a sua forma de estar na sociedade e a sua forma de funcionar, ou seja, há algumas Associações que existem há mais de 100 anos (o caso do Técnico, Direito, Farmácia, Medicina, aquelas das Faculdades mais antigas também) e passaram, ao longo da sua história, por várias fases. Houve uma clara fase que se distingue bem que é ali até ao 25 de abril, em que as Associações eram verdadeiras estruturas políticas e que a vertente empresarial das Associações era um bocadinho esquecida, ou seja, não era a parte mais importante, em algumas existia, noutras não, algumas tinham esse tipo de serviços (como reprografias, bares e festas), mas o verdadeiro propósito das Associações de Estudantes eram ser estruturas políticas nessa altura. E a partir da década de 80/90 as Associações de Estudantes mudaram um bocadinho a sua forma de estar e a sua forma de atuar, ou seja, nesta momento não há nenhuma Associação de Estudantes do país, pelo menos que eu conheça, que não funciona como uma empresa. E isto para dizer o quê...? Para dizer que, lá está, apesar de as Associações serem estruturas representativas, democráticas, são estruturas participativas também que têm um órgão acima daquilo que é o seu órgão executivo com maior poder (que é a Assembleia Geral de Alunos), não são empresas no papel, mas funcionam como uma empresa e isto cria aqui, na minha opinião, uma dificuldade que tem de existir (porque as Associações não podem deixar de ser estruturas democráticas), mas cria aqui uma dificuldade àquilo que é a gestão da Associação de Estudantes. E isto se calhar no caso das maiores Associações de Estudantes que movimentam muito dinheiro das atividades, muitos recursos humanos, ou seja, nós (...) temos 11 funcionários, portanto, é uma parte importante da nossa Associação que tem de ser gerida com cuidado... mas, pronto, isto para dizer o quê...? Que apesar de as Associações serem estruturas democráticas, participativas, representativas, funcionam como uma empresa e depois, lá está, o funcionamento de uma empresa é diferente, ou seja, a gestão executiva de uma empresa que nós... lá está, a empresa em si quer que haja sempre continuidade daquilo que são os princípios e valores e métodos de trabalho da própria empresa em si, e numa Associação de Estudantes é mais difícil de conseguir, porque tem de se garantir que há uma continuidade de pessoas de ano para ano, há uma continuidade de princípios de ano para ano, mas tem de ir sempre a sufrágio universal no caso das Associações de Estudantes. E, portanto, o que eu acho que acontece muitas vezes é as Associações de Estudantes a tentarem funcionar como uma empresa, indo a sufrágio universal, mas tentando garantir que há a mesma quantidade valores, princípios, porque não é bom para uma Associação de Estudantes, não é bom para os seus funcionários, para aquilo que são as suas metodologias, rotinas, ano após ano estarem a mudar completamente de Direção, de pessoas e princípios e valores e isso traz riscos acrescentados ao funcionamento da própria Associação. (...) Por acaso há uma curiosidade que eu queria acrescentar aqui que nós também temos, nós fazemos uma gestão por trimestres, ou seja, de 3 em 3 meses e isto não está definido nos Estatutos nem em lado nenhum, ou seja, nós decidimos [imperceptível] trabalhar por trimestres, fazer uma avaliação das contas por trimestre e prestamos contas em Assembleia Geral de Alunos por trimestre não só para nos facilitar internamente, mas também para tentar ter esse tipo de práticas junto dos estudantes. E depois o Conselho Fiscal aí olha para as nossas contas de 3 em 3 meses, não faz uma fiscalização tão próxima... como é que eu hei de dizer, não fazem uma fiscalização tão profunda (não sei se é a palavra mais correta), mas olha para as contas de 3 em 3 meses e não emite um parecer, porque não está previsto nos Estatutos emitir um parecer trimestralmente, mas emite um documento, normalmente, com uma opinião, digamos assim, uma reflexão sobre aquilo que são contas da Associação apresentadas em Assembleia Geral

	<p>de Alunos. Lá está, essa foi uma prática que nós fazemos, muitas Associações não fazem isto, ou seja, também não deve estar previsto nos Estatutos delas, portanto, é uma coisa que tem de partir de decisão interna, que tem de partir de cada Direção. Nós adotamos esta metodologia há 2 ou 3 mandatos, acho eu, antes disso também não se fazia. (...) Nós, por acaso.. deixa-me só pegar numa coisa que tu há bocado falaste de “ah, há muitos gastos que ficam nos outros, não se sabe muito bem qual é que é a justificação”, por acaso, quando entrei na Associação, no meu primeiro ano quando ainda era membro da Associação, já frequentava as Assembleias Gerais de Alunos e os orçamentos da Associação para o mandato em si, os relatórios de contas, eu assisti a alguma falta de transparência, na minha opinião... nós agora até acho que... se calhar podes consultar a nossa OneDrive, nós agora temos os orçamentos, não sei se tiveste oportunidade de olhar para os Excel todos, com os gastos bem delineados e nós quase nem sequer temos, acho eu, uma secção de “outros” nos relatórios de contas, pelo menos há 3 ou 4 mandatos que isso não te acontece. Mas estava-te a dizer, quando entrei para (...) [a Faculdade], isso acontecia por acaso e fazia-me um bocadinho de confusão porque me custava a mim enquanto estudante perceber e escrutinar aquilo que eram os gastos da Associação porque era 1 folha, basicamente, com termos muito gerais, ou seja, “despesas externas”, “outros”, não sei quê... e às vezes pode haver tendência para nalgumas Associações isso acontecer. Acho que tem de partir de uma boa prática interna, ou mesmo dos estudantes em si, ou pode ser aconselhamento da contabilidade de cada Associação tentar ao máximo esmiuçar aquilo que são os gastos, mesmo que fiquem relatórios de contas bastante extensos e bastante chatos à primeira vista de se observar e difíceis de ver, acho que é muito melhor e nós por acaso adotamos esse tipo de metodologia, de esmiuçar os gastos num relatório bastante completo, até divido por secção aqui na Associação, por pelouro em si, e depois divido por atividade em si... E, portanto, isto também acho que partiu um bocadinho por parte do aconselhamento por parte da contabilidade na altura... e acho que respondi à tua pergunta. (risos)”</p>
Entrevista 3.	<p>“Mas é muito importante perceber que, hoje em dia, as Associações de Estudantes são, apesar de serem associações sem fins lucrativos, são empresas. Por exemplo, na AEIST, eles são uma empresa; eles têm fontes de rendimento absurdas que, se calhar, muitas pessoas não têm noção: a AEIST tem desde Campos, tem campos de Padel que são alugados, todas essas coisas. Eles acabam por ser uma empresa e nós também. Nós temos estabelecimentos que são de venda ao público. São empresas. (...) Eu acho que nas gerações mais recentes, e tendo em vista tudo aquilo que já se passou no passado, e sendo nós um produto da nossa história, e havendo todos os problemas com que tivemos de lidar pela imagem que nos foi transmitida, se tende ao máximo reger pelo princípio da transparência. Ou seja, tenta-se mesmo desenvolver as atividades e a utilização dos dinheiros na forma mais transparente possível, desde a apresentação dos relatórios que nos são obrigatórios, etc.”</p>
Entrevista 4.	

Entrevista 5.	<p>“Nós temos a (...) Editora que é a segunda maior editora jurídica do país. Nós temos 14 funcionários a trabalhar connosco, muitos deles trabalham já há 40 anos, 30 anos, 20 anos, ou seja, os nossos trabalhadores mantêm-se cá dentro. (...) Portanto, tu acabas por ter 21 anos e a gerir uma empresa, que é a (...) Editora, e depois acabas por ter 21 anos e estar a gerir uma associação onde muitas vezes estas duas rubricas se misturam. (...) Tu recebes apoios do IPDJ, nós recebemos apoios da própria faculdade, nós temos vários apoios do Estado. Ou seja, se as Associações se souberem mexer, tu consegues receber... dos associados, cartões de sócio, etc. ... O importante é tu fazeres fontes de rendimento, teres várias fontes de rendimento para depois efetivamente conseguires alocar nas várias atividades que vais realizando. Isto é uma realidade com que a maior parte das associações que têm assim um bocadinho... se vão deparando... por isso é que também começam a surgir as federativas. Ou seja, as federativas não vêm à toa, Inês. As federativas são muito... é assim, nós não estamos em nenhuma federativa, colaboramos com a AUL, mas não é... são esferas muito diferenciadas, em algumas atividades apenas. Porque é que nós não entramos para a FAL? Nós não precisamos, nós somos muito autónomos. Ou seja, há aqui uma diferenciação nossa para outros mandatos que é eu quero trabalhar com eles porque, por exemplo, na questão associativa de ação social, habitação, propinas, etc. é importante nós chegarmos a outras faculdades, e percebemos que sozinhos é muito mais complicado fazermos o que quer que seja do que com outras faculdades. Na parte das atividades, que é muito por isso que associações mais pequenas entram para federativas, é porque efetivamente não têm o know-how, não têm os contactos, não têm nem que seja para um contrato com cerveja, que já faz muita diferença não é, para associações que não têm esta fonte de subsistência que é a Editora, ou uma fonte de subsistência que já vem de há muitos anos atrás, uma almofadinha de dinheiro de atividades recreativas (...)”</p>
Entrevista 6.	

Tabela 15. A transparência nos apoios ao associativismo jovem

Problemática	Opinião do entrevistado sobre a transparência estar mencionada na lei do associativismo jovem no que se concerne aos apoios concedidos pelo IPDJ
Entrevista 1.	
Entrevista 2.	<p>“Acho que a resposta direta, um bocado óbvia, é: sim, claro, faz sentido. (...) [sobre a transparência nos dinheiros em geral] falando sobre a falta de transparência na gestão dos dinheiros, lá está, há muita liberdade e há pouco escrutínio, lá está, é toda a parte das adjudicações de obras, das concessões (que eu esqueci-me de mencionar há pouco)... (embaraço) Há tanta liberdade que as coisas são escolhidas a dedo, ou seja, não há concursos públicos, muitas vezes as escolhas podem nem passar pela Assembleia Geral de Alunos, ou seja, não passam por órgão deliberativo, a Direção decide as coisas muitas vezes e tem liberdade para decidir e tem legitimidade para decidir as coisas sem passar por Assembleia Geral de Alunos e, portanto, há muita liberdade para a falta de transparência na gestão dos dinheiros públicos. E depois, lá está, o facto que tu já mencionaste, são estruturas geridas por jovens, muitas vezes (ou quase 100% das vezes) é a primeira vez que um jovem está a gerir uma “empresa” ou uma estrutura destas na sua vida, sem qualquer tipo de experiência, sem qualquer tipo de visão estratégica para a empresa, para a Associação em si e, portanto, a falta de experiência, a falta de conhecimento, muitas vezes (não quero estar aqui a fazer uma caracterização negativa dos jovens...) não têm o tato social ou, sei lá, a sensibilidade, a consciência do que é que é este tipo de estruturas representativas, porque é a primeira vez que a geri-las pode levar a esse tipo de situações, na minha opinião...”</p>
Entrevista 3.	

Entrevista 4.	<p>“A nível de tudo o que é financiamento aqui, quer seja financiamento público, quer seja, por exemplo, as quotas de sócios que os alunos pagam quando começam (que é uma das nossas fontes de receita) tratamos com a mesma importância, ou seja, a Associação de Estudantes tem aqui consciência e responsabilidade acrescida e eu aí tenho total confiança na equipa, como eles têm em mim que não há aqui problemas desse género, ou seja, nós gerimos com muito muito cuidado. Por isso, eu acho que faz sentido manter na lei a transparência. Lá está, não havendo nada a esconder eu acho que não há problema nenhum e é tudo justificado. (...) Por isso, eu acho que no princípio da transparência faz sentido, faz sentido declarar todos os apoios do IPDJ e consoante o que se pede e as atividades que vão ser realizadas eu acho que faz sentido. A nossa relação com o IPDJ, sinceramente, é muito boa, mesmo que a resposta por e-mail não seja rápida a resposta por chamada é. Eu lembro-me quando foi agora a questão da entrega ao IPDJ que eu tive com a Inês, a nossa tesoureira, e ela estava sempre a contactar com o IPDJ. Também já do João [antigo dirigente] a mensagem que tinha era de boa relação. Ou seja, mesmo com o IPDJ a relação é boa e eu acho que faz sentido justificar. O apoio da Universidade de Lisboa depois aparece sempre no relatório de contas e nós temos cuidado de tentar ser o mais minucioso aí possível e pronto... eu acho que passa muito por aí, porque as pessoas têm que... eu acho que ao nível da lei do associativismo nós temos de descomplicar aquilo que é as fontes de receita de uma Associação de Estudantes desde que a mesma não tenha problemas em justificar essas fontes de receita. Por exemplo, a relação que nós criamos aqui com o Instituto eu disponibilizo-me sempre a mostrar as contas, não tendo de fazer isso (atenção, porque nós somos um órgão próprio, com número de identificação fiscal, com personalidade jurídica não tem de prestar essas contas), mas por exemplo a relação com o Instituto foi logo de total transparência, justificar apoios que o Instituto possa dar (porque nós não recebemos financiamento do Instituto). Por isso, nós temos de ter muito cuidado com isso, mas também descomplicar um bocadinho que é se uma Associação de Estudantes quiser procurar outras fontes de receita eu acho que se nós encarássemos com uma maior naturalidade a probabilidade de haverem menos... pronto, menos coisas como havia antigamente de ir buscar por fora, ou não declarar, eu acho que era muito menor, porque quanto mais legal e descomplicado for a probabilidade (a meu ver, isto é uma opinião pessoal, não vincula a Associação)... quanto mais a lei for aqui propícia a perceber qual é o papel da Associação de Estudantes, que é uma Associação sem fins lucrativos, mas que precisa de receita para se manter e desde que esta receita (sempre que for de apoios fora) for justificada e tenha possibilidade de arrecadar a sua receita, eu acho que a probabilidade de ir buscar receita por fora ou de meios ilícitos é menor porque se eu tenho (esta é a nossa visão, aqui já nos veicula a todos), se nós temos uma via legal, transparente, em que podemos declarar, em que vamos procurar fontes de receita através de parcerias, por exemplo, nós faz sentido nenhum estar a, pronto, procurar outro tipo de esquemas e alternativas. Também não coincide muito com a nossa forma de estar, felizmente, mas eu acho que havendo essa facilidade e aí a lei faz sentido devíamos era encarar os apoios às Associações de Estudantes de forma diferente, não como um apoio de risco como às vezes parece que é (porque eu vou estar a dar dinheiro a jovens, inexperientes, lá está, propícios a...). Desde que se ensine, se ajude a justificar e se desmistifique aquilo que é essa gestão financeira eu acho que nós temos possibilidade para começar a formar, como acredito que já existem, dirigentes sérios, e não a lógica de “agora vou cortar-te o dinheiro todo” ou “vou cortar esta linha de apoio, porque senão ficas com muito para gerir e a probabilidade de correr mal é maior”. Não acredito nisso, acredito no princípio da responsabilização e justificando tudo eu acho que é assim que nós formamos dirigentes responsáveis e também se faz a filtragem das pessoas que possam não estar tão sérias quanto a responsabilidade que nós temos.”</p>
Entrevista 5.	
Entrevista 6.	

Tabela 16. Transparência nas restantes fontes de financiamento

Problemática	Opinião do entrevistado sobre o princípio da transparência na gestão das restantes fontes de financiamento
Entrevista 1.	
Entrevista 2.	<p>“Eu acho que poderia estar. Mas isso a estar deveria estar nos Estatutos de cada Associação de Estudantes. Lá está... volta àquele ponto que é – eu acho que deveria estar, deveria ser caso a caso, nos Estatutos de cada Associação de Estudantes, mas isso depende, parte muito dos estudantes de cada Associação de Estudantes proporem, trabalharem sobre os seus Estatutos, proporem esse tipo de propostas, pode ser por iniciativa da Direção que estiver em funções, como é óbvio, mas os próprios estudantes têm poder de se organizar, de se juntarem, para decidir esse tipo de coisas naquilo que é a legislação da Associação de Estudantes. Acho que podia muito bem nos Estatutos estarem esse tipo menções, esse tipo de princípios (...) Sim. E acho que devia estar nos Estatutos de cada Associação.”</p>
Entrevista 3.	

<p>Entrevista 4.</p>	<p>“É assim eu posso estar a ser muito ingénuo, mas foi aquilo que eu te disse. Eu acho que nas fontes de apoio públicas, que são muito importantes, eu acho que uma Associação de Estudantes também não pode estar dependente só dessas fontes públicas porque, lá está, pode haver necessidade de querer cortar, então corta-se por algum lado, corta-se aí. E a meu ver nós não podemos estar só dependentes de uma parte, temos de fazer uma gestão equilibrada dos apoios que há. Agora a parte de não estar regulamentada para financiamento privado, eu aqui posso estar a ser um bocado ingénuo, por exemplo, nós aqui não temos muitas, a única que me estou a lembrar agora é a parceria que nós temos dos Moppis que dá assim um valor muito baixo de 6 em 6 meses, não é nada de extraordinário, que nós conseguimos justificar. Mas a questão de estar regulamentado ou não, eu acho que se tem de ter algum cuidado porque foi o que eu disse, a meu ver, às vezes a tentar não responsabilizar e precaver certos cenários, alguns legítimos... eu não estou a dizer que não tenha de haver regulamentação nenhuma, pode haver alguma para construirmos aqui algum limite, haver um teto, haver uma linha vermelha, mas dar alguma uma margem. Porquê? Porque eu acredito que, lá está, é a nossa realidade nós não temos grandes parcerias, não temos grandes investimentos, não temos angariação de fundos no sentido tradicional (em que nos juntamos e olha vamos angariar fundos para a Associação de Estudantes). É tudo através de alguma coisa... E nós também tentamos que... a minha visão para o núcleo foi um bocado esta (e acho que para a Associação em parte também faz sentido) há questões mais práticas que nós podemos oferecer de forma gratuita. Por exemplo, era o mesmo que se eu agora... a Associação de Estudantes precisa de rendimento e eu ia cobrar a entrada na sala de estudo da Associação de Estudantes 24, eu acho que não faz sentido. Estou a dar este exemplo pequeno, como podia dar outro. Por isso, as fontes de financiamento de privados eu acho que depende um bocadinho da... lá está, dessa formação, dessa aposta que tem de haver da própria visão das Associações de Estudantes de serem mais valorizadas e em Portugal têm um peso brutal que não têm noutros países, por exemplo, a FADU noutros países é gerido pelo Estado e não pelos alunos, ou seja, este é um fenómeno que a nível europeu não acontece muito. Por isso, a meu ver, nós devíamos responsabilizar, ter esses mecanismos para salvaguardar, mas às vezes esses mecanismos existem já internamente, por exemplo, relatórios de contas, pedidos de justificação numa Assembleia Geral... ou seja, o que pode haver é uma aposta nessa área. Ou seja, tentar desmistificar um bocadinho, porque senão podemos incorrer – que este é o meu ponto, às vezes pode ficar um pouco confuso desculpa. O meu ponto é: se nós encararmos certos apoios sempre como apoios duvidosos e pouco claros e propícios a desvios, nós vamos estar a restringir. Ao estar a restringir, a meu ver, é quando se dá a maior possibilidade de as pessoas quererem fugir à regra e irem procurar fontes de financiamento alternativos. Por isso, mantendo as coisas abertas, transparentes pode-se regulamentar, mas a meu ver a regulamentação tem de ser num princípio de responsabilização e não de se poder restringir. Porque, por exemplo, posso-te dar aqui uma nota off record depois sobre situações que também não fazem sentido e não é da parte das Associações de Estudantes. Mas pronto eu acho que acaba...”</p>
<p>Entrevista 5.</p>	
<p>Entrevista 6.</p>	

Tabela 17. Princípio da transparência

Problemática	Discussão de princípios – Transparência – e como medi-los
Entrevista 1.	<p>“A transparência é algo que, eu não tenho noção das outras Associações ou não, mas eu acho que é muito fácil de tu verificares, porque ok és um estudante, estás a ver as coisas e há sempre comprovativos que podes pedir, coisas que podes confirmar, questões que podes fazer, por isso, eu acho que o escrutínio feito... ou seja, a transparência das Associações parte do dirigente, obviamente que parte do dirigente mas é, se calhar, o fator que eu acho que está mais nas mãos do estudante conseguir exigir, vá... pronto... (...) Apesar de eu achar que continua a partir do dirigente, continua a partir da pessoa ser ou não transparente, continua a partir da organização ser ou não transparente. O que eu acho é que, por exemplo, se eu sou dirigente... ou seja, pensando no “o dirigente não está a ser nada”, pronto... O dirigente não está a ser ético, se calhar, é mais difícil de se verificar logo... porque não ético às vezes implica mentiras, implica coisas que podem não ser bem assim, e acho que é mais difícil da pessoa de fora, se calhar, identificar. A parte da boa gestão/má gestão, lá está, há faculdades que, se calhar, é muito fácil a pessoa de fora, o estudante que esteja fora do órgão social em si identificar, enquanto a transparência é genericamente o mais fácil de ser identificado e confirmado, pronto... não é que parta do externo, o que eu estou a dizer é que no caso do interno não o cumprir, sinto que é o mais fácil de transversalmente ser identificado. (...) ... pronto, de qualquer das formas acho que sim, que é uma temática efetivamente relevante e que são três dimensões muito diferentes e com diferentes formas de... ou seja, com diferentes riscos no caso. Lá está, a transparência é algo muito importante, eu não estou a dizer que não é importante, mas que eu acho que é dos três o mais fácil genericamente dos estudantes conseguirem exigir ao dirigente. Os outros dois acho que dependem um bocadinho do contexto e da faculdade.”</p>
Entrevista 2.	<p>“é pá.. eu acho que sim, quanto mais a Direção facilitar aquilo que é esta gestão de transparência, melhor, como é óbvio. A Direção tem bastante poder para ser transparente e liberdade para isso, portanto, tem liberdade para umas coisas e liberdade para outras, ou seja, para ser transparente na disponibilização de documentos e na criação de mecanismos internos também para uma gestão mais transparente, mais ética...”</p>
Entrevista 3.	
Entrevista 4.	

Entrevista 5.

“A nível de transparência... Há uns anos havia muito, mesmo antes de eu entrar para a faculdade, eu lembro-me de padrinhos meus e etc. de falarem de que havia um problema, uma problemática, de as pessoas saberem o que se passava cá dentro. Porque a vida da associação é da associação, era o que se pensava na altura e as pessoas não têm nada a ver com isto... Bem, eu acho que isto é uma filosofia errada, tanto por isso é que olha... aqui há um sinal de transparência que nós quisemos implementar. Eu acho que é dos maiores sinais de transparência é o nosso Conselho Fiscal. O nosso Conselho Fiscal era um Conselho Fiscal que fazia uns balancetes, que fazia uns pareceres, assim muito esporadicamente, e que era insuficiente... manifestamente insuficiente. O que é nós tentámos fazer este ano..? E eu tenho a sorte de ter um presidente fiscal incrível, porque foi muito o que nós dissemos na nossa candidatura: o presidente do Conselho Fiscal tem de ser o melhor amigo da Direção. Não no sentido de encobrir o que a Direção faz, mas no sentido de prevenir. Ou seja, um amigo é aquilo que te previne de fazeres parvoíces, percebes? E então... Eu, por exemplo, quando tive acesso às contas, para além de mim e do meu tesoureiro, o presidente do Conselho Fiscal também teve acesso às contas. O meu presidente do Conselho Fiscal sabe que pode ir à Antónia, que é a nossa gestora aqui da associação, e pode pedir qualquer documentação. Em questões de... vamos imaginar que eu tenho uma dívida, eu peço um parecer sempre ao Conselho Fiscal. Na contratação deste funcionário, eu pedi um parecer ao Conselho Fiscal sobre o salário. Ou seja, um Conselho Fiscal que esteja presente na atuação de uma Direção, para além de haver uma fiscalização preventiva – porque antes de tu fazeres já tens alguém que te vai ajudar, e já tens alguém que te vai dizer “olha, se calhar, aqui é melhor não”, “olha, se calhar, aqui vais mandar vir de outro fornecedor que é mais barato” ou “olha, se calhar aqui vale efetivamente a pena investir o dinheiro”, percebes? O facto de teres um Conselho Fiscal presente na tua atuação é... muda, muda completamente. E depois, imagina, há um problema aqui que não sei se os outros Presidentes te disseram mas eu não tenho nenhum problema em dizer-te que é: não é bem o relatório de contas... é o plano de atividades e o orçamento porque, na maioria dos estatutos, tu tens de fazer o plano de atividades e o orçamento no primeiro mês de mandato. Erro. Isto para mim é um erro, eu acho que isto devia ser completamente alterado, porquê? Porque tu devias ter, pelo menos, dois meses porque tu demoras dois meses a ambientar-te... pelo menos, na nossa. Porque na nossa... eu acredito que noutras mais pequenas seja aí um mês, mas na nossa, como é muita coisa (são autores, atividades, é isto, é contas, é para aqui, é para ali...). Ou seja, tu demoras, pelo menos, dois meses a ambientar-te, tranquilamente.

Mas a nível de transparência olha... por exemplo, o maior nível de transparência que eu acho que tu podes fazer é tu criares mesmo dossiês com todas as tuas despesas e não na altura da tua apresentação de contas – que é isso que nós vamos fazer – que é tu dares aos teus associados e dizeres “olha, está aqui, vê. É isto que nós temos, foi isto que nós gastamos”. Haver um controlo muito grande, não realizar despesas absurdas. Ou seja, despesas de representação, isso para mim são despesas absurdas. Não sei como é que dirigentes associativos, de direções pequenas (atenção!), aparecem em encontros nacionais com um Mercedes e BMW’s ali à porta. Eu que tenho aqui uma associação pá, desculpem, é das maiores, nem pensar. Nós vamos no carrinho do Luís até ao ENDA, que vamos ter no próximo domingo... Claro que é assim, tu não tens de ser rico para ser Presidente de uma Associação, nem tens de ter essa disponibilidade financeira. Eu não tenho, por exemplo; eu sou aluna bolseira, não tenho esse tipo de disponibilidade, mas é assim... a associação paga-te a gasolina. Ah, outra coisa, que foi a Francisca Soromenho, que foi a última presidente mulher antes de mim fazia, que era deixar o cartão na Associação. Olha, este cartão aqui que nós temos, vou-te mostrar [mostra cartão] vai ficar cá. Tu levas o dinheiro bem contado para as despesas e acabou. Despesas de alimentação, tu não precisas de ir dormir a hotéis de cinco estrelas, tu não precisas de ir comer a sítios... não, és um aluno que estás a representar a tua faculdade e a tua associação. Portanto, para mim, esta coisa das despesas de representação serem uma exorbitância é uma estupidez pegada, e graças a Deus já está a haver uma maior consciencialização nestes últimos anos cá. Também tem havido uma maior fiscalização e controlo... (...). Tu não tens impossibilidades, tu tens querereres, estás a perceber? O que tu tens são querereres que te podem beneficiar, ou não. E muitas vezes as pessoas preferem adotar um postura de que “isto não é bom seguir agora, portanto, vou manter-me de boca fechada”...eu não concordo, acho que é assim... isto depois é uma gestão corrente, e tu ao longo desta gestão corrente vais adotando medidas necessárias para cada situação de transparência. E tu aqui tens várias, é o que eu te digo. Eu não te posso dizer uma, duas ou três porque é tanta coisa a acontecer ao mesmo tempo que, para cada uma delas, tu tens de pensar e de analisar de que forma é que tu consegues ser mais transparente em cada uma delas: se é uma prestação de contas, se é ouvir os alunos... porque isso também é uma forma de transparência, tu mostrares predisposição para ouvires os teus associados e dizeres “Olhem, nós estamos perante esta situação. O que é que vocês pretendem fazer?” ou “Olhem, nós gastámos x. Onde é que gastámos? Aqui, aqui, aqui.”. Mostrar onde o dinheiro está, mostrar onde gastámos o dinheiro... porque é assim isto até me é confuso, sabes? Porque se tu não tens problemas durante o teu mandato, ou seja, se tu não fazes nada que te comprometa, porque é que tu hás de ter problemas em explicar aos teus associados onde é que tu gastaste efetivamente o dinheiro, percebes? Porque eu sei que se tiver agora uma auditoria, tranquilo... Entrem-me para aqui para dentro, tirem-me os dossiês todos, vão-me as contas, estão à vontade! Eu consigo justificar todas as minhas despesas, todas. Consigo mostrar dossiês. Consigo-te dizer quanto é que tenho no cofre, que na altura o meu Presidente até foi entrevistado e ele “não sei”. Eu consigo-te dizer quanto é que tenho no cofre. O cofre está contado, que aliás foi uma coisa que se trouxe também da auditora. O dinheiro do cofre estar contado e assinado. Por exemplo, o dinheiro das livrarias há muita gente que não paga em cartão, paga em monetário. Está tudo assinado. Ou seja, quando se faz a recolha de caixa, mete-se no cofre, tudo assinado. Conto o dinheiro, com a Antónia, com o Tesoureiro... Ah... Eu tento nunca entrar no cofre sozinha, mas isso sou eu que sou paranoica, que é eu como não quero tirar um cêntimo disto e não quero ser presa, porque isto é uma empresa e podes praticar por estupidez, ou inocência, uma fraude fiscal, ou qualquer coisa... eu como não quero ir presa por causa disto e quero ser o mais transparente possível para os meus associados e equipa, etc., eu tento nunca entrar no cofre sozinha, tento ir lá quando os meus funcionários ainda cá estão. À noite não entro no cofre. Quando entro, entro com o meu tesoureiro. Quando vou contar dinheiro, tento contar sempre à frente de alguém para dizer “olha, estás a confirmar?”, “está aqui, vê como não está a ir nada para a

	mala?”, percebes? Porque não vale a pena e há malta que se queima por muito pouco. Não há necessidade, não há necessidade.”
Entrevista 6.	

Tabela 18. Princípio da integridade

Problemática	Discussão de princípios – Integridade / Ética – e como medi-los
Entrevista 1.	“a parte da ética fiquei um bocadinho na dúvida como é que ias conseguir ver isso, ou falar disso, mas pronto partindo da premissa das promessas cumpridas acho que sim, é um indicador, mas acho que é um indicador um bocado superficial, se calhar, ou pelo menos redutor da realidade, porque, por exemplo, não sei se isto será muito relevante para ti, mas o ano passado havia vários eventos que nós, desde início, como ninguém sabia... pronto, este ano já era mais fácil de conseguir prever a viabilidade de alguns eventos, mas o ano passado nós estávamos ainda muito... pronto, e ainda por cima o nosso mandato é de maio a maio, por isso, apanhou ali uma fase de muita incerteza. Efetivamente, nós tentámos logo, no plano de atividades, no início, dizer “olha, nós queremos fazer isto, mas não fazemos ideia se vai ser possível”, o que a nível de previsão foi muito difícil... e no fim do ano tivemos, portanto, muita coisa que dissemos “olha não foi efetivamente possível”. Mas obviamente que se formos ver só o que foi prometido e cumprido, depois acaba por ser redutor. No entanto, também é uma situação muito específica, mas isto para dizer que o contexto às vezes também é importante, não é só o que é que é cumprido. Mas acho que a justificação e a explicação para os estudantes do “porque é que não aconteceu?”, “o que é que impediu” também se calhar é uma coisa que podia ser vista, pronto... Mas lá está a ética eu acho que tem muito mais coisas.”
Entrevista 2.	
Entrevista 3.	
Entrevista 4.	“A questão da ética é munir, quem quer que seja o eleitorado, quem quer que seja os representados, de informação a ponto de conseguirem reverem naquela pessoa ou não capacidade... ou até eles próprios avançarem, mas rever naquela pessoa essa capacidade ou não. E, lá está, a comunicação aí é fundamental. Não ter medo de passar e partilhar informação, porque se nós não tivermos medo de partilhar com os nossos colegas é sinal de que estamos confortáveis e eles também têm outras ferramentas que podem ser tanto para criticar como para dar ajudar a construir, a dar sugestões... Mas eu acho que passa muito por aí é um não ter medo, ter o princípio da accountability e não ter medo dos nossos colegas e daqueles que nos representam. Tenho medo que possa ter sido um bocado vago e ter divagado um bocado, se fui desculpa, mas a ideia...”
Entrevista 5.	
Entrevista 6.	

Tabela 19. Prestação de contas (IPDJ)

Problemática	Prestação de Contas – IPDJ
Entrevista 1.	<p>“Como disseste, o IPDJ, sim, sempre foi esse o esquema... no fim do ano... quer dizer, nós temos relatórios intercalares e tudo mais, mas no fim do ano, eles mandam-nos o dinheiro, temos de justificar todo o dinheiro que gastámos, pronto, para eles verem as percentagens e tudo mais, para depois, pronto, se não tivermos gasto devolvermos que, pronto, no ano do COVID foi o que aconteceu com maior parte das Associações, não é? Não o gastámos, portanto, tivemos de o devolver. (...) Eu acho que funciona porque lá está eles são muito rigorosos, mesmo. E tu quando lanças as candidaturas até eles ligam para coisas que não estejam tão claras clarificar e dizem-te logo “não, se é isso tens de escrever assim, que é para ficar mesmo claro (na, na, na, na)”. E depois, pronto, vão te pedindo as coisas e vão te avisando e fazem os montantes todos e depois fazem a fiscalização do que é que é para devolver ou não. Pelo menos, lá está, a única situação que tive mais com eles, porque este ano foi o 2.º pedido, foi agora as candidaturas para 2022... portanto, eu tive o outro de 2020 que eu não fiz a candidatura, mas fiz as devoluções e eles foram muito certinhos “não, não têm de devolver até este dia, se não (na, na, na, na, na, na)”. E é tudo com contratos, assinados das duas partes, e tudo mais. Eu diria que sim, o controlo que eles fazem é bom.”</p>
Entrevista 2.	
Entrevista 3.	
Entrevista 4.	
Entrevista 5.	<p>“É assim, nós trabalhamos... ou seja, nós já recorremos ao IPDJ já há muitos anos, pelo que já temos uma candidatura pré-definida, etc. O apoio do IPDJ, para nós, no nosso caso, é um bónus. Ou seja, como nós já temos uma fonte de subsistência muito autónoma, tudo o que venha a mais é um bónus, percebes? É bom. E a verdade é que nós somos bons candidatos ao IPDJ, porque nós normalmente temos sempre tudo certinho, direitinho... E é uma preocupação de também não exagerar no que se pede, porque não há necessidade e porque depois os fundos podem ser distribuídos de outra forma (e nós também não somos egoístas e temos de pensar que nem todas as outras associações...). Porque é assim, eles têm um limite, há um budget. E nós pedimos aquilo que faz sentido para nós naquela altura: se tivemos um resultado melhor, pede-se menos; se tivemos um resultado inferior, pede-se um bocadinho mais, mas tentamos contrabalançar mais ou menos com a necessidade das outras associações também. Porque nós somos sensíveis a isso... nem toda a gente tem uma Editora que... estás a perceber?”</p>

Entrevista 6.

“Eu gosto de ensinar e o facto de estar aqui com os meus miúdos, agora atualmente estou um bocado afastada mas numa de ensinar e apoiá-los neste processo. As Associações tendem a conseguir ser o mais transparentes possíveis, ok? Agora como as coisas estão montadas aí já é outra questão, porque imagina esta nova Direção que entrou, eles quando entraram, quando foram legalmente eleitos, estamos a falar para aí a meio de dezembro e tu a candidatura para o apoio IPDJ tens, normalmente, até dia 21 de dezembro para entregar. O que é que acontece: não foram eles que fizeram o apoio, não foram eles que pensaram, porque eles acabaram de entraram, não sabem o que é o IPDJ quanto mais o resto, ok? Então, houve alguém que fez por eles. Neste caso, fui eu. Eu que já tenho todo um projeto montado, por assim dizer, não é, porque já sei quais são os mecanismos, onde é que tenho de pedir, onde é que não tenho de pedir (*nananana*)... montei aquilo e dei-lhes. E agora, atualmente, estou-lhes a dizer “pois, não podes gastar aqui”, “podes gastar aqui”, “não te esqueças de faturas”, pronto. Só que o projeto, o apoio do Estado, agora entretanto com a pandemia mudou um bocadinho, mas, até então, cada Associação de Estudantes tinha de ter como autofinanciamento, no mínimo, 30%, ok? Estamos a falar de 30% em cada atividade ou projeto que tu pedes. Depois isto também depende de como as pessoas fazem os apoios. Eu, normalmente, a minha estrutura é eu dividia a Associação por áreas e dentro de cada área tinha cada atividade que, por sua vez, quando tu pedes o apoio o dinheiro que estás a pedir era na globalidade para aquela área e não para aquela atividade, ok? Isto aqui a nível depois de justificações também é uma grande diferença e eu vou-te explicar o porquê. Portanto, eu quando pedia era para cada área e não para cada atividade o que faz com que tu quando vais justificar o dinheiro eu vou explicar num bolo para aquela área específica e não para a atividade. Quando as pessoas pedem apoios por atividade, imagina, a Queima não é no ano inteiro é no mês de maio. Portanto, todas as faturas que tu entregas para a Queima tem de ser em maio. Não podes apresentar uma fatura para a Queima de janeiro. Isto se tu quando estás a fazer o apoio dizes que aquela atividade começa no dia 1 de maio e acaba no dia 31 de maio, e o IPDJ obriga-te que as faturas sejam assim, pronto. O grande problema do IPDJ é falta de recursos humanos. Não têm mão, não têm pessoas suficientes para ir analisar fatura a fatura de cada AE. Esta é a realidade. A única coisa que o IPDJ diz é há determinadas faturas que eles não aceitam, nomeadamente, por exemplo, quotas. As quotas não entram, mas a AE paga, ok? Álcool. As AEs fartam-se de gastar dinheiro em álcool. Não entra, ok? Mas voltamos ao ponto inicial que é: as AEs são obrigadas quando estão a planear o seu projeto a ter 30% de autofinanciamento, que eu digo-te já aqui de caras que a maior parte não tem. Imagina eu agora quando fiz o apoio declarei que sim que tinha autofinanciamento para aquele valor, mas não o tenho. Depois o IPDJ o que é que te exige? Exige que tu no relatório intercalar ou no relatório final tens de justificar todos os valores que tu pediste, mas imagina o IPDJ dá-te 9 mil euros. Tu tens de justificar 15 ou 13 mil. E tu dizes “então, mas espera aí... o IPDJ dá-te 9 mil. Tu não tens dinheiro nenhum. Como é justificas 15 mil?”. Aí está a falha do sistema e é aí onde as AEs se agarram, percebes? O que é que acontece... como tu não tens, ou mesmo que tenhas uma parte do autofinanciamento muitas vezes não tens a 100% desses 30%, mas tu tens de arranjar faturas. O que é que aqui entra: dinheiro público, dinheiro pessoal, não é? Tu vais ali pôr combustível no carro, combustível para ti, a título pessoal. O que é que tu fazes? Pedes uma fatura para o contribuinte da AE. A AE não te dá o dinheiro dessa fatura, mas tem a fatura que pode justificar ao IPDJ, os 15 mil que eles te exigem, porque eles não te exigem para justificar o dinheiro do Estado, eles dizem para tu justificar o dinheiro do projeto total – que eu acho que isso é um erro. É um erro porque se a partir do momento em que as AEs estão a pedir dinheiro é porque não o têm. Portanto, se eu peço, se o Estado diz “o teu projeto vale 15 mil, mas eu só te dou 9 mil”, Ok! Então eu só tenho de justificar 9 mil. Não, eles obrigam-te a justificar mais. Ao justificar mais está aí o problema, porquê? As AEs são obrigadas, as pessoas que estão na AE, neste caso, são obrigadas a arranjar faturas extras para cobrir esse investimento. Ninguém aqui quer fugir ao Estado, estás a ver? Mas o Estado é que te obriga

a dizer “ah não, a gente dá-te 9 mil, mas tu tens de me dar 15 mil de faturas”. É ridículo, percebes? Porque aí estás a fazer com que efetivamente as coisas não batem certo. Não bate. (...) Por exemplo, eu a pedir ao Estado, quando faço o apoio peço por projeto, porquê? Porque assim, imagina, a política educativa; tenho um ano inteiro a dar política educativa, portanto, é de janeiro a dezembro. Logo, as faturas que eu tenho de apresentar é de janeiro a dezembro. Logo aí, já me estou a salvar, não é? Porque se eu dissesse assim “eu tenho um ENDA no mês de maio” só podia ter as faturas no mês de maio, ok? Pronto. Então eles, quando vão a ver, vão ver o que tu andaste a fazer. Eles olham para as tuas faturas, que não é bem as tuas faturas é uns códigos que tu mandas, se eles quiserem depois podem ir ao e-Faturas ou não, porque tu... ah, porque depois isto é tudo um processo que tu tens de fazer, é um bocado arcaico, mas tu tens de declarar o número da fatura, o número de contribuinte da empresa da fatura, o nome da empresa, o valor que é imputado ao IPDJ, ou o valor imputado a outras entidades. Isso é o quê? Imagina, tu tens 20€ numa fatura, mas dentro desses 20€ um euro é álcool. O que é que tu fazes? Mandas 19€ para o IPDJ e 1€ para outros valores imputados. É assim que se justifica ao IPDJ. Mas se eles fossem ao pormenor de algumas faturas iam encontrar coisas do género: “ok, estes gajos tiveram esta atividade, mas gastaram-me...” sei lá, deixa-me supor, deixa-me dar aqui um exemplo meio parvo para ver se tu consegues perceber... Imagina que, por algum motivo no merchandising, eu peço camisolas ou roupa para os dirigentes, e tu vais a ver e apresentas faturas da Zara. Quem é que vai comprar roupa para a Zara para uma Associação de Estudantes? Ninguém, não é? Mas foi alguém que arranjou aquela fatura para justificar aquele valor em roupa, porque pedimos roupa e como não atingimos o valor... porque imagina o princípio do IPDJ é que tu vás sempre para o valor mais baixo. Estás à procura de alojamento, quando nós temos os encontros, eu vou ver o valor mais baixo, mas obviamente que se for uma barraca não durmo lá. Mas, por exemplo, vais para as pousadas da juventude, muitas vezes é a nossa primeira opção, porque é a opção mais barata, se a zona tiver, ou vais para um hostel, porque é mais barato que um hotel. Por exemplo, em organismos públicos, e já estou a falar ao nível, por exemplo, das Direções mesmo das Faculdades, a Faculdade tem um evento, normalmente, as Faculdades públicas não podem escolher hotéis de 4 ou 5 estrelas, mas naquele momento em que estás a fazer reservas o hotel de 4 e 5 estrelas está a um valor mais baixo que o hotel de 3 estrelas ou 2. Eu sei de histórias disto, ok? Assim de Direções de Faculdades, não estou a falar de AEs, que isto acontece na parte pública. Se algum dia o IPDJ fazer isso, vai acontecer isso. Não, nós regemos sempre pelo valor mais baixo, tu escolhes sempre a opção mais baixa, por exemplo, a nível de alojamento. Mas, lá está, o grande problema aqui é que não existe mão de obra suficiente daquele lado para regularizar as faturas. Regularizar... no sentido de “ok, isto é mesmo real, isto foi mesmo para uma atividade”, não é... Não tens pessoas para ir ver fatura a fatura de Associação a Associação do nosso país. Não tens. Esse é o grande problema. Problema mútuo: entre o IPDJ e as Associações. Este aqui não há um match porque ambas estão a falhar. Esta aqui de certa forma mente a dizer que efetivamente gastou 15 mil euros, quando só gastou 9 que foi aquilo que pediu ao IPDJ. O IPDJ não tem pessoas suficientes para ver essas mesmas faturas, nem tem, se calhar, e isso a culpa não é deles em si mas é do Estado, para ter o discernimento do género “não, se estes gajos estão a pedir dinheiro é porque eles não têm dinheiro”. Portanto, eu não vou estar a pedir faturas de um valor superior que nem sequer estou a pedir esse valor, que é isso que eu nunca percebi, o porquê de eles estarem a fazer isto? (...) Eu enquanto pessoa, enquanto cidadã, acho que isto é enganar o Estado, porque eu não gastei aquele valor. Aquilo que eles me estão a ensinar é “desde que tenhas faturas podes fazer o que quiseres com o dinheiro” e é isso que acontece. E aquela situação das AEs no final dividirem é verdade! Então, aquilo que orçamentei... fiz, não fiz?! Fizeste. O dinheiro foi gasto? Foi. Foi, isto é, foi justificado ao IPDJ. Devo alguma coisa ao IPDJ? Não. Ok. Quanto dinheiro tenho na conta? Tenho 3 mil euros. Então, vou gastar dinheiro. Percebes? É isto que depois acaba por aqui haver. Se calhar, já não estás no mecanismo, do género, eu tenho este valor vou dividi-lo, do género:

se tens 9 mil euros, tens 9 mil euros para fazer isto, aquilo e o outro; tenho de pensar bem, tenho de orçamentar bem dentro daquilo que eu pedi... Não! Estás um ano inteiro: tenho de arranjar 9 mil euros em faturas. E depois o que é que acontece? Presidentes que entram pela primeira vez e vão ver estes relatórios, começam a olhar para os valores, começam a olhar para as compras e dizem “mas estes gajos andaram a fazer o quê?! Na discoteca?! Faturas na discotecas?! Faturas no sushi de 100€?! Mas estes gajos são malucos ou quê?! A AE é o quê?!” – isto foi o meu pensamento quando entrei para a AE, 1.º ano e quando olhei para trás; mas estes gajos são malucos, man, a gastar dinheiro da AE em discoteca?? Depois percebi quando me explicaram, do género, não a AE não pagou isso, eu é que usei essa fatura para justificar o dinheiro. Percebes aqui o grande problema? É que depois acaba por haver um choque entre Associações e as pessoas, não é, que estão à frente, tu acabas por, se não houver esta transparência (de estas faturas existem, mas só existem para explicar ao IPDJ, eu não gastei o dinheiro nisto, eu não andei na discoteca com o dinheiro da AE, eu não andei a abrir garrafas de champanhe com o dinheiro da AE) para os estudantes, o que é que as pessoas vão pensar? Que tu geriste mal o dinheiro, que tu gastaste o dinheiro indevidamente. E não é verdade, percebes?! E isto foi o que aconteceu na altura quando eu entrei – “então, mas estes gajos são malucos? Andaram a abrir garrafas na discoteca? No Urban?”. E depois eu fui à procura de tudo. E depois foi quando me explicaram: isto acontece, porque, infelizmente, é mesmo assim. E, na minha visão, isto está mal montado a partir do momento do momento que te pedem mais do que aquilo que te dão. São 9 mil euros? Só tens de justificar 9 mil euros! É o quê? Os juros?! Estamos tipo banco, tipo empréstimo?! Mas porque é que o Estado quer faturas a mais com o número de contribuinte da Associação?! Entendes? Não lhes serve para nada... (...)

Tabela 20. Prestação de contas (IES)

Problemática	Prestação de Contas – IES
Entrevista 1.	<p>“Com (...) [a IES], no meu primeiro ano como Presidente, ou seja, na passagem de pasta estava a haver este processo, e no meu ano já foi o primeiro ano que funcionou a 100%. Funciona muito bem, ou pelo menos eu acho que funciona muito bem, porque antigamente é como tu dizes: nós tínhamos o dinheiro que (...) [a IES] nos dava e era um bocado à base da confiança, pronto... acho... lá está, acredito que às vezes pudesse haver algum tipo de comprovativo pedido, mas não havia um esquema super estruturado, pronto. O que aconteceu na passagem de pasta do antigo Presidente para mim é que foi construído um... aquilo a nível jurídico não há de ser um contrato... nós chamamos-lhe um “contrato programa”, mas é mais um protocolo, e neste protocolo estão divididas as atividades que se espera que a Associação de Estudantes faça, o dinheiro que se esperar que se gaste nessas atividades e também nós de x em x tempo, quando precisamos de dinheiro, mandamos... neste caso, agora o que acontece é que nós já temos uma estabilidade que nos permite funcionar assim: nós fazemos uma atividade, por exemplo, a semana desportiva, que está no “contrato programa”, fazemos a atividade, juntamos as faturas todas até ao valor que (...) [a IES] tinha dito, enviamos para eles, eles verificam (“ok, sim senhora, efetivamente este dinheiro que está no “contrato programa” para a semana desportiva está aqui nas faturas que foi gasto na mesma”), e transferem-nos o dinheiro, pronto. Agora funcionamos assim com (...) [a IES], a não ser casos excecionais que seja um montante muito grande, que pedimos em avanço e depois mandamos as faturas, normalmente, até mandamos o comprovativo de que tivemos a despesa antes. Mas pronto, de uma forma ou de outra, é também muito semelhante ao IPDJ, para cada atividade – faturas. (...) [E a relação entre Direção da IES e a Associação de Estudantes, olhando também para a realidade das outras Associações, achas que pode influenciar o modo como as AEs operam? Sendo mais ou menos éticas, sendo mais ou menos transparentes...] Eu... Talvez... Não acho que seja nessas áreas que a relação mais impacta, ok? Impacta mais no boa funcionamento das coisas e tudo mais. Pode impactar nesta questão dos apoios, principalmente em Faculdades cujo apoio a nível financeiro seja bastante grande, ok? O rigor, e aquilo que estavas a dizer do pedir faturas, pedir isto, pedir aquilo, ou o ser na base da confiança e no que está “apalavrado”, pode ajudar, sim, porque se a Faculdade exigir à Associação faturas e for efetivamente verificar se está tudo em conformidade, tudo mais, é mais um organismo que regularmente está a verificar, pronto... Acho que nesse aspeto sim, mas não sei... se... porque há muitas Associações cujo apoio financeiro das Faculdades não é assim tão grande, percebes? E, portanto, pode não ter o maior impacto, mas tem sempre um ponto positivo, claro.”</p>
Entrevista 2.	<p>“Por acaso, nós nunca fizemos... já estou na Associação há 4 anos, mas era colaborador no início, não contactava, fazia só aquilo que era delineado para fazer, mas não tenho conhecimento que nós nunca tenhamos feito esse tipo de prestação de contas... (...) Nós não fazemos prestação de contas com a Direção da Escola... (...) Corre bem, mas isso deixa-me um bocadinho curioso sobre a questão, porque não é suposto, acho eu. São estruturas completamente, a única interação financeira que nós temos é aquilo que está definido na lei, que a escola tem de dar um milésimo daquilo que recebe à Associação de Estudantes, mas também não está previsto contas sobre como é que esse milésimo é gasto... Acho um bocadinho estranho esse tipo de coisas acontecerem. Não estou a dizer que é mau, até pode ser uma boa prática e pode correr bem. Mas é curioso nós cá nunca costumamos fazer esse tipo de prestação de contas à Direção da escola. Quanto muito, na minha ótica, fazia sentido prestar sobre esse milésimo que foi gasto, agora sobre toda a gestão da Associação (...) Ah! Isso faz sentido. Podia ser uma boa prática a adotar aqui também, então..”</p>

Entrevista 3.	<p>“Não, à Reitoria nós recebemos uma tranche muito mais pequena, que é cerca de 1,20€/1,5€ por aluno, mas a eles nós não prestamos contas. Ou seja, pelo menos na nossa Associação e no Técnico também sei, também é uma realidade muito próxima da nossa, e falo muito com o Gonçalo sobre isso, nós temos muitos funcionários, nós temos muitos funcionários, então grande parte se calhar desse dinheiro da Reitoria acaba por ser para pagar alguns salários e etc., ou subsídios de férias nos meses de verão. Mas não há essa coisa de prestar contas, porque é um extra para as coisas da Associação, desde funcionários, a papel, por exemplo... mas da parte da Reitoria não há essa parte de prestar contas, embora nós nos nossos relatórios se coloque o dinheiro da Reitoria e se aplique pelo menos uma ideia onde vai ser alocado, por exemplo, a salários, ou vai ser alocado, sei lá, a fornecedores, etc. Nós fazemos essa alocação nos nossos relatórios. Ou seja, aos nossos alunos nós damos esse parecer. Ou seja, nas nossas RGAs e nos nossos pareceres do Conselho Fiscal esse dinheiro está alocado corretamente a alguma coisa. Para a parte da Reitoria, eles não recebem qualquer informação, mas também não nos é pedida.”</p>
Entrevista 4.	<p>“O apoio da Universidade de Lisboa depois aparece sempre no relatório de contas e nós temos cuidado de tentar ser o mais minucioso aí possível e pronto... (...) Mas sim a nível da Universidade de Lisboa... a meu ver, lá está, se a Universidade quisesse adotar um registo (e agora em meu nome) como o do IPDJ e quisesse uma fiscalização do género “nós enviámos este x, foi utilizado para quê” não via qualquer problema, por exemplo, da nossa parte em justificar. Agora, não mantendo há 2 visões: uma visão de que a Reitoria tem uma confiança nas Associações de Estudantes importante e confia que o dinheiro vai ser bem utilizado e que vão justificar nos meios internos, ou então pronto tem outra visão que simplesmente de ainda não haver pedido de fiscalização maior. Eu acho que é um modelo que num mundo ideal seria o desejável, ou seja, eu confio nas Associações de Estudantes, os Dirigentes – mas aqui, lá está, estou a ser um bocado idealista (risos), como a prática ainda não é muita o ideal é que impera ainda nestas coisas (risos). Pronto, que uma Associação de Estudantes é órgão de confiança, nós damos um apoio e acreditamos que esse apoio vai ter bom uso. Mas pronto eu acho que se a Reitoria quisesse implementar esse modelo não haveria qualquer problema em começar-se a justificar esse apoio, porque é um apoio importante que acho que (a não ser que esteja a cometer aqui um grande erro), acredito que não haja problemas em justificar se eles quisessem fazer essa linha. Agora, eu acredito é que na linha como estão também estão a dar uma mensagem clara de “nós confiamos, não é preciso justificar”. (...) Eu, por exemplo, a visão que eu gosto mais é aquela espontânea e genuína de eu vou prestar contas. Pronto, nós como não temos muito essa cultura porque... ah, porque eu acho que isso também passa por um contacto direto da Faculdade. Nós não temos apoio da Faculdade, por isso não temos muito aquela lógica de... temos outro tipo de apoios pontuais que são justificados diretamente à Faculdade mas não é o bolo. Nós não recebemos um x anual da Faculdade...”</p>
Entrevista 5.	<p>“Sim, sim, sim... (...) Nos relatórios de contas, sim, sempre. (...) Imagina, muitas das vezes há uma prática de transparência... Imagina que a faculdade diz “olha vocês têm aqui cinco mil euros para fazer esta atividade”. Se tu só gastas três mil euros, eu pessoalmente sou da opinião de que o que tu não gastas devolves, porque isso já mostra boa-fé (ou seja, não queres ficar com o dinheiro, não precisas). Eles deram cinco, tu gastaste três, os dois vai para trás, percebes? Como nós estamos sempre em contacto com estas entidades, especialmente com a Faculdade, etc., geralmente, há sempre uma prestação de contas porque as próprias entidades estão atentas onde vai ser alocado o dinheiro. E depois claro estão atentas às nossas RGAs, isso é uma coisa que até outras faculdades, isso foi uma coisa que me apercebi quando me tornei presidente, leem exaustivamente as atas das nossas RGAs. Portanto, é engraçado.”</p>
Entrevista 6.	

Tabela 21. Fiscalização (interna e externa) das AEs/AAs

Problemática	Fiscalização das AEs/AAs
Entrevista 1.	
Entrevista 2.	<p>“[achas que faria sentido haver um organismo independente ou por parte do Estado que fizesse essa fiscalização?] Eu inicialmente tendo a responder não, apesar de ser uma boa questão. Acho que não porque... quanto muito haver... pronto, tu dizes que já existe o Tribunal de Contas que fiscaliza aquilo que provem do IPDJ, pronto. Nós também, qualquer Associação de Estudantes também recebe dinheiro que vem da Direção da sua própria escola que é um milésimo do orçamento e esse dinheiro, pelo menos por lei, não tem de ser fiscalizado. Depois também recebemos público, digamos assim, da Universidade de Lisboa, que está definido por lei que é, salvo eu, 1€ por estudante que a Associação representa (no nosso caso, 13 mil euros, é fazer as contas) ... deixa-me ver que há mais algum financiamento público que nós recebemos, só para te dar uma resposta concreta... é IPDJ, Direção da Escola, Direção da Universidade de Lisboa, portanto, creio que não há mais dinheiro público. Creio que a haver um organismo desse tipo faz sentido para os dinheiros que provêm de financiamento público, no caso das Direções das Faculdades, das Universidades e no caso do IPDJ – mas isso já é visto pelo Tribunal de Contas – a esse tipo de financiamento só. Agora para o financiamento que a Associação arranja ou obtém via privados, chamemos-lhe assim, porque funciona como uma empresa privada noutro sentido, acho que não faz muito sentido, porque não faz muito sentido haver este tipo de fiscalização daquilo que é a vertente empresarial da Associação, como não faz sentido haver de qualquer empresa privada no nosso país haver uma fiscalização desse tipo, tão direta sobre as contas de cada estrutura deste tipo. Acho eu que é isto a minha resposta. (...) É isso, podia haver um apoio do IPDJ para fomentar aquilo que são este tipo de auditorias nas Direções, porque são coisas muito dispendiosas, que por si só muitas vezes já não partem da Direção da Associação, partem da Direção que chega lá depois e “olha, isto está mal, vamos fazer uma auditoria” ... Portanto, haver esse tipo de apoios do IPDJ para fomentar esse tipo de auditorias, esse tipo de aconselhamento, esse tipo de propostas acho que era bom. Agora haver uma estrutura que fiscalize os dinheiros “privados” da Associação acho que não faz muito sentido, como não faz sentido para as outras empresas no nosso país e no mundo... não quer dizer para garantir a independência da Associação mas acho que não deve competir a uma entidade estar a fiscalizar sobre os dinheiros privados de uma Associação, acho que não é uma coisa que faça muito sentido na minha cabeça. Acho que, lá está, repetindo aquilo que eu disse, fomento desse tipo de práticas junto do IPDJ, de financiamento de auditorias, de aconselhamento, e até podia haver, pronto, nós (não sei se acontece noutras Associações) temos sempre algum contacto próximo com o IPDJ quando tomamos posse, nem que seja só para atualizar aquilo que é a plataforma com os nossos dados no RNAS, para atualizar os nossos dados no IPDJ, etc., e podia partir do IPDJ no início do mandato de cada nova Direção haver algum tipo de recomendação “olhe, há este tipo de apoio, para este programa, para este tipo de apoio para auditoria se sentirem que é necessário há a recomendação para fazer uma auditoria com este tipo de apoio fornecido pelo IPDJ”, podia haver este tipo de fomento logo no início de cada mandato, mas pronto (...)”</p>

<p>Entrevista 3.</p>	<p>“Em primeiro lugar, é mesmo preciso... nós temos visto um declínio de interesse por parte dos estudantes nos últimos anos, principalmente pós-covid, é mesmo importante que os alunos percebam que o trabalho desenvolvido pelas Associações de Estudantes é para os interesses deles, é uma defesa da experiência dos estudantes do Ensino Superior, portanto, realmente parte deles a necessidade de tentarem fiscalizar as coisas e de, acima de tudo, serem whistleblowers caso percebam que alguma coisa não está bem nas Associações. Se calhar não têm a capacidade para fazer certas, certos reparos, ou coisas desse género, mas têm capacidade de falar e de realmente serem delatores de alguma coisa que não lhes pareça bem na parte da sua defesa. Mas há mesmo uma necessidade estatal, governamental de estas coisas serem realmente fiscalizadas, porque se virmos bem da nossa parte recebemos 30 mil euros do IPDJ, mais cerca de 30 mil euros (...) (da IES), mais a Reitoria da ULisboa. Ou seja, nós recebemos 60 mil euros anuais por órgãos do Estado, ou seja, ok que nós apresentamos um documento com atividades para fazer e etc. e etc., se não o fizemos x percentagem das atividades vamos ter de devolver parte do dinheiro, mas os 30 mil euros da Reitoria (...) nunca são devolvidos, são dinheiros que são diretamente para o nosso bolso, muito mais para a parte mais chata, se calhar, do nosso trabalho, por exemplo, os salários e toda essa parte que, se calhar, nos faz crescer um bocadinho mais enquanto responsável porque tu do nada tomas posse, tens 5 ordenados para pagar, são 6 mil euros por mês, tu percebes que são ali 6 famílias que dependem do teu trabalho e tens essa responsabilidade perante essas pessoas que são os teus funcionários. Essas pessoas também podem servir de whistleblowers, mas acabam por criar grande afinidade às pessoas e se calhar isso acaba por não acontecer. Acho mesmo que é necessário a regulação de todos os dinheiros que entram nas Associações e que haja uma fiscalização bem determinada, seja por auditorias externas, seja por auditorias dos órgãos das Universidades, do IPDJ, etc.; é necessário que haja essa fiscalização para garantir que a sustentabilidade futura das Associações não é metida em causa por uma má gestão presente, ou por uma má gestão pontual num determinado ano. Portanto, acho que os estudantes devem ter sim a sua parte, afinal as Associações de Estudantes são deles e são para eles, mas é necessário que haja mecanismos extra para realmente serem feitas estas... avaliações, vá... de tudo o que é dinheiro público, que acaba por ser dinheiro público. (...) Se calhar, não necessariamente o IPDJ, isso depois também depende de organizações internas, mas acho que faz sentido darem esse contributo para a realização de auditorias. O IPDJ, por um ponto, dando o financiamento para os projetos, devia ser também ele o organismo fiscalizador da aplicação desses dinheiros. Digo isto também pela linha condutora das atividades, ou seja, são eles os financiadores, faz sentido que sejam eles que vão conseguir averiguar da melhor forma a aplicação de dinheiro. Mas é muito importante perceber que, hoje em dia, as Associações de Estudantes são, apesar de serem associações sem fins lucrativos, são empresas. Por exemplo, na AEIST, eles são uma empresa; eles têm fontes de rendimento absurdas que, se calhar, muitas pessoas não têm noção: a AEIST tem desde campos, tem campos de Padel que são alugados, todas essas coisas. Eles acabam por ser uma empresa e nós também. Nós temos estabelecimentos que são de venda ao público. São empresas.”</p>
<p>Entrevista 4.</p>	<p>“Quem é que tem de fazer essa fiscalização, a meu ver? São os próprios alunos com os colegas, sendo munidos de informação, começando aqui... lá está aquela questão da participação e da cultura, nós temos aqui um pequeno balão de ensaio que é: como é que os grupos se organizam, neste caso, dentro da Faculdade e depois que tipo de dirigentes é que escolhem. E eu fico muito satisfeito de sentir que a tendência que tem existido tanto na nossa Faculdade como eu sinto com outras (mais na realidade da Universidade de Lisboa que é a que eu conheço melhor), a tendência tem sido essa. Ou seja, eu sinto que há um escrutínio maior por força de maior informação que existe também, há um escrutínio maior de quem são os dirigentes, o que é que fazem, o que é que não fazem, se são alguém que é reconhecido, que não é reconhecido e, sou sincero, eu tive a grande felicidade, por exemplo, em questões de dinheiro nunca sofrer qualquer tipo de acusação.”</p>

Entrevista 5.	
Entrevista 6.	

Tabela 22. Medidas/mecanismos a adotar para promover melhor gestão

Problemática	Medidas ou mecanismos que poderiam fazer sentido para promover uma melhor gestão com maiores padrões de transparência, integridade e ética
Entrevista 1.	<p>“Eu acho que vai tudo partir muita da questão das Assembleias Gerais, dos relatórios, dos documentos que são apresentados e tudo mais, percebes? Porque, por exemplo, nós (este ano, então...) fizemos um esforço para descrever ao máximo tudo, tudo, tudo, mas não existe propriamente uma estrutura do que é um plano de atividades, um relatório de contas, ou tudo mais, legal e geral, percebes? E, por exemplo, o do ano passado... O relatório de contas é diferente porque acabas por ter de elencar todas as despesas que tiveste, não é? Mas quer dizer... eu não tenho noção das outras AEs, porque não é uma coisa que eu ando a ver, se é tudo muito descritivo ou não; se, por exemplo, tens despesas e gastos por eventos; se tens, ah... ok, não, eu gastei, mas gastei nestas coisinhas... ah... não sei, acho que, se calhar, isto podia ser útil não só para transparência, mas porque eu acho mesmo que a questão da transparência pode mexer muito com a ética, mas às vezes pode não mexer com a ética. Pode mexer mesmo com as pessoas não saberem como, pronto... E, portanto, não saberem como expor a informação. E eu acredito que para muitas Associações de Estudantes isso seja complicado... tanto pelo seu tamanho, como por aquilo que eu também disse que é: a área de conhecimento não é aquela e, portanto, dão-lhes de repente dinheiro para organizar e sabem lá eles como é que é a forma melhor e que ajuda mais a interpretação, pronto. Eu acho que, se calhar, haver, mesmo que não seja um modelo obrigatório, mas um modelo recomendado podia ajudar... E depois, pronto, lá está... não sei até que ponto fazer auditorias quase regulares, ou haver algum mecanismo de fiscalização... quando eu digo regular, atenção, não precisa de ser anual, mas de 2-2 anos, 3-3 anos, 5-5 anos, o que fosse... eu não sei até que ponto é que isto é exequível, porque há muitas Associações no país mesmo, não é... Aliás, acredito que seja por isso que também não existem mais. Mas é muito difícil, acho que é uma coisa muito difícil porque é uma coisa muito orgânica e, ou existe uma cultura ali dos estudantes quererem saber e quererem perguntar, e (...) [nesta Faculdade] eu acho também que é muito difícil para um dirigente esconder muita coisa por causa disso, mas acredito que noutras AEs que nós sabemos... Há Faculdades em que as assembleias gerais são perto de nada representadas, participadas. E, portanto, se não há massa crítica a perguntar e a questionar mais facilmente vai para lá um dirigente menos ético, que tem essa liberdade, pronto. Eu acho mesmo que há Faculdades que esse é um risco maior do que outro. Mas agora de repente pensar... é que depende muito porque não dá para tu dizeres “vamos aplicar: todas as entidades privadas que apoiam uma Associação de Estudantes têm de exigir faturas”. ‘Pá’ certo, mas como é que tu controlas isso depois? Não sei...”</p>
Entrevista 2.	
Entrevista 3.	
Entrevista 4.	

Entrevista 5.

“[Achas que estas sugestões que vos foram dadas na auditoria são boas para aplicar noutras associações?] Algumas, sim... Imagina, algumas sugestões são aplicadas numa escala um bocadinho mais superior, percebes? Superior, do género, é uma coisa muito mais mecanizada. Há outras que se podem aplicar numa fase inicial, como é lógico. Olha, eu acho que tem de haver proatividade por parte dos dirigentes e não estar à espera... empreendedorismo, ou seja, não estar à espera sempre de dinheiros públicos, dinheiros privados, não. Quando se organiza um evento, quando se organiza uma atividade, tu tens de pensar a atividade, tens de pensar o lucro da atividade, ok? Tu tens vários núcleos... Por exemplo, nós aqui na Associação, e em outras Faculdades também o têm, têm vários núcleos... Depois a distribuição é diferente... Tens a Associação Académica, depois tens o núcleo de Administração Pública... Os nossos núcleos são diferentes, nós temos núcleos de atividades, mas, de qualquer das formas, transpondo um bocadinho para as outras Associações, que é isso que tu queres, a Associação Académica muitas vezes financia os outros núcleos, e eu e o meu Tesoureiro temos uma visão muito particular em relação a isto, que é: nós vamos te financiar, mas as tuas atividades têm de trazer lucro para o teu departamento, para o teu núcleo, para que tu não dependas inteiramente da Associação, ok? Não haja essa exclusividade, que nem sequer é boa para os núcleos porque eles depois ficam dependentes se a Associação gosta ou não, ou se financia mais este ou aquele... Portanto, tem de haver uma proatividade e empreendedorismo por parte das Associações, dos núcleos, de não ficarem dependentes, nem do que está acima, da Associação Académica ou da Associação de Estudantes, nem de dinheiros públicos ou de dinheiros privados, de haver uma proatividade que consoante as atividades haja uma gestão de tudo o que tu gastes, de tudo o que tu ganhes, que não seja algo feito em cima do joelho... tem de ser coisas pensadas, se vais fazer uma atividade tens de pensar no lucro, nas despesas, no investimento, isso é fulcral, ou seja... depois a questão de gerir dinheiros públicos/dinheiros privados isso vai depender de cada realidade... posso falar da minha, posso dar alguns conselhos... eu só posso falar da minha realidade, porque eu sei como é que eu giro o dinheiro que recebo, como é que eu giro o dinheiro que produzo, cada um deles falará por si, a única coisa que eu diria era de forma responsável e tentar rentabilizar esse dinheiro da melhor forma possível, ou seja, recebes 100, investe 30 para algo que te possa trazer mais 200... aprendam a investir dinheiro em coisas que vos possam trazer lucro, é importante. [E, por exemplo, achas que pode existir algum organismo, mesmo junto do IPDJ, que possa auxiliar melhor as AEs? Na ótica da sua gestão financeira, ou até mesmo para criar...] Ok... vamos dividir aqui uma coisa: uma coisa é um aconselhamento, outra coisa é eles regularem a nossa gestão. Eu sou muito apologista da nossa autonomia, ou seja, tudo o que seja eu fazer, eu assinar, eu realizar, a minha prática... Eu acho que estamos numa fase, outra vez, e isto até é um bocado... porque, olha, aqui em 1972 [pega num livro] o que se pretendia era a permissão e nós agora estamos a chegar a uma fase outra vez de proibição, e isso não se percebe, especialmente aqui nas faculdades. O que se pretende é a renovação e tudo o que seja para proibir isso não me faz sentido... O que me faz sentido é... a gestão fica fora disso, vocês têm a vossa autonomia, vocês é que sabem, isso é muito importante, e depois respondem bem ou mal perante os vossos associados... porque tu tens uma responsabilidade financeira aqui, ou seja, se eu não fizer as coisas bem, de acordo com a lei, ou de acordo com as normas éticas da Faculdade e da Associação, eu vou responder perante os meus associados, vou responder criminalmente, não é? Portanto, não é algo que nós levemos com tanta leveza. Agora, se deve haver um aconselhamento? Acho que era bom, para algumas associações, para também não ficarem tão dependentes das Federativas, talvez, para também não ficarem tão dependentes de organismos que tentem manipular ali opiniões ou atuações, acho que devia, como é lógico, um aconselhamento. Eu até acho que devia haver era uma aproximação maior entre faculdades, porque nós podemos aprender tanto uns com os outros, que partilhar um bocadinho de conhecimento nunca é mau. [E achas que as Associações e as Federações Académicas são boas para isso?] São, são em certos aspetos. Eu acho, por

	<p>exemplo, no que toca a facilitismos, eu acho ótimo. No que toca a fóruns de discussão em debate acho que nós temos, por exemplo... essas Federativas retiram um bocadinho o que é o objetivo dos ENDAs, vamos imaginar, ok? desses fóruns de discussão de associações. Porque depois criam-se lobbies, Inês... e eu não sou muito... sabes que eu sou assim meio apartidária, não sou muito favorável a lobbies, e quando fazes parte de uma Federação fazes parte de uma casa. E, querendo ou não, o teu espírito crítico, a tua sensibilidade crítica acaba muito por ser influenciada por fazeres parte ali duma casa, e eu gosto de pensar por mim. Nós aqui gostamos de pensar por nós e dizer “se calhar, nós concordamos contigo aqui, discordamos contigo aqui” e não faz mal, ok? Não temos de dizer sim, sim, amém, amém a tudo só porque fazemos parte da mesma Federação. Eu acho que é muito assim... Não é que isto aconteça em todas... ou seja, que seja recorrente ou não. Eu sei que acontece, pontualmente. Não estou lá dentro, portanto, é algo que nós sabemos através do que nos contam, do que nos dizem, etc. Eu, por exemplo, agora dou-me muitíssimo bem com o presidente da FAL, com o João Machado, por acaso temos uma relação boa e vamos trabalhando em conjunto, ele já sabe que nós não vamos entrar, é óbvio, pode tirar o cavalinho da chuva, como eu lhe costumo dizer. E até é uma coisa que nós brincamos bastante, mas porque eu gosto muito da nossa autonomia, e eu acho que as Associações devem prezar a sua autonomia, o que não devem desperdiçar... a ajuda, o aconselhamento, e se calhar uma AL, ou a FAL, ou a AUL.... AUL por acaso não, neste aspeto não... mas mais, por exemplo, a FAL, que é a que tem assim maior dimensão, como é lógico não se deve desperdiçar contactos nem ajudas, especialmente se fazes parte da casa, como eu costumo dizer. [E este aconselhamento, não sendo dado pelas associações e federações académicas, poderia ser dado por quem? Pelo IPDJ?] Ah... Olha, por acaso foi uma questão que eu não tinha pensado. Deixa-me ver aqui... Pelo IPDJ, eu acho... é assim, há uma necessidade grande de rever o RJIES, grande. E depois entra-se aqui numa fase um bocadinho perigosa que é: tu podes ter um aconselhamento, mas até que ponto é que isso não passa rapidamente para voltar a restringir aqui a tua autonomia. Não é que eu tenha medo dessa questão, até porque eu acho que é completamente inconcebível, mas eu acho que se podia criar um conselho consultivo, por exemplo, das associações, um conselho consultivo... pode ser pela Universidade, acho que até devia passar mais pela Universidade e aproximar as Associações da Reitoria, que este ano já têm sido um bocadinho mais aproximadas, do que propriamente pelo IPDJ. Acho que o IPDJ pode ter um papel importante na altura das candidaturas, ou seja, ser um bocadinho mais disponível e ajudar um bocadinho mais, porque eu tenho várias Associações a pedirem-me “Ah, qual é que é o modelo do IPDJ? Como é que vocês fazem?”. Ou seja, acho que devia haver ali efetivamente, como disseste há pouco, uma linha de apoio, na ajuda da candidatura ao IPDJ. Acho que deve partir, se calhar, das Universidades de haver... ou seja, em vez de teres... esta é uma ideia um bocado irrisória... estamos aqui a pensar num provedor do estudante, teres um provedor das Associações, percebes? Mas que não mexa na sua autonomia, isso é muito importante.”</p>
Entrevista 6.	

Tabela 23. Medidas - código de conduta

Problemática	Existência de um código de conduta
Entrevista 1.	“Ah... não propriamente.”
Entrevista 2.	“Não, acho que não”
Entrevista 3.	“[e vocês adotaram algum código de conduta, por exemplo?] Restringimos um bocadinho mais tudo relativo a financiamento das campanhas, ou seja, hoje em dia tens de mostrar faturas, ou seja, tem de ser tudo mesmo declarado como deve de ser... os recibos têm de ser feitos para quem dá dinheiro como se fosse doação e todas as faturas têm de ser passadas como deve de ser. Portanto, sim houve uma maior restrição da forma como é aplicado o dinheiro e toda a conduta... ah... precedente disso. [Sim, mas, porventura, a existência de um código de conduta para os próprios dirigentes académicos?] Não”
Entrevista 4.	“Nós temos uma ferramenta informal que nós usamos que é o regulamento interno que é aprovado na primeira reunião de Direção em que sinceramente as questões de ética não são muito discutidas. São mais as questões de funcionamento mesmo interno e de, pronto, cada Departamento saber o que tem de fazer, até mesmo quem está nos órgãos... pronto, nós aí temos os Estatutos que está lá salvaguardo que cada membro da Direção responsabiliza-se pelas suas ações e não temos mais nada para além dos Estatutos que... contemplam isso e mesmo os Estatutos não têm nada muito aprofundado sobre a ética e sobre código de conduta de uma Associação de Estudantes, porque aí eu posso-te dar (esta é a minha opinião pessoal e não vincula a Associação e os outros dirigentes)... eu gosto de me reger muito pelo princípio (que é aqui que é idealista) da ética republicana. Ora se uma pessoa se candidata tem consciência que tem de cumprir as suas funções com zelo, com o juramento que nós fazemos quando somos embaçados – com zelo, [imperceptível] assiduidade, responsabilidade – e não são palavras que nós temos simplesmente de dizer antes de assinar o papel e depois perdem-se no tempo. Efetivamente a meu ver são palavras que têm de ter algum significado e eu como sempre me regi por essa consciência de que pelo princípio da ética republicana nós todos participamos com consciência do que é a rege pública, do que é a gestão pública e do que é que é o comprometimento com os nossos colegas e aqui é um plano que é quase uma Junta de Freguesia (riso)”
Entrevista 5.	“Tu tens o regimento da Direção, tens o regimento da Mesa, tens... isto depois vai dependendo muito de pessoa para pessoa, sabes Inês... de dirigente associativo, para dirigente associativo. E é este o único problema da rotatividade, é que tu não consegues prever quem é que vem. É a imprevisibilidade de dirigentes, de feitos, de ideias... a renovação jovem é boa e traz uma juvenilidade para os funcionários, para a Editora, para as atividades, para as ideias... porque a verdade é que as mentalidades é a coisa mais difícil de se mudar... Mas aquele caráter de imprevisibilidade de dirigentes, de quem vem gerir uma Editora, de quem vem gerir esta Associação em específico, é assustador. Mas depois também pensas: se estás cá tu, os outros também não foram assim tão maus, se calhar... com calma, tens de confiar nas pessoas. (...) Tu tens o regimento de mesa e fiscal, mas há códigos, procedimentos que tu podes deixar estipulados e aprovados seja em... Há códigos de conduta que... Imagina, vai sair aqui uma obra que não sai no meu mandato, que vai sair no próximo mandato, tu podes estipular já quantas tiragens é que vão sair, qual vai ser o pagamento, ou seja, há uma continuidade de trabalhos.”
Entrevista 6.	

Tabela 24. Medidas - princípios nos Estatutos

Problemática	A Integridade, Transparência e Democraticidade nos Estatutos
Entrevista 1.	“Sim, os Estatutos acabam por ser a base, porque fala da transparência, da democraticidade, pronto, e acaba por ser um bocadinho a base... não é propriamente um código de conduta...”
Entrevista 2.	
Entrevista 3.	
Entrevista 4.	
Entrevista 5.	
Entrevista 6.	“[por exemplo, nos vossos Estatutos vocês têm um conjunto de princípios... O princípio da transparência ou da integridade está contemplado?] Sim, sim.”

Tabela 25. Medidas - existência de órgão de controlo

Problemática	Existência de um órgão de controlo (Conselho Fiscal ou outro)
Entrevista 1.	<p>“Fiscal é um membro da Direção. E, por exemplo, falando no Conselho Fiscal, acaba por ser esse um bocadinho o papel deles, não é? Por exemplo, não sei se é assim em todo o lado, mas o que eu acho que é o processo (e, pelo menos, é isso que nós fazemos) é: nós enviamos até antes tudo o que é relatórios intercalares e tudo mais; enviamos antes de ir para a mesa e para os alunos, enviamos ao Conselho Fiscal. Muitas vezes, ou se não forem 100% das vezes, na boa, 80/85% das vezes há dúvidas a serem retiradas, eles mandam-nos as dúvidas, ou ligam-nos ou marcamos uma reunião, o que seja. Tiramos as dúvidas, há coisas que é uma questão de clarificar, outras coisas que é “isto está efetivamente mal”, “falta-me isto” ou “falta-me aquilo”, “esqueci-me desta informação” ou “esqueci-me daquela informação”. E depois só vai para os alunos nessa altura. Também sei que há umas [Associações] que vai ao mesmo tempo – vai para os alunos e para o Conselho Fiscal – o que também é válido, pronto. Acho que é uma questão depois de perspetiva do que é que é o mais correto, mas acho que é dúbio o que é o mais correto, acho que é indiferente e, na prática, é um bocadinho indiferente. Portanto, não sei até que ponto outro órgão que vá fazer a mesma coisa resolve. E depois sendo estudantes volta-se outra vez ao mesmo problema: não são entidades certificadas, servem... o facto de serem órgãos que já são independentes da Direção e, portanto, já são mais imparciais do que a Direção que está a executar, já tem esse objetivo da imparcialidade, mas quer dizer... eu já vi Conselhos Fiscais de muitas AEs, incrível, superatentos, super a questionar, super... mesmo ao pormenor. E já vi órgãos Conselhos Fiscais que eu ponho as mãos no fogo em como não leram o Relatório, e que dizem que está tudo bem e que, pronto, vale o que vale... Está muito dependente da pessoa e, portanto, acho que não... Acho que se é para fiscalizar e se é para ter esse controlo, e um controlo válido, porque é assim... Imagina... Eu não sei, porque não estava cá, mas nessa questão, por exemplo, da AE de Direito e tudo mais... não sei até que ponto é que o Conselho Fiscal teve qualquer tipo de responsabilidade imputada, não é? Porque o que é que vale aquele parecer a nível legal? É um estudante que viu que as contas estavam a bater bem, pronto. E não reparou que havia ali uma fraude. Não sei até que ponto é que vai ter nível legal de muita validade, a minha dúvida é mais essa. (...) E, por isso, eu também não sei... lá está, porque: 1.º já existe o Conselho Fiscal, portanto, teoricamente, esse órgão já existe, esse órgão fiscalizador e 2.º mesmo que se criasse outro com aqui uma... Há Associações que têm um Conselho Fiscal e Disciplinar, uma coisa assim... que fosse assim mais para analisar... mas, lá está, na realidade é o Conselho Fiscal, mas eu não sei se é a solução, porque depois não há validade legal nenhuma, não é? Não é? Como quem diz.”</p>

<p>Entrevista 2.</p>	<p>“Não, não temos... quem faz a gestão financeira da Associação, que eu nem sequer lhe chamaria tesoureiro, é o tesoureiro que é mais uma espécie de diretor financeiro... [Vocês não têm um Conselho Fiscal, ou assim?] Temos um Conselho Fiscal, mas lá está é ver o relatório de contas na Assembleia Geral de Alunos e dão um parecer sobre o relatório de contas, não faz uma fiscalização muito rigorosa ao longo de todo o ano... percebes? Faz aquilo que está definido nas suas competências e aquilo que está definido nos Estatutos que é... lá está, sempre que quiserem podem pedir uma reunião connosco, e têm esse tipo de competência e para tentar fiscalizar mais perto, mas por acaso não tem sido tradição haver um Conselho Fiscal que durante uma data de tempo esteja muito próximo da Direção a escrutinar, fiscalizar, etc. É mais só naqueles momentos estipulados nos Estatutos que é, ou seja, no relatório intercalar de contas e atividades, passagem de posse e depois relatório de contas e de atividades final em que há um escrutínio e aí uma fiscalização.”</p>
<p>Entrevista 3.</p>	<p>“Supostamente, os Conselhos Fiscais que são órgãos independentes da Direção devem ser capazes de o fazer e devem ter a capacidade moral de se desviarem dos assuntos das Associações. O que é que acontece? É que, normalmente, o Conselho Fiscal é a morte associativa para muitas pessoas, ou seja, começaram na Associação, foram Presidentes ou Vice-Presidentes da Direção e vão acabar no Conselho Fiscal para acabar a sua vida associativa. Portanto, isso aí torna problemática toda a situação. Fazer uma auditoria paga acaba por ser uma coisa muito penosa que se fosse obrigatório por lei, e sinceramente deveria ser a cada 2 anos/5 anos, devia ser financiada por mecanismos governamentais, para realmente se poder averiguar, como deve de ser, como é que as coisas são feitas. E realmente... Nós podemos tentar fazer auditorias internas, mas há muita coisa que vai escapar, muitos de nós não têm capacidade para fazer uma auditoria interna. Se calhar, nós que estamos numa escola de gestão, de economia somos mais capacitados, mas acabaria por acontecer que certas Associações não seriam capazes de fazê-lo da maneira mais correta. Portanto, fazer mal mais vale não fazer, sinceramente. Porque é mais fácil manipular todos os resultados e tudo o que sai dali.”</p>

<p>Entrevista 4.</p>	<p>“Relativamente a esse órgão, eu é assim... nunca refleti muito bem sobre isso, mas eu acho que nós agora estamos com uma experiência federativa mais forte. Eu acho que aí passava pelo reforço do reconhecimento das estruturas federativas e de essas mesmo sem ferir os associados a quem prestam contas diretamente que pudesse, se houvesse alguém, ou seja, um provedor da Federação Académica de Lisboa ou da Associação Académica de Lisboa (as outras que estão fora têm outro tipo de fiscalização)... mas um modelo experimental a meu ver seria assim, ou seja, uma Federação ou Associação Académica começar por fazer esse balão de ensaio de que tipos de apoios é que podem fazer anualmente, querem fazer uma auditoria como... porque é o que acaba por acontecer através do contacto com outras realidades (nós ainda temos pouco, mas temos algum que é muito reconhecedor), mas por força do contacto com as outras faculdades é que se pode fazer. Acho que aqui seria um bom modelo de meio termo onde não se iria pôr em causa a autonomia das Associações de Estudantes, porque neste momento até já o Provedor do Estudante da Universidade de Lisboa há quem questione a sua legitimidade, havendo aqui outro órgão fiscalizador independente poderiam surgir aqui algumas questões. Por isso, eu acho que a nível de estruturas federativas podia haver essa fiscalização e esse acompanhamento, do género “como é que estão” ... porque eu acho que é sempre diferente nós começarmos com aqueles que elegemos, ou seja, numa Associação de Estudantes, a Associação de Estudantes (...) apoiou o João Machado a ser Presidente da Federação Académica de Lisboa. Foi eleito, ou seja, presta contas perante nós enquanto associados. Se este órgão eleito que presta contas, nós pagámos quotas (pondo aqui à escala como os nossos associados connosco) disser “olha, nós vamos criar aqui como balão de ensaio uma estrutura...” nem precisa de ser uma estrutura pode ser mesmo dentro da Direção-Geral um departamento, que já existe o de Administração que dá esse apoio e que faz formação... mas pronto um elemento que possa aqui fiscalizar eu acho que seria uma experiência que iria ser mais bem sucedida porque não iria ferir tanto em vez de uma entidade reguladora externa, porque eu acho que aí a Federação conseguia prestar contas às entidades estatais que fosse preciso ou até mesmo em situações mais complicadas reportar. Pode por [incompreensível] aqui a questão da promiscuidade porque como são Federações e Associações, mas eu acho que aí entramos numa discussão que no mínimo não faz sentido, porque se começamos com a promiscuidade com tudo nenhum dos órgãos funciona e eu acho que por aí não se consegue nada. Por isso, a haver essa entidade... por exemplo, a Federação Académica de Lisboa está divida por colégios pode experimentar ao nível colégio da Universidade de Lisboa, pode experimentar ao nível do colégio da Universidade Nova, pronto, que já são estruturas diferentes e a meu ver havendo esse modelo fiscalizador seria mais bem recebido, na minha opinião. Eu acho que não da nossa parte, porque se houvesse da parte do Ministério da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior, por parte do IPDJ, por parte da Reitoria, por parte da própria Faculdade quisessem criar – o que seria em princípio muito bom! Eu sei que parece mal, mas seria bom porque valorizava as Associações de Estudantes ao ponto de sentir que as têm de fiscalizar mais, por isso (riso) há visão negativa, copo meio cheio, copo meio vazio. Aqui acho que seria um copo meio vazio porque iam estar a reconhecer a importância da boa gestão ao ponto de criar um órgão próprio para o efeito, mas eu acho que partiria sempre (ao nível de balão de ensaio) ver como é que esta comunidade se organiza internamente, mesmo a nível das suas estruturas mais abrangentes, e depois aí sim havendo essa fiscalização poderia passar...”</p>
<p>Entrevista 5.</p>	

Entrevista 6.	<p>“Temos (...) Não, não funciona bem. Temos, não funciona bem... (...) Não funciona bem porque, supostamente, quem está nesse cargo tem de efetivamente regularizar todos os investimentos e tudo o mais. A mim só funcionou bem no último ano e funcionou bem porque efetivamente a pessoa que eu escolhi para Presidente Fiscal era um rapaz que por sua vez trabalhava num banco, então ele tinha uma visão do que é que tinha de fazer, do papel que tinha de fazer. Porque nos outros anos eu tinha de explicar às pessoas, do género, “tu tens de ver as contas e tens de dar o teu parecer; não é aquilo que eu digo, é o teu parecer”. E isto às vezes era difícil de transmitir e, infelizmente, por exemplo, eu não tenho documentação do Conselho Fiscal. Tenho, por exemplo, nesse último ano em que estive, desse rapaz, porque lá está era uma pessoa que sabia, percebia, sabia o papel do Conselho Fiscal, então aí tinha um papel ativo nesse sentido.”</p>
----------------------	---

Tabela 26. Medidas - existência de um plano de riscos de corrupção

Problemática	Existência de um Plano de Riscos de Corrupção
Entrevista 1.	
Entrevista 2.	
Entrevista 3.	
Entrevista 4.	
Entrevista 5.	<p>“Prevenção de riscos de corrupção...? É, claro que sim... (...) É exatamente sobre o que estávamos a falar há bocado, adotando condutas e criando procedimentos e regimentos, é a única forma de o fazer. Mas é assim... Isto vai parecer um bocado estranho, mas a verdade é esta, e se alguém te disse o contrário está-te a mentir, porque isto vai depender da tua boa vontade. Isto depende da boa vontade de cada dirigente associativo e do que é que tu queres para a Associação e para ti, porque tu tens dois dirigentes associativos: aqueles que metem a Associação à frente e que não se interessam muito com as repercussões que possam ter, e depois tens outros dirigentes que se metem a si antes da Associação – e aí esses já são mais perigosos.”</p>
Entrevista 6.	<p>“Enquanto eu fui Presidente, sim. (...) Era um plano interno... Não, nunca foi uma coisa assim nesse sentido (...) Mas era uma coisa que eu sempre disse... era uma coisa falada em Direção, em que era do género: se algum dia alguém roubar... era convidado a sair, obviamente. Era convidado a sair.”</p>

Tabela 27. Medidas - existência de procedimentos de controlo

Problemática	Sobre a existência de procedimentos de controlo (como, por exemplo, a realização de auditorias)
Entrevista 1.	<p>“Que eu saiba, não. Mas é possível que, lá está, naquela altura que eu te disse tenha havido para perceber mesmo a magnitude do problema, a dimensão do problema. Desde aí, eu acho que não. Mas também, lá está, isto já foi há 20 anos, portanto... eu tenho noção (...) [desta Faculdade] nos últimos 10 anos, vá. Nos últimos 10 anos sei que não; mais do que isso ‘pá’ desculpa mas não... (...) Claro, acredito que sim. Uma situação é: há uma dúvida, há uma questão, não temos a certeza. Ok, então passa a ser uma prioridade – “não, vamos trazer alguém externo para cá”. Mas no dia-a-dia... sim, é um encargo que acredito que a maior parte das Associações depois não o queira... Associações e, atenção, mesmo que isto vá a Assembleia Geral e que sejam os alunos a decidir e, portanto, não seja a Direção da Associação, acredito que seja um encargo que as pessoas vejam como nem sempre prioritário. Ou, pelo menos, umas vejam como prioritário, outras não, o que vai também tornar desigual e quer, vamos lá a ser sinceros, se fica completamente à vontade da Associação, se calhar as mais certinhas são as que vão ter mais interesse em trazer pessoas externas, pronto. Não estou a dizer que quem não torna isso prioridade obrigatoriamente está a ser corrupto, mas quer dizer se eu sei que estou a desviar dinheiro eu não vou fazer força para vir cá uma auditoria, não é?! Portanto, não sei até que ponto é que deixar as Auditorias ah... a não ser em exceções, como este caso de Direito, que eu acredito que efetivamente para eles seja bom, mas... na maioria das situações não acho que seja o.. nem é só melhor método, mas não é o método mais fidedigno, estar à espera que as Associações ou os estudantes tomem essa iniciativa. Nem é o suposto, quer dizer não é o suposto eu ser a pessoa responsável por pedir para verificarem se estou a fazer bom trabalho, não é? Pelo menos, na minha perspetiva, não devia ser assim. Agora, se as auditorias estão feitas com a regularidade que seriam necessárias, para ver se está tudo ok? Se calhar, não. Porque é que isto acontece? Também não sei, se calhar existe alguma flexibilização porque já se sabe que são estudantes e, portanto, há coisas que não vão estar certinhas. Não sei se é por isto, se é mesmo por falta de recursos, agora acho que não é sistema deixar à proatividade das Associações, não, não, não me faz muito sentido.”</p>
Entrevista 2.	<p>“Não te consigo responder muito bem... mas eu creio que houve uma auditoria, há 6/7 anos, também referente a alguns escândalos e algumas preocupações também houve uma auditoria e antes disso não te consigo responder [Antes disso deve ter sido a de 2001 (risos)] Provavelmente, exato... Não te consigo responder, porque não tenho conhecimento, lá está, não é uma coisa que eu por acaso já tenha falado com pessoas que tenham passado por cá ou com funcionários (por acaso, não foi um assunto tocado ainda, também tomei posse há 3 meses..). Não te consigo responder, não te consigo responder se é uma coisa frequente aqui, se é uma coisa cíclica... (...) É isso, podia haver um apoio do IPDJ para fomentar aquilo que são este tipo de auditorias nas Direções, porque são coisas muito dispendiosas, que por si só muitas vezes já não partem da Direção da Associação, partem da Direção que chega lá depois e “olha, isto está mal, vamos fazer uma auditoria” ... Portanto, haver esse tipo de apoios do IPDJ para fomentar esse tipo de auditorias, esse tipo de aconselhamento, esse tipo de propostas acho que era bom.”</p>
Entrevista 3.	

<p>Entrevista 4.</p>	<p>“Que eu saiba não. Pensou-se nisso quando foi a questão do Bruno, não se chegou a levar a cabo, ficou só o processo em tribunal que eu não sei como é que está, mas não se levou a cabo a prática da auditoria, porque como aí o apoio do Instituto e a fiscalização da parte deles é maior, ou seja, há aqui um respeito que é “nós deixamos-vos fazer a vossa gestão, mas se alguma vez sentirem que há alguma coisa a sair do controlo falem connosco e nós ajudamos-vos aí”, ou seja, não é só o apoio da contabilidade e o apoio jurídico, também há um apoio da Faculdade aí... ou então se eles mesmo sentirem que... lá está, é por isto que estes casos de corrupção fazem-me um bocadinho de confusão, porque as coisas comentam-se, as pessoas veem quando não se paga a um treinador, um funcionário comenta quando não recebe um vencimento – e estamos a falar de coisas sérias, porque estamos a falar do que uma pessoa precisa para viver, para pagar as suas contas, para o seu dia-a-dia, uma coisa normal, o mínimo... ou seja, se alguém está a prestar um serviço, é assinado um contrato, é remunerado com base nesse serviço. Por isso, eu acho que acaba-se mesmo por comentar e auditorias não têm sido muito feitas e eu acho que se surgisse necessidade, nós não pensámos nisso (estou a falar no nosso mandato a nível de contas passadas) se bem que nós não temos nenhum pudor com essa ferramenta legal, simplesmente foi uma questão que nós não avaliamos e alias não sentimos que fosse necessário, a haver uma auditoria seria o Machado a fazê-lo, por exemplo. O João fazia uma auditoria do mandato anterior, se ele achasse necessário, e o próprio Instituto acredito que pudesse promover, não se verificou a necessidade de utilizar essa ferramenta, usaram-se outras legais e acabou por se gerir assim. Por isso, nós não temos a ideia de fazer uma auditoria, foi algo que nós nunca refletimos sobre isso...”</p>
<p>Entrevista 5.</p>	<p>“Depende, eu acho que depende da situação financeira da Associação. Uma auditoria é uma coisa muito cara, Inês. Uma auditoria bem feita, porque esta foi 12 mil euros e foi mal feita, agora imagina uma bem feita, não é... Enfim... Depende... Eu acho que em situações... Deve haver auditorias constantes internas. E como é que tu fazes isso? Conselho Fiscal, que tem o poder, dependendo de cada Direção (o meu tem total abertura), e estamos a pensar alterar os estatutos, de fazer auditorias internas. É um órgão que tem de ser diligente, que tem de ir auditando as contas, que tem o conhecimento financeiro que tem (que nós não somos alunos de gestão, financeira, etc. (...)). Isso é uma sugestão e estava nos nossos programas – auditorias internas recorrentes. Ou seja, tu podes fazer uma auditoria interna no final do mandato, ou no final de 2 mandatos, ou de 3 em 3, mas o processo de auditoria interna é aquele processo de fiscalização preventiva que te falava antes. Auditorias externas, contratando uma empresa, é assim, é um gasto que, neste momento, te digo que não irei fazer, porque se fez há pouco tempo; que não compensa assim tanto, porque foi mal feito... tens de perceber qual o tipo de auditoria é que queres, porque tens várias... e depois pedes uma coisa a achares que é outra, esquece... e depois gastas 12 mil euros, ou 6 ou 7 mil euros, que foram mal gastos, poderiam ter ido para ação social, para salários, etc. Eu acho que deve haver um período, de 10 em 10 anos, 15 em 15 anos, acho que se deve fazer, para ver como é que estão as coisas... Ou naquelas questões mais complicadas, dúvidas, questões que se levantem mais graves, etc. Mas eu acho que nem todas as Associações conseguem suportar 12 ou 10 mil euros, 7 mil euros, por ano e fazer todos os anos uma auditoria. Eu digo-te que mesmo para nós era um gasto complicado para um documento de papel. Não sei se seria... E depois isto entra na gestão – é responsável? não é? Isto para mim é uma questão super irresponsável, andarmo-nos aqui a auditar todos os anos. Eu acho é que... por isso é que esta questão de ser responsável financeiramente tem muito que se lhe diga, porque aqui é que eu acho que o outro órgão tem de ter um bocadinho mais de poderio, percebes?”</p>

Entrevista 6.

“Olha, eu posso-te dar aqui o exemplo da Académica de Lisboa. É um mecanismo público, representa a grande, maior parte das Faculdades de Lisboa, mas se tu fores ver os problemas da Académica são problemas financeiros. A Académica tem um buraco gigante, uma dívida gigante, em que todos os anos nós andamos a correr contra o prejuízo e a apagar fogos. Na Académica de Lisboa já vi vários Presidentes a entrar e pessoalmente os últimos sempre quiseram fazer uma auditoria, porque sentiam, não é, porque chegavam como é que é possível uma Associação que faz a Queima (ok, que faz um investimento muito grande, mas depois tem um retorno muito grande), como é que não há dinheiro? E a conclusão a que eu cheguei é: para fazeres uma auditoria tens de fazer dinheiro e as AEs não têm dinheiro para uma auditoria a sério. Depois também tens outro problema que é, e eu olho um bocado nisto para a Queima, este ano quis ficar à frente da Queima para de certa forma aprender e tentar perceber o porquê de ter havido erros no passado. E a verdade é que tu muitas vezes o que é que acontece (e acontece a muitas Associações – não minha não porque o dinheiro só saía efetivamente com faturas, registos), e aquilo com que eu já me deparei na Académica de Lisboa, é que tu não tens papéis. Tens uma empresa a ligar-te todos os dias a dizer “tu dever-me 10 mil euros” e depois “mas, das faturas que eu tenho, os 10 mil euros estão pagos, amigo”, “não, não, mas isto foi um acordo que nós fizemos, porque o artista tu pagavas x e está contratualizado (e eles passam uma fatura como foi x) mas tu por fora ainda dás mais dinheiro”. Infelizmente é isto que acontece. E não é muitas vezes porque nós Associações não o queremos, porque é aquilo que és quase subjugado para fazeres alguma coisa. Eu não sei se é isto que acontece noutras Faculdades, mas eu acho que aqui o fundo é a documentação, entendes? (...) Imagina, ok, pagas uma auditoria, o gajo da auditoria vem como tu dizes: vai andar ali aos papéis, começa a ver e assim “então, mas os últimos 5 anos vocês não têm uma fatura?! Vocês não têm um protocolo assinado com a empresa tal?! Mas pagam todos os meses à empresa um valor! Têm uma empregada, onde é que estão os recibos verdes da empregada?!”, “nós não temos... pagámos em dinheiro limpo” ah, ah. Percebes? Aqui a bronca que isto dava!

O problema que eu acho é – é importante as auditorias, sou a favor das auditorias, acho que sim, há muitos sítios, especialmente, as Federações, a FAP, a FAL, os Politécnicos, Privados todos eles deviam estar todos os anos (especialmente esses porque organismos maiores) deviam efetivamente, sim, de x em x anos terem uma auditoria. E as AEs também. Só que o problema aqui é... voltamos sempre ao mesmo que é uma pessoa está lá um ano, chega lá, não percebe o que é que é uma Associação de Estudantes, não sabe o que é que tem de fazer, anda aos papéis (muitas vezes, papéis nem há!). Muitas vezes há Presidentes que entram e nem sabem das dívidas...! Inês, eu no primeiro ano que entrei eu não sabia das dívidas. Eu foi descobrir pelos anos e porque, por acaso, mantive-me lá aqueles anos, porque senão não ia saber! Porquê?! Falta de documento. (...) E as auditorias eu acho que muitas das vezes não ia dar em nada porque as próprias pessoas que tivessem interesse em procurar, pesquisar, organizar, não iam ter documentação suficiente para corrigir ali algumas coisas ou para tentar perceber ali o que é que houve, ok? E depois não só. Iam-se deparar com situações mega estranhas que as pessoas que estavam lá nunca te iam saber justificar, não é? Por exemplo, imagina que alguém agora vai lá e vai ver as contas de há 10 anos para trás, vamos supor. Há 10 anos para trás eu nem sei quem era o Presidente. Eles tinham de ir às atas e se calhar ligavam a essa pessoa e ela dizia “Quem?! O quê?! Onde?!”, “A Associação de Estudantes...”, “Ah, aquilo eram noites de bebedeira, não estou a perceber, eram só festas, mas é o quê?! Mas eu devo o quê?! Eu não devo nada! Quem deve é a Associação!”. Depois há este grande problema que é: as auditorias até podem descobrir alguma coisa OU possível qualquer coisa, e comprovar? E obrigar essas pessoas a pagar o dinheiro? É pá, eu adorava se conseguissem efetivamente obrigar determinadas pessoas a pagar o dinheiro, eu adorava.”

Tabela 28. Medidas - serviços de apoio

Problemática	Serviços de apoio (contabilístico, fiscal, judiciário)
Entrevista 1.	<p>“Nós temos contabilista, portanto... Como temos uma contabilista conosco também acabamos por ter... lá está, nunca houve auditoria (que eu saiba nunca houve), mas nós temos essa ajuda, pronto. Portanto, às vezes até dúvidas que nós... imagina, às vezes há processos legais que não é uma questão de eu querer ou não enganar alguém, é o não sei o que é que tenho para fazer e, portanto, nós recorremos muito à contabilista e nós também temos um advogado da Associação, pronto. O advogado também nos consegue ajudar “oh, meninos! Não podem fazer isso porque isso é ilegal. Olhem, não vão por aí”. Às vezes não é uma questão de ilegal ou não, é mais “isto é uma coisa mais transparente do ponto de vista legal e tudo mais do que isto”. E nós “ok, então vamos por aqui”. Portanto, nós (...) também temos... e isso dá-me alguma segurança naquilo que temos para fazer porque, pronto, passa sempre por estes dois profissionais, não é? E, portanto, eles conseguem dar um olhinho em tudo. (...) [Esta questão de nem todas as Associações de Estudantes terem advogados e contabilistas que os auxiliem, achas que é relevante?] Muito, muito, muito. Eu não estou tanto, lá está, eu falo com a contabilista mas eu não tenho tanto contacto com a contabilista, é mais as minhas duas pessoas de Financeira, mas elas todos os meses falam com ela [a contabilista]. Todos os meses quando não há dúvidas; quando há dúvidas falam mais. Mas vão lá todos os meses para entregar as faturas, para mostrar tudo, para ela pôr tudo no ‘tok’ online, essas coisas todas. E sempre que há uma dúvida ligamos. Da mesma forma que ligo para a nossa gestora de conta, da mesma forma que ligo para o nosso advogado, porque qualquer dúvida que eu tenho, não ponho em causa – ligo e ele vê. Eu acho que sim, é uma coisa que se não fosse o advogado eu ia ter muito mais trabalho a perceber às vezes se é ok, se não é, se está bem, se não está. (...) Desculpa, é que há mais uma coisa que também é muito útil, principalmente no advogado, mas também na contabilista, que é: à partida, há de ser uma pessoa com continuidade, ou seja, é uma pessoa que não está nesta Direção. E como estávamos a falar daquilo da rotatividade, é uma pessoa que conhece já os procedimentos, conhece já as coisas, e que até pode ajudar o próprio Dirigente a perceber “não isso não se faz assim, faz-se assim; tens aqui uma pasta, tens aqui a outra, tens aqui não sei o quê...”. Desculpa é só porque a continuidade do trabalhador também é algo bom. Porque lá está, estas questões todas de ética também nas Associações colocam-se, não digo mais do que nas empresas, mas com uma particularidade que não existe nas empresas que é nós estamos sempre a mudar, todos os anos é um Presidente novo praticamente e, portanto, estás sempre a mudar de cara, acabas por aumentar o risco de aparecer ali uma pessoa menos séria, por muito bem estruturada que esteja a máquina, como eu há bocado estava a dizer. E, portanto, haver alguém que tem um contínuo eu acho sempre que é algo positivo.”</p>

Entrevista 2.	<p>“Temos um contabilista e trabalhamos com uma advogada também. Não é nossa, temos uma avença com ela, ao fim ao cabo, não é nossa funcionária, mas trabalhamos com essas duas pessoas. No nosso caso, nós falamos com a advogada mais numa vertente só de consultadoria jurídica. Ou seja, temos logo um processo jurídico em mão, ou alguma questão jurídica que não entendemos e até marcar uma reunião, pedimos consultoria, pedimos uma explicação sobre a situação que está a ocorrer e é basicamente só isso. Às vezes faz representação jurídica por nós junto de entidades, como o banco ou outras entidades com as quais trabalhamos, mas cinge-se muito a consultoria e representação jurídica. [impercetível] um contabilista que tem um bocadinho dessa mentoria, mas nós aqui funcionamos muito... lá está o que eu te estava a dizer há bocado, o nosso tesoureiro não se devia chamar tesoureiro porque basicamente é um diretor financeiro da Associação [impercetível], porque define estratégias de investimento, pensa na Associação como um todo e aquilo que é a gestão das contas, atribui mais gastos a uma coisa que queremos investir, atribui menos gastos a outra, faz todo um pensamento estratégico à volta da gestão financeira da Associação que o caracteriza como diretor financeiro e basicamente todos os nossos gastos passam pela revisão daquela pessoa em específico, ou seja, não há nenhum gasto que nós façamos na Associação que não tenha de ser falado com o nosso tesoureiro, no nosso caso, e que não tenha sido aprovado isto e pensado mesmo que seja mesmo um gasto mínimo (um jantar de representação, uma reunião qualquer com outra Associação e não sei quê passa tudo por lá). Portanto, essa pessoa, o tesoureiro, está muito perto do contabilista, mesmo muito perto, trabalham juntos e aí funciona como uma espécie de mentoria ao próprio tesoureiro, ou seja, faz um aconselhamento daquilo que são os gastos que aparentam entrar para determinadas áreas ou não e, lá está, o contabilista está cá há bastantes anos e tem um conhecimento geral de como é o funcionamento da Associação e onde é que podem ser atribuídos certo tipo de justificações de forma a que tudo seja transparente e minimamente ético.”</p>
----------------------	--

<p>Entrevista 3.</p>	<p>“Sim, nós fazemos todas as contratações de serviço externo. O nosso advogado é do Porto e faz-nos todos os serviços legais e todos os pareceres necessários, e nós mudámos recentemente a nossa contabilidade, porque tínhamos mesmo uma contabilidade muito avultada já há muitos anos e também viemos a descobrir no ano passado, no mandato anterior, que a contabilidade era feita na Madeira (ou seja, não faz qualquer tipo de sentido havendo a cada esquina uma empresa de contabilidade). Isto aqui foi um problema que também percebemos que, se calhar cada vez escavando mais, cada vez saltam mais pedras. Basicamente, a nossa empresa de contabilidade era da Madeira, tínhamos de fazer sempre “um grande trinta e um” porque se tinha de enviar Pen’s por correio, para a Madeira, para as coisas serem avaliadas. E viemos a descobrir o porquê da Madeira: porque alguém, há uns anos, tinha um familiar que era dono da empresa de contabilidade, então mandava-se Pen’s para a Madeira, porque era a empresa da família, pronto. Nós rescindimos o contrato, pagámos o que tínhamos a pagar e fizemos um contrato com uma empresa nova de contabilidade mesmo em Lisboa, e pronto... Depois há estas coisas, a esse benefício familiar em certas coisas que é facilitado. Por exemplo, a empresa da contabilidade que se andou cinco anos a pagar 400€ por mês. Porque depois são valores avultados as contas. (...) Sim, sem dúvida. Estes são serviços que são indispensáveis ao nosso funcionamento. (...) Eu creio que já há vários anos, porque são Associações muito grandes e são Associações que têm 2 ou mais funcionários e depois há todo o processamento de salários, todas as faturas, todas essas coisas que, se calhar, muitas Associações não são capacitadas para fazer, e muitos alunos não são capazes de os fazer, então fazem-nos com a ajuda de contabilistas certificados. Depois também todas as questões legais faz sentido ter um advogado. Há pessoas que não têm um contrato mesmo com o advogado que fazem serviços pontuais, por exemplo, pedem um parecer, pagam ao parecer. Nós temos mesmo contrato com o advogado, porque, pronto, com todas as cenas da Associação há uns anos, nomeadamente, com a impugnação das eleições, com os fundos e etc. foi muita gente para tribunal, então acabámos por ter um advogado da Associação que ainda hoje se paga as contas do tribunal, de há 5 anos atrás. E daí eu também dizer que temos um peso do passado muito forte, porque todos os meses temos de pagar 500€, que é metade do salário de um dos nossos funcionários, para despesas, literalmente, por mero ego de uma eleições que correram mal.”</p>
<p>Entrevista 4.</p>	<p>“Da contabilidade, que são um apoio fundamental e o apoio jurídico também é um apoio fundamental.”</p>

<p>Entrevista 5.</p>	<p>“Ficas a saber outra coisa... é assim... esta Associação não precisa de um advogado, ou seja, tu não precisas de ter uma avença com o advogado. Há Associações que precisam. Nós somos juristas, eu, graças a deus, tenho muitos amigos que são advogados e professores cá da casa, antigos dirigentes que são advogados, e ótimos advogados, que nos podem auxiliar. Claro que, imagina, se houver um processo e tiveres de constituir advogado, tens de contratar um advogado, e acabou. A mim não me faz sentido a Associação, e supostamente é uma Associação sem fins lucrativos, de estudantes, ter um advogado a full time. Eu acho que, para certas questões ocasionais, já teve em tempos. Teve um durante alguns anos que era à volta de 180€ por mês, era uma coisa muito baixinha, honorários muito baixos porque era para uma Associação, mas depois incompatibilizou-se com o Presidente da Associação, que era o José Vitorino na altura, e o José Vitorino era o advogado do ano passado que eu fiz questão de despedir há um mês, porque não faz sentido o valor que se estava a pagar, nem ter um advogado... bolas, (...) não é preciso. Contabilista... olha, deixa-me dizer-te que nos últimos anos... nós temos a Antónia, que é a contabilista da Associação, mas nós trabalhamos com uma empresa externa a par da Antónia. Nós trabalhávamos com a TCA, que era uma empresa que... aquilo corria tudo mal. Estamos a trabalhar agora com uma que não está ainda a prestar o melhor serviço, mas acho que é porque eles ainda não conhecem... Era isto que eu te estava a dizer, é importante conhecer a dinâmica interna de uma Associação, porque se não na contabilidade não vão perceber, porque é uma forma de fazer dinheiro... não é que seja fraudulenta, é só porque é muito específica, percebes? Eu já disse que este ano, pelo menos comigo, fraude fiscal não acontece... Mas é por ser muito específica e nem todas as contabilidades ou contabilistas percebem esta forma de proceder, é só isso.”</p>
<p>Entrevista 6.</p>	<p>“Eu no início quando entrei houve uma vez ou duas que precisei de ajuda e como tinha professores de matemática e professores de direito eles ajudaram-me, inicialmente. Depois a partir do momento que eu percebi o mecanismo, por exemplo, da parte do IPDJ (as justificações, faturas, como é que era) nunca, em momento, algum voltei a pensar em ter um contabilista. (...) Como não temos [advogado], nunca pensámos nisso, nunca pensamos recorreremos a isso. Ou as [dívidas] que tínhamos facilmente tratámos, facilmente pagámos, estás a ver? E, portanto, nunca houve essa necessidade.”</p>

Tabela 29. Medidas - realização de formações

Problemática	Realização de formações aos estudantes que integram a AE/AA
Entrevista 1.	<p>“Ao nível da formação, nós fazemos formação interna. Aliás, nós temos uma formação geral no início do ano letivo, normalmente, mas que é mais para o pessoal saber processos internos, porque, por exemplo, lá está, como tu disseste nós temos eventos... para tu compreenderes, é muito rara a semana em que nós... aliás, nós temos eventos todas as semanas. Este semestre que vem aí nós chegamos a ter 2 a 3 eventos por semana. É mesmo muita coisa... E, portanto, convêm que toda a gente saiba, ‘pá’, para as pessoas que coordenam isto tudo e que, portanto, por quem os processos passam todos e os eventos passam todos e nós em coordenação acabamos por rever tudo, não é? Nós fazemos uma formação geral, para o pessoal saber que informação é que têm de organizar num projeto, que coisas é que têm de fazer, como é que se organiza um projeto... ou seja, a nível de gestão de projeto, se calhar. E processos internos. Processos internos, muitos; para nos organizarmos todos e estarmos todos na mesma página. E depois cada coordenador, dependendo das necessidades, com diferentes conteúdos e com diferentes periodicidades fazem formações internas às suas tarefas. Mas esta parte mais na Financeira, como é um número... nós não temos nenhuma, eu sei que há AEs que têm, por isso, para essas se calhar faria sentido, mas... como nós não temos nenhum departamento de Financeira, é a Presidência, acaba por ser... existe uma formação que é a passagem de pasta, um bocadinho mais longa, vá. Mas formação mais oficial é ao nível de tarefas operacionais dos projetos.”</p>

Entrevista 2.

“Eu acho que não tem sido uma prática muito comum este tipo de acontecimentos e, por acaso, nós este ano estamos a tentar dar os primeiros passos de disponibilização de formações internas à própria Direção e aos próprios funcionários, por acaso estávamos a tentar que houvesse uma formação de curso de inglês para eles, mas não é prática que costume acontecer aqui, por acaso. E, sinceramente, acho que é um erro. Nós este ano até delineamos uma fatia do orçamento que preparámos para a Associação para gastar em formação para a Direção e para os funcionários também, e estamos a tentar dar os primeiros passos nisso, já tivemos 2 formações este mandato uma delas sobre comunicação assertiva e efetiva e outra sobre gestão de projetos são formações.. mas, lá está, são formações muito gerais e acho que estão a ser os primeiros passos para instalar este tipo de rotina na Associação. Eu quero acreditar e gostava que acontecesse como futuro, para além deste tipo de formações mais gerais e mais globais que, ao fim ao cabo, não é formar para trabalhar na Associação, é formar para ser melhor profissional, melhor pessoa, melhor cidadão, que houvessem opções mais específicas para os diversos departamentos, para as pessoas se adaptarem melhor aqui, mas acreditar nisso pela simples razão que, lá está, uma pessoa quando vem para a Associação, isto é um trabalho voluntário, tem de ter algum proveito disto, algum benefício, tem que ganhar algo para a sua vida ao ter este tipo de experiência na Associação de Estudantes. Não muito porque é uma coisa necessária, porque trabalho na Associação de Estudantes, se calhar na maior parte delas, é um trabalho que não exige muito conhecimento, não exige muito... não é muito conhecimento complexo, é muito à base da dedicação, ou seja, isto é um trabalho voluntário e aquilo que eu identifico mais com a qualidade necessária para fazer um bom trabalho aqui para ser um bom dirigente associativo é ser uma pessoa dedicada, porque com 1 mês de experiência, 3 semanas/1 mês, as pessoas entram nas rotinas da Associação, entram nas rotinas dos mecanismos, aprendem, conhecem as pessoas, facilmente se integram. Portanto, este tipo de formações é uma boa prática? Sim, mais no sentido de complementar a formação das pessoas que passam pela Associação, das pessoas tirarem assim uma experiência enriquecedora, mas não no sentido que é uma coisa necessária para fornecer conhecimentos para trabalhar na Associação porque, na minha visão, acho que a dedicação é sem dúvida mais importante porque conhecimento aqui não é muito complexo, não são procedimentos que exigem muito da pessoa em si (...) [Mas, por exemplo, o vosso tesoureiro tem de ter algumas competências?] Sim, mas é acompanhado ali durante 2 semanas pelo tesoureiro que deixa funções e facilmente se enquadra nos mecanismos e nos procedimentos, depois também é acompanhado pelo contabilista no primeiro mês e assim... e passado um mês o nosso tesoureiro basicamente sabe tudo sobre a gestão financeira da Associação e não se perde muito nos procedimentos, nos mecanismos... Há sempre ali um período de transição de pasta e por isso é que é importante aquilo que eu disse há bocadinho das famosas listas de continuidade, etc., porque há logo uma preparação logo das pessoas que pode não servir nada, porque pronto podem ir a sufrágio universal e a lista pode perder, mas há ali um tipo de preparação das pessoas ano após ano para assumirem as funções a que se estão a candidatar no ano a seguir. Isso é importante. Eu, por exemplo, no caso de Presidente houve ali 2 semanas em que fui acompanhado mais de perto pelo antigo Presidente, em que ele me ensinou várias coisas, até preparou um documento geral sobre o funcionamento da Associação por vários pontos – como é que funciona o RNAS, como funciona o IPDJ, quais é que são as leis que devo ter atenção, como é que se lida com os recursos humanos da Associação, quais é que são os escalões de profissionais que temos aqui, a que dia do mês é que se tem de pagar impostos, a que dia do mês se tem de pagar salários, como é a relação institucional com (...) [a IES] ou com outro tipo de entidades. Há esse tipo de preparação mas que eu acho que tem mesmo de ser dada pela pessoa em si, por quem está cá já e que faz mais esse tipo de preparação para assumir funções. Que, mesmo que não haja lista de continuidade ano após ano, tinha mesmo de acontecer, lá está, nós também nos nossos Estatutos temos previsto que tem de haver um período mínimo de uma semana de passagem de pasta para cada Dirigente efetivo

	<p>da Associação. E, portanto, acontecia sempre esse momento de passagem de pasta, de acompanhamento, nem que fosse só uma semana. Mas, pronto, em listas de continuidade, uma semana revela-se um bocadinho insuficiente em muitos dos casos neste tipo de posições mais importantes da Associação, no caso da Tesouraria, do Presidente, pronto...”</p>
Entrevista 3.	<p>“Ah... nós desde... Nós partimos do princípio de que as pessoas que nos vão mexer no dinheiro, desde os nossos tesoureiros, aos nossos secretários de tesouraria são pessoas que são capazes de dizer que não, e são pessoas que sabem pensar pelas cabeças deles. Ou seja, se calhar são pessoas mais imparciais das nossas Direções que são capazes de “não, neste aspeto, neste projeto não se vai esticar por aí”, “não, não se vai fazer essa viagem com essa despesa de representação tão elevada”... Em termos de formações, sobre esse aspeto, não damos tanto, mas temos sempre formações anuais, nomeadamente, dadas pela Federação Académica de Lisboa e etc. que nos ensinam, se calhar, a gerir o dinheiro da melhor forma. Ou seja, “vocês têm de ter noção que vocês recebem isto, têm de ter (por exemplo) 3x os salários que vocês pagam por mês”, etc. etc. etc.”</p>
Entrevista 4.	<p>“Nós não temos, mas temos uma coisa mais simples... foi falar do passado muito recente, ou seja, os mandatos do João e o meu, em que os tesoureiros, o antigo e a antiga tesoureira antes da atual, têm um cuidado grande em ajudar, explicar, estão presentes, estão à distância de uma chamada, não desligam da casa (porque também são pessoas que tiveram contacto connosco e esse contacto recente), por isso é uma coisa mais simples. O que é que nós vamos tentar apostar? A questão da formação interna é muito importante. Nós ainda não conseguimos ter estrutura para levar a cabo essa formação, era uma das coisas que nós desejávamos e aliás nós gostávamos que começasse pelos núcleos antes de chegar à Associação de Estudantes, porque é um princípio de descentralização, são os primeiros que têm de apresentar relatórios de contas, planos de atividades e orçamentos (já nos núcleos temos essa prática, com recursos muito menores, mas se começar esta prática incutida aí depois passa para a Associação de Estudantes que os dirigentes já vão com outro tipo de formação). Mas a formação que nós temos apostado é mais uma a nível da Federação Académica que fazem formações especializadas, mais aprofundadas e com outro tipo de... juntando aqui várias sensibilidades que é o FAL Bootcamp que para nós vai ser muito importante usufruir disso. Não houve o primeiro porque a pandemia agudizou-se e teve de ser suspenso, mas acredito que quando voltarem com essa formação vai ser importante. Ou seja, nós não somos, lá está, uma escola como o ISEG ou como o Iscte, nós não temos essa parte financeira, ou seja, eu gosto sempre de partir do princípio e é a postura que adotamos que é quando não sabemos perguntamos, ou seja, temos esse apoio de contabilidade e esse apoio jurídico que é fundamental, e a nível de gestão interna nós temos o Departamento administrativo e financeiro, que foi um departamento novo que nós criamos, mesmo para a gestão administrativa interna de apoio à tesoureira. Não existia este departamento, só existia o Departamento financeiro que dava um apoio nessa área, mas nós sentimos a necessidade de aprofundar o nível de apoio e o nível de prestação de contas interna mesmo a quem participa nesse Departamento que é sempre um chato, que a malta de modo geral não liga muito. Ou seja, como é que é feita a escolha do Tesoureiro? Que eu acho que também parte muito por aí a tua questão. É a questão da confiança, é a questão de alguma experiência, por exemplo, a atual tesoureira foi escolhida com base na confiança e na experiência, já trabalhava, ou seja, tem conhecimento na legislação laboral e daquilo que é uma boa gestão financeira a nível pessoal e foi de aí que surgiu o convite e até um conhecimento mais aprofundado de certas temáticas maior do que o meu, e eu aí não tenho problema em admitir que há quem saiba mais daí ter esse papel muito importante. Por isso, é mais por aí, nós agora vamos tentar apostar nesse tipo de formações, mas lá está nós aqui temos algum cuidado (desde o tempo do João) na escolha dos tesoureiros e na escolha desse tipo de responsabilidade que é grande.”</p>

<p>Entrevista 5.</p>	<p>“Acho ótimo, não só ao Conselho Fiscal... nem te digo só ao Conselho Fiscal, era também ao Presidente e ao Tesoureiro, e é uma coisa que eu vou deixar preparada (porque é o que eu te digo, tu nem sempre podes contar com as passagens de pasta e aqui neste caso estás a gerir uma empresa aos 21/22 anos, com 14 funcionários e com tudo o que isso implica) e é algo que eu... tinha visto essa sugestão quando me candidatei e como não sabia se ia ganhar ou não, mas é algo que eu e o meu tesoureiro estamos a falar que é os próximos que vierem terem a mesma formação. O presidente do Conselho Fiscal deve tê-la, mas mais importante que o Presidente do Conselho Fiscal é o Presidente e o Tesoureiro porque são as pessoas que assinam por baixo, são as pessoas que tomam decisões no dia a dia. O Conselho Fiscal fiscaliza preventivamente, faz uma fiscalização, uns pareceres, uns balancetes e mesmo essa visão é muito rudimentar, ele tem de estar antes no processo. Mas mais do que o presidente do Conselho Fiscal tem de estar o Presidente e o Tesoureiro, que são quem tem responsabilidade financeira perante a Associação.”</p>
<p>Entrevista 6.</p>	<p>“Sim, sem dúvida. Eu, por exemplo, no ano em que eu entrei (como já te expliquei) ninguém me passou a pasta. Isto foi tudo um mecanismo que eu fui aprendendo e também muito dele graças a estruturas maiores, não é, às Federações, sem dúvida. Mas de resto, nos últimos anos, enquanto eu estive à frente da Associação de Estudantes fui eu que ensinei, ou disse qual era o papel (que tinham de fazer isto, aquilo ou aqueloutro) ... a estruturas às vezes sim fazem formações e quando as fazem eu faço sempre uma grande pressão para os miúdos que estão comigo irem, para ouvirem outras pessoas, outras experiências. E, sim, acho que formação para dirigentes associativos, principalmente nesta área de contas, deve-se fazer mais (já existe alguma coisa, mas deve-se ainda fazer mais) porque as pessoas entram muitas vezes para um ano, muitas vezes não há passagens de pastas dos anos anteriores para o ano seguinte e às vezes as pessoas entram ali um bocadinho perdidas e não sabem as coisas, não sabem como é que vão tratar de determinados assuntos ou como é que hão de pedir ajuda, portanto, sim. É importante haver sempre todos os anos vários tipos de formações específicas, principalmente da área financeira, que eu acho que se calhar soubessem mais, se calhar as pessoas teriam mais noção da transparência, não é... e arranjavam aqui mecanismos de defesa do género “se tiver uma dívida, se calhar tenho de recorrer a esta pessoa” ou existe casos em que as estruturas estão pró-bono ou não... e isso às vezes não é transmitido e às vezes as pessoas não têm esse conhecimento.”</p>

Tabela 30. Outras questões

Problemática	Outras questões
Entrevista 1.	<p>“era verdadeiramente importante criar alguns relatórios/documentos que fossem gerais a todas as Associações de Estudantes para que as AEs fossem mais diretas e concisas (...) O IPDJ... ou seja, usar os mecanismos do IPDJ para estar mais ativo? Isso sim. Acho que poderia ser... poderia haver algo relacionado com o IPDJ e portanto... já está habituado a trabalhar com Associações de Estudantes e compreende... que ajudasse nesta fiscalização de forma genérica. Porque, na verdade, eles fazem uma ótima fiscalização, mas, lá está, é o que tu disseste, é o dinheiro que lhes está incutido e não é tanto... Nessa ótica sim, já me faria mais sentido. Na ótica de ter um órgão feito por alunos cujo objetivo é fiscalizar não só já existe como pouca validade tem. Mas se fosse, por exemplo, relacionado com o IPDJ, relacionado com qualquer órgão, pronto, público e, portanto, completamente independente e, portanto, não um dirigente associativo por si mesmo... sim, acho que sim, faria sentido.”</p> <p>“Sim, eu acho que isso é uma coisa que no associativismo tens sempre... ou tu tens uma máquina muito bem montada, que efetivamente... uma coisa tão simples como a própria passagem de pasta, a interligação entre mandatos, e quando eu digo isto não tem de ser obrigatoriamente uma lista de continuidade, porque eu posso ser de uma lista, a lista que continua a minha, perde nas eleições seguintes e passo pasta na mesma, e passo os documentos todos certinhos e... e a verdade é que apesar de ser um dever eu nem sei até que ponto, a nível legal, como é que isso está enquadrado, mas eu conheço... conheço, vamos ouvindo falar de casos em que a passagem de pasta é mais bem feita que outras. Portanto, logo aí, à partida, quer dizer o tempo que tu perdes se não tiveres as informações no início do teu mandato todas certinhas... o tempo que tu perdes a perceber, no meio da gestão, também é muito fácil de... acredito que seja muito fácil... tive sorte de isto não me ter acontecido, porque num ano tive boa passagem de pasta e porque no outro passei a pasta a mim mesma... mas acredito que naquele meio termo em que estás a tentar perceber aqueles documentos todos... porque são coisas de muita complexidade, principalmente em Associações um bocadinho maiores... em Associações mais pequenas acredito que se calhar sejam mais simples, mas em Associações maiores é muita coisa para gerir, é muito evento, muita atividade, muito fornecedor, muita entidade externa... e depois estamos muito dependentes da pessoa, porque lá está não é um trabalhador ali que passou por um processo de recrutamento, que tem uma questão legal diferente... acabam por ser pessoas que estão muitas vezes pela primeira vez a gerir dinheiro, não é? Para além de mesadas e coisas mais simples, às vezes é a primeira vez que estão a gerir isso. E isto agora a nível nacional, porque, lá está, (...) nós temos tido, nos últimos anos, uma estabilidade boa, neste aspeto, porque há passagens de pasta muito fortes e como somos uma AE muito grande também não acontece, por exemplo, uma pessoa que entrou ontem, que entrou este ano, para o ano ser Presidente ou estar na Financeira, mas eu sei que há AEs onde isso acontece, que têm uma rotatividade muito maior e uma rotatividade maior, quer dizer... não têm nem sequer tempo para perceber como é que as coisas funcionam, então acredito que exista, mais facilmente, estares dependente de uma pessoa que tu não tiveste tempo para perceber se era responsável, se, pronto, era a pessoa adequada...”</p>
Entrevista 2.	<p>“Há um desinteresse geral da sociedade sobre as estruturas que representam os cidadãos, pronto, e aqui no caso mais específico das Associações de Estudantes, (...) e no geral com as outras com quem contacto, que há um desinteresse por parte dos estudantes sobre aquilo que é o trabalho da Associação e quando não há um escrutínio forte há um risco grande de chegar aqui uma Direção com os princípios e valores que não sejam os mais corretos e causar danos a vários níveis à Associação...”</p>

<p>Entrevista 3.</p>	<p>“[Essa ligação com um universo mais amplo de outras Universidades [AEs] também é bom para discutir quais é que são as melhores formas de fazer certas coisas, certos procedimentos? Vocês discutem entre vocês...?] R: Sim, há uma grande troca de informação e há Associações que nos são mesmo muito próximas, por exemplo, a (...) [nossa AE] e o Técnico são Associações que por causa da formação da Faculdade técnica se dão há muitos anos, temos relações muito boas todos os anos, o Gonçalo é muito meu amigo. (...) [A nossa AE] também tem muito boas relações com Direito, se calhar pela troca de alunos que também existe, pela troca de Dirigentes Associativos que acaba por haver. Também temos tido boas relações com o ISA, por ser ali mais perto. Mas sim existe muito essa troca de informação e a parte da Federação Académica de Lisboa que, por exemplo, nós somos fundadores e etc., que agora conta com 25 Associações no mundo de Lisboa; acaba por ser muita gente, acaba por ser muitos dirigentes associativos, muitos projetos e acaba por haver muita troca de informação, desde se calhar informações mais técnicas na gestão da Associação, como alguns detalhes para projetos e etc., como, por exemplo, o Técnico foram eles que nos disseram sobre a parceria do McDonalds, que nós fomos falar com eles e fizemos a parceria na mesma. Portanto, também há esta interajuda uns dos outros de “têm aqui uma ótima forma de rendimento, sem fazerem nenhum”, por exemplo.</p>
<p>Entrevista 4.</p>	
<p>Entrevista 5.</p>	<p>“As maiores dificuldades, para mim, vão ser sempre políticas, percebes? Porque eu sou uma pessoa, a priori, muito apartidária e não quero ser professora, não quero enveredar por um partido político, não tenho interesse em fazer carreira cá dentro, portanto... eu sou uma pessoa que gosta de ver as coisas às claras e eu sei que muitas vezes vou arranjar problemas por causa disso, por não ser uma pessoa que não tem problemas em dizer as coisas... e eu ainda agora estava a tratar aqui de um caso de assédio e tive um professora a dizer “menina, [símbolo com as mãos para estar calada]” e eu “não, não, não”. “Isso pode ser prejudicial para si”, como?! A parte política, gosto muito da parte da política externa, de lidar com outras Associações e de sair um bocadinho da nossa bolha, que nós vivemos aqui na nossa bolha. Mas a parte da política interna, apesar de estarmos a estabelecer boas relações com a Faculdade e com a Direção, não significa que quando toques em questões fraturantes, como é o regulamento de avaliação, que vai ser revisto neste mandato, que não vás aborrecer algumas pessoas. Acho que o maior problema vai ser este: vão ser os órgãos aqui da Faculdade, este ano. Não tenho uma oposição assim muito vincada, porque eu também faço questão de dizer em RGA o que é que eu ando a fazer, não só o que aparece publicitado nas redes, ou seja, como é que os trabalhos se estão a desenvolver, que foi o que eu te disse, acho que isso também é uma forma de transparência, dizeres o que é que tu andas a fazer o dia todo, lá dentro, fechada no cubico. Mas eu acho que, em termos deste mandato, a maior problemática, vai ser mesmo ter de finalmente, e haver alguém com essa predisposição, para tocar nestes temas que, se calhar, incomodam mais a velha guarda, e ter de lidar com resmunguices e birras que se façam de pessoas de 60/70 anos.”</p> <p>“E depois é assim: não te esqueças que isto tem um carácter político. Isto é uma empresa muito politizada, especialmente aqui na faculdade (...). E muitas vezes não ganha a continuidade, ganha a oposição. E as passagens de pasta são complicadas, e nem sempre toda a informação é transmitida e tu às vezes fazes um orçamento, ou um plano de atividades (mas mais na questão do orçamento), e depois vais a fazer e como te vão caindo coisas que tu não sabias, coisas que tu devias ter orçamentado e não orçamentaste. E depois aqui vem a clausula de que despesas não orçamentadas superiores a mil euros, tu recorres ao Conselho Fiscal; o Conselho Fiscal faz-te um parecer positivo ou negativo, e pronto. Mas eu acho que aqui está um problema.</p>

	<p>Depois... os estatutos de cada associação... tu tens um problema grave que é os estatutos estão todos mal escritos. Tu entras em mandato e percebes que os estatutos estão todos mal escritos... Olha, eu e o meu presidente de mesa temos deparado imenso com isso que é os nossos estatutos... há ali falhas, há lacunas, percebes? Mas em todos. E eu acho que devia haver mesmo alguém a rever os estatutos das associações todas. Depois tem de haver uma revisão do RJES, que já devia ter sido revisto há uma data de anos e que parece que ninguém está com muita vontade de rever, não é? Mas isto depois já são outros quinhentos... (...) [sobre a importância das Assembleias Gerais de Alunos] Na nossa, é. Imagina, a nossa Faculdade tem uma vida política muito ativa, a nossa Associação tem uma vida política muito ativa. Ou seja, tu tens quatro mil duzentos/trezentos alunos, tu nestas eleições a minha lista teve mil e trinta votos, a outra lista teve mil/novecentos e sete, ou seja tu tiveste metade da Faculdade a votar. Logo, daí é uma comunidade muito atenta, atenta e predisposta, ok? Noutras Faculdades, e o que eu me tenho apercebido ao falar com outros Presidentes, é que ninguém vota... Bem, nós temos RGAs com duzentas, trezentas pessoas, dependendo das temáticas, interessem mais ou interessem menos, ou que chamem mais ou menos à atenção, mas tu tens uma parte da comunidade estudantil ativa. Já foi mais, é verdade, mas também um afastamento com o COVID que agora está a voltar e ainda bem. Noutras Faculdades eu fico chocada, porque tens 10 pessoas a ir à RGA... Nós chamamos RGAs, há outras faculdades que chamam AGA, ou whatever... (...) Não tem problema, eu sei que a denominação varia de escola para escola, mas eu fico chocada, porque eu não convivo com essa realidade! Eu convivo com alunos com espírito crítico, que se eu não fizer alguma coisa eles vão me cobrar! E depois tens outras faculdades, que não vale a pena dizer quais, os Presidentes sabem perfeitamente e até desabafam comigo sobre isso, que dizem “Fogo, eu gostava tanto de ter uma RGA com muita gente” ... eu também acho que é por isso que eles gostam tanto de Federativas, porque sentem esse espírito académico que nas Associações e nas Faculdades não sentem. Mas também é importante que é como não há uma participação dos alunos, nas Faculdades, os Dirigentes, que é quem se interessa, não é? Não só, não são só os Dirigentes que se interessam, mas quem se interessa maioritariamente... Sentem isso nas Federativas, ou seja, sentem esse espírito académico e sentem que podem discutir com alguém. Por isso é que eu te digo, nós já temos tanta discussão interna, porque é que eu me vou estar a coçar com os problemas dos outros, percebes? É importante, como é lógico, mas pronto. Para nós é muito útil, eu preciso de alguma coisa, vou à RGA, gosto de pedir opiniões à RGA, gosto de dizer o que é que ando a fazer em RGA e gosto que os alunos participem, aliás, se vires uma ata minha a pedir para as pessoas que não estão habituadas a falar, que normalmente só estão a assistir, que falem; e até foi bom esse apelo, que falou muita gente. Tens Associações em que nem para o “aprovação” de contas e de orçamento que nem a própria direção vai, portanto. Depende das Faculdades. Na nossa funciona muito bem, há outras que... isso também... é falta... não querendo estar a culpar os próprios dirigentes associativos, isso também é falta de proatividade dos próprios, de arranjar mecanismos para as pessoas se interessarem, de envolverem a comunidade estudantil. Também deviam começar a pensar nisso.”</p>
Entrevista 6.	

Anexo H. Grelha de Análise Entrevistas Stakeholders

Tabela 31. Riscos relacionados com a gestão das AEs/AAs

<p>Problemática</p>	<p style="text-align: center;">Perceção do entrevistado sobre os principais riscos de gestão associados às Associações de Estudantes do Ensino Superior</p> <p>“Eu acho que os riscos são os mesmos [que as restantes organizações]: riscos de conflito de interesses e as verbas irem, digamos assim, parar onde não é suposto, ou seja, invés de serem utilizadas em benefício dos estudantes serem utilizados para benefícios distintos, designadamente, algumas pessoas ou algumas entidades ligadas às pessoas que estão nas Associações de Estudantes. O risco é o mesmo. O que é que distingue estes dois territórios (se podemos dizer assim)? É que quando estamos a falar de dinheiro público, enfim, a “necessidade” de controlar torna-se maior porque estamos a falar de dinheiro dos contribuintes, dos impostos que as pessoas pagam e que supostamente (é esse o pressuposto) devem ser na sua totalidade empregos para projetos de interesse público. Dinheiro público para projetos de interesse público, daí a necessidade daqueles critérios que vimos há bocadinho e que já conhecemos. Quando falamos de projetos ou de financiamento particulares coloca-se também a questão da fraude, porque imaginemos que eu sou sei lá um empresário e até tenho interesse em... financiar um determinado projeto ou enfim... até no âmbito da lei do mecenato, porventura que me permita depois uma entidade tal, empresa tal até tenho aqui um cuidado em termos sociais e até tenho aqui dinamizado e atribuído alguns apoios financeiros aqui à Associação de Estudantes da nossa cidade. Naturalmente, o pressuposto de quem está a fazer a atribuição de subsídios ou de apoios financeiros e de quem os está a receber (no caso, quem está a liderar a Associação) deve ser o mesmo que é: satisfazer, lá está, projetos de interesse da escola e de interesse dos alunos. Portanto, a questão, do meu ponto de vista, é – a necessidade de haver controlo não é maior se for público ou privado porque a natureza e o propósito de quem está a conceder os apoios é o mesmo, é satisfazer interesses de interesses exclusivamente particulares (...) É, o propósito é o mesmo que é salvaguardar a credibilidade da instituição, neste caso, universitária, particularmente, Associação de Estudantes. É assegurar a credibilidade e reforçá-la. No âmbito de apoios públicos, há um elemento adicional que é: se é dinheiro dos contribuintes, naturalmente que é do interesse dos contribuintes que existam mecanismos de controlo no sentido de mostrar aos contribuintes, como faz o Tribunal de Contas e Inspeções, as instituições, de uma maneira geral, e neste caso as Associações de Estudantes tendem a aplicar as verbas públicas que lhes são consignadas nos projetos que efetivamente são de interesse dos alunos, nas escolas. E, para isso, as próprias estruturas, as Associações de Estudantes têm regras (ou se não têm, devem criá-las e aplicá-las) no sentido de criar critérios gerais e abstratos previamente à atribuição, ao financiamento de projetos que os alunos apresentem e, ponto n.º 2, que as decisões dessas atribuições sejam sempre decisões colegiais, ou seja, que haja uma estrutura dentro da Associação de Estudantes que evite decisões unipessoais, não é? Porque no limite temos o Presidente da Associação a decidir que o apoio que aquela empresa nos deu é para fazer uma grande janturada (risos), percebe?”</p>
<p>Entrevista 7</p>	

	<p>E, portanto, se tudo isto acontecer e se for do conhecimento de todas as partes acaba por configurar uma situação de fraude, não é? Afinal de contas eu, empresário, não atribuí o apoio para eles irem jantar, porque se quisesse que fosse assim tinham-me convidado ou tinham-me dito para lhes pagarem o jantar. Agora, estarem-me a pedir apoio para supostamente beneficiar os alunos todos da escola por via da Associação de Estudantes e depois afinal de contas a minha atenção, a minha generosidade e da minha empresa acaba por ser despendida em alguma coisa que não foi propriamente para beneficiar os alunos todos, mas aqueles que estão agora ali e que decidiram ir jantar com esta verba, da próxima vez eu não dou.”</p>
<p>Entrevista 8</p>	<p>“Eu tenho um princípio segundo o qual qualquer cêntimo que entra numa entidade pública transforma-se em dinheiro público e que, portanto, deve ser gasto como se fosse dinheiro público. E também qualquer apoio recebido por uma entidade privada que resulte de donativos dos cidadãos tem de ser regida por um regime próximo dos recursos públicos, em que a preocupação fundamental é a de atingir os fins a que se destinam de uma forma justa, de uma forma íntegra, eticamente aceitável e com prevenção de todos os riscos, nomeadamente, quais são os principais nestas situações? Nestas situações são os riscos de fraude também, não é? No que respeita à concessão de apoios em geral, para mim o principal risco é o desvio dos dinheiros para fins diferentes daqueles a que se destinam. Esse é o principal risco, para além de outros: de riscos de conflitos de interesses, riscos éticos, de corrupção, falta de critérios na atribuição dos subsídios (para começarmos a montante) ... Quem concede apoios públicos tem de ter critérios para o efeito. Quais são esses critérios? E mais esses critérios tem de constar de regulamento próprio. Depois quem concede os apoios tem de ter todos os cuidados em termos de gestão pública, de conflito de interesses, imparcialidade e depois de ir controlar a sua aplicação.”</p>

Tabela 32. Fiscalização das AEs/AAs

Problemática	Quem deve fiscalizar estas Associações
Entrevista 7	<p>“Elas devem ter medidas de controlo. Devem ter, porque são órgãos colegiais, mas não podemos ficar só por aí, porque se não estamos a falar de entidades que se estão a fiscalizar em causa própria e pode haver e há esse registo de conflito de interesses. Pode e devem (porque são órgãos colegiais) ter medidas de cuidado interno ou seja nos processos de atribuição, enfim já internamente nas escolas, de apoios a projetos de alunos deve haver um processo que crie, por exemplo, cuidados ao nível da definição prévia de critérios gerais e abstratos sobre a tipologia de projetos a beneficiar e depois as decisões devem ser colegiais pelo menos 2 a 3 pessoas, ou seja, não termos alguém a atribuir... a pior situação é termos alguém dentro da Associação a atribuir um apoio a um projeto para o qual nem sequer foram definidos critérios de avaliação e, portanto, no limite a pessoa está a atribuir um apoio a amigo ou um colega de turma, enfim... não quer dizer que não seja pertinente ou útil, mas tem de haver transparência e a transparência decorre pelo menos de dois fatores: as decisões serem colegiais e antes de se abrir um procedimento haver pelo menos critérios gerais e abstratos para depois se avaliar a pertinência, a utilidade dos projetos a financiar. Isso por um lado. Por outro lado, deve haver alguma entidade com competências de auditoria ou de fiscalização externa. Agora, quem? Isso é uma boa questão. Se calhar o IPDJ enquanto entidade que concede apoios a estas Associações de Estudantes... deveria ter esse cuidado. Pelo menos, pedir, solicitar formalmente às entidades, associações de estudantes, às escolas a quem atribui esse tipo de apoios solicitar evidências, provas, documentos que justifiquem, que comprovem que aquela verba atribuída foi efetivamente alocada ao projeto que tinha uma natureza ou ao que se destinava. Por sua vez, o próprio IPDJ deverá ter os mesmos cuidados que cada uma das Associações de Estudantes, ou seja: atribuir estes apoios em órgão colegial próprio (que há de ter; é um formalismo assim maior) e também critérios prévios gerais e abstratos para efeito de seleção dos projetos/Associações de Estudantes a beneficiar.</p>

A entidade que poderá fiscalizar isto... O Tribunal de Contas se calhar fiscaliza a ação e fiscaliza, faz auditorias sobre o IPDJ, isso pode fazer. Também poderá fazer junto das Associações de Estudantes... enfim, no âmbito de uma auditoria dessa natureza... mas não sei se vai a esse detalhe... não sei... mas ocorre-me na sua questão quando me pergunta sobre processos de auditoria externa que também poderão, e não sei se já fez essa abordagem, que poderão também ser chamada a Inspeção Geral de Educação, não sei enquanto entidade do ministério que tutela a componente educação. Se bem que o universo das universidades não é bem aí que está, está mais na tutela do Ministério do Ensino Superior e eu não sei se esse Ministério tem uma... Tem a FCT, mas não é propriamente este o propósito... Não sei se tem uma Inspeção, não sei se fez essa análise. O Ministério da Ciência, Tecnologia e do Ensino Superior tem órgão de Inspeção? (...) Pois, porque o IPDJ se calhar tem uma atividade que se calhar é comprovar e dar como bons os documentos que lhes são apresentados. Não tem funções para ir ao terreno fazer inspeção. Se calhar, não tem e admito que não tenha. E, portanto, ficam muito cingidos ao que lhes apresentam. Agora o que o relatório do Tribunal de Contas refere é uma coisa um bocadinho diferente que é: havia uma obrigação de apresentar um relatório de contas que ainda assim foi não cumprida, na perspetiva de que oportunamente esse documento será apresentado e que, como não foi, depois houve uma tentativa de andar a correr contra o prejuízo, não é?

Esse procedimento que o IPDJ tem, porque está legalmente definido assim, de que a atribuição de subsídios às Associações de Estudantes deve ser antecedido da apresentação do relatório de contas e declaração de não dívida é importante, mas a questão que pode suscitar é que pode não ser suficiente em algumas circunstâncias, não é? E a questão é – que entidade, que organismos é que têm poderes? Se algum tem, eu acho que não tem, poderes para ir auditar lá dentro da Associação de Estudantes a contabilização que eles organizam. Claro que não serão verbas muito grandes, mas não isso que está em causa. Quando falamos de dinheiro público, não está em causa se é muito ou pouco dinheiro. É dinheiro público e, portanto, é o interesse dos cidadãos que está ali e que pode estar a ser objeto de uma fraude.”

Entrevista 8

“Para o Tribunal e para o Conselho de Prevenção da Corrupção, o IPDJ, por exemplo, e as Associações que recebem os apoios estão posicionados de uma forma tal que o Tribunal analisa os apoios das duas perspetivas – de quem dá e de quem recebe. De quem dá, é saber se no fundo, primeiro, se há base legal para o efeito, se há critérios aprovados para o efeito, se há recursos financeiros para o efeito, se foram respeitados os princípios da imparcialidade, todos os princípios da gestão pública, etc... Da parte de quem recebe, o Tribunal pode ir verificar se foram aplicados para os fins a que se destinam. E mais, Inês! O próprio Tribunal de Contas pode condenar os privados, neste caso as Associações, os responsáveis das Associações de Estudantes (não sei se já tinha pensado nisto) a reporem nos cofres das entidades públicas o dinheiro que receberam e que não aplicaram nos fins a que se destinam. É a chamada responsabilidade financeira (...) Sim, eu penso que sim. Eu acho que sim. As instituições do Ensino Superior, para mim, têm 2 missões neste domínio: por um lado, como concedentes de apoios têm de fiscalizar a sua aplicação; segundo, independentemente disso podem também exigir que essa concessão de apoios seja acompanhada de um plano de prevenção de riscos. No fundo acabam por ser os embaixadores do Conselho de Prevenção da Corrupção. E darem o exemplo também, não é. Têm de dar o exemplo às Associações de Estudantes, têm também planos de prevenção de riscos de qualidade, porque as Universidades, para mim, eu também sou professor, eu vejo as Universidades como centros de excelência e que têm de dar o exemplo. É como nós aqui no Tribunal de Contas e no Conselho de Prevenção da Corrupção – recomendamos, observamos, logo temos de dar ao exemplo relativamente àquilo que nós recomendamos. (...) Aí têm as obrigações que resultam da lei. Até podem ser fiscalizadas pela Inspeção Geral de Finanças, por exemplo, na parte de empresa, digamos assim. Poderão ser fiscalizados pela Autoridade Tributária, pela Inspeção Geral de Finanças, pela Inspeção Geral da Ciência e do Ensino Superior, e pelo Tribunal de Contas também.

[E a minha questão é... o Tribunal de Contas nunca auditou uma Associação de Estudantes...] O Tribunal de Contas, pronto, para além desse relatório pode em certos... vamos lá ver... não é a nossa preocupação essencial, porque nós confiamos que o IPJ *nananana* vão lá fiscalizar. Agora, se fizermos uma auditoria abrangente como se fez na altura e tal e tal podemos lá ir. Ao não ser que... nós podemos atuar por denuncia também. Se disserem assim “a Associação de Estudantes recebeu 200 mil euros de apoio e compraram automóveis, compraram um Ferrari”. Com base nessa [denuncia] nós dizemos “meus amigos, vamos lá fazer uma auditoria rápida”. Atendendo aí também tem a ver com a dimensão. Fomos, por exemplo, a Pedrogão, ver o apoio para a construção de casas. Se formos lá ver ao tal relatório, vamos ver que muitas casas foram reconstruídas mas com apoio do Estado indevido. [atende chamada]”

Tabela 33. Medidas - existência de um código de conduta ou de ética

Problemática	Existência de um código de conduta ou de ética
Entrevista 7.	<p>“Faz, faz sentido para qualquer instituição haver um código de ética e de conduta. Faz sentido. E que as pessoas que fazem parte, pronto, das estruturas... não são órgãos muitos extensos, uma Associação de Estudantes não há de ter quinhentas pessoas, é uma coisa pequena, mas ainda assim deve existir um conjunto de princípios que todos conhecem, que põem em prática, e que até permite dar uma certa coerência na atuação com o decurso do tempo e com a passagem das pessoas”</p> <p>“É eu acho que o código de conduta, a questão da formação e a questão da verificação, no caso do IPDJ (que é um dos muitos organismos que concede apoio às Associações de Estudantes) que cumpra exatamente os critérios delegados, ou seja, se as Associações têm de apresentar um determinado conjunto de documentos, enquanto não os apresentarem não é desbloqueado o apoio, não é...”</p>
Entrevista 8.	<p>“Sim, é claro que sim. Para mim, é claro. Mas também para promover a transparência seria também haver no portal da Associação publicitar-se as contas e o relatório de atividades. De uma forma clara – quanto recebi, quanto gastei, onde, porquê, para quê. Isso no portal da própria Associação. Isto porque há Associações, por exemplo, o caso da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa tem uma editora até! Uma editoria e muito dinâmica! Portanto, são quase empresas (...) Portanto, são empresas privadas dentro de uma entidade pública. E, no fundo, têm de ter todas as exigências das entidade pública, porque estão a laborar dentro da entidade pública. E mais! Nas instalações das entidades públicas, esse é outro aspeto. (...) Os códigos de conduta são instrumentos de prevenção de riscos (...) Pedem apoio. Podem pedir apoio ao Conselho de Prevenção da Corrupção, por exemplo. (...) Ou à própria Universidade em que estão inseridos. Ou como estão numa Universidade podem socorrer-se de exemplos, de códigos de conduta que existam e adaptá-los. (...) Sim, mas podem... por exemplo, aqui podia-se utilizar o método.. normalmente, os códigos de conduta são publicados e, portanto, poderão as Associações ver que códigos de conduta existem e também num ato de reflexão adaptá-los à sua especificidade (...) E o caminho faz-se caminhando”</p>

Tabela 34. Medidas - princípios nos Estatutos

Problemática	A Integridade, Transparência e Democraticidade nos Estatutos
Entrevista 7.	<p>“Sim, sim. De ética, de transparência e de conflito de interesses também”</p>
Entrevista 8.	<p>“É evidente, mas também até para as entidades públicas. É evidente mas tem de se dizer. E o que é que significa integridade? O que é que significa responsabilidade? O que é que significa transparência? Tem de haver... eu acho que no caso das Associações de Estudantes até era bom haver comportamentos esperados, está a ver? Comportamentos esperados e não esperados. Em que comportamentos se traduz a integridade e a transparência e a imparcialidade, etc.? Uma carta ética e um código de conduta”</p>

Tabela 35. Medidas - existência de um órgão de controlo

Problemática	Existência de um órgão de controlo (Conselho Fiscal ou outro)
Entrevista 7.	<p>“Acho que faz sentido. Faz todo o sentido. Colegial. Basta que uma pessoa (...) [E isto é interessante porque ao discutir mecanismos de controlo a nível interno surge sempre esta inquietação – os Conselhos Fiscais são suficientes para garantir...] B: Por um lado, estão envolvidos, estão empenhados ou são só uma figura meramente decorativa. Isso também depende da postura das pessoas sobretudo. Admito, ponto n.º 1, que estes órgãos possam ter de facto esta função de controlo. Aliás é essa uma das suas atribuições. Se calhar, é um controlo formal, não vêm os procedimentos, vêm as contas e vêm se aquilo está tudo certo e, pronto, está certo. Podem ser objetos também de fraude, porque podem-lhes ser apresentados contas que estejam falseadas, como faturas falsas, como falou há bocado (riso), em termos de pagamentos, por exemplo, mas ainda assim o Conselho Fiscal é um órgão de controlo. As pessoas têm de estar envolvidas e cientes da responsabilidade da sua função, obviamente.”</p>
Entrevista 8.	<p>“As Associações de Estudantes deviam ter também uma estrutura de controlo interno, um auditor interno, digamos assim (...) Para além do Conselho Fiscal. Até é uma modificação interessante, não é? Um auditor interno, para além do Conselho Fiscal, que é responsável por aquilo que se passa internamente. (...) O auditor interno não é independente da Associação de Estudantes. É interno. Agora, no caso de a Associação de Estudantes ter uma dimensão aceitável, grande, nada obstaria que se contratasse uma empresa de auditoria, periodicamente. Mas isso já é uma coisa cara, não é? (...) Para lá do Conselho Fiscal. Portanto, é um mecanismo de apoio à gestão. Quer dizer o próprio gestor... por exemplo, eu aqui no Tribunal de Contas tenho um auditor interno, para além da empresa de auditoria (aquela empresa de auditoria que está ali [aponta] e que faz auditorias às nossas contas), eu tenho um auditor interno que depende do Presidente, que eu digo assim “vá ver, se faz favor, o que se passa no departamento x. Gostava que auditasse este ano isto”. Faz parte da gestão. (...) Não [levanta-se e afasta-se], o auditor interno aqui... [atende chamada] Quer dizer, aí o auditor interno só tem independência técnica, ele atua segundo as ordens do gestor. É o próprio gestor que diz “vai ver o que se passa aqui, naquele setor, neste, neste, neste e naquele”. Como nós temos aqui no Tribunal, um auditor interno que eu digo “vá ver como é que a receção do Tribunal funciona”, por exemplo.”</p>

Tabela 36. Medidas - existência de um plano de prevenção de riscos de corrupção

Problemática	Existência de um Plano de Riscos de Corrupção
Entrevista 7.	<p>“Quer dizer, mal não fará um plano de prevenção de riscos de fraude faz sentido, é coerente com os outros instrumentos (com o código de ética e com o manual de boas práticas). Agora, será que tem de ter assim o rigor que um plano tem de ter numa instituição maior? Mas faz sentido que as pessoas que estejam nos órgãos que conheçam, que identifiquem e que se identifiquem com a possibilidade de haver fraude, de haver desvios, de haver atribuição indevida de subsídios, de haver transparência na contabilidade, na contabilização das verbas e haver medidas de prevenção no sentido de mitigar ou afastar tanto quanto possível esses riscos. Do ponto de vista teórico, enfim, o código de ética e de conduta se calhar pode ter um conjunto de medidas de conduta que sejam em si mesmas já cuidados de prevenção de riscos de fraude e de corrupção. Mas faz sentido. Respondendo à essência da sua pergunta – faz sentido.”</p>
Entrevista 8.	<p>“Estava eu a dizer: qualquer gestor público ou privado, se quer ser bom gestor, tem de ter um plano de prevenção de riscos. Eu hoje não concebo... é claro, a partir de uma certa dimensão da sua entidade. Um plano de prevenção de riscos é aquilo que nós dizemos: é um instrumento de gestão. Por isso é que nós aqui designamos – plano de prevenção de riscos incluindo os riscos de gestão incluindo os de corrupção.”</p>

Tabela 37. Medidas - existência de procedimentos de controlo

Problemática	Sobre a existência de procedimentos de controlo (como, por exemplo, a realização de auditorias)
Entrevista 7.	<p>“Ah, isso pois... lá está, faria sentido, mas isso é uma coisa que é cara e acaba por hipotecar... ou seja, criando um conjunto de ferramentas de controlo com essas características todas o risco do orçamento se perder todo por aí e retirar ineficácia à Associação é grande. E, portanto, a Associação não existe apenas e só para se controlar. Existe, sobretudo, para satisfazer os estudantes e os seus projetos, não é? (...) A noção da razoabilidade é uma noção importante e aqui, como tudo na vida, ela deve estar presente. Agora, não ter nada é claramente um território de risco. Fica tudo entregue nas pessoas e no seu índice de integridade. Ter a estrutura toda muito pesa o orçamento fica praticamente todo gasto internamente com estes mecanismos todos”</p>
Entrevista 8.	

Tabela 38. Medidas - existência de serviços de apoio

Problemática	Serviços de apoio (contabilístico, fiscal, judiciário)
Entrevista 7.	<p>“Poder... sim, claro que sim. A questão é que isso acaba por se revelar em custos e se calhar muitas vezes podem ser insuportáveis dadas a natureza e a dimensão dessas Associações. Do ponto de vista dos princípios, faria sentido. Do ponto de vista financeiro e económico, se calhar poderá ser um bocadinho pesado. Se calhar, os alertas formativos que referiu, um código de ética e de conduta e também, por associação, a questão de responsabilizarem-se mais as pessoas, nomeadamente, se praticarem alguma coisa que seja contrária claramente ao que está previsto no código de conduta (e no plano de prevenção de riscos, se existir) que pode ser sancionável de vários pontos de vista (até de um ponto de vista criminal se houver a prática de um crime; aliás os crimes que estão previstos, podem estar indicados no código de conduta)... poderá ser uma medida que possa suprir os custos próprios ou inerentes à existência de um contabilista, de um advogado, enfim... é a ideia que eu tenho. A menos que possam partilhar (mas não faria muito sentido) dentro da Universidade haver um departamento de apoio jurídico para todas as Associações de Estudantes, Direito, Arquitetura, Veterinária, Ciências Sociais, Engenharia... mas também não faz muito sentido isto... se há uma autonomia... (...) Faz sentido, a questão é que isso pode ter um custo financeiro de tal maneira que acabam por consumir o orçamento inteiro no sistema de controlo, percebe a ideia? (...) Eu diria que das duas figuras se calhar faria mais sentido primeiro considerar o contabilista. O contabilista é o técnico que tem efetivamente conhecimento para organizar a contabilidade. E, porventura, só depois... isto numa ótica de redução de custos, percebe? Se tivéssemos de ter, e as duas figuras fariam sentido, se calhar primeiro o contabilista, quem percebe da contabilidade, e depois o jurista. Mas como digo se calhar é possível nalgumas instituições dada a sua dimensão fazer uma contabilidade, enfim, com alguma organização sem ter necessariamente um contabilista lá a trabalhar.”</p>
Entrevista 8.	<p>“Caso tenham dimensão para o efeito (...) Caso tenham dimensão para o efeito, porque se não tiverem recursos, se for uma Associação de Estudantes digamos meramente académica, que não utilize muitos recursos, seja mais de organização de eventos académicos pode não se justificar, mas isso depende (...) Agora tem de se ver é se têm recursos para ter um advogado permanentemente. Aí eu é que tenho de prevenir os riscos. O ideal aí caso não haja recursos suficientes é prevenir o risco de conflitos, lá está, de conflitos de gestão que possam levar a ações judiciais, não é? Esse é um risco de gestão que deve ser prevenido. Prevenir ao máximo contendas judiciais (...) Às vezes podem estar a fazer por não saberem (...) Se houver recursos financeiros para o efeito, é ótimo. Mas aí já envolve recursos, é como ter um gestor, não é? (...) Também há assistência judiciária, como sabe. Também há o Instituto da Assistência Judiciária, para quem não tem recursos (...) Aí já se está a intrometer um pouco porque também pode haver conflitos com o IPDJ. Não pode? (...) Pode haver. Imagine que o IPDJ concede um apoio e este é aplicado para um fim diferente a que se destina... (...) Aí há uma contenda. E imagina que a Associação diz “isto para mim está tudo bem” e “ai não está não, tem de devolver o dinheiro...” então aí... pode haver uma gestão de conflito de interesses.”</p>

Tabela 39. Medidas - realização de formações

Problemática	Realização de formações aos estudantes que integram a AE/AA
Entrevista 7.	<p>“Faz sentido, claro que sim, no sentido das pessoas que estão lá ficarem mais atentas e mais envolvidas com determinados cuidados que elas vão ter de verificar. Porque às vezes a fraude acontece não porque as pessoas sejam propriamente mal-intencionadas... não lhe chamemos fraude, chamemos-lhe uma má gestão, não porque há uma intenção indevida das pessoas, mas por um total desconhecimento, percebe? E às vezes o desconhecimento acaba por levar a situações graves, desconfortáveis para todos, e que geram a tal desconfiança sobre a própria instituição. Portanto, haver esses cuidados formativos faz sentido, faz todo o sentido (...) [sobre o papel do IPDJ nestas formações] Incluir no seu plano de formação essas componentes, sim. Na medida em que é uma entidade que disponibiliza apoios financeiros concretamente às Associações de Estudantes e se de facto é considerado que este alerta é importante para ambas as partes, mas neste caso para quem está na Associação de Estudantes, o IPDJ no âmbito dos projetos formativos que tem acho que faz sentido incluir matérias no âmbito da ética, da integridade e da gestão, pronto, pública, chamemos-lhe assim.”</p>
Entrevista 8.	<p>“Claro que sim. Eu acho que faz sentido a formação, mas também faz sentido relativamente a certas Associações Académicas que já funcionam como empresas que tenham um gestor pago. Como eu referi, há algumas Associações Académicas que parecem autênticas empresas, empresas essas que têm uma dimensão já muito grande e que portanto têm de ter um gestor profissional, porque já movimentam muito dinheiro.”</p>

Anexo I. Inquérito aplicado aos estudantes universitários

Dimensões		Questões	Escalas de Medida	Fonte
Avaliação da importância das Associações de Estudantes	1.	Pensando na sua Associação de Estudantes (AE)/Associação Académica (AA), que palavras lhe vêm à mente quando pensa na missão destas associações?	Cite até ao máximo de três palavras	Elaboração própria
	2a.	Considera que a Associação de Estudantes (AE)/Associação Académica (AA) tem impacto na vida académica?	Sim, Não, Não Sei	
	2b.	Diga de que modo a AE/AA tem impacto na vida académica	Resposta aberta	
Medição genérica do desempenho da AE/AA	3.	Numa escala entre 0 = nada satisfeito a 10 = totalmente satisfeito, de modo geral, qual o seu grau de satisfação com a democracia interna da sua AE/AA?	Escala de 0 = nada satisfeito a 10 = totalmente satisfeito	
Medição específica da democraticidade na gestão	4.	Tendo em consideração o funcionamento da sua AE/AA, indique, por favor, o nível de frequência de cada uma das seguintes práticas. Para tal, deverá indicar numa escala de 0 a 10, em que 0 significa “Nunca” e 10 significa “Muito frequente”, a sua posição:	Escala de 0 a 10, em que 0 significa “Nunca” e 10 significa “Muito frequente”	Elaboração própria adaptado de Huberts (2018; 2014) e Rahat & Shapira (2017)
<i>Liberdade de expressão</i>	4a.	Os membros da AE/AA podem expressar as suas opiniões e criticar a Direção da AE/AA em liberdade		
<i>Liberdade de voto</i>	4b.	Os membros da AE/AA podem exercer o seu direito de voto em função das suas convicções e entendimento das matérias em discussão		
<i>Paridade/Inclusão</i>	4c.	A composição das listas a eleições assegura a paridade entre homens e mulheres		
<i>Não discriminação/inclusão</i>	4d.	A AE/AA não discrimina os seus membros em função do ano de matrícula, género, preferências sexuais, proveniência geográfica, identidade cultural, religião, convicções políticas ou ideológicas		
<i>Competitividade</i>	4e.	As eleições para os órgãos da AE/AA são bastante participadas		
<i>Participação/Vertical Accountability</i>	4f.	As assembleias de alunos são bastante participadas		
<i>Participação/Vertical Accountability</i>	4g.	As diferentes listas às eleições para os órgãos da AE/AA apresentam alternativas claras entre si		
<i>Pluralismo</i>	4h.	A AE/AA promove os interesses dos seus membros nas instâncias de governo da instituição de ensino superior		
<i>Representação</i>	4i.	A Direção presta contas em assembleias de alunos com regularidade		
<i>Prestação de Contas/Horizontal Accountability</i>	4j.	A Direção é responsável pela gestão da AE/AA e pelas decisões tomadas em nome desta		
<i>Responsabilidade</i>	4k.	As informações essenciais sobre a gestão da AE/AA encontram-se disponíveis no site ou em alguma rede social da Associação		
<i>Transparência</i>	4l.	A AE/AA tem autonomia administrativa, financeira e patrimonial e não está sujeita à interferência de terceiros		
<i>Independência</i>	4m.	Os membros dos órgãos sociais atuam em função da missão e valores da AE/AA e não para benefício pessoal ou de terceiros		
Medição genérica do desempenho da AE/AA	5.	Numa escala entre 0 = nada satisfeito a 10 = totalmente satisfeito, de modo geral, indique qual o seu grau de satisfação com a transparência na gestão da sua AE/AA?	Escala entre 0 = nada satisfeito a 10 = totalmente satisfeito	Elaboração própria
Medição específica da transparência na gestão	6.	Numa escala entre 0 = nunca a 10 = muito frequente, na sua opinião, com que frequência os seguintes itens de informação encontram-se disponíveis no site oficial ou rede social (Facebook, Instagram, ou outro) da sua AE/AA?	Escala entre 0 = nunca a 10 = muito frequente	
	6a.	A constituição das listas para as eleições		
	6b.	Convocatórias para as Assembleias Gerais de Alunos		
	6c.	Links para repositórios online (drive) de documentos relevantes da AE/AA (p.e., relatórios de contas e atividades, atas das Assembleias de Alunos, informação sobre contratos estabelecidos)		
	6d.	Informação histórica da AE/AA		
	6e.	Informação biográfica dos elementos que compõem os órgãos sociais da AE/AA		

	6f.	Uma lista da composição dos estudantes associados à AE/AA		
	6g.	Documentação associada à realização de eventos da AE/AA (p.e., programas de conferências/palestras, atividades de formação, etc.)		
	6h.	Indicação dos eventos financiados com apoio do IPDJ (Instituto Português do Desporto e Juventude)		
	6i.	Lista de entidades parceiras e respetivos apoios		
	6j.	Contactos dos órgãos sociais e dirigentes associativos		
	6k.	Notícias e informações atualizadas sobre as atividades da AE/AA		
Medição genérica do desempenho da AE/AA	7.	Numa escala entre 0 = nada satisfeito a 10 = totalmente satisfeito, de modo geral, indique qual o seu grau de satisfação com a integridade na gestão da sua AE/AA?	0 = nada satisfeito a 10 = totalmente satisfeito	
Medição específica da integridade na gestão	8.	Casos de más práticas na gestão das AEs/AAs têm vindo a ser divulgados pela comunicação social, ao longo dos anos. Neste sentido, gostaria de saber em que medida considera frequentes as seguintes situações, numa escala de 0 a 10, em que 0 significa “Nunca” e 10 significa “Muito frequente”:	Escala de 0 a 10, em que 0 significa “Nunca” e 10 significa “Muito frequente”	
	8a.	Um membro da AE/AA usar o seu poder para obtenção de benefícios privados/pessoais (1)		
	8b.	Uso da autoridade ou da posição dentro da AE para favorecer alguém (p.e. um negócio de um amigo ou de família) (2)		
	8c.	Ganhos pessoais adquiridos pelo facto de pertencer à AE/AA (3)		
	8d.	A interferência (ou potencial interferência) de interesses pessoais de um membro com o interesse coletivo da AE/AA (4)		
	8e.	Uso de outros meios não estipulados para atingir objetivos organizacionais em benefício da AE/AA (5)		
	8f.	Abuso de informação importante para a AE/AA (6)		
	8g.	Incumprimento das normas estipuladas nos Estatutos da AE/AA (7)		
Medição confiança (socio-trópica)	9.	Numa escala de 0 = nenhuma confiança a 10 = total confiança, qual o seu nível de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa da qualidade do Ensino Superior?	Escala de 0 = nenhuma confiança a 10 = total confiança	
Medição confiança (egocêntrica)	10.	E qual o seu nível de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa dos seus interesses (numa escala de 0 = nenhuma confiança a 10 = total confiança)?	Escala de 0 = nenhuma confiança a 10 = total confiança	
Medição específica de desempenho	11.	De acordo com a Lei n.º 57/2019, de 7 de agosto, as Associações de Estudantes (AEs)/Associações Académicas (AAs) do Ensino Superior têm capacidade de participar na elaboração de legislação sobre o Ensino Superior através da emissão de pareceres aquando do processo de elaboração da legislação sobre ensino, num conjunto de domínios (Art.º 20.º). Neste sentido, indique o grau de satisfação com o desempenho da sua AE/AA (numa escala entre 0 = nada satisfeito a 10 = totalmente satisfeito) para cada um dos seguintes domínios:	Escala entre 0 = nada satisfeito a 10 = totalmente satisfeito	
	11a.	Na definição, planeamento e financiamento do sistema educativo		
	11b.	Na gestão dos estabelecimentos de ensino superior		
	11c.	Na discussão das questões relativas ao ensino superior		
	11d.	Na definição da ação social escolar		
	11e.	Na discussão sobre o plano de estudos, a reestruturação de cursos, os graus de formação e habilitações		
Conhecimento de situações graves (desonestas ou ilegais)	12.	De um modo geral, já teve conhecimento de alguma situação grave (desonesta ou ilegal) relacionada com a gestão das AEs/AAs ou com as atividades por estas desenvolvidas?	Nunca, 1x, 2x, 3x ou mais, Não sei	

Implicações más práticas	13.	Imagine que a sua AE/AA aparecia envolvida num escândalo de más práticas ao nível da gestão, independentemente de este vir a provar-se verdadeiro ou falso. Quais julga serem as principais implicações para a AE/AA que resultariam desta exposição pública? (pode assinalar mais do que uma opção)	Danos reputacionais à imagem do líder associativo da AE/AA em questão, Danos reputacionais à imagem da AE/AA em questão, Danos reputacionais à imagem da Instituição de Ensino Superior em questão, Danos reputacionais à imagem do Ensino Superior em geral, Danos reputacionais à imagem das AEs/AAs em geral, Não sei	Adaptado de "ETHICS: Ética e integridade na política: Perceções, Controle e Impacto"
Avaliação de medidas	14.	Agora gostaria de obter a sua opinião sobre a importância que atribui a um conjunto de medidas a implementar com vista à melhoria da gestão da sua AE/AA. Numa escala entre 0 = nada importante a 10 = totalmente importante, indique a sua opinião sobre cada uma das seguintes medidas:	Escala entre 0 = nada importante a 10 = totalmente importante	Elaboração própria
	14a.	Disponibilização online do Relatório de Contas anual nas Assembleias / Reuniões Gerais de Alunos		
	14b.	Realização de Assembleias/Reuniões Gerais de Alunos com regularidade (mais de 1x por ano)		
	14c.	Realização de auditorias externas com regularidade (pelo menos uma cada 5 anos)		
	14d.	Consagração de valores e princípios éticos nos Estatutos (por exemplo, transparência, integridade, inclusão, etc.)		

Caracterização dos Inquiridos	14e.	Existência de um Plano de Prevenção de Riscos de Gestão	Feminino, Masculino, Não Binário, Outro (Qual?), Prefiro não responder
	14f.	Existência de um Código de Conduta, aplicado a todos os membros da AE/AA	
	15.	Género	
	16.	Indique, por favor, a sua idade (em número):	
	17.	Em que Instituição de Ensino Superior se encontra, atualmente, a estudar?	
	18.	Em que ciclo de estudos está inscrito?	
	19.	Indique, por favor, o curso em que está inscrito	
	20.	Já fez ou faz parte de uma Associação de Estudantes ou Associação Académica de Estudantes?	
	21.	Pertence ou já pertenceu aos órgãos sociais de uma AE/AA?	
	22.	E há quanto tempo exerce ou exerceu o cargo para o qual foi eleito?	

Anexo J. Caracterização dos Inquiridos

Tabela 40. Participantes no estudo

		N	%	% Válida	% Cumulativa
Válido	Dou o meu consentimento, iniciar o estudo	442	98,9	98,9	98,9
	Não dou o meu consentimento, não desejo participar	5	1,1	1,1	100,0
	Total	447	100,0	100,0	

Tabela 41. Participação no sorteio

Ao preencher este inquérito pode habilitar-se ao sorteio de um voucher de 50€. Deseja participar neste sorteio?					
		N	%	% Válida	% Cumulativa
Válido	Sim	421	94,2	95,5	95,5
	Não	20	4,5	4,5	100,0
	Total	441	98,7	100,0	
Missing	System	6	1,3		
Total		447	100,0		

Tabela 42. Género dos inquiridos

Género					
		N	%	% Válida	% Cumulativa
Válido	Feminino	325	72,7	74,4	74,4
	Masculino	102	22,8	23,3	97,7
	Não Binário	5	1,1	1,1	98,9
	Prefiro não responder	5	1,1	1,1	100,0
	Total	437	97,8	100,0	
Missing	System	10	2,2		
Total		447	100,0		

Figura 5. Género dos inquiridos

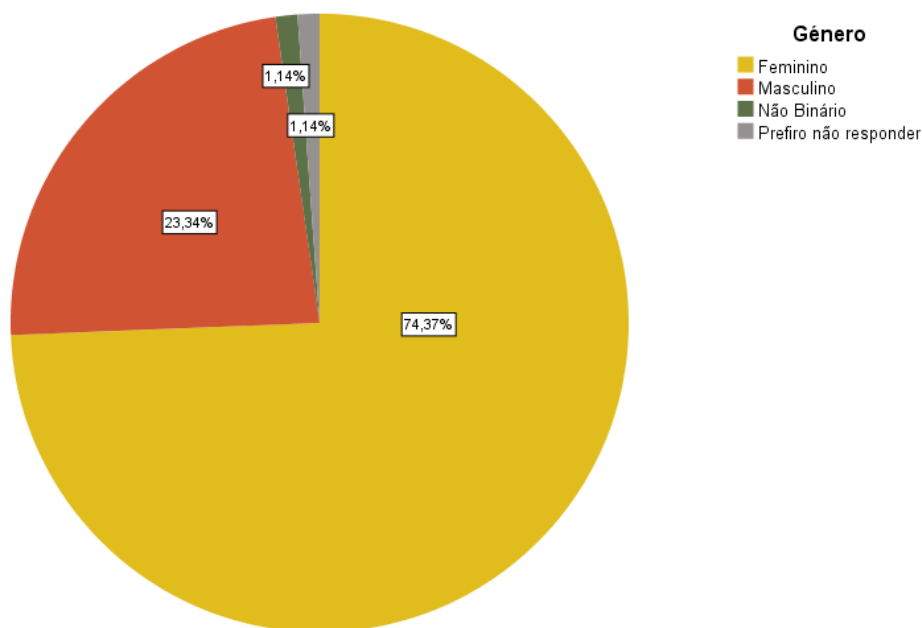


Tabela 43. Idade dos inquiridos

Indique, por favor, a sua idade (em número):		
N	Válido	438
	Missing	9
Média		23,01
Desvio-Padrão		6,575
Mínimo		17
Máximo		66

Tabela 44. Idade dos inquiridos (continuação)

Indique, por favor, a sua idade (em número):					
		N	%	% Válida	% Cumulativa
Válida	17	8	1,8	1,8	1,8
	18	59	13,2	13,5	15,3
	19	50	11,2	11,4	26,7
	20	54	12,1	12,3	39,0
	21	59	13,2	13,5	52,5
	22	59	13,2	13,5	66,0
	23	37	8,3	8,4	74,4
	24	31	6,9	7,1	81,5
	25	14	3,1	3,2	84,7
	26	11	2,5	2,5	87,2
	27	4	,9	,9	88,1
	28	7	1,6	1,6	89,7
	29	2	,4	,5	90,2
	30	3	,7	,7	90,9
	32	4	,9	,9	91,8
	33	3	,7	,7	92,5
	34	3	,7	,7	93,2
	35	2	,4	,5	93,6
	36	4	,9	,9	94,5
	37	1	,2	,2	94,7
	38	1	,2	,2	95,0
	39	3	,7	,7	95,7
	40	3	,7	,7	96,3
	42	1	,2	,2	96,6
	43	2	,4	,5	97,0
	44	2	,4	,5	97,5
	46	1	,2	,2	97,7
	47	1	,2	,2	97,9
	48	1	,2	,2	98,2
	49	2	,4	,5	98,6
50	1	,2	,2	98,9	
51	3	,7	,7	99,5	
52	1	,2	,2	99,8	
66	1	,2	,2	100,0	

	Total	438	98,0	100,0	
Missing	System	9	2,0		
Total		447	100,0		

Tabela 45. Ciclo de estudos em que está inscrito

Em que ciclo de estudos está inscrito?					
		N	%	% Válida	% Cumulativa
Válido	1.º ciclo (Licenciatura)	228	51,0	51,9	51,9
	2.º ciclo (Mestrado)	183	40,9	41,7	93,6
	3.º ciclo (Doutoramento)	16	3,6	3,6	97,3
	Pós-graduação	7	1,6	1,6	98,9
	Prefiro não responder	5	1,1	1,1	100,0
	Total	439	98,2	100,0	
Missing	System	8	1,8		
Total		447	100,0		

Tabela 46. Instituição de Ensino Superior

Em que Instituição de Ensino Superior se encontra, atualmente, a estudar?	N	%
Iscte	377	84%
Não resposta	16	4%
Iscte (Sintra)	12	3%
Instituto Superior Técnico	5	1%
ISCSP	3	1%
ISEG	5	1%
Universidade de Aveiro	3	1%
Universidade de Coimbra	5	1%
Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa	1	0%
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa	1	0%
FCSH NOVA	1	0%
FCT NOVA	1	0%
FLUP	1	0%
Instituto Politécnico de Setúbal	1	0%
Instituto Superior de Agronomia	1	0%
ISCSL	1	0%
ISEC	1	0%
ISEL	1	0%
NOVA IMS	2	0%
NOVA SBE	1	0%
NOVA School of Law	1	0%
Universidade Aberta	1	0%
Universidade Católica Porto Business School	1	0%
Universidade da Beira Interior - UBI	1	0%
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	1	0%
Universidade NOVA de Lisboa	1	0%

UTAD	2	0%
Total	447	100%

Tabela 47. Curso em que está inscrito

Curso em que está inscrito	N	%
Gestão	38	8,5
Psicologia	35	7,8
Não resposta	34	7,6
Sociologia	30	6,7
Serviço Social	23	5,1
Ciência Política	22	4,9
Gestão de Recursos Humanos	20	4,5
Economia	13	2,9
Informática e Gestão de Empresas	13	2,9
Ciência de Dados	9	2
Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação	9	2
Estudos Internacionais	9	2
Finanças e Contabilidade	9	2
Engenharia de Telecomunicações e Informática	8	1,8
História Moderna e Contemporânea	8	1,8
Gestão de Serviços de Saúde	6	1,3
Gestão Industrial e Logística	6	1,3
Políticas Públicas	6	1,3
Antropologia	5	1,1
Business Analytics	5	1,1
Contabilidade	5	1,1
Economia e Políticas Públicas	5	1,1
Economia Política	5	1,1
Ciências do Trabalho e Relações Laborais	4	0,9
Engenharia Informática	4	0,9
Gestão de Marketing	4	0,9
Gestão de Sistemas de Informação	4	0,9
Arquitetura	3	0,7
Ciências em Emoções	3	0,7
Direito	3	0,7
Economia da Empresa e da Concorrência	3	0,7
Finanças	3	0,7
Gestão de Empresas	3	0,7
Marketing	3	0,7
Matemática Aplicada à Transformação Digital	3	0,7
Tecnologias Digitais e Gestão	3	0,7
Tecnologias Digitais e Inteligência Artificial	3	0,7
Tecnologias Digitais Educativas	3	0,7

Administração Escolar	2	0,4
Ciências da Comunicação	2	0,4
Economia Monetária e Financeira	2	0,4
Engenharia Mecânica	2	0,4
Engenharia Química	2	0,4
Engenharia, Telecomunicações e Informática	2	0,4
Estudos de Desenvolvimento	2	0,4
Estudos e Gestão da Cultura	2	0,4
Gestão de Recursos Humanos e Consultoria Organizacional	2	0,4
Gestão Internacional	2	0,4
Medicina	2	0,4
MEI	2	0,4
Política, Economia e Sociedade	2	0,4
Políticas de Desenvolvimento dos Recursos Humanos	2	0,4
Psicologia Social e das Organizações	2	0,4
Sistemas Integrados de Apoio à Decisão	2	0,4
Ação Humanitária	1	0,2
Administração Pública	1	0,2
Análise de Dados em Ciências Sociais	1	0,2
Business Administration	1	0,2
CC	1	0,2
Ciência e Tecnologias de Informação e Comunicação	1	0,2
Ciências Económicas	1	0,2
Ciências Sociais	1	0,2
Comunicação	1	0,2
Contabilidade e Controlo de Gestão	1	0,2
Data Science	1	0,2
Desenvolvimento Comunitário	1	0,2
Desenvolvimento de Software e Aplicações	1	0,2
Direito das Empresas e do Trabalho	1	0,2
Discrimination	1	0,2
Educação Básica	1	0,2
Educação e Sociedade	1	0,2
Etc	1	0,2
Engenharia do Ambiente	1	0,2
Engenharia e Gestão Industrial	1	0,2
Gestão de Informação	1	0,2
Gestão de Informações e Segurança	1	0,2
Gestão de Novos Media	1	0,2
Gestão e Estratégia Industrial	1	0,2
Gestão em Serviços de Saúde	1	0,2
Gestão Empresarial	1	0,2
Gestão Empresas	1	0,2
Gestão Hoteleira	1	0,2

Gestão Novos Media	1	0,2
Governança e Sustentabilidade do Mar	1	0,2
Human Resources and Organizational Consulting	1	0,2
Informática Aplicada às Organizações	1	0,2
Jornalismo	1	0,2
Línguas Aplicadas	1	0,2
Management of Services and Technology	1	0,2
Políticas	1	0,2
Políticas de Desenvolvimento de Recursos Humanos	1	0,2
Psicologia Clínica	1	0,2
Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em Risco	1	0,2
Recursos Humanos	1	0,2
Relações Internacionais	1	0,2
Sistemas Energéticos Sustentáveis	1	0,2
Tecnologias Digitais e Saúde	1	0,2
Total	447	100

Tabela 48. Pertença a uma AE/AA

Já fez ou faz parte de uma Associação de Estudantes ou Associação Académica de Estudantes?					
		N	%	% Válida	% Cumulativa
Válido	Pertencço a uma AE/AA	16	3,6	3,6	3,6
	Já pertenci a uma AE/AA	131	29,3	29,8	33,5
	Nunca pertenci a uma AE/AA	289	64,7	65,8	99,3
	Não sei	3	,7	,7	100,0
	Total	439	98,2	100,0	
Missing	System	8	1,8		
Total		447	100,0		
Pertence ou já pertenceu aos órgãos sociais de uma AE/AA?					
		N	%	% Válida	% Cumulativa
Válido	Sim	82	18,3	55,8	55,8
	Não	60	13,4	40,8	96,6
	Não sei	5	1,1	3,4	100,0
	Total	147	32,9	100,0	
Missing	System	300	67,1		
Total		447	100,0		
E há quanto tempo exerce ou exerceu o cargo para o qual foi eleito?					
		N	%	% Válida	% Cumulativa
Válido	< 1 ano	18	4,0	22,0	22,0
	1 ano	28	6,3	34,1	56,1
	2 - 4 anos	26	5,8	31,7	87,8
	> 5 anos	10	2,2	12,2	100,0
	Total	82	18,3	100,0	
Missing	System	365	81,7		
Total		447	100,0		

Tabela 49. Impacto da AE/AA na vida acadêmica

<i>Não tenho a certeza, mas penso que seja a AE tem impacto a organizar os eventos para os estudantes e que tem a certeza de que os alunos têm as condições necessárias para se integrarem nesta nova fase.</i>
<i>Proporciona aos alunos workshops, debates, palestras e festas, e no caso de algum problema, representam os alunos</i>
<i>Auxílio aos alunos, eventos académicos/sociais</i>
<i>Ajuda os estudantes na integração realizando atividades</i>
<i>Apoio aos estudantes durante a vida académica. Ponto de encontro com estudantes de outras áreas. Permite a criação de relações improváveis, pois se não existisse AE só conheceríamos estudantes que estão nos nossos cursos. Criação de dinâmicas festivas, muito importantes para aliviar o stress. Local onde se pode debater e contribuir para a comunidade estudantil, entre outras</i>
<i>Através da organização de eventos, conseguem melhorar o percurso universitário dos estudantes</i>
<i>Com a AE ajuda os estudantes na vida social como eventos e festas, para fornecer aos estudantes um convívio entre alunos, o que é muito importante. O que ajuda na vida académica pois ajuda a lidar com o stress.</i>
<i>Através de apoio aos estudantes e pelos serviços prestados na área do bem-estar</i>
<i>Representação dos alunos que permite que as suas ideias sejam ouvidas e concretizadas pelos cargos decisores das universidades. E criação de dinâmicas e atividades que complementam a experiência académica, como criar espaços seguros para os estudantes.</i>
<i>Considero que as associações de estudantes tem um papel muito importante e relevante para criação de uma ligação mais próxima entre os alunos, a universidade e os professores. Para além disso, ajudam em temas relevantes para os alunos e proporcionam-lhes uma vida social/cultural ativa, que ajudam a tornar inesquecíveis os anos universitários</i>
<i>Através de programas que proporcionam a todos os estudantes</i>
<i>Defendem os interesses dos estudantes, integram dos alunos</i>
<i>Promoção de várias atividades, como palestras, voluntariado, open day, festas</i>
<i>Na forma como integra os alunos e os informa de eventos e medidas importantes para a vida académica.</i>
<i>Através das atividades que organiza e das oportunidade que dá aos alunos</i>
<i>Através da representação dos alunos</i>
<i>Para além de criar uma união para um final comum, permite que todos os alunos possam expressar as suas necessidades e desejos num local onde passam grande parte do seu tempo, a faculdade.</i>
<i>A integração dos estudantes na comunidade académica.</i>
<i>Faz com que, principalmente, os novos estudantes se sintam mais acolhidos nessa nova etapa da vida.</i>
<i>Através da promoção de atividades que zelam pelo ambiente e pela melhoria das condições gerais do ambiente de trabalho dos estudantes.</i>
<i>A AE/AA pode influenciar a experiência académica através do seu envolvimento em projetos, atividades, festas para os alunos e no esforço contínuo para melhorar a qualidade de vida dos estudantes na universidade, respondendo às suas necessidades e problemas. Por exemplo, ao ambicionar obter melhores espaços de estudo, de refeições e melhores preços no geral.</i>
<i>Dá voz aos estudantes e aos problemas destes. Cria ambientes de convívio e integração que também fazem parte da vida académica</i>
<i>Porque é a “ponte” entre professor-aluno, uma associação dedicada ao estudante que zela pelo seu bem-estar e justiça</i>
<i>Festas e desporto académicos</i>
<i>Ajuda na organização da vida estudantil</i>

<i>Cria oportunidades</i>
<i>Conexão entre alunos</i>
<i>Tem um grande impacto na vida académica porque fazem diversas iniciativas para os estudantes (incluindo festas), para além de lutarem pelos nossos direitos nos ENDAS.</i>
<i>Contribuem para um sentimento de união entre os alunos, e uma facilitação do diálogo entre alunos e órgãos do instituto</i>
<i>De forma a ajudar novos alunos a integrar-se no meio académico e a conhecer novos alunos dentro da mesma instituição e também para criar eventos e atividades de lazer a toda a comunidade académica.</i>
<i>Ajudando a promover eventos e a ajudar os estudantes na sua integração</i>
<i>Lutando pelas condições que a maioria dos alunos querem ter e promovendo o bem-estar dos mesmos a todos os níveis, desde a sua integração no meio académico até à qualidade dos seus estudos.</i>
<i>Suporta todos os alunos, tanto a nível de materiais de estudo como na luta pelos direitos dos alunos, assim como proporciona aos estudantes uma melhor experiência académica com a organização de festas, eventos e outros momentos de socialização ou aprendizagem.</i>
<i>Proporciona momentos de lazer aos estudantes</i>
<i>Na dinamização de festas</i>
<i>É um intermediário entre os alunos e o corpo docente/direção da instituição. Permite uma maior ligação e envolvimento entre os alunos e a faculdade. Cria um bom ambiente na faculdade assim como a divulgação de atividades que ocorrem em determinada instituição.</i>
<i>Ajuda os estudantes a melhor se integrarem na vida académica</i>
<i>Proporcionou-me oportunidades de acesso a informação no mercado de trabalho, aumento da minha base de contactos, ajudou à minha integração no curso com atividades recreativas e a desenvolvimento de soft skills em vários workshops</i>
<i>Ser a voz dos alunos, interesse em proporcionar uma melhor experiência aos alunos na instituição</i>
<i>Permitiu-me, através de atividades e iniciativas que fez, conhecer melhor pessoas do meu curso e ficar a conhecer tantas outras da minha universidade.</i>
<i>Ajuda na organização do estudo e de tudo o que envolve a universidade</i>
<i>Motiva os estudantes. Cria novas dinâmicas de forma a que os estudantes participem e se sintam integrados. Criam eventos que proporcionam diversas experiências aos alunos.</i>
<i>Tentam junto da reitoria conseguir as melhores condições para os estudantes da instituição, além de proporcionarem momentos de convívio através de festas e outros eventos didáticos</i>
<i>A AE tem impacto na vida académica dos estudantes, uma vez que realiza atividades para os alunos a fim de os integrar, acolher e conhecer a faculdade.</i>
<i>É através da AE que os alunos conseguem que as suas necessidades sejam ouvidas pela direção</i>
<i>Tem impacto devido a iniciativas que organizam</i>
<i>Dinamizar atividades, dar informações. Ser a voz dos estudantes</i>
<i>Afeta decisões relacionadas com as propinas, com a gestão da cantina e bares etc.</i>
<i>Relativamente aos alunos em regime diurno, acho que tem um impacto positivo na integração e inclusão dos novos alunos. Face aos alunos do regime pós-laboral, é totalmente o oposto. Não existe atividades que sejam compatíveis com estes alunos, com a agravante dessas mesmas perturbarem as suas aulas, uma vez que é à noite.</i>

<i>Uma associação de estudantes tem impacto na vida académica, uma vez que o seu objetivo para além de representar a comunidade estudantil, é ajudar o percurso académico dos estudantes e proporcionar bons momentos e memórias para daqui a uns anos lembrar.</i>
<i>Proporciona eventos e festas que permitem a integração defende os interesses gerais dos alunos providencia um conjunto de recursos que nos permite desenvolver</i>
<i>No início do ensino superior, costumam ser as atividades propostas pela AE que fazem com que os alunos conheçam a faculdade e os restantes alunos/colegas de curso; visam sempre melhorar as condições dos alunos e lutam pelos seus direitos.</i>
<i>Contribui para a saúde mental dos alunos e é bom para fazer networking</i>
<i>Defesa dos interesses dos estudantes e promoção da comunidade</i>
<i>Organizando eventos, académicos ou não, que ajudam na integração de novos estudantes e na criação de elos entre novos e antigos estudantes, bem como entre escolas e cursos.</i>
<i>Foi importante na integração e deu a conhecer a comunidade académica</i>
<i>Deve representar os principais interesses dos alunos, fazendo pressão sobre as estruturas hierarquicamente superiores na estrutura de uma faculdade</i>
<i>Organizam palestras, festas e etc. Que contribuem para o aumento de conhecimento e cultura dos alunos, bem como o bem-estar dos mesmos.</i>
<i>Planeamento e execução de festas</i>
<i>Cria eventos que ajudam o meu percurso académico</i>
<i>Eventos culturais e recreativos, dinamização de novas políticas educativas e sociais</i>
<i>Impacta através das oportunidades que dá aos alunos (palestras/ open day's/ etc.), mas também possibilita os alunos a participarem mais ativamente e terem um papel nas decisões de uma faculdade</i>
<i>Através da organização de eventos, maioritariamente os recreativos (festas, sobretudo)</i>
<i>Melhoria das condições académicas dos alunos</i>
<i>Consegue lutar pelos direitos coletivos dos estudantes e representá-los, de modo a terem melhores oportunidades e qualidade na vida de estudante</i>
<i>A AE é responsável por reivindicar os direitos dos estudantes, sendo essa uma das suas principais missões. Por outro lado, é dinamizadora de bastantes projetos que, não só enriquecem o conhecimento dos estudantes através do seu interesse, como criam momentos de descontração para os mesmos</i>
<i>Acredito que parte das atividades desenvolvidas na faculdade são dinamizadas pela ae. Acho também que as ae se preocupam com a melhoria de condições físicas e pedagógicas.</i>
<i>Conhecer pessoas e outras formas de pensar</i>
<i>Organiza eventos que juntam os alunos, promovendo a socialização e a integração dos mesmos. Promove também um estilo de vida de equilíbrio "faculdade-vida"</i>
<i>Através da organização de atividades que dão oportunidade de conhecer pessoas novas</i>
<i>Procura continua de benefícios para os estudantes, processos de integração e boas-vindas, defesa dos interesses dos alunos e representação dos mesmos</i>
<i>A AE é o meio pelo qual os estudantes podem comunicar as suas necessidades gerais à reitoria do Iscte. A AE cria propostas com base nestas necessidades e se a reitoria achar que alguma/s das propostas são pertinentes e se tem os recursos eles agirão a mudar coisas dentro da faculdade. Nem sempre são coisas que mudem por completo a nossa vida. Outra coisa é a organização de eventos que mantem o espírito da faculdade e que eles devem organizar cada certo tempo.</i>

<i>Melhora, no geral, a instituição de ensino tendo em conta os desejos dos alunos num objetivo coletivo de desenvolver os espaços e serviços que são do direito destes. Além disso, potencializa a união entre os alunos pelos eventos organizados.</i>
<i>Melhoria no dia-a-dia do estudante. Dar voz ao estudante. Incentivos e ideias inovadoras para a faculdade e aluno.</i>
<i>Cria laços e networks importantes</i>
<i>Na receção dos caloiros, bastante importante tal como todos os outros núcleos dos estudantes ...todas as atividades que fazem ao longo do ano, desde um evento de Erasmus até uma festa no pátio tem sempre objetivo de proporcionar a melhor vida académica. Desde a luta por melhores condições, por exemplo para a cantina ou propinas</i>
<i>A associação de estudantes permite aos alunos o desenvolvimento pessoal, para aqueles que estão inseridos no grupo mas, num ponto de vista externo, a AE ajuda todos os alunos na integração na sua vida universitária</i>
<i>Os esforços que têm vindo a ser desenvolvidos pela AE/AA ao longo dos últimos anos têm contribuído para uma melhor vivência e experiência dos alunos do Iscte no meio académico. Exemplos disto são a preocupação da AE/AA com a promoção da sustentabilidade, direitos dos estudantes (redução do valor das propinas, melhores condições nos espaços de refeição, etc.), e divulgação de produtos de higiene menstrual.</i>
<i>A AE ajuda na integração e desenvolvimento dos estudantes e luta pelos seus direitos.</i>
<i>Representação, papel informativo da comunidade estudantil</i>
<i>Promove eventos, atividades e festas fundamentais para uma boa vida académica</i>
<i>Luta pelo direito dos estudantes, melhoria de condições de ensino.</i>
<i>Por vezes são os únicos que conseguem comunicar os problemas presentes nas escolas aos órgãos superiores e dinamizam as escolas</i>
<i>Já presenciei muitas manifestações que mudaram algumas coisas posteriormente, como por exemplo a utilização dos micro-ondas na cantina e o aumento de números dos mesmos.</i>
<i>Através das reivindicações e solicitações de um coletivo, é possível obter resultados satisfatórios para todos. A união faz realmente a força quando trata se de AEs.</i>
<i>As AE têm a capacidade de representar os interesses comuns dos alunos, podendo melhorar as condições académicas e ajudando também a dinamizar o tempo passado nas instituições para lá das aulas. Possibilitando a aproximação de alunos também</i>
<i>A integração dos caloiros no Iscte foi algo de certo memorável</i>
<i>Festivais</i>
<i>São ou podem ser o primeiro contacto quando se entra para o ensino superior e poderão ajudar na integração na vida académica.</i>
<i>Apoiar os estudantes em qualquer dificuldade e promove atividades além das licenciaturas/mestrados</i>
<i>Através de eventos de cariz académica/cultural</i>
<i>Fornece eventos que ajudam na integração dos alunos.</i>
<i>Não só na dinamização de incitativas, mas também pela lutas dos direitos e deveres dos alunos</i>
<i>Facilita a integração dos estudantes no decorrer período escolar e promove o conhecimento das regras, procedimentos, atividades, em vigor. Mediador entre os interesses dos estudantes e da escola.</i>
<i>A AE cria vários eventos académicos para os alunos da faculdade que normalmente têm bastante adesão, juntando vários alunos e fazendo com que estes se conheçam e se relacionem</i>

<i>A AE/AA proporcionam momentos de convívios e diversão o que ajuda os estudantes a conhecerem-se e a criarem laços. Também são importantes na medida em que representam cada problema e cada dúvida de milhares de estudantes da universidade.</i>
<i>Na medida em que promove dinamismo à instituição de ensino.</i>
<i>Influenciam as vidas dos alunos para uma melhor jornada académica</i>
<i>As atividades da AE ajudam bastante na integração na vida académica, através de convívios, workshops, festas, entre outros</i>
<i>Organização de atividades que ajuda a melhor integração e socialização.</i>
<i>Ajuda a resolver os problemas dos jovens estudantes relativamente aos problemas que este encontra no ensino superior. Cria atividades para que este sintam bem integrado neste novo patamar escolar</i>
<i>A associação de estudantes tem bastante impacto na vida académica, uma vez que grande parte das iniciativas que acontecem na faculdade são organizadas pela AE (festas, workshops, palestras...)</i>
<i>Através de eventos para os alunos/ estudantes de determinada faculdade, decisões que visam o bem-estar do aluno, bem como ações que podem promover, ou não, o aluno. Têm o poder da voz e de fazer algo</i>
<i>Organiza festas; disponibiliza-se a dar aos novos estudantes experiências como por exemplo a praxe; etc...</i>
<i>É a que promove workshops e eventos. Tem a função de dar voz aos estudantes</i>
<i>Procura incentivar os estudantes a uma vida mais academicamente ativa, aceitando também sugestões dos mesmos de modo a melhorar não só os espaços na universidade como também o convívio entre os alunos.</i>
<i>Apoia os estudantes no seu percurso académico, protegendo os seus direitos e partilhando conhecimento.</i>
<i>Disponibiliza-se a ajudar os alunos nas situações que precisarem</i>
<i>Uma ajuda benéfica aos novos estudantes à cerca da vida académica.</i>
<i>A AE/AA impactante a vida académica pois é a associação que nos representa e nos dá uma voz. Além disso, é quem organiza eventos e traz um maior dinamismo durante o nosso tempo presente na universidade.</i>
<i>Zelando pelos direitos e interesses dos estudantes, ao contactar e negociar com órgãos formais. Além disto, promove momentos lúdicos que visam a integração e interação entre estudantes.</i>
<i>Dinamiza a grande maioria do ambiente académico. As faculdade diferenciam-se por quem está por detrás delas. Sem dúvida que a AE/AA é o que permite dar a conhecer e proporcionar não só experiências como apoio aos alunos.</i>
<i>Permite conviver com outros alunos</i>
<i>As associações de estudantes servem para dar voz a todos os estudantes e aos problemas que estes têm, servem para comunicar os problemas da instituição académica em questão e também para iniciar e apoiar os diversos movimentos estudantis que ultrapassam qualquer instituição académica, e que são sobre todos os estudantes de todas as instituições.</i>
<i>Decidem a qualidade dos órgãos das associações e o como os alunos podem usufruir da sua instituição</i>
<i>Põem em prática, ou tentam pôr em prática os interesses dos estudantes.</i>
<i>Integração na instituição de ensino superior e facilitadora no processo de ligações com os colegas</i>
<i>É como uma “voz” de todos os estudantes de um instituto</i>
<i>Organização de atividades de integração; momentos de convívio</i>
<i>Pelos direitos/ condições dos estudantes</i>

<i>O impacto que tem não é de todo positivo, a AE da minha instituição está mais preocupada com o lazer e arrecadar popularidade do que com as lutas e reivindicações que são comuns aos estudantes</i>
<i>Na realização dos eventos acadêmicos</i>
<i>Pode contribuir para o convívio, apoio financeiro e emocional e luta pela igualdade</i>
<i>A AE concede aos alunos a oportunidade de moldar/influenciar a sua experiência acadêmica, não só ao nível pedagógico mas também na forma como afeta outros aspetos da sua vida</i>
<i>Defende os direitos dos alunos e apoia atividades de lazer na comunidade estudantil</i>
<i>É responsável por organizar eventos que visam juntar toda a comunidade acadêmica, e integrar novos elementos na mesma. É também crucial para permitir proximidade entre os órgãos gerentes das várias universidades e as respetivas comunidades académicas</i>
<i>A AE é a única entidade de uma instituição de ensino superior que serve a 100% aquilo que é suposto serem os interesses dos alunos. Este trabalho, quando bem feito, apresenta um momento único de revolução e mudança de paradigma enquanto presta o devido auxílio e garantindo o bem-estar da comunidade estudantil</i>
<i>A AE cria um maior sentido de união entre os alunos da instituição e cursos.</i>
<i>Apoia os estudantes, faz atividades de integração, desporto académico</i>
<i>Através das festas, é importante para a integração dos alunos e pra tornar a experiência na faculdade mais divertida. É uma instituição extremamente importante para a defesa dos direitos dos alunos, na medida em que é um órgão que os alunos sabem que podem confiar e que, ao mesmo tempo, é o mediador entre os alunos e os órgãos superiores da universidade.</i>
<i>A AE/AA tem um grande impacto na vida académica, não só estimulando a parte social (ao organizar festas, encontros, ...) Como também a parte mais escolar (ao apoiar os estudantes nos estudos, ...)</i>
<i>Recebe bem os novos alunos e contribui para o seu envolvimento na vida académica.</i>
<i>Melhoria nas atividades relacionadas com a faculdade e de âmbito recreativo.</i>
<i>Organiza atividades com o objetivo de dar a conhecer aos alunos o espírito académico e a proporcionar um bom ambiente a quem estuda na faculdade, também é o elemento de ligação com a reitoria</i>
<i>Defende os direitos dos estudantes e se existir a possibilidade de participarmos na AE obtemos novas competências</i>
<i>Organização de eventos</i>
<i>Ajuda nas relações interpessoais</i>
<i>Através de forma democrática pode levar a luta dos estudantes perante a reitoria</i>
<i>A AE tem um papel importante na organização de eventos para a integração da comunidade estudantil e são a ponte de comunicação entre os estudantes e a universidade, reitoria por exemplo.</i>
<i>Melhorou a minha experiência</i>
<i>Melhora a experiência dos estudantes, preocupa-se e age quando há algum problema estudantil e também proporciona boas experiências ao longo do ano letivo</i>
<i>Através de formações, atividades, festas, auxílios, entre outras formas.</i>
<i>Mobilização para atividades de integração</i>
<i>Apresenta muito impacto na vida académica dos estudantes, uma vez que espelham o que os estudantes estão a passar. Assim sendo têm de saber ouvir e contribuir para ajudar nos problemas dos estudantes.</i>
<i>Realizam eventos onde os alunos podem socializar, divertir e aprender.</i>

<i>Ao fazerem parte dela estão a marcar diretamente ou indiretamente, o percurso académico de cada um dos universitários, com tudo aquilo que nos podem proporcionar.</i>
<i>De forma a coordenar e ajudar os estudantes a darem a sua visão e melhorar os serviços académicos</i>
<i>Tem impacto negativo, pois o que importa mais são as festas. O que por sua vez incomoda as aulas no período pós-laboral. E também a ineficiência de criação de mais espaços e refeição.</i>
<i>Mudam a forma como cada IES é vivenciada pelos eventos que são acrescentados e também pelas mudanças estruturais que lutam para mudar no sentido positivo.</i>
<i>Ajuda na formação de amizades</i>
<i>Ajuda a integrar as pessoas</i>
<i>Pode influenciar as oportunidades de aprendizagem e até de emprego, através das suas ações</i>
<i>Diversão</i>
<i>É visto como um núcleo de “apoio” aos estudantes</i>
<i>A possibilidade de mudança dentro da universidade</i>
<i>A AE pode facilitar a integração na faculdade, pode ajudar na conexão com outras pessoas e estudantes de cursos diferentes, pode ajudar na integração no próprio contexto universitário</i>
<i>Concretização de festas/atividades de convívios e integração dos estudantes</i>
<i>A AE funciona como um órgão que tem o poder de defender os interesses dos estudantes junto das outras entidades da universidade (conselho pedagógico, conselho científico). Para além disso também promove eventos que ajudam a integrar os estudantes e também pode ser responsável por algumas ações de cariz social (depende da universidade)</i>
<i>Em teoria, as associações de estudantes deveriam ter um impacto positivo na vida académica. No entanto, segundo a minha experiência, o impacto aparenta ser extremamente seletivo, a preocupação não é para com xs estudantes e em melhorar as suas experiências na academia, mas sim com a criação de eventos com lucro para as mesmas.</i>
<i>O objetivo de uma associação de estudantes, baseia-se no contentamento geral dos alunos. Não só é um símbolo de integridade como também de princípios de visão dos alunos, criando assim, uma dinâmica geral para que o sucesso seja alcançado. A nível de organização, penso que uma AE tem o papel de organizar de forma equivalente todo e qualquer aluno. A organização a nível cultural, é também um elemento que agrada vários alunos de todas as áreas, independente do curso, e, por isso, tem um papel imprescindível na vida “jovem” de todos os alunos.</i>
<i>Atividades de desenvolvimento extracurriculares para os alunos, momentos de lazer fora das aulas.</i>
<i>Pode ter impacto na vida académica na melhoria das condições à disposição dos estudantes, defesa dos seus interesses e na melhoria e/ou facilidade da sua integração.</i>
<i>Proporciona momentos de convívio aos alunos, tanto na dinamização de festas como em momentos desportivos, por exemplo.</i>
<i>Promove atividades para os estudantes se conhecerem</i>
<i>Com eventos, workshops, atividade, sendo a voz dos alunos</i>
<i>Proporcionam todo o tipo de eventos desde culturais, desportivos e de animação. São o que une a universidade aos alunos.</i>
<i>Tem impacto na medida em que planeiam vários eventos aos quais os alunos adirem, nomeadamente a festas.</i>
<i>Dinamismo que leva à faculdade com a organização de iniciativas, eventos e festas.</i>

<i>Articulação de problemas e possíveis soluções com órgãos de governo da instituição; vida cultural e associativa;</i>
<i>As associações de estudantes são a expressão da organização dos estudantes em torno de um projeto em que, à partida, a maioria se revê e que defende os direitos dos alunos. São um espaço de discussão dos problemas do ensino, em geral, e das instituições, em particular. E, neste sentido, um espaço onde se delineiam projetos e medidas concretas para os resolver.</i>
<i>É a voz dos alunos</i>
<i>Cria (ou não) valor à escola. Participa na captação de meios para que haja desporto escolar, bem como outras associações recreativas, culturais (teatro) etc ... para além de também fazer festas ou outros convívios fora do horário de aulas.</i>
<i>Promoção de atividades que permitam o encontro de estudantes, preparação de espaços comuns, participação ativa na representação pedagógica</i>
<i>A nível de representação dos estudantes adentro da instituição, de integração de novos estudantes e de promoção de eventos de interesse</i>
<i>Ao proporcionar atividades, palestras, publicação de notícias de interesse para nos é velhos estudantes</i>
<i>A posição de uma associação de estudantes em relação a assuntos que movimentam os estudantes influencia uma boa ou má relação a nível académico. Se os estudantes não se reverem nas ações da sua ae, pode impactar a nível negativo a vida académica</i>
<i>Promove aos alunos contactos, eventos sociais</i>
<i>Representação dos estudantes junto da reitoria. Organização de momentos recreativos</i>
<i>Faz coisas para os estudantes</i>
<i>Na intervenção na vida laboral e de lazer dos estudantes</i>
<i>Ao criar redes de apoio mútuo e defender os direitos dos estudantes</i>
<i>Melhoria de qualidade de vida dos estudantes.</i>
<i>A AE impacta a vida académica uma vez que se torna a voz dos estudantes nas instituições de ensino, permitindo defender os interesses dos alunos junto dos órgãos da faculdade! É também um meio de integração dos alunos.</i>
<i>A AE organiza uma enorme diversidade de eventos que contribuem para o desenvolvimento de competências académicas.</i>
<i>Se for uma AE muito ativa vou sentir-me muito melhor a integrar a faculdade</i>
<i>É a AE/AA que tem em mãos o poder e simultaneamente a obrigação de representar a sua comunidade estudantil diante dos órgãos da sua faculdade, bem como defender os seus direitos e garantir que o seu percurso académico é salvaguardado quer no estudo quer na parte recreativa</i>
<i>Na forma como apresenta regularmente atividades como festas, entretenimento e ajuda a qualquer dificuldade ou dúvida de cada estudante</i>
<i>Na promoção de eventos que podem ser benéficos para os estudantes e um melhor aproveitamento na sua vida académica.</i>
<i>É a AA que cria atividades extra-aula para tornar a vida do estudante comum mais ativa.</i>
<i>Impacta com a realização de eventos</i>
<i>Atividades extracurriculares; apoio aos estudantes</i>

<i>Aproxima as pessoas através de várias iniciativas. No entanto não participo nas atividades e por esse motivo não estou muito dentro do assunto.</i>
<i>Na sua missão de defesa dos direitos dos estudantes. Enquanto veículo de divulgação de informação relevante para os estudantes. Na sua função de integração e inclusão dos estudantes.</i>
<i>Influenciando as escolhas do alunos e o seu percurso. Por exemplo tem grande impacto na formação dos grupos e pares.</i>
<i>Dinamização do espírito académico, partilha de conhecimentos e de experiências aos alunos, criação de sentimento de pertença com a faculdade</i>
<i>Capacidade de influenciar um percurso académico criando dinâmica na rotina de faculdade, capacidade de passar testemunho entre alunos, proporciona experiências positivas</i>
<i>Para além de festas ou atividades que organizam, é de salientar a ajuda e receção que dão aos novos alunos.</i>
<i>Integração de novos estudantes. Equilíbrio entre estudo e descanso</i>
<i>Organiza eventos para a melhor integração dos estudantes, luta pelos direitos dos mesmos dentro da universidade e oferece um espaço seguro</i>
<i>Proporciona diversos eventos para todos os gostos</i>
<i>Une os alunos</i>
<i>A AE/AA tem a plataforma suficiente para servir os propósitos e necessidades dos estudantes. Através dos seus meios, têm a possibilidade de divulgar informação sobre eventos, sejam estes recreativos, culturais, etc. Também têm o dever e a obrigação de representar os estudantes e expor qualquer situação que necessite de uma determinada atenção. Portanto diria, que a AE/AA tem um impacto na vida académica porque no fundo representa todos os estudantes, podendo servir de guia para ajudar estudantes e principal potencializador de integração social.</i>
<i>Dá voz aos estudantes</i>
<i>Proporcionando o bem-estar e integração dos estudantes, por ser uma fonte fidedigna de informação na qual os estudantes com dúvidas podem confiar e por serem promotores de vários eventos, como festas e sunsets.</i>
<i>Na organização de eventos, tanto para lazer dos estudantes como para guiar os estudantes no seu percurso académico.</i>
<i>Melhoramento de condições.</i>
<i>Tanto na integração como nos eventos que organizam na faculdade.</i>
<i>Influencia a experiência dos estudantes, na sua qualidade de vida</i>
<i>A AE tem impacto para os estudantes através do vasto leque de oportunidades que oferece a estes, tal como festas, desporto escolar ou o grupo de teatro (miscutem)</i>
<i>As atividades que dinamizam permitem estabelecer novos contactos e amizades</i>
<i>A associação de estudantes facilita, de maneira geral, a vida de um estudante universitário, proporcionando orientação ou ajuda direta na resolução de qualquer problema académica que surja</i>
<i>Dá voz às necessidades dos estudantes que os elegem através de políticas de defesa dos direitos dos estudantes ou ocupação do tempo livre</i>
<i>Nos momentos de lazer e diversão, através da criação de eventos, como também, na ajuda e integração dos estudantes no meio escolar.</i>
<i>Julgo que a AE tem impacto para gerir e ajudar os alunos. Eventualmente, para apoiar e integrar os mesmos.</i>

<i>A AE tem impacto na vida académica na medida de tudo o que organiza e que possa envolver os estudantes, desde festivais, palestras, assembleias, debates, etc.</i>
<i>Organização e partilha de eventos, assim como esclarecimento de dúvidas e fornecimento de ajuda aos alunos.</i>
<i>Pode ser, por exemplo ajudar no âmbito social e entretenimento ao tomar a iniciativa de fazer festas, cria outros programas que têm como objetivo ajudar os estudantes</i>
<i>Organiza eventos boémios que promovem um entendimento que estudos não é tudo numa formação académica e eventos de cariz autodidático que ajudam na formação de um aluno para além do que o curso proporciona.</i>
<i>Integração e dinamização de festas</i>
<i>Ao proporcionar momentos de descontração e união entre os alunos. Ao representar e tomar em atenção as queixas dos alunos.</i>
<i>São as AEs que são responsáveis por representar os alunos nos seus melhores interesses. Só isso, por si só, envolve toda uma grande responsabilidade, e impacta facilmente a vida estudantil.</i>
<i>Reivindicar direitos</i>
<i>Defender os direitos dos alunos e proporcionar experiências para os alunos se interligarem</i>
<i>Organização de eventos, festas, direitos dos estudantes, equipas desportivas</i>
<i>Interação com pessoas de outros cursos com a realização de festas permite criar a nossa vida académica para mais tarde lembrar.</i>
<i>Está em contacto direto com os estudantes e são a sua "voz"</i>
<i>Torna a experiência da faculdade mais divertida e estabelece um equilíbrio entre estudo e festas.</i>
<i>Dinamiza a vida dos estudantes e a partir de alguns eventos e mesmo nas redes sociais pode levar a aprender algo novo</i>
<i>A AE promove medidas que melhoram a vida dos estudantes, tanto no ambiente escolar como nas suas aprendizagens</i>
<i>É um centro de informação, tem pessoas ativas e agentes no meio académico, estimula o espírito académico</i>
<i>Ajuda ao convívio e a apoiar os direitos dos estudantes</i>
<i>Por exemplo na parte de distribuir os mentores que vão ajudar os novos estudantes a se integrar mais rapidamente na faculdade em questão. Na criação de festas e convívios para os novos estudantes conhecerem-se e conhecerem os alunos nos anos mais avançados.</i>
<i>Organização de atividades académicas para estudantes e não estudantes. Defesa de direitos dos estudantes</i>
<i>Realizam as festas que complementam a minha vida académica, celebram eventos importantes relacionados com o voluntariado e a responsabilidade social, e tentam ao máximo defender os meus direitos</i>
<i>Ajuda os estudantes universitários no seu percurso académico e também os leva para a diversão que é o outro lado da faculdade</i>
<i>Criando dinâmicas para que as pessoas da faculdade possam ter uma experiência boa e criar amizades</i>
<i>Organizando eventos que fazem os estudantes terem mais vida social</i>
<i>Considero que tem impacto, principalmente para quem dela faz parte, isto porque promove, nos estudantes que integram as AE/AA, um espírito crítico, de união e trabalho, uma vez que são os representantes dos alunos. Assim, penso que isto contribui para a aquisição de ferramentas essenciais, principalmente de soft skills, tanto a nível profissional como a nível pessoal. No entanto, apesar de serem nos alunos que fazem</i>

<i>parte das AE/AA onde se poderá verificar este maior desenvolvimento, o mesmo poderá acontecer a quem não pertence, isto porque sendo as AE/AA bastante ativas na promoção de problemas/iniciativas nas suas faculdades, os alunos que não integram poderão tornar-se mais conscientes de algumas problemáticas e tornarem-se ativos, sem integrarem as AE/AA, necessariamente - até porque os elementos que integram as AE/AA precisam dos alunos que não integram, fazendo de todo o trabalho e iniciativa, um esforço comum a todos os alunos.</i>
<i>Têm impacto na medida em que representam os estudantes, ou seja, todas as ações realizadas vão se refletir na vida académica dos mesmos.</i>
<i>Tem impacto, por exemplo, quando cria convívios e possibilita que as pessoas se conheçam se houver algum problema, ajudam os estudantes a serem ouvidos</i>
<i>Ajuda a divulgar informação referente a diversos aspetos profissionais, ajuda na integração dos alunos</i>
<i>Ajuda-me a tomar conhecimento de determinados eventos que eles próprios cria e também do Iscte. Para além disto, disponibilizam utilidades como cacifos e têm muitas parcerias interessantes que dão descontos.</i>
<i>Envolvimento dos estudantes e integração</i>
<i>Realizam atividades e iniciativas que procuram satisfazer uma necessidade dos estudantes</i>
<i>São a voz dos alunos</i>
<i>Muitas vezes organiza festas que leva à mais fácil integração dos estudantes</i>
<i>As associações de estudantes têm bastante impacto da vida académica pois é através delas que os direitos dos estudantes são defendidos bem como a melhoria de condições do ensino superior a todos os níveis.</i>
<i>É uma forma de representação que podem lutar pelos direitos e necessidades dos estudantes</i>
<i>Sempre disposta a ouvir os problemas dos estudantes e na resolução das mesmas</i>
<i>Dinamiza</i>
<i>Através das atividades desenvolvidas para que o percurso académico seja um pouco mais fácil e não se limite a estudo</i>
<i>Representação académica; integração académica; organização de eventos;</i>
<i>Na criação de festas/convívios para a criação de relações entre os alunos</i>
<i>Guiar os novos e correntes alunos da faculdade a se orientar, organizar e se juntar a novas atividades promovidas pela AE/AA</i>
<i>A AE permite que os estudantes se associem e comuniquem com os órgãos mais importantes das instituições de ensino superior, organizam eventos que pretendem integrar os alunos que as compõem e tomam decisões onde os alunos se revejam para melhorar a vida académica</i>
<i>É dos principais catalisadores da vida académica dos estudantes, responsabilizando-se pela coordenação entre estudantes e universidade, além da organização de eventos lúdicos e didáticos.</i>
<i>Criação de momentos de convívio.</i>
<i>A AE/AA pode ter impacto na vida académica relativamente ao acolhimento de novos alunos, da união entre colegas para gerar convívios. A AE/AA têm também um grande impacto ao que consta proteger os direitos do estudante e exigir melhorias quando necessário.</i>
<i>Através dos vários eventos que executa promove que as pessoas se conheçam e também permite novas experiências.</i>
<i>Permite manter-me em ordem com notícias escolares, representa a minha voz enquanto estudante</i>

<i>Integração de estudantes, aumento de atividades e responsabilidades</i>
<i>Proporcionando vários apoios aos estudantes com dificuldade, união entre os estudantes, contacto com o mundo empresarial, etc.</i>
<i>Os eventos e as informações que partilham moldam parcialmente interesses, participação e vontade de saber mais.</i>
<i>Permite-me fazer desporto, realiza festas e convívios</i>
<i>Contribui para o desenvolvimento das skills dos alunos, que os UCs não permitem</i>
<i>Ao fazerem atividades e ajudarem os alunos a sentirem-se mais confortáveis</i>
<i>Defende os direitos dos estudantes, contribuindo para a satisfação das necessidades de todos os alunos</i>
<i>Organização de eventos, meio de comunicação</i>
<i>Uma boa associação de estudantes promove atividades de integração no início das aulas e durante o ano letivo apoia o aluno.</i>
<i>Tem impacto na vida académica porque tentam-se dedicar ao máximo aos alunos, promovendo atividades e não só, de maneira à confraternização e educação</i>
<i>Promoção de atividades de convívio e iniciativas para o bom desempenho cultural da instituição</i>
<i>Organização de eventos, integração de novos alunos, dar informações relevantes</i>
<i>Com a partilha e organização de diversas atividades relevantes para os estudantes, desde conferências académicas a festas estudantis e ações de voluntariado</i>
<i>Várias mudanças no regulamento que beneficiam estudantes têm sido realizadas devido à intervenção da aa, tal como medidas que promovem o bem-estar dos alunos (p.e. apoio psicológico gratuito).</i>
<i>É um espaço de reivindicação e participação dos estudantes.</i>
<i>Podem lutar pelos direitos dos estudantes e por tentar melhorar as condições das faculdades.</i>
<i>Partilha de conteúdos de várias disciplinas, aumentar rede de contactos</i>
<i>A meu ver a AE/AA pode "melhorar" a vida académica no sentido de que pode responder às necessidades dos estudantes.</i>
<i>Auxiliando e orientado os alunos sobre questões académicas e sociais</i>
<i>Em mostrar-se sempre disponível e apta para ajudar em diversas dificuldades que poderão aparecer</i>
<i>Estando integrada no mundo das tunas, é necessário a coparticipação das AEs para diversas atividades</i>
<i>É com eles que podemos contar principalmente no nosso ano de caloiros. São a nossa ajuda nesta nova etapa que parece "assustadora", são a ponte entre a diversão e a responsabilidade dos estudos</i>
<i>Disponibiliza ajuda a novos alunos e integração no ambiente académico</i>
<i>Permite-me integrar-me na comunidade académica, permitindo também a participação de formações complementares às unidades curriculares fundamentais para a prática profissional.</i>
<i>Proporcionando serviços ao estudante, que facilitem a sua vida académica no seio da instituição.</i>
<i>Tenta melhorar os espaços comuns, como cantinas, espaços de convívio, etc., ouve as queixas dos estudantes e faz com que estas cheguem aos superiores, promovem a integração social através de eventos, etc.</i>
<i>Impacta a vida académica com as atividades que organizam que permitem a interação entre os estudantes universitários, proporcionando momentos de socialização que são importantes neste meio, e também outras atividades que permitem aprofundarmos conhecimentos.</i>

<i>Influencia várias dinâmicas que nos são proporcionadas, desde momentos de recepção à instituição, festas, manifestações para lutar por direitos e condições melhores, atividades etc...</i>
<i>Criar sinergias e eventos de integração</i>
<i>Dar voz aos estudantes</i>
<i>Acolhimento de novos alunos, orientação no esclarecimento de dúvidas.</i>
<i>Apoiar os estudantes em diversos assuntos</i>
<i>Luta pelos direitos dos estudantes e dinamiza a vida académica.</i>
<i>A AE e os diversos núcleos de estudantes (do Iscte) compõem, praticamente, o cerne a vida académica a todos os níveis para além dos estudos. Os eventos que realizam juntam os estudantes, promovem atividades, memórias e amizades. São uma forma de fazer os estudantes sentir-se mais incluídos num todo.</i>
<i>Promove a integração</i>
<i>Todos os eventos sociais, sejam estes sunsets, churrascos, festas de curso, etc., promovem o convívio entre estudantes e uma melhor integração na vida académica.</i>
<i>Dá ao aluno mais apoio e conforto</i>
<i>A AE representa a comunidade estudantil, tendo vários papéis no seio académico, tais como a facilitação da integração universitária, a dinamização de atividades culturais e a defesa dos interesses dos estudantes.</i>
<i>Parte social e dá uma oportunidade de nos ajudarmos mutuamente</i>
<i>A AA tem importância essencialmente na criação de atividades lúdicas que fomentam o convívio, essencialmente com os caloiros, e também são importantes na representação junto da IES</i>
<i>Através de atividades tanto formativas (debates, workshops) como recreativas (possibilitando desenvolver a nossa relação interpessoal)</i>
<i>Meio de comunicação (seguro) com a direção</i>
<i>Promovem o bem-estar dos alunos</i>
<i>Defende os meus direitos enquanto estudante</i>
<i>Ajuda os alunos em diversas situações</i>
<i>Representação dos estudantes e defesa dos seus direitos tanto dentro da academia como no quotidiano</i>
<i>A AE da minha faculdade oferece-me conhecimento sobre diferentes áreas sociais, festas e convívios, organização de eventos educativos</i>
<i>Une e abre portas às diversas opiniões de um determinado número de alunos</i>
<i>Através de propostas e eventos que têm impacto direto no dia a dia dos estudantes.</i>
<i>Nos interesses dos estudantes</i>
<i>Permite-nos desenvolver diversas competências (comunicação, trabalho em equipa, gestão de tempo, planeamento, etc.). Aprender com outras pessoas.</i>
<i>Inclusão de todos os estudantes</i>
<i>Acabou por me dar ferramentas profissionais e pessoais, e uma rede de contactos enorme, que até então não existiam.</i>
<i>Representação e defesa dos meus direitos e interesses. Realização de inúmeros eventos/iniciativas de interesse geral para a dinâmica da minha faculdade.</i>

<i>Faz me mais envolvido na comunidade acadêmica e conhecer estudantes de todos os cursos</i>
<i>Sobretudo em 3 aspetos da vida académica: - pedagógico, com a influência e poder que se tem junto dos órgãos de governo da faculdade e até mesmo universidade; - formativo, com as diversas atividades que organiza, quer sejam palestras ou workshops ou atividades junto da comunidade; - recreativo</i>
<i>Graças à AE existem momentos de convívio e de lazer, momentos culturais e momentos em que podemos aprender sobre a real importância do ensino superior. A AE também é responsável por dinamizar atividades desportivas permitindo que os estudantes realizem atividades extra curso</i>
<i>Por ter a capacidade representar um determinado universo estudantil, procurando que este seja ouvido</i>
<i>Influenciam decisões estratégicas das universidades, por serem os representantes dos estudantes. Apesar de legitimamente eleitos, a taxa de abstenção é de tal modo elevada que na realidade não representam ninguém a não ser interesses pessoais.</i>
<i>Mobilizar e sensibilizar os estudantes relativamente a potenciais problemas.</i>
<i>Agregação, reunião de aspetos académicos a melhorar; representatividade de opiniões</i>
<i>Presente na vida dos alunos proporcionando diversos momentos e experiências.</i>
<i>Promoção de eventos; representação dos estudantes</i>
<i>Pode ajudar os alunos!</i>
<i>São importantes tanto a nível escolar como a parte académica de mais festa. São os intermediários para quase tudo</i>
<i>Organiza os estudantes, da voz a luta pelos direitos. Socializar com os demais estudantes.</i>

Tabela 50. Pensando na sua Associação de Estudantes (AE)/Associação Académica (AA), que palavras lhe vêm à mente quando pensa na missão destas Associações?

Organização	Direitos	Festas	Igualdade	Justiça
Representatividade	Alunos	Festas	Representação	Organização
Alunos	Orientação	Inovação	Festas	Alunos
Ajuda	Parceria	Integração	Estudantes	Direitos
Ajuda	Coordenação	Eventos	Proativa	Presente
Apoiar	Contribuir	Convergir	Bem-estar	Sucesso
Eventos	Ajuda	Diversão	Esperança	Tentar
Ajuda	Organização	Trabalho	Responsabilidade	Confiança
Apoio	Bem-estar	Serviços	Currículo	Representação
Essencial	Dinamismo	Cooperação	Organização	Eventos
Aproximação	Festas	Ajuda	Festas	Diversidade
Atividades	Entreajuda	Integração	União	Ajuda
Ajuda	Eventos	Festas	Comunicação	Ligação
Integração	Ponte	Gestão	Festas	Ajuda
Integração	Informação	Diversão	Integração	Desenvolvimento
Representação	União	Festas	Dinamismo	Voluntariado
Organização	Representação	Convívio	Facilitar	Integrar
Jovens	Faculdade	Essencial	União	Igualdade
Direitos	Dinamismo	Disponibilização	Dinamismo	Apoio

União	Apoio	Simpática	Justiça	Igualdade
Direitos	Integração	Estudantes	União	Descontração
Acolhimento	Diversão	Instrução	Festas	Organização
Boa	Solidária	Atividades	Acolhimento	Inclusão
Azul	Festas	Representante	Responsabilidade	Representação
Progresso	União	Coordenação	Convívio	Relação
Festas	Melhorias	Integração	Ordem	Comunidade
Serviço	Auxílio	Diversão	Festas	Atividades
Organização	Apoio	Festas	Grupo	Missão
Festas	Apoio	Cooperação	Organização	Iniciativa
Profissionalismo	Disponibilidade	Compromisso	Voz	Ego
Bem-estar	Justiça	Inovadora	Dinamismo	Inclusão
Inclusão	Seminários	Diversão	Interativo	Companheirismo
Organização	Comunicação	Exercer	Importante	Pouca Informação
União	Amizade	Criar	Organização	Criatividade
Organizada	Responsável	Ajudar	Apoio	Proteção
Defesa	Disciplina	Benefícios	Festas	Barulhentos
Ajudar	Desenvolver	Evoluir	Apoio	Aprendizagem
União	Dedicação	Cuidado	Eventos	Atenção
Estudantes	Universidade	Ajuda	Ação	Dinamismo
Integração	Apoio	Igualdade	Direitos	Lúdico
Compromisso	Responsabilidade	Imparcialidade	Integração	Representação
Inclusão	Dinâmica	Apoio	Alunos	Escola
Festas	Palestras	Condições	Integração	Convívio
Descontos	Parcerias	Festas	Festas	Iniciativas
Defesa	União	Relação entre alunos	Influente	Poder
Ajudar	Apoio	Solidariedade	Cooperativo	Acadêmico
Oportunidades	Integração	Ajuda	Providenciar	Representar
Companheirismo	Aventura	Solução	Atividades	Festas
Positivismo	Esforço	Dedicação	Estudantes	Projetos
Integração	Festas	Comunicação	Apoio	Iniciativas
Apoio	Exemplo	Companheirismo	Compromisso	Responsabilidade
Planeamento	Organização	Inovação	Festas	Apoio
Defesa	Festas	Direitos	Representação	Vida Universitária
Integração	Acolhimento	Apoio	Direitos	Festas
Festas	Eventos	Iniciativas	Ineficaz	Nepotismo
Apoio	Resolver	Dinamizar	União	Família
Representação	Defesa	Diversão	Convívio	Festas
Defesa	Direitos	Respeito	Iniciativa	Participação
Integração	Inclusão	Dinamismo	Chefia	Inclusão
Festas	Integração	Trabalho de Equipa	Integração	Dinamizar
Integração	Apoio	Propósito	Apoio	Dinâmica
Estudantes	União	Diversidade	Iniciativa	Diversão

Alunos	Melhorar	Proteger	Representar	Dinheiro
Integração	Iniciativas	Ajuda	União	Inclusão
Defesa	Interesse	Comunidade	Eventos	Inclusão
Política	Diversão	Fraternidade	Festas	Comunicação
Direitos	Organização	Sensibilizar	Integração	Auxílio
Integração	Dinamizar	Defender	Organização	Apoio
Representar	Organizar	Cooperação	Festas	Empenho
Ajuda	Integração	Responsabilidade	Desenvolvimento	Criação
Integração	Apoio	Assegurar	Integração	Dinâmica
Ajudar	Promover	Direitos	Proteger	Luta
Melhoria	Festas	União	Estudante	Escola
Entreajuda	União	Poder	Ajuda	Comunicação
Dinamismo	Melhoria	Dedicação	Ajudar	Organizar
Festas	Tacho	Organização	Luta	Democracia
União	Empenho	Responsabilidade	Diversão	Organização
Direitos	Representação	Atividades	Melhorar	Cuidar
Direitos	Reivindicar	Representar	Ajudar	Integrar
União	Representação	Dinheiro	Serviço	Academia
Bem-estar	Acolhimento	Cerveja	Luta	Representatividade
Festas	Integração	Defender	Integração	Parcerias
Comunidade	Alegria	Eventos	Ineficácia	Distanciamento
Estudantes	Apoio	Alunos	Entretenimento	Representação
Voz	Opinião	União	Inovação	Inclusão
Campanha	Objetivos	Melhorias	Responsabilidade	Cooperação
Melhoria	Dinâmica	Comunicação	Integração	Inclusão
Representação	Iniciativa	Amizade	Mudança	Voluntariado
Incentivo	Ajuda	Diversão	Ajuda	Integração
Liberdade	Empenho	Atividades	Ajudar	Promover
Acolhimento	Festas	Compromisso	Ajudar	Lutar
Entreajuda	Apoio	Empenho	Dinheiro	Festas
Representatividade	Dinamismo	Entreajuda	Adaptar	Inovar
Direitos	Eventos	Irresponsabilidade	Ajuda	Integração
Diferença	Direitos	Departamentos	Igualdade	Melhoria
Apoio	Eventos	Networking	Festa	Representação
Apoio	União	Apoio	Alunos	Felicidade
Informação	Conhecimento	Competência	Dinamização	Apoio
Integração	Eventos	Participar	Estudantes	União
Integração	Solidariedade	Direitos	Estudantes	Grupos
Ajudar	Compreender	Ajudar	Representação	União
União	Entretenimento	Atividades	Integração	Convívio
Informar	Entreter	Mudança	Defesa	Eventos
Representatividade	Direitos	Altruísmo	União	Dedicação
Ajuda	Colaboração	Responsabilidade	Festas	Entreajuda
Integração	Representar	Dedicação	Ambição	Ajuda
Ligação	Compromisso	Organizar	Empenho	Alunos

Festas	Grupos	Amizade	Respeito	Eventos
Ajudar	Criar	Eventos	Inútil	Irrelevante
Ajudar	Solucionar	Lutar	Política	Compreensão
Gestão	Organização	Recreativo	Insignificante	Paixão
Luta	Representar	Tachos	Organização	Ajudar
Reivindicar	Comunidade	Escola	Dedicação	Organização
Festas	Apoio	Eventos	Estudantes	Ajuda
Festas	Praxes	União	Festas	Festas
Festas	Apoio	Integração	Comunidade	Reivindicação
Grupo	Espaços	Necessária	Comunidade	Academia
Cantinas	Equipa	Organização	Trampolim	Diversão
Auxílio	Comunicação	Assembleias	Luta	Enérgica
Ajuda	União	Colaboração	Burocracia	Eventos
Perspicaz	Importante	Conhecimento	Inclusão	Companheirismo
Receção	Convívios	Festividades	Competente	Representatividade
Festas	Informações	Comunicação	Representação	Organizado
Responsabilidade	Empatia	Integração	Integração	Eventos
Bem-Estar	Amizade	Apoio	Associativismo	Utilidade
Integração	Convívio	Direitos	Apelativo	Mediador
Reprografia	Articulação	Apoio	Elite	Representar
Representação	Inovação	Importante	Ausência	Agradar
Institucional	Festas	Competência	Organização	Eventos
Orientar	Acolher	Trabalho	Proatividade	Desempenho
Festas	Diversão	Comunicação	Festas	Eleições
Integração	União	Dinheiro	União	Estudantes
Dinâmica	Eventos	Grupo	Ganância	Festas
Estudantes	Académico	Apoio	Proteção	Cuidado
Organização	Apoio	Cultura	Cooperação	Ensino
Ajuda	Cooperação	Integração	Reivindicação	Contacto
Apoio	Representação	Estudar	Integração	Integrar
Democracia	Academismo	Representação	Comunicação	Reivindicação
Eventos	Dinamismo	Representação	Representatividade	Acolhedora
Perseverança	Solidariedade	Representação	Desconhecido	Melhoria
Festas	Apoio	Contribuir	Entreajuda	Atividades
Intervenção	Convívio	Dedicação	Satisfação	Dinamismo
Eventos	Equipa	Comédia	Educação	Afastamento
Integridade	Voluntariado	Ajuda	Cooperação	Empenho
Cooperação	Organização	Presença	Insuficiente	Melhoria
União	Recreativas	Representação	Inovação	Divulgação
Apoio	Inclusão	Conhecimento	Inclusão	Desorganização
Representatividade	Proteção	Hierarquia	Integração	Apoio
Estudantes	Promover	Académica	Festas	Integração
Organizar	Empenho	Manifestação	Comunidade	Liderar
Valorização	Ativismo	Alojamento	Entre Ajuda	Lazer
Estranheza	Trabalho	Ajuda	Proteger	Apoiar

Estudantes	Ação	Eventos	Integração	Festas
Representatividade	Estudantes	Desporto	Ajuda	Receção
Ensino	Cultura	Direitos	Entretenimento	Equipa
União	Organização	Deveres	Eventos	Representação
Apoio	Democracia	Representação	Integração	Divertimento
Eventos	Dinâmica	Eventos	União	Direitos
Companheirismo	Inclusão	Diversidade	Esforço	Criatividade
Companheirismo	Voluntariado	Proximidade	Estudantes	Eventos
Representação	Defesa	Recreação	Eventos	Estudantes
Política	Desporto	Direitos	Perseverança	Orgulho
Representação	Humildade	Direitos	Associativismo	Representação
Voluntariado	Paixão	Compromisso	Ajuda	Convívio
Representação	Responsabilidade	Trafulhas	Esforçada	Elitista
Oportunistas	Políticos	Apoio	Festas	Viagens
Organização	Defesa	Direitos	Defesa	Inovação
Ativismo	Alunos	Protesto	Orientação	Ajuda
Defesa	Reivindicação	Atividades	Representar	Apoio
Apoio	Experiência	Atividades	Ajudar	Apoio
Representação	Responsabilidade	Convívio	Integrar	Ajuda
Dinamização	Defesa	Ajuda	Festas	Comunidade
Amizade	Entreajuda	Congregar	Dinamismo	Organização
Empenho	Solidariedade	Representação	Iniciativas	Comunidade
Representação	Integração	Luta	Inclusão	Alunos
Festiva	Companheirismo	Estudantes	Integração	Ajuda
Iniciativa	Direitos	Eventos	Atividades	Ajuda
Defesa	Empreendedor	Competentes	Eventos	Ajuda
Responsável	Convívios	Alegria	Ajuda	Diversão
Ajuda	Ajudar	Divulgar	Acolhimento	Organização
Integrar	Apoio	Comunicação	Festas	Integração
Integração	Dinâmica	Envolvimento	Festas	Entretenimento
Apoio	Política	Trabalho	Direitos	Responsabilidade
Associativismo	Conflituosa	Distante	Representação	Defesa
Desnecessária	Sem-Sentido	Infantil	Ação	Defesa
Ignorante	Desenvolvimento	Festas	Direitos	Representação
Futuro	Criativo	Educativo	Ajuda	Dinamização
Visionário	Conflito	Grupo	Criatividade	Empenhada
Política	Integração	Coletivismo	Criativa	Eficiência
Integração	Desenvolvimento	Cooperação	Eficácia	Ajudar
Direitos	Informação	Apoio	Experiências	Companhia
Apoio	Representação	Atividades	Inovação	Integrar
Ajuda	Resolução	Inovação	Dinamizar	Preocupação
Dedicação	Devoção	Cumprimento	Alunos	Académico
Estudantes	União	Diversão	Festas	Diversidade
Festas	Responsabilidade	Consciência	União	Inovar
Organização	Gestão	Organização	Melhoramentos	Ajuda

Inclusão	Diversão	Pouco-Inclusiva	Soluções	Convívio
Ausente	Pouca-Dinâmica	Integrar	Administração	Ajuda
Eficaz	Essencial	Corrupção	Convívios	Trabalhadora
Comunicar	Organizar	Representação	Responsável	Melhoria
Associativismo	Hierarquia	Resumos	Evolução	Exemplo
Organização	Coordenação	Política	Ajuda	Praxes
Festas	Descontos	Sustentabilidade	Nada	União
Acolhimento	Responsabilidade	Constrangimento	Integração	Comunicação
Festas	Assembleias-Gerais	União	Apoio	Estudantes
Eventos	União	Organizar	Organização	Representação
Responsabilidade	Integrar	Eventos	Expedita	Ajudar
Festas	Amizade	Providenciar	Ajuda	Festas
Igualdade	Apoiar	Associativismo	Estagnação	Bem-estar
Cooperação	Responsabilidade	Apoio	Resultado	Ajuda
Integração	Estudantes	Voz	União	Burocracia
Promover	Direitos	Integração	Diversidade	Cooperação
Inovação	Ajudar	Seguro	Comunidade	Amizade
Apoio	Integração	Preocupar	Responsabilidade	Alunos
Festas	Currículo	Inovação	Cooperação	Eventos
Defesa	Informativas	Causa	Comunicação	Eventos
Democracia	Dinâmica	Apoio	Organização	Amizade
União	Divertimento	Inação	Ativismo	Direitos
Trabalho	Melhoria	Alunos	Animar	Direitos
Acompanhamento	Brincadeira	Dinâmica	Ajuda	Vitória
Preocupação	União	Trabalho	Representação	Eventos
Representação	Diversão	Aconselhamento	Festas	Inovação
Estudos	Inclusão	Crescimento	Trabalho	Submissa
Informação	Comunicação	Cooperação	Contacto	Desporto
Empenho	Ajuda	Melhorias	Associativismo	Integridade
Direitos	Conhecimento	Dinamismo	Alunos	Iniciativas
Acolher	União	Desilusão	Questões	Lutar
Solidariedade	Festas	Luta	Referência	Defender
Oportunidade	Limitada	Despreocupação	Ajuda	Representar
Ideias	Democracia	Apoio	Entreajuda	Ajuda
União	Direitos	Alunos	Entreajuda	Inovação
Contactos	Dinamismo	Responsabilidade	Jovens	Ajuda
Direitos	Participativa	Informar	Inovação	Partilha
Festas	Dedicação	Diversão	Dedicação	Apoio
Interesses	Solidariedade	Alunos	Responsabilidade	Organização
Tarefas	Assertivo	Diversão	Festas	Academia
Participação	Vantagens	Diferenciação	Decisões	Disponibilidade
Tempo	Visibilidade	Festas	Festas	Licenciatura
Irresponsabilidade	Solução	Gratificação	Partilha	Representação
Festas	Mentor	Diversão	Prestáveis	Eventos

Comunicação	Confiança	Defesa	Diversão	Estudantes
Defesa	Auxílio	Grupo	Organização	Festas
Propinas	Ajudar	Festas	Inclusão	Organização
Ineficaz	Estudante	Testemunho	Intervenção	Tempo
Grupo	Dinâmica	Feiras	Mudança	Inovadora
Importante	Partidos	Defesa	Trabalho	Ligação
Palavra	Representar	Bar	Música	Trabalho

Tabela 51. Conhecimento de práticas de má gestão

De um modo geral, já teve conhecimento de alguma situação grave (desonesta ou ilegal) relacionada com a gestão das AEs/AAs ou com as atividades por estas desenvolvidas?					
		N	%	% Válida	% Cumulativa
Válido	Nunca	282	63,1	71,8	71,8
	1x	52	11,6	13,2	85,0
	2x	28	6,3	7,1	92,1
	3x ou mais	31	6,9	7,9	100,0
	Total	393	87,9	100,0	
Missing	Não sei	45	10,1		
	System	9	2,0		
	Total	54	12,1		
Total		447	100,0		

Figura 6. Conhecimento de situações irregulares relacionadas com a gestão das AEs/AAs ou com as atividades por estas desenvolvidas

De um modo geral, já teve conhecimento de alguma situação grave (desonesta ou ilegal) relacionada com a gestão das AEs/AAs ou com as atividades por estas desenvolvidas?

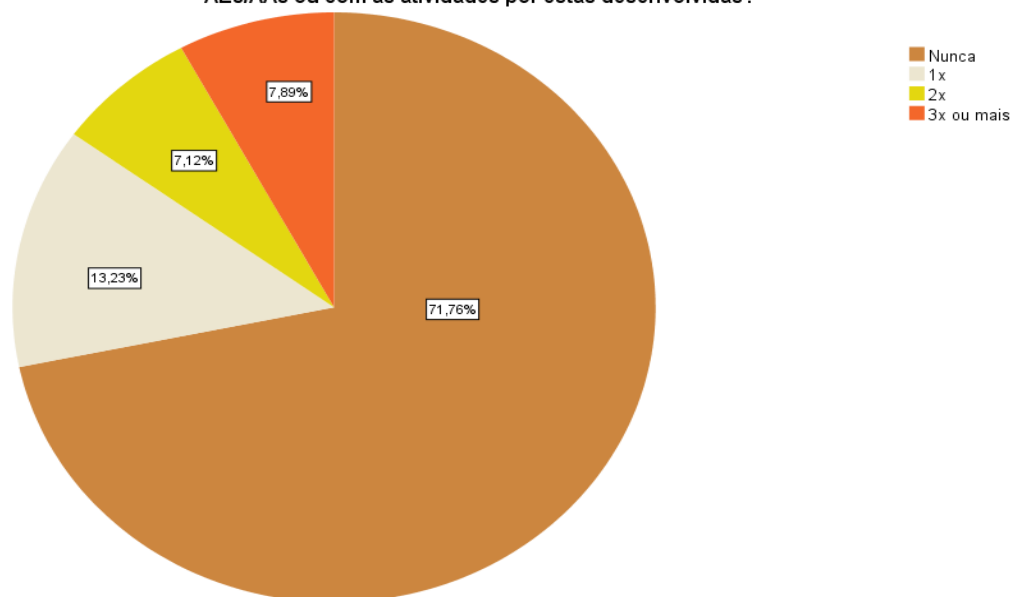


Tabela 52. Medição da satisfação com o desempenho da AE/AA num conjunto de domínios

Indique o grau de satisfação com o desempenho da sua AE/AA (numa escala entre 0 = nada satisfeito a 10 = totalmente satisfeito) para cada um dos seguintes domínios:		N	%
Na definição, planeamento e financiamento do sistema educativo	Nada satisfeito	25	6%
	1	8	2%
	2	12	3%
	3	16	4%
	4	18	4%
	5	43	10%
	6	32	7%
	7	52	12%
	8	43	10%
	9	24	5%
	Totalmente satisfeito	16	4%
	Não sei	148	34%
	Total	437	100%
Na gestão dos estabelecimentos de ensino superior	Nada satisfeito	23	5%
	1	12	3%
	2	15	3%
	3	13	3%
	4	20	5%
	5	42	10%
	6	33	8%
	7	69	16%
	8	46	11%
	9	21	5%
	Totalmente satisfeito	18	4%
	Não sei	125	29%
	Total	437	100%
Na discussão das questões relativas ao ensino superior	Nada satisfeito	17	4%
	1	8	2%
	2	16	4%
	3	17	4%
	4	19	4%
	5	37	9%
	6	43	10%
	7	56	13%
	8	60	14%
	9	29	7%
	Totalmente satisfeito	23	5%
	Não sei	110	25%
	Total	435	100%

Na definição da ação social escolar	Nada satisfeito	23	5%
	1	12	3%
	2	22	5%
	3	19	4%
	4	21	5%
	5	31	7%
	6	40	9%
	7	45	10%
	8	57	13%
	9	30	7%
	Totalmente satisfeito	22	5%
	Não sei	113	26%
	Total	435	100%
Na discussão sobre o plano de estudos, a reestruturação de cursos, os graus de formação e habilitações	Nada satisfeito	28	6%
	1	16	4%
	2	17	4%
	3	20	5%
	4	30	7%
	5	43	10%
	6	34	8%
	7	42	10%
	8	37	9%
	9	27	6%
	Totalmente satisfeito	19	4%
	Não sei	122	28%
	Total	435	100%

Tabela 53. Grau de satisfação médio com o desempenho da AE/AA

		Na definição, planeamento e financiamento do sistema educativo	Na gestão dos estabelecimentos de ensino superior	Na discussão das questões relativas ao ensino superior	Na definição da ação social escolar	Na discussão sobre o plano de estudos, a reestruturação de cursos, os graus de formação e habilitações
N	Válido	289	312	325	322	313
	Missing	158	135	122	125	134
Média		5,69	5,73	6,07	5,75	5,34
Desvio-Padrão		2,775	2,728	2,640	2,869	2,900
Mínimo		0	0	0	0	0
Máximo		10	10	10	10	10

Figura 7. Nível de confiança no trabalho da AE/AA na defesa da qualidade do Ensino Superior

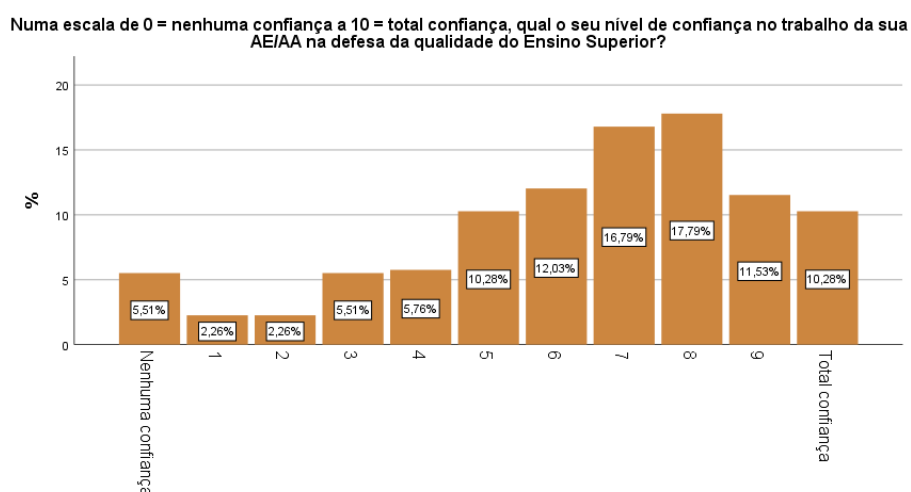


Figura 8. Nível de confiança no trabalho da AE/AA na defesa dos interesses dos estudantes

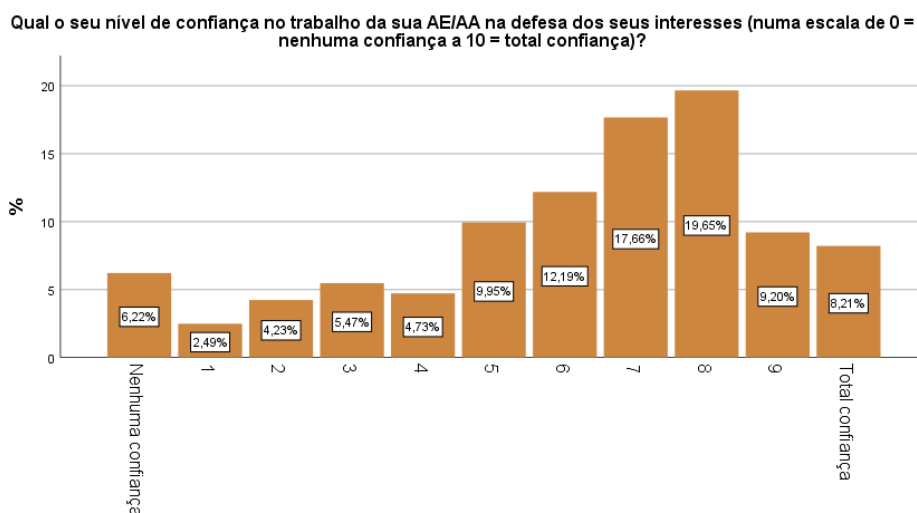


Tabela 54. Nível de confiança no trabalho da AE/AA

		Nível de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa da qualidade do Ensino Superior	Nível de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa dos seus interesses
N	Válido	399	402
	Missing	48	45
Média		6,36	6,15
Desvio-Padrão		2,681	2,724
Mínimo		0	0
Máximo		10	10

Anexo K. Percepções sobre a integridade, a transparência e a democraticidade interna

Tabela 55. Estatísticas sobre o grau de satisfação com a democracia interna, a transparência e a integridade da AE/AA

		Grau de satisfação com a democracia interna da sua AE/AA	Grau de satisfação com a transparência na gestão da sua AE/AA	Grau de satisfação com a integridade na gestão da sua AE/AA
N	Válido	333	362	337
	Missing	114	85	110
Média		6,66	6,26	6,57
Desvio-Padrão		2,290	2,371	2,387
Mínimo		0	0	0
Máximo		10	10	10

Figura 9. Grau de satisfação com a integridade na gestão da AE/AA

Numa escala entre 0 = nada satisfeito a 10 = totalmente satisfeito, de modo geral, indique qual o seu grau de satisfação com a integridade na gestão da sua AE/AA?

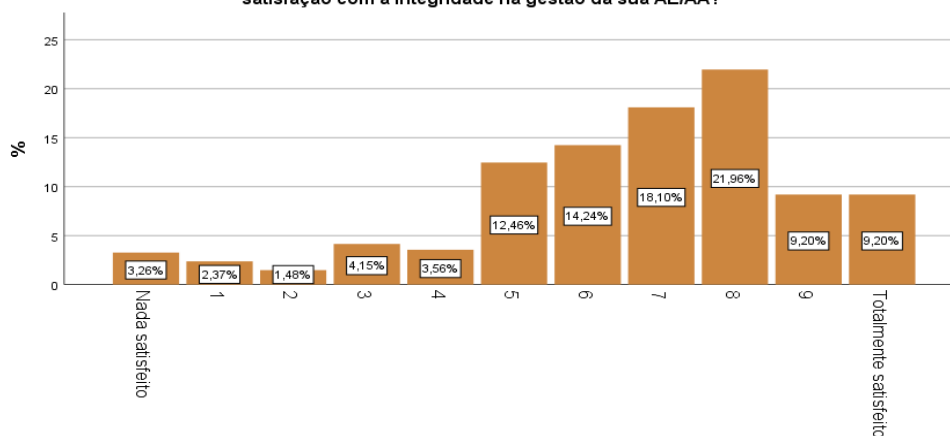


Figura 10. Grau de satisfação com a transparência na gestão da AE/AA

Numa escala entre 0 = nada satisfeito a 10 = totalmente satisfeito, de modo geral, indique qual o seu grau de satisfação com a transparência na gestão da sua AE/AA?

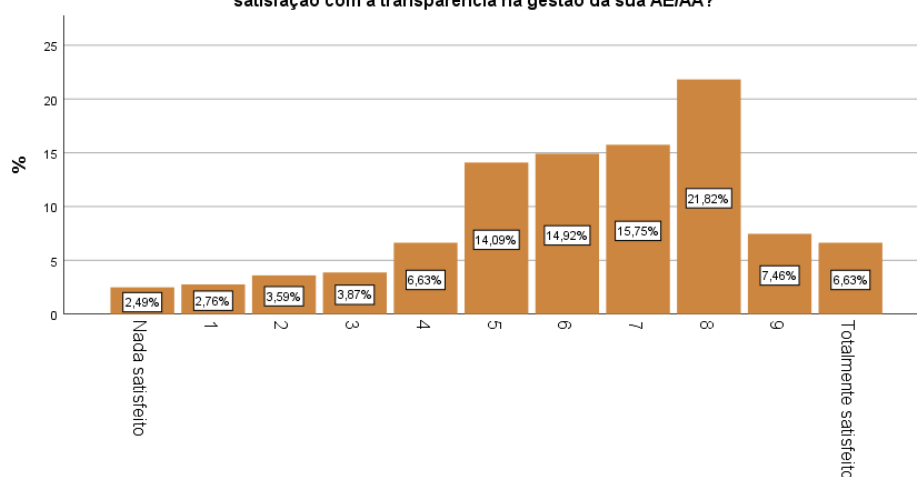
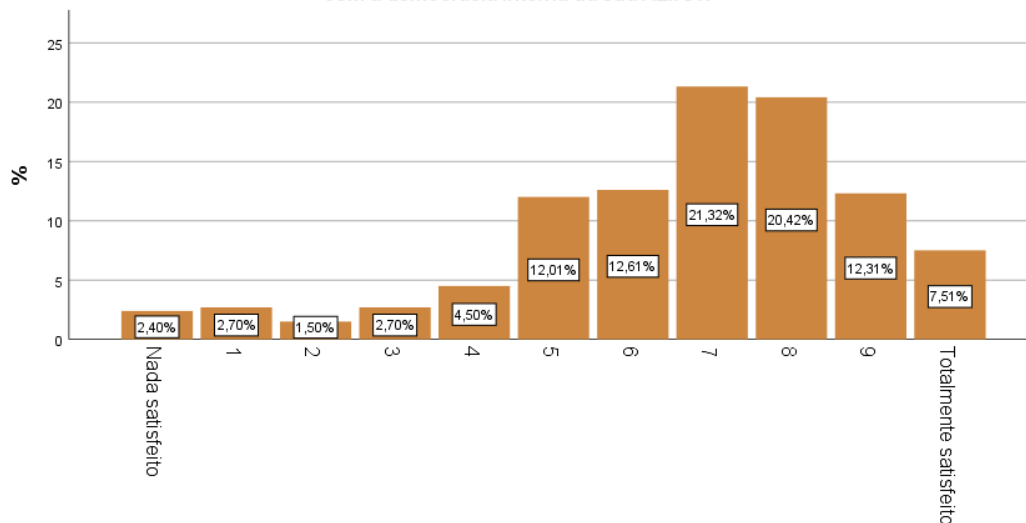


Figura 11. Grau de satisfação com a democracia interna na gestão da AE/AA

Numa escala entre 0 = nada satisfeito a 10 = totalmente satisfeito, de modo geral, qual o seu grau de satisfação com a democracia interna da sua AE/AA?



Anexo L. Medição específica – Integridade

Tabela 56. Estatísticas sobre o grau de satisfação com a integridade na gestão e a frequência de práticas menos íntegras

		Grau de satisfação com a integridade na gestão da sua AE/AA	[Frequências Práticas]						
			Um membro da AE/AA usar o seu poder para obtenção de benefícios privados/pessoais	Uso da autoridade ou da posição dentro da AE para favorecer alguém (p.e. um negócio de um amigo ou de família)	Ganhos pessoais adquiridos pelo facto de pertencer à AE/AA	A interferência (ou potencial interferência) de interesses pessoais de um membro com o interesse coletivo da AE/AA	Uso de outros meios não estipulados para atingir objetivos organizacionais em benefício da AE/AA	Abuso de informação importante para a AE/AA	Incumprimento das normas estipuladas nos Estatutos da AE/AA
N	Válido	337	291	275	298	282	250	252	245
	Missing	110	156	172	149	165	197	195	202
Média		6,57	5,22	5,07	5,56	4,99	4,3	4,04	4,09
Desvio- Padrão		2,387	3,15	3,196	3,088	3,062	3,007	3,11	3,155
Mínimo		0	0	0	0	0	0	0	0
Máximo		10	10	10	10	10	10	10	10

Tabela 57. Frequência de um conjunto de práticas menos íntegras

[Frequências Práticas] Um membro da AE/AA usar o seu poder para obtenção de benefícios privados/pessoais					
		N	%	% Válida	% Cumulativa
Válido	Nunca	32	7,2	11,0	11,0
	1	16	3,6	5,5	16,5
	2	23	5,1	7,9	24,4
	3	26	5,8	8,9	33,3
	4	19	4,3	6,5	39,9
	5	25	5,6	8,6	48,5
	6	31	6,9	10,7	59,1
	7	37	8,3	12,7	71,8
	8	34	7,6	11,7	83,5
	9	20	4,5	6,9	90,4
	Muito frequente	28	6,3	9,6	100,0
	Total	291	65,1	100,0	
Missing	Não sei	147	32,9		
	System	9	2,0		
	Total	156	34,9		
Total		447	100,0		
[Frequências Práticas] Uso da autoridade ou da posição dentro da AE para favorecer alguém (p.e. um negócio de um amigo ou de família)					
		N	%	% Válida	% Cumulativa
Válido	Nunca	32	7,2	11,6	11,6
	1	19	4,3	6,9	18,5
	2	28	6,3	10,2	28,7
	3	18	4,0	6,5	35,3
	4	16	3,6	5,8	41,1
	5	24	5,4	8,7	49,8
	6	27	6,0	9,8	59,6
	7	37	8,3	13,5	73,1
	8	30	6,7	10,9	84,0
	9	21	4,7	7,6	91,6
	Muito frequente	23	5,1	8,4	100,0
	Total	275	61,5	100,0	
Missing	Não sei	162	36,2		
	System	10	2,2		
	Total	172	38,5		
Total		447	100,0		
[Frequências Práticas] Ganhos pessoais adquiridos pelo facto de pertencer à AE/AA					
		N	%	% Válida	% Cumulativa
Válido	Nunca	30	6,7	10,1	10,1
	1	12	2,7	4,0	14,1

	2	25	5,6	8,4	22,5
	3	15	3,4	5,0	27,5
	4	15	3,4	5,0	32,6
	5	31	6,9	10,4	43,0
	6	30	6,7	10,1	53,0
	7	45	10,1	15,1	68,1
	8	44	9,8	14,8	82,9
	9	22	4,9	7,4	90,3
	Muito frequente	29	6,5	9,7	100,0
	Total	298	66,7	100,0	
Missing	Não sei	136	30,4		
	System	13	2,9		
	Total	149	33,3		
Total		447	100,0		
[Frequências Práticas] A interferência (ou potencial interferência) de interesses pessoais de um membro com o interesse coletivo da AE/AA					
		N	%	% Válida	% Cumulativa
Válido	Nunca	35	7,8	12,4	12,4
	1	15	3,4	5,3	17,7
	2	22	4,9	7,8	25,5
	3	19	4,3	6,7	32,3
	4	25	5,6	8,9	41,1
	5	33	7,4	11,7	52,8
	6	33	7,4	11,7	64,5
	7	30	6,7	10,6	75,2
	8	32	7,2	11,3	86,5
	9	19	4,3	6,7	93,3
	Muito frequente	19	4,3	6,7	100,0
	Total	282	63,1	100,0	
Missing	Não sei	154	34,5		
	System	11	2,5		
	Total	165	36,9		
Total		447	100,0		
[Frequências Práticas] Uso de outros meios não estipulados para atingir objetivos organizacionais em benefício da AE/AA					
		N	%	% Válida	% Cumulativa
Válido	Nunca	37	8,3	14,8	14,8
	1	23	5,1	9,2	24,0
	2	27	6,0	10,8	34,8
	3	15	3,4	6,0	40,8
	4	21	4,7	8,4	49,2
	5	35	7,8	14,0	63,2
	6	27	6,0	10,8	74,0
	7	24	5,4	9,6	83,6

	8	17	3,8	6,8	90,4
	9	13	2,9	5,2	95,6
	Muito frequente	11	2,5	4,4	100,0
	Total	250	55,9	100,0	
Missing	Não sei	186	41,6		
	System	11	2,5		
	Total	197	44,1		
Total		447	100,0		
[Frequências Práticas] Abuso de informação importante para a AE/AA					
		N	%	% Válida	% Cumulativa
Válido	Nunca	48	10,7	19,0	19,0
	1	19	4,3	7,5	26,6
	2	32	7,2	12,7	39,3
	3	21	4,7	8,3	47,6
	4	19	4,3	7,5	55,2
	5	27	6,0	10,7	65,9
	6	19	4,3	7,5	73,4
	7	23	5,1	9,1	82,5
	8	20	4,5	7,9	90,5
	9	14	3,1	5,6	96,0
	Muito frequente	10	2,2	4,0	100,0
	Total	252	56,4	100,0	
Missing	Não sei	182	40,7		
	System	13	2,9		
	Total	195	43,6		
Total		447	100,0		
[Frequências Práticas] Incumprimento das normas estipuladas nos Estatutos da AE/AA					
		N	%	% Válida	% Cumulativa
Válido	Nunca	43	9,6	17,6	17,6
	1	20	4,5	8,2	25,7
	2	32	7,2	13,1	38,8
	3	27	6,0	11,0	49,8
	4	18	4,0	7,3	57,1
	5	19	4,3	7,8	64,9
	6	16	3,6	6,5	71,4
	7	22	4,9	9,0	80,4
	8	24	5,4	9,8	90,2
	9	11	2,5	4,5	94,7
	Muito frequente	13	2,9	5,3	100,0
	Total	245	54,8	100,0	
Missing	Não sei	191	42,7		
	System	11	2,5		

	Total	202	45,2		
Total		447	100,0		

Tabela 58. Matriz de Correlação entre o grau de satisfação com a integridade na gestão da AE/AA e um conjunto de práticas menos íntegras

	Grau de satisfação com a integridade na gestão da sua AE/AA
Grau de satisfação com a integridade na gestão da sua AE/AA	1
[Frequências Práticas] Um membro da AE/AA usar o seu poder para obtenção de benefícios privados/ pessoais	-,373**
[Frequências Práticas] Uso da autoridade ou da posição dentro da AE para favorecer alguém (p.e. um negócio de um amigo ou de família)	-,369**
[Frequências Práticas] Ganhos pessoais adquiridos pelo facto de pertencer à AE/AA	-,334**
[Frequências Práticas] A interferência (ou potencial interferência) de interesses pessoais de um membro com o interesse coletivo da AE/AA	-,370**
[Frequências Práticas] Uso de outros meios não estipulados para atingir objetivos organizacionais em benefício da AE/AA	-,313**
[Frequências Práticas] Abuso de informação importante para a AE/AA	-,338**
[Frequências Práticas] Incumprimento das normas estipuladas nos Estatutos da AE/AA	-,343**
**. Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).	

Anexo M. Medição específica –Transparência

Tabela 59. Estatísticas sobre o grau de satisfação com a transparência na gestão e sobre a frequência da informação relevante disponível

		[Frequência Informação Disponível]											
Grau de satisfação com a transparência na gestão da sua AE/AA		A constituição das listas para as eleições	Convocatórias para as Assembleias Gerais de Alunos	Links para repositórios online (drive) de documentos relevantes da AE/AA	Informação histórica da AE/AA	Informação biográfica dos elementos que compõem os órgãos sociais da AE/AA	Uma lista da composição dos estudantes associados à AE/AA	Documentação associada à realização de eventos da AE/AA	Indicação dos eventos financiados com apoio do IPDJ	Lista de entidades parceiras e respetivos apoios	Contactos dos órgãos sociais e dirigentes associativos	Notícias e informações atualizadas sobre as atividades da AE/AA	
N	Válido	362	339	350	310	306	328	331	362	278	347	306	376
	Missin g	85	108	97	137	141	119	116	85	169	100	141	71
	Média	6,26	7,50	7,25	5,67	5,34	5,87	6,37	7,45	5,66	7,07	6,34	7,69
	Desvio-Padrão	2,371	2,549	2,627	3,159	2,914	2,894	2,868	2,377	2,925	2,567	2,813	2,246
	Mínimo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Máximo	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10

Tabela 60. Estatísticas sobre a frequência média de informação relevante disponível pela AE/AA

	Média
Notícias e informações atualizadas sobre as atividades da AE/AA	7,69
A constituição das listas para as eleições	7,5
Documentação associada à realização de eventos da AE/AA	7,45
Convocatórias para as Assembleias Gerais de Alunos	7,25
Lista de entidades parceiras e respetivos apoios	7,07
Uma lista da composição dos estudantes associados à AE/AA	6,37
Contactos dos órgãos sociais e dirigentes associativos	6,34
Informação biográfica dos elementos que compõem os órgãos sociais da AE/AA	5,87
Links para repositórios online (drive) de documentos relevantes da AE/AA	5,67
Indicação dos eventos financiados com apoio do IPDJ	5,66
Informação histórica da AE/AA	5,34

Tabela 61. Frequência da informação disponível

[Frequência Informação Disponível] A constituição das listas para as eleições					
		N	%	% Válida	% Cumulativa
Válido	Nunca	10	2,2	2,9	2,9
	1	6	1,3	1,8	4,7
	2	5	1,1	1,5	6,2
	3	8	1,8	2,4	8,6
	4	13	2,9	3,8	12,4
	5	19	4,3	5,6	18,0
	6	31	6,9	9,1	27,1
	7	39	8,7	11,5	38,6
	8	71	15,9	20,9	59,6
	9	41	9,2	12,1	71,7
	Muito frequente	96	21,5	28,3	100,0
	Total	339	75,8	100,0	
Missing	Não sei	99	22,1		
	System	9	2,0		
	Total	108	24,2		
Total		447	100,0		
[Frequência Informação Disponível] Convocatórias para as Assembleias Gerais de Alunos					
		N	%	% Válida	% Cumulativa
Válido	Nunca	6	1,3	1,7	1,7
	1	8	1,8	2,3	4,0
	2	10	2,2	2,9	6,9
	3	11	2,5	3,1	10,0
	4	22	4,9	6,3	16,3
	5	30	6,7	8,6	24,9
	6	24	5,4	6,9	31,7
	7	49	11,0	14,0	45,7
	8	53	11,9	15,1	60,9
	9	41	9,2	11,7	72,6
	Muito frequente	96	21,5	27,4	100,0
	Total	350	78,3	100,0	
Missing	Não sei	86	19,2		
	System	11	2,5		
	Total	97	21,7		
Total		447	100,0		
[Frequência Informação Disponível] Links para repositórios online (drive) de documentos relevantes da AE/AA (p.e., relatórios de contas e atividades, atas das Assembleias de Alunos, informação sobre contratos estabelecidos)					
		N	%	% Válida	% Cumulativa
Válido	Nunca	20	4,5	6,5	6,5
	1	22	4,9	7,1	13,5
	2	23	5,1	7,4	21,0
	3	23	5,1	7,4	28,4

	4	23	5,1	7,4	35,8
	5	27	6,0	8,7	44,5
	6	31	6,9	10,0	54,5
	7	42	9,4	13,5	68,1
	8	26	5,8	8,4	76,5
	9	23	5,1	7,4	83,9
	Muito frequente	50	11,2	16,1	100,0
	Total	310	69,4	100,0	
Missing	Não sei	127	28,4		
	System	10	2,2		
	Total	137	30,6		
Total		447	100,0		
[Frequência Informação Disponível] Informação histórica da AE/AA					
		N	%	% Válida	% Cumulativa
Válido	Nunca	20	4,5	6,5	6,5
	1	23	5,1	7,5	14,1
	2	15	3,4	4,9	19,0
	3	32	7,2	10,5	29,4
	4	29	6,5	9,5	38,9
	5	30	6,7	9,8	48,7
	6	28	6,3	9,2	57,8
	7	47	10,5	15,4	73,2
	8	45	10,1	14,7	87,9
	9	9	2,0	2,9	90,8
	Muito frequente	28	6,3	9,2	100,0
	Total	306	68,5	100,0	
Missing	Não sei	132	29,5		
	System	9	2,0		
	Total	141	31,5		
Total		447	100,0		
[Frequência Informação Disponível] Informação biográfica dos elementos que compõem os órgãos sociais da AE/AA					
		N	%	% Válida	% Cumulativa
Válido	Nunca	15	3,4	4,6	4,6
	1	16	3,6	4,9	9,5
	2	23	5,1	7,0	16,5
	3	17	3,8	5,2	21,6
	4	32	7,2	9,8	31,4
	5	40	8,9	12,2	43,6
	6	29	6,5	8,8	52,4
	7	45	10,1	13,7	66,2
	8	46	10,3	14,0	80,2
	9	22	4,9	6,7	86,9
	Muito frequente	43	9,6	13,1	100,0
	Total	328	73,4	100,0	
Missing	Não sei	110	24,6		

	System	9	2,0		
	Total	119	26,6		
Total		447	100,0		
[Frequência Informação Disponível] Uma lista da composição dos estudantes associados à AE/AA					
		N	%	% Válida	% Cumulativa
Válido	Nunca	16	3,6	4,8	4,8
	1	13	2,9	3,9	8,8
	2	13	2,9	3,9	12,7
	3	20	4,5	6,0	18,7
	4	16	3,6	4,8	23,6
	5	32	7,2	9,7	33,2
	6	32	7,2	9,7	42,9
	7	53	11,9	16,0	58,9
	8	56	12,5	16,9	75,8
	9	26	5,8	7,9	83,7
	Muito frequente	54	12,1	16,3	100,0
	Total	331	74,0	100,0	
Missing	Não sei	107	23,9		
	System	9	2,0		
	Total	116	26,0		
Total		447	100,0		
[Frequência Informação Disponível] Documentação associada à realização de eventos da AE/AA (p.e., programas de conferências/palestras, atividades de formação, etc.)					
		N	%	% Válida	% Cumulativa
Válido	Nunca	4	,9	1,1	1,1
	1	7	1,6	1,9	3,0
	2	8	1,8	2,2	5,2
	3	9	2,0	2,5	7,7
	4	15	3,4	4,1	11,9
	5	20	4,5	5,5	17,4
	6	38	8,5	10,5	27,9
	7	59	13,2	16,3	44,2
	8	62	13,9	17,1	61,3
	9	51	11,4	14,1	75,4
	Muito frequente	89	19,9	24,6	100,0
	Total	362	81,0	100,0	
Missing	Não sei	76	17,0		
	System	9	2,0		
	Total	85	19,0		
Total		447	100,0		
[Frequência Informação Disponível] Indicação dos eventos financiados com apoio do IPDJ (Instituto Português do Desporto e Juventude)					
		N	%	% Válida	% Cumulativa
Válido	Nunca	25	5,6	9,0	9,0
	1	12	2,7	4,3	13,3

	2	4	,9	1,4	14,7
	3	23	5,1	8,3	23,0
	4	22	4,9	7,9	30,9
	5	37	8,3	13,3	44,2
	6	34	7,6	12,2	56,5
	7	35	7,8	12,6	69,1
	8	41	9,2	14,7	83,8
	9	16	3,6	5,8	89,6
	Muito frequente	29	6,5	10,4	100,0
	Total	278	62,2	100,0	
Missing	Não sei	158	35,3		
	System	11	2,5		
	Total	169	37,8		
Total		447	100,0		
[Frequência Informação Disponível] Lista de entidades parceiras e respetivos apoios					
		N	%	% Válida	% Cumulativa
Válido	Nunca	9	2,0	2,6	2,6
	1	8	1,8	2,3	4,9
	2	8	1,8	2,3	7,2
	3	13	2,9	3,7	11,0
	4	10	2,2	2,9	13,8
	5	34	7,6	9,8	23,6
	6	39	8,7	11,2	34,9
	7	49	11,0	14,1	49,0
	8	63	14,1	18,2	67,1
	9	42	9,4	12,1	79,3
	Muito frequente	72	16,1	20,7	100,0
	Total	347	77,6	100,0	
	Missing	Não sei	91	20,4	
System		9	2,0		
Total		100	22,4		
Total		447	100,0		
[Frequência Informação Disponível] Contactos dos órgãos sociais e dirigentes associativos					
		N	%	% Válida	% Cumulativa
Válido	Nunca	16	3,6	5,2	5,2
	1	8	1,8	2,6	7,8
	2	14	3,1	4,6	12,4
	3	12	2,7	3,9	16,3
	4	21	4,7	6,9	23,2
	5	36	8,1	11,8	35,0
	6	32	7,2	10,5	45,4
	7	43	9,6	14,1	59,5
	8	45	10,1	14,7	74,2
	9	38	8,5	12,4	86,6
	Muito frequente	41	9,2	13,4	100,0
	Total	306	68,5	100,0	

Missing	Não sei	132	29,5		
	System	9	2,0		
	Total	141	31,5		
Total		447	100,0		
[Frequência Informação Disponível] Notícias e informações atualizadas sobre as atividades da AE/AA					
		N	%	% Válida	% Cumulativa
Válido	Nunca	2	,4	,5	,5
	1	7	1,6	1,9	2,4
	2	6	1,3	1,6	4,0
	3	9	2,0	2,4	6,4
	4	13	2,9	3,5	9,8
	5	23	5,1	6,1	16,0
	6	26	5,8	6,9	22,9
	7	51	11,4	13,6	36,4
	8	84	18,8	22,3	58,8
	9	58	13,0	15,4	74,2
	Muito frequente	97	21,7	25,8	100,0
	Total	376	84,1	100,0	
Missing	Não sei	61	13,6		
	System	10	2,2		
	Total	71	15,9		
Total		447	100,0		

Tabela 62. Matriz de correlação entre o grau de satisfação com a transparência na gestão e a percepção de informação relevante disponível

	Grau de satisfação com a transparência na gestão da sua AE/AA
Grau de satisfação com a transparência na gestão da sua AE/AA	1
[Frequência Disponibilidade de Informação no site oficial/rede social] A constituição das listas para as eleições	,437**
[Frequência Disponibilidade de Informação no site oficial/rede social] Convocatórias para as Assembleias Gerais de Alunos	,475**
[Frequência Disponibilidade de Informação no site oficial/rede social] Links para repositórios online (drive) de documentos relevantes da AE/AA (p.e., relatórios de contas e atividades, atas das Assembleias de Alunos, informação sobre contratos estabelecidos)	,530**
[Frequência Disponibilidade de Informação no site oficial/rede social] Informação histórica da AE/AA	,546**
[Frequência Disponibilidade de Informação no site oficial/rede social] Informação biográfica dos elementos que compõem os órgãos sociais da AE/AA	,472**
[Frequência Disponibilidade de Informação no site oficial/rede social] Uma lista da composição dos estudantes associados à AE/AA	,463**
[Frequência Disponibilidade de Informação no site oficial/rede social] Documentação associada à realização de eventos da AE/AA (p.e., programas de conferências/palestras, atividades de formação, etc.)	,550**

[Frequência Disponibilidade de Informação no site oficial/rede social] Indicação dos eventos financiados com apoio do IPDJ (Instituto Português do Desporto e Juventude)	,537**
[Frequência Disponibilidade de Informação no site oficial/rede social] Lista de entidades parceiras e respetivos apoios	,495**
[Frequência Disponibilidade de Informação no site oficial/rede social] Contactos dos órgãos sociais e dirigentes associativos	,488**
[Frequência Disponibilidade de Informação no site oficial/rede social] Notícias e informações atualizadas sobre as atividades da AE/AA	,507**
**p<0,01	

Anexo N. Medição específica – Democraticidade Interna da AE/AA

Tabela 63. Estatísticas sobre o grau de satisfação com a democracia interna e a frequência de práticas democráticas

		[Frequência Práticas]													
		Grau de satisfação com a democracia interna da sua AE/AA	Os membros da AE/AA podem expressar as suas opiniões e criticar a Direção da AE/AA em liberdade	Os membros da AE/AA podem exercer o seu direito de voto em função das suas convicções e entendimento das matérias em discussão	A composição das listas a eleições assegura a paridade entre homens e mulheres	A AE/AA não discrimina os seus membros	As eleições são bastante participadas	As assembleias de alunos são bastante participadas	As diferentes listas às eleições apresentam alternativas claras entre si	A AE/AA promove os interesses dos seus membros nas instâncias de governo da IES	A Direção presta contas em assembleias de alunos com regularidade	A Direção é responsável pela gestão da AE/AA e pelas decisões tomadas em nome desta	As informações essenciais sobre a gestão da AE/AA encontram-se disponíveis no site ou em alguma rede social da Associação	A AE/AA tem autonomia administrativa, financeira e patrimonial e não está sujeita à interferência de terceiros	Os membros dos órgãos sociais atuam em função da missão e valores da AE/AA e não para benefício pessoal ou de terceiros
N	Válido	333	260	288	287	294	292	269	301	293	207	245	311	247	301
	Missing	114	187	159	160	153	155	178	146	154	240	202	136	200	146
Média		6,66	7,03	7,78	7,49	7,30	6,07	5,29	6,28	6,61	6,14	7,01	7,11	6,27	6,62
Desvio- Padrão		2,290	2,287	2,131	2,412	3,019	2,666	2,692	2,509	2,453	2,543	2,585	2,509	2,677	2,691
Mínimo		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Máximo		10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10

Tabela 64. Estatísticas sobre a frequência de práticas democráticas

	Média
Os membros da AE/AA podem exercer o seu direito de voto em função das suas convicções e entendimento das matérias em discussão	7,78
A composição das listas a eleições assegura a paridade entre homens e mulheres	7,49
A AE/AA não discrimina os seus membros	7,3
As informações essenciais sobre a gestão da AE/AA encontram-se disponíveis no site ou em alguma rede social da Associação	7,11
Os membros da AE/AA podem expressar as suas opiniões e criticar a Direção da AE/AA em liberdade	7,03
A Direção é responsável pela gestão da AE/AA e pelas decisões tomadas em nome desta	7,01
Os membros dos órgãos sociais atuam em função da missão e valores da AE/AA e não para benefício pessoal ou de terceiros	6,62
A AE/AA promove os interesses dos seus membros nas instâncias de governo da IES	6,61
As diferentes listas às eleições apresentam alternativas claras entre si	6,28
A AE/AA tem autonomia administrativa, financeira e patrimonial e não está sujeita à interferência de terceiros	6,27
A Direção presta contas em assembleias de alunos com regularidade	6,14
As eleições são bastante participadas	6,07
As assembleias de alunos são bastante participadas	5,29

Tabela 65. Frequência de práticas democráticas na AE/AA

Tendo em consideração o funcionamento da sua AE/AA, indique, por favor, o nível de frequência de cada uma das seguintes práticas – Os membros da AE/AA podem expressar as suas opiniões e criticar a Direção da AE/AA em liberdade					
		N	%	% Válida	% Cumulativa
Válida	Nunca	4	,9	1,5	1,5
	1	3	,7	1,2	2,7
	2	3	,7	1,2	3,8
	3	10	2,2	3,8	7,7
	4	10	2,2	3,8	11,5
	5	35	7,8	13,5	25,0
	6	28	6,3	10,8	35,8
	7	49	11,0	18,8	54,6
	8	43	9,6	16,5	71,2
	9	32	7,2	12,3	83,5
	Muito frequente	43	9,6	16,5	100,0
	Total	260	58,2	100,0	
Missing	Não sei	180	40,3		
	System	7	1,6		
	Total	187	41,8		
Total		447	100,0		

Tendo em consideração o funcionamento da sua AE/AA, indique, por favor, o nível de frequência de cada uma das seguintes práticas – Os membros da AE/AA podem exercer o seu direito de voto em função das suas convicções e entendimento das matérias em discussão					
		N	%	% Válida	% Cumulativa
Válido	Nunca	1	,2	,3	,3
	1	1	,2	,3	,7
	2	6	1,3	2,1	2,8
	3	5	1,1	1,7	4,5
	4	9	2,0	3,1	7,6
	5	26	5,8	9,0	16,7
	6	22	4,9	7,6	24,3
	7	34	7,6	11,8	36,1
	8	60	13,4	20,8	56,9
	9	44	9,8	15,3	72,2
	Muito frequente	80	17,9	27,8	100,0
	Total	288	64,4	100,0	
Missing	Não sei	150	33,6		
	System	9	2,0		
	Total	159	35,6		
Total		447	100,0		
Tendo em consideração o funcionamento da sua AE/AA, indique, por favor, o nível de frequência de cada uma das seguintes práticas – A composição das listas a eleições assegura a paridade entre homens e mulheres					
		N	%	% Válida	% Cumulativa
Válida	Nunca	3	,7	1,0	1,0
	1	5	1,1	1,7	2,8
	2	4	,9	1,4	4,2
	3	14	3,1	4,9	9,1
	4	10	2,2	3,5	12,5
	5	23	5,1	8,0	20,6
	6	20	4,5	7,0	27,5
	7	33	7,4	11,5	39,0
	8	55	12,3	19,2	58,2
	9	51	11,4	17,8	76,0
	Muito frequente	69	15,4	24,0	100,0
	Total	287	64,2	100,0	
Missing	Não sei	152	34,0		
	System	8	1,8		
	Total	160	35,8		
Total		447	100,0		
Tendo em consideração o funcionamento da sua AE/AA, indique, por favor, o nível de frequência de cada uma das seguintes práticas – A AE/AA não discrimina os seus membros em função do ano de matrícula, género, preferências sexuais, proveniência geográfica, identidade cultural, religião, convicções políticas ou ideológicas					

		N	%	% Válida	% Cumulativa
Válida	Nunca	14	3,1	4,8	4,8
	1	6	1,3	2,0	6,8
	2	12	2,7	4,1	10,9
	3	15	3,4	5,1	16,0
	4	8	1,8	2,7	18,7
	5	20	4,5	6,8	25,5
	6	13	2,9	4,4	29,9
	7	23	5,1	7,8	37,8
	8	46	10,3	15,6	53,4
	9	38	8,5	12,9	66,3
	Muito frequente	99	22,1	33,7	100,0
Total		294	65,8	100,0	
Missing	Não sei	144	32,2		
	System	9	2,0		
	Total	153	34,2		
Total		447	100,0		

Tendo em consideração o funcionamento da sua AE/AA, indique, por favor, o nível de frequência de cada uma das seguintes práticas – As eleições para os órgãos da AE/AA são bastante participadas

		N	%	% Válida	% Cumulativa
Válida	Nunca	9	2,0	3,1	3,1
	1	10	2,2	3,4	6,5
	2	18	4,0	6,2	12,7
	3	15	3,4	5,1	17,8
	4	25	5,6	8,6	26,4
	5	38	8,5	13,0	39,4
	6	34	7,6	11,6	51,0
	7	44	9,8	15,1	66,1
	8	42	9,4	14,4	80,5
	9	27	6,0	9,2	89,7
	Muito frequente	30	6,7	10,3	100,0
Total		292	65,3	100,0	
Missing	Não sei	146	32,7		
	System	9	2,0		
	Total	155	34,7		
Total		447	100,0		

Tendo em consideração o funcionamento da sua AE/AA, indique, por favor, o nível de frequência de cada uma das seguintes práticas – As assembleias de alunos são bastante participadas

		N	%	% Válida	% Cumulativa
Válida	Nunca	9	2,0	3,3	3,3
	1	20	4,5	7,4	10,8
	2	13	2,9	4,8	15,6

	3	37	8,3	13,8	29,4
	4	28	6,3	10,4	39,8
	5	31	6,9	11,5	51,3
	6	31	6,9	11,5	62,8
	7	33	7,4	12,3	75,1
	8	36	8,1	13,4	88,5
	9	15	3,4	5,6	94,1
	Muito frequente	16	3,6	5,9	100,0
	Total	269	60,2	100,0	
Missing	Não sei	168	37,6		
	System	10	2,2		
	Total	178	39,8		
Total		447	100,0		
Tendo em consideração o funcionamento da sua AE/AA, indique, por favor, o nível de frequência de cada uma das seguintes práticas – As diferentes listas às eleições para os órgãos da AE/AA apresentam alternativas claras entre si					
		N	%	% Válida	% Cumulativa
Válida	Nunca	6	1,3	2,0	2,0
	1	9	2,0	3,0	5,0
	2	14	3,1	4,7	9,6
	3	20	4,5	6,6	16,3
	4	12	2,7	4,0	20,3
	5	40	8,9	13,3	33,6
	6	46	10,3	15,3	48,8
	7	55	12,3	18,3	67,1
	8	44	9,8	14,6	81,7
	9	19	4,3	6,3	88,0
	Muito frequente	36	8,1	12,0	100,0
	Total	301	67,3	100,0	
Missing	Não sei	137	30,6		
	System	9	2,0		
	Total	146	32,7		
Total		447	100,0		
Tendo em consideração o funcionamento da sua AE/AA, indique, por favor, o nível de frequência de cada uma das seguintes práticas – A AE/AA promove os interesses dos seus membros nas instâncias de governo da instituição de ensino superior					
		N	%	% Válida	% Cumulativa
Válida	Nunca	8	1,8	2,7	2,7
	1	7	1,6	2,4	5,1
	2	12	2,7	4,1	9,2
	3	9	2,0	3,1	12,3
	4	14	3,1	4,8	17,1
	5	28	6,3	9,6	26,6
	6	34	7,6	11,6	38,2

	7	56	12,5	19,1	57,3
	8	66	14,8	22,5	79,9
	9	31	6,9	10,6	90,4
	Muito frequente	28	6,3	9,6	100,0
	Total	293	65,5	100,0	
Missing	Não sei	145	32,4		
	System	9	2,0		
	Total	154	34,5		
Total		447	100,0		

Tendo em consideração o funcionamento da sua AE/AA, indique, por favor, o nível de frequência de cada uma das seguintes práticas – A Direção presta contas em assembleias de alunos com regularidade

		N	%	% Válida	% Cumulativa
Válido	Nunca	7	1,6	3,4	3,4
	1	7	1,6	3,4	6,8
	2	7	1,6	3,4	10,1
	3	13	2,9	6,3	16,4
	4	17	3,8	8,2	24,6
	5	22	4,9	10,6	35,3
	6	22	4,9	10,6	45,9
	7	42	9,4	20,3	66,2
	8	36	8,1	17,4	83,6
	9	20	4,5	9,7	93,2
	Muito frequente	14	3,1	6,8	100,0
	Total	207	46,3	100,0	
Missing	Não sei	231	51,7		
	System	9	2,0		
	Total	240	53,7		
Total		447	100,0		

Tendo em consideração o funcionamento da sua AE/AA, indique, por favor, o nível de frequência de cada uma das seguintes práticas – A Direção é responsável pela gestão da AE/AA e pelas decisões tomadas em nome desta

		N	%	% Válida	% Cumulativo
Válido	Nunca	10	2,2	4,1	4,1
	1	6	1,3	2,4	6,5
	2	3	,7	1,2	7,8
	3	6	1,3	2,4	10,2
	4	8	1,8	3,3	13,5
	5	24	5,4	9,8	23,3
	6	23	5,1	9,4	32,7
	7	42	9,4	17,1	49,8
	8	45	10,1	18,4	68,2
	9	37	8,3	15,1	83,3

	Muito frequente	41	9,2	16,7	100,0
	Total	245	54,8	100,0	
Missing	Não sei	194	43,4		
	System	8	1,8		
	Total	202	45,2		
Total		447	100,0		

Tendo em consideração o funcionamento da sua AE/AA, indique, por favor, o nível de frequência de cada uma das seguintes práticas – As informações essenciais sobre a gestão da AE/AA encontram-se disponíveis no site ou em alguma rede social da Associação

		N	%	% Válido	% Cumulativo
Válida	Nunca	5	1,1	1,6	1,6
	1	4	,9	1,3	2,9
	2	14	3,1	4,5	7,4
	3	11	2,5	3,5	10,9
	4	16	3,6	5,1	16,1
	5	23	5,1	7,4	23,5
	6	30	6,7	9,6	33,1
	7	41	9,2	13,2	46,3
	8	63	14,1	20,3	66,6
	9	45	10,1	14,5	81,0
	Muito frequente	59	13,2	19,0	100,0
	Total	311	69,6	100,0	
Missing	Não sei	127	28,4		
	System	9	2,0		
	Total	136	30,4		
Total		447	100,0		

Tendo em consideração o funcionamento da sua AE/AA, indique, por favor, o nível de frequência de cada uma das seguintes práticas – A AE/AA tem autonomia administrativa, financeira e patrimonial e não está sujeita à interferência de terceiros

		N	%	% Válida	% Cumulativa
Válid o	Nunca	10	2,2	4,0	4,0
	1	8	1,8	3,2	7,3
	2	8	1,8	3,2	10,5
	3	14	3,1	5,7	16,2
	4	18	4,0	7,3	23,5
	5	27	6,0	10,9	34,4
	6	33	7,4	13,4	47,8
	7	33	7,4	13,4	61,1
	8	48	10,7	19,4	80,6
	9	18	4,0	7,3	87,9
	Muito frequente	30	6,7	12,1	100,0
	Total	247	55,3	100,0	
Não sei		191	42,7		

Missi ng	System	9	2,0		
	Total	200	44,7		
Total		447	100,0		
Tendo em consideração o funcionamento da sua AE/AA, indique, por favor, o nível de frequência de cada uma das seguintes práticas – Os membros dos órgãos sociais atuam em função da missão e valores da AE/AA e não para benefício pessoal ou de terceiros					
		N	%	% Válida	% Cumulativa
Válid o	Nunca	7	1,6	2,3	2,3
	1	13	2,9	4,3	6,6
	2	12	2,7	4,0	10,6
	3	16	3,6	5,3	15,9
	4	12	2,7	4,0	19,9
	5	30	6,7	10,0	29,9
	6	28	6,3	9,3	39,2
	7	43	9,6	14,3	53,5
	8	67	15,0	22,3	75,7
	9	26	5,8	8,6	84,4
	Muito frequente	47	10,5	15,6	100,0
	Total	301	67,3	100,0	
Missi ng	Não sei	137	30,6		
	System	9	2,0		
	Total	146	32,7		
Total		447	100,0		

Tabela 66. Matriz de correlação entre o grau de satisfação com a democracia interna da AE/AA e a frequência de práticas democráticas

	Grau de satisfação com a democracia interna da sua AE/AA
Grau de satisfação com a democracia interna da sua AE/AA	1
[Frequência Práticas] Os membros da AE/AA podem expressar as suas opiniões e criticar a Direção da AE/AA em liberdade	,562**
[Frequência Práticas] Os membros da AE/AA podem exercer o seu direito de voto em função das suas convicções e entendimento das matérias em discussão	,541**
[Frequência Práticas] A composição das listas a eleições assegura a paridade entre homens e mulheres	,510**
[Frequência Práticas] A AE/AA não discrimina os seus membros em função do ano de matrícula, género, preferências sexuais, proveniência geográfica, identidade cultural, religião, convicções políticas ou ideológicas	,398**
[Frequência Práticas] As eleições para os órgãos da AE/AA são bastante participadas	,621**
[Frequência Práticas] As assembleias de alunos são bastante participadas	,583**
[Frequência Práticas] As diferentes listas às eleições para os órgãos da AE/AA apresentam alternativas claras entre si	,427**
[Frequência Práticas] A AE/AA promove os interesses dos seus membros nas instâncias de governo da instituição de ensino superior	,742**
[Frequência Práticas] A Direção presta contas em assembleias de alunos com regularidade	,668**

[Frequência Práticas] A Direção é responsável pela gestão da AE/AA e pelas decisões tomadas em nome desta	,524**
[Frequência Práticas] As informações essenciais sobre a gestão da AE/AA encontram-se disponíveis no site ou em alguma rede social da Associação	,595**
[Frequência Práticas] A AE/AA tem autonomia administrativa, financeira e patrimonial e não está sujeita à interferência de terceiros	,528**
[Frequência Práticas] Os membros dos órgãos sociais atuam em função da missão e valores da AE/AA e não para benefício pessoal ou de terceiros	,692**
**p<0,01	

Anexo O. Análise das regressões lineares

Regressão 1a. Confiança no trabalho da AE/AA na defesa do Ensino Superior x satisfação integridade

Correlações						
		Nível de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa da qualidade do Ensino Superior	Género	Tempo que exerce/exerceu cargo em órgãos sociais	Idade	Grau de satisfação com a integridade na gestão da sua AE/AA
Pearson Correlation	Nível de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa da qualidade do Ensino Superior	1,000	-,023	,051	-,292	,837
	Género	-,023	1,000	-,058	-,119	,070
	Tempo que exerce/exerceu cargo em órgãos sociais	,051	-,058	1,000	,110	,062
	Idade	-,292	-,119	,110	1,000	-,269
	Grau de satisfação com a integridade na gestão da sua AE/AA	,837	,070	,062	-,269	1,000
Sig. (1-tailed)	Nível de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa da qualidade do Ensino Superior	.	,426	,338	,007	,000
	Género	,426	.	,317	,162	,282
	Tempo que exerce/exerceu cargo em órgãos sociais	,338	,317	.	,182	,304
	Idade	,007	,162	,182	.	,012
	Grau de satisfação com a integridade na gestão da sua AE/AA	,000	,282	,304	,012	.
N	Nível de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa da qualidade do Ensino Superior	70	70	70	70	70
	Género	70	70	70	70	70
	Tempo que exerce/exerceu cargo em órgãos sociais	70	70	70	70	70
	Idade	70	70	70	70	70
	Grau de satisfação com a integridade na gestão da sua AE/AA	70	70	70	70	70

a. Qualidade do modelo

Model Summary ^b					
Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Durbin-Watson
1	,844 ^a	,713	,695	1,532	2,008
a. Predictors: (Constant), Numa escala entre 0 = nada satisfeito a 10 = totalmente satisfeito, de modo geral, indique qual o seu grau de satisfação com a integridade na gestão da sua AE/AA?, E há quanto tempo exerce ou exerceu o cargo para o qual foi eleito?, Género (recod), Indique, por favor, a sua idade (em número):					
b. Dependent Variable: Numa escala de 0 = nenhuma confiança a 10 = total confiança, qual o seu nível de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa da qualidade do Ensino Superior?					

ANOVA ^a						
Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	378,072	4	94,518	40,287	,000^b
	Residual	152,499	65	2,346		
	Total	530,571	69			
a. Dependent Variable: Numa escala de 0 = nenhuma confiança a 10 = total confiança, qual o seu nível de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa da qualidade do Ensino Superior?						
b. Predictors: (Constant), Numa escala entre 0 = nada satisfeito a 10 = totalmente satisfeito, de modo geral, indique qual o seu grau de satisfação com a integridade na gestão da sua AE/AA?, E há quanto tempo exerce ou exerceu o cargo para o qual foi eleito?, Género (recod), Indique, por favor, a sua idade (em número):						

b. Coeficientes de regressão

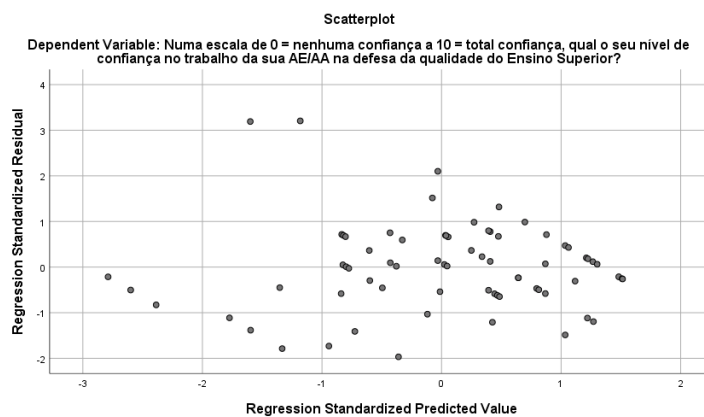
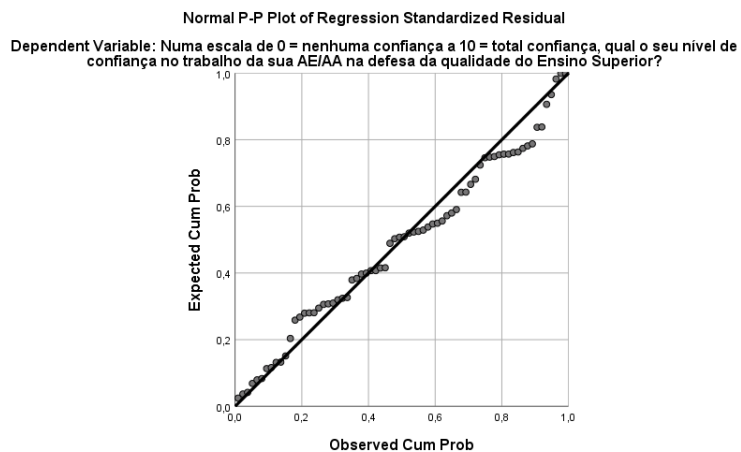
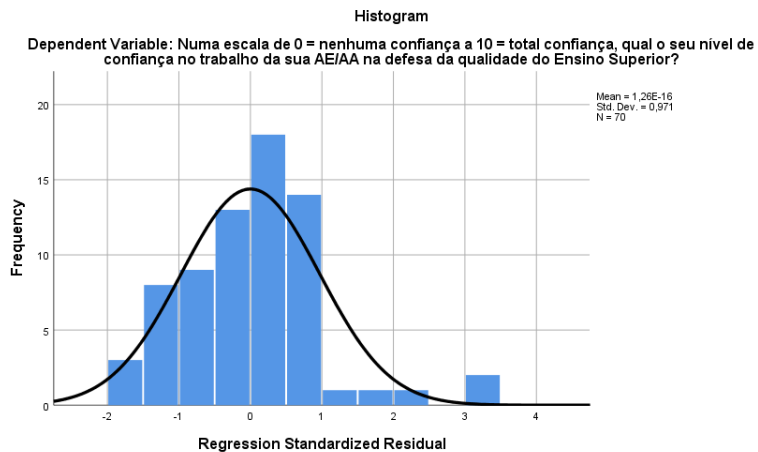
Coefficients ^a											
Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	Correlations			Collinearity Statistics	
		B	Std. Error	Beta			Zero-order	Partial	Part	Tolerance	VIF
1	(Constant)	1,744	1,197		1,457	,150					
	Género	-,539	,403	-,090	-1,337	,186	-,023	-,164	-,089	,982	1,019
	Tempo que exerce/exerceu cargo em órgãos sociais	,011	,202	,004	,054	,957	,051	,007	,004	,976	1,024
	Idade	-,043	,037	-,082	-1,171	,246	-,292	-,144	-,078	,903	1,108
	Satisfação com a integridade na gestão da sua AE/AA	,940	,080	,821	11,819	,000	,837	,826	,786	,917	1,090
a. Dependent Variable: Numa escala de 0 = nenhuma confiança a 10 = total confiança, qual o seu nível de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa da qualidade do Ensino Superior?											

c. Pressupostos

Tests of Normality						
	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.
Unstandardized Residual	,106	70	,051	,943	70	,003
a. Lilliefors Significance Correction						

Residuals Statistics ^a					
	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviation	N
Predicted Value	,33	10,40	6,86	2,341	70
Residual	-3,014	4,909	,000	1,487	70
Std. Predicted Value	-2,789	1,514	,000	1,000	70
Std. Residual	-1,968	3,205	,000	,971	70

a. Dependent Variable: Numa escala de 0 = nenhuma confiança a 10 = total confiança, qual o seu nível de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa da qualidade do Ensino Superior?



Regressão 1b. Confiança no trabalho da AE/AA na defesa dos próprios interesses x satisfação com a integridade

Correlations						
		Nível de confiança no trabalho da AE/AA na defesa dos seus interesses	Género	Tempo que exerce/exerceu cargo em órgãos sociais	Idade	Satisfação com o grau de integridade na AE/AA
Pearson Correlation	Nível de confiança no trabalho da AE/AA na defesa dos seus interesses	1,000	-,020	-,132	-,395	,772
	Género	-,020	1,000	-,058	-,119	,070
	Tempo que exerce/exerceu cargo em órgãos sociais	-,132	-,058	1,000	,110	,062
	Idade	-,395	-,119	,110	1,000	-,269
	Satisfação com o grau de integridade na AE/AA	,772	,070	,062	-,269	1,000
Sig. (1-tailed)	Nível de confiança no trabalho da AE/AA na defesa dos seus interesses	.	,436	,139	,000	,000
	Género	,436	.	,317	,162	,282
	Tempo que exerce/exerceu cargo em órgãos sociais	,139	,317	.	,182	,304
	Idade	,000	,162	,182	.	,012
	Satisfação com o grau de integridade na AE/AA	,000	,282	,304	,012	.
N	Nível de confiança no trabalho da AE/AA na defesa dos seus interesses	70	70	70	70	70
	Género	70	70	70	70	70
	Tempo que exerce/exerceu cargo em órgãos sociais	70	70	70	70	70
	Idade	70	70	70	70	70
	Satisfação com o grau de integridade na AE/AA	70	70	70	70	70

a. Qualidade do modelo

Model Summary ^b					
Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Durbin-Watson
1	,818 ^a	,669	,648	1,714	2,501
a. Predictors: (Constant), Numa escala entre 0 = nada satisfeito a 10 = totalmente satisfeito, de modo geral, indique qual o seu grau de satisfação com a integridade na gestão da sua AE/AA?, E há quanto tempo exerce ou exerceu o cargo para o qual foi eleito?, Género (recod), Indique, por favor, a sua idade (em número):					
b. Dependent Variable: E qual o seu nível de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa dos seus interesses (numa escala de 0 = nenhuma confiança a 10 = total confiança)?					

ANOVA ^a						
Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	385,416	4	96,354	32,803	,000^b
	Residual	190,927	65	2,937		
	Total	576,343	69			
a. Dependent Variable: E qual o seu nível de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa dos seus interesses (numa escala de 0 = nenhuma confiança a 10 = total confiança)?						
b. Predictors: (Constant), Numa escala entre 0 = nada satisfeito a 10 = totalmente satisfeito, de modo geral, indique qual o seu grau de satisfação com a integridade na gestão da sua AE/AA?, E há quanto tempo exerce ou exerceu o cargo para o qual foi eleito?, Género (recod), Indique, por favor, a sua idade (em número):						

b. Coeficientes de regressão

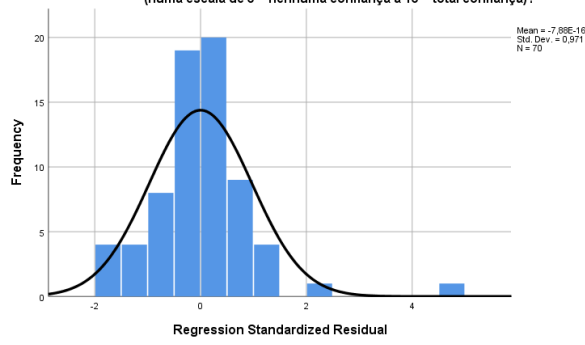
Coefficients ^a											
Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	Correlations			Collinearity Statistics	
		B	Std. Error	Beta			Zero-order	Partial	Part	Tolerance	VIF
1	(Constant)	4,557	1,340		3,401	,001					
	Género	-,648	,451	-,103	-1,436	,156	-,020	-	-	,982	1,019
	Tempo que exerce/exerceu cargo em órgãos sociais	-,509	,226	-,163	-2,250	,028	-,132	-	-	,976	1,024
	Idade	-,104	,041	-,191	-2,540	,013	-,395	-	-	,903	1,108
	Grau de satisfação com a integridade na gestão da sua AE/AA	,882	,089	,738	9,903	,000	,772	,775	,707	,917	1,090
a. Dependent Variable: E qual o seu nível de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa dos seus interesses (numa escala de 0 = nenhuma confiança a 10 = total confiança)?											

c. Pressupostos

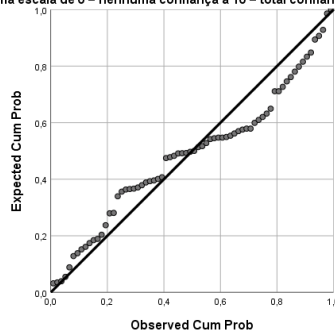
Tests of Normality						
	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.
Unstandardized Residual	,136	70	,003	,869	70	,000
a. Lilliefors Significance Correction						

Residuals Statistics ^a					
	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviation	N
Predicted Value	,71	10,99	6,63	2,363	70
Residual	-3,178	8,342	,000	1,663	70
Std. Predicted Value	-2,505	1,847	,000	1,000	70
Std. Residual	-1,854	4,867	,000	,971	70
a. Dependent Variable: E qual o seu nível de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa dos seus interesses (numa escala de 0 = nenhuma confiança a 10 = total confiança)?					

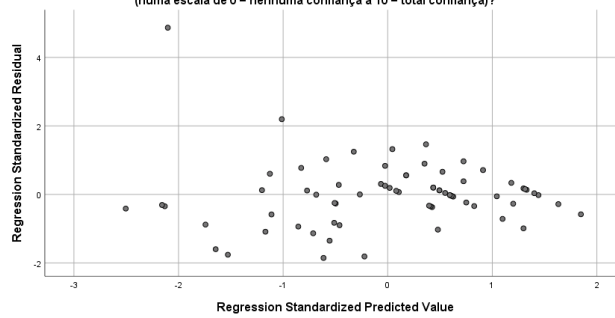
Histogram
Dependent Variable: E qual o seu nivel de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa dos seus interesses (numa escala de 0 = nenhuma confiança a 10 = total confiança)?



Normal P-P Plot of Regression Standardized Residual
Dependent Variable: E qual o seu nivel de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa dos seus interesses (numa escala de 0 = nenhuma confiança a 10 = total confiança)?



Scatterplot
Dependent Variable: E qual o seu nivel de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa dos seus interesses (numa escala de 0 = nenhuma confiança a 10 = total confiança)?



Regressão 2a. Confiança no trabalho da AE/AA na defesa da qualidade do Ensino Superior x satisfação transparência

Correlações						
		Nível de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa da qualidade do Ensino Superior	Gênero	Tempo que exerce/exerceu cargo em órgãos sociais	Idade	Satisfação com a transparência na gestão da sua AE/AA
Pearson Correlation	Nível de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa da qualidade do Ensino Superior	1,000	,015	,015	-,315	,838
	Gênero	,015	1,000	-,027	-,128	,104
	Tempo que exerce/exerceu cargo em órgãos sociais	,015	-,027	1,000	,112	-,032
	Idade	-,315	-,128	,112	1,000	-,333
	Satisfação com a transparência na gestão da sua AE/AA	,838	,104	-,032	-,333	1,000
Sig. (1-tailed)	Nível de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa da qualidade do Ensino Superior	.	,451	,450	,004	,000
	Gênero	,451	.	,411	,146	,195
	Tempo que exerce/exerceu cargo em órgãos sociais	,450	,411	.	,177	,396
	Idade	,004	,146	,177	.	,002
	Satisfação com a transparência na gestão da sua AE/AA	,000	,195	,396	,002	.
N	Nível de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa da qualidade do Ensino Superior	70	70	70	70	70
	Gênero	70	70	70	70	70
	Tempo que exerce/exerceu cargo em órgãos sociais	70	70	70	70	70
	Idade	70	70	70	70	70
	Satisfação com a transparência na gestão da sua AE/AA	70	70	70	70	70

a. Qualidade do modelo

Model Summary ^b					
Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Durbin-Watson
1	,843 ^a	,711	,693	1,516	2,056
a. Predictors: (Constant), Numa escala entre 0 = nada satisfeito a 10 = totalmente satisfeito, de modo geral, indique qual o seu grau de satisfação com a transparência na gestão da sua AE/AA?, E há quanto tempo exerce ou exerceu o cargo para o qual foi eleito?, Género (recod), Indique, por favor, a sua idade (em número):					
b. Dependent Variable: Numa escala de 0 = nenhuma confiança a 10 = total confiança, qual o seu nível de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa da qualidade do Ensino Superior?					

ANOVA ^a						
Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	367,674	4	91,919	40,015	,000 ^b
	Residual	149,311	65	2,297		
	Total	516,986	69			
a. Dependent Variable: Numa escala de 0 = nenhuma confiança a 10 = total confiança, qual o seu nível de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa da qualidade do Ensino Superior?						
b. Predictors: (Constant), Numa escala entre 0 = nada satisfeito a 10 = totalmente satisfeito, de modo geral, indique qual o seu grau de satisfação com a transparência na gestão da sua AE/AA?, E há quanto tempo exerce ou exerceu o cargo para o qual foi eleito?, Género (recod), Indique, por favor, a sua idade (em número):						

b. Coeficientes de regressão

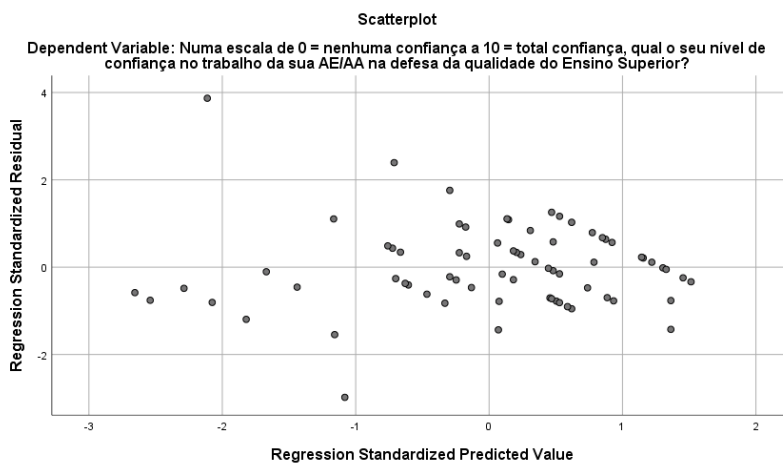
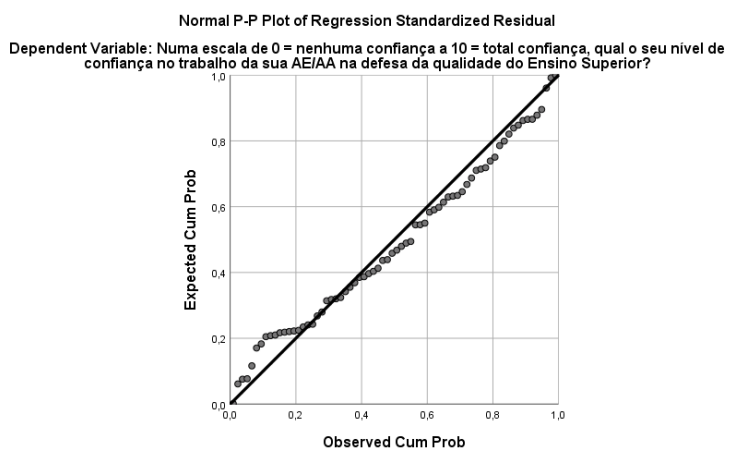
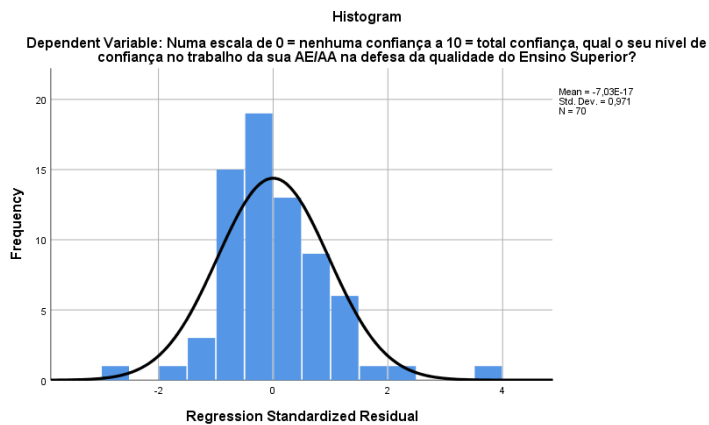
Coefficients ^a											
Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	Correlations			Collinearity Statistics	
		B	Std. Error	Beta			Zero-order	Partial	Part	Tolerance	VIF
1	(Constant)	1,649	1,215		1,356	,180					
	Género	-,458	,399	-,077	1,146	,256	,015	-,141		,076	1,021
	Tempo que exerce/exerceu cargo em órgãos sociais	,137	,201	,046	,684	,496	,015	,085	,046		1,013
	Idade	-,028	,037	-,054	-,754	,454	-,315	-,093		,050	1,149
	Satisfação com a transparência na gestão da sua AE/AA	,908	,078	,829	11,704	,000	,838	,824	,780		1,130
a. Dependent Variable: Numa escala de 0 = nenhuma confiança a 10 = total confiança, qual o seu nível de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa da qualidade do Ensino Superior?											

c. Pressupostos

Tests of Normality						
	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.
Unstandardized Residual	,098	70	,094	,940	70	,002
a. Lilliefors Significance Correction						

Residuals Statistics ^a					
	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviation	N
Predicted Value	,88	10,51	7,01	2,308	70
Residual	-4,517	5,862	,000	1,471	70
Std. Predicted Value	-2,655	1,513	,000	1,000	70
Std. Residual	-2,981	3,868	,000	,971	70

a. Dependent Variable: Numa escala de 0 = nenhuma confiança a 10 = total confiança, qual o seu nível de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa da qualidade do Ensino Superior?



Regressão 2b. Confiança no trabalho da AE/AA na defesa dos seus interesses x satisfação transparência na gestão

Correlações						
		Nível de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa dos seus interesses	Género	Tempo que exerce/exerceu cargo em órgãos sociais	Idade	Grau de satisfação com a transparência na gestão da AE/AA
Pearson Correlation	Nível de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa dos seus interesses	1,000	,020	-,174	-,417	,801
	Género	,020	1,000	-,027	-,128	,104
	Tempo que exerce/exerceu cargo em órgãos sociais	-,174	-,027	1,000	,112	-,032
	Idade	-,417	-,128	,112	1,000	-,333
	Grau de satisfação com a transparência na gestão da AE/AA	,801	,104	-,032	-,333	1,000
Sig. (1-tailed)	Nível de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa dos seus interesses	.	,435	,075	,000	,000
	Género	,435	.	,411	,146	,195
	Tempo que exerce/exerceu cargo em órgãos sociais	,075	,411	.	,177	,396
	Idade	,000	,146	,177	.	,002
	Grau de satisfação com a transparência na gestão da AE/AA	,000	,195	,396	,002	.
N	Nível de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa dos seus interesses	70	70	70	70	70
	Género	70	70	70	70	70
	Tempo que exerce/exerceu cargo em órgãos sociais	70	70	70	70	70
	Idade	70	70	70	70	70
	Grau de satisfação com a transparência na gestão da AE/AA	70	70	70	70	70

a. Qualidade do modelo

Model Summary ^b					
Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Durbin-Watson
1	,831 ^a	,691	,672	1,631	2,112
a. Predictors: (Constant), Numa escala entre 0 = nada satisfeito a 10 = totalmente satisfeito, de modo geral, indique qual o seu grau de satisfação com a transparência na gestão da sua AE/AA?, E há quanto tempo exerce ou exerceu o cargo para o qual foi eleito?, Género (recod), Indique, por favor, a sua idade (em número):					
b. Dependent Variable: E qual o seu nível de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa dos seus interesses (numa escala de 0 = nenhuma confiança a 10 = total confiança)?					

ANOVA ^a						
Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	386,377	4	96,594	36,330	,000 ^b
	Residual	172,823	65	2,659		
	Total	559,200	69			

- a. Dependent Variable: E qual o seu nível de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa dos seus interesses (numa escala de 0 = nenhuma confiança a 10 = total confiança)?
- b. Predictors: (Constant), Numa escala entre 0 = nada satisfeito a 10 = totalmente satisfeito, de modo geral, indique qual o seu grau de satisfação com a transparência na gestão da sua AE/AA?, E há quanto tempo exerce ou exerceu o cargo para o qual foi eleito?, Género (recod), Indique, por favor, a sua idade (em número):

b. Coeficientes de regressão

		Coefficients ^a									
Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	Correlations			Collinearity Statistics	
		B	Std. Error	Beta			Zero-order	Partial	Part	Tolerance	VIF
1	(Constant)	4,431	1,308		3,388	,001					
	Género	-,511	,430	-,083	-1,190	,238	,020	-,146	-,082	,979	1,021
	Tempo que exerce/exerceu cargo em órgãos sociais	-,415	,216	-,134	-1,924	,059	-,174	,232	,133	,987	1,013
	Idade	-,087	,039	-,162	-2,198	,032	-,417	,263	,152	,870	1,149
	Grau de satisfação com a transparência na gestão da AE/AA	,856	,083	,751	10,249	,000	,801	,786	,707	,885	1,130

a. Dependent Variable: E qual o seu nível de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa dos seus interesses (numa escala de 0 = nenhuma confiança a 10 = total confiança)?

c. Pressupostos

Tests of Normality						
	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.
Unstandardized Residual	,097	70	,170	,883	70	,000

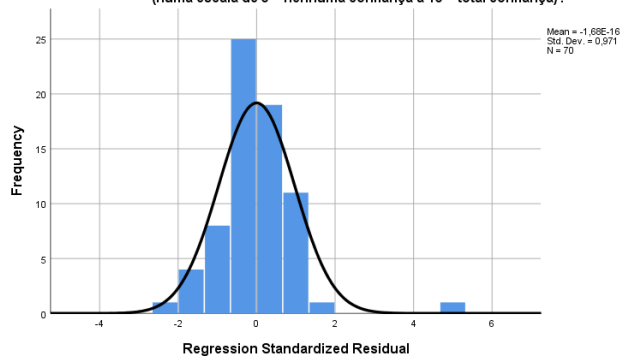
a. Lilliefors Significance Correction

Residuals Statistics ^a					
	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviation	N
Predicted Value	,59	11,01	6,80	2,366	70
Residual	-3,689	7,980	,000	1,583	70
Std. Predicted Value	-2,625	1,779	,000	1,000	70
Std. Residual	-2,263	4,894	,000	,971	70

a. Dependent Variable: E qual o seu nível de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa dos seus interesses (numa escala de 0 = nenhuma confiança a 10 = total confiança)?

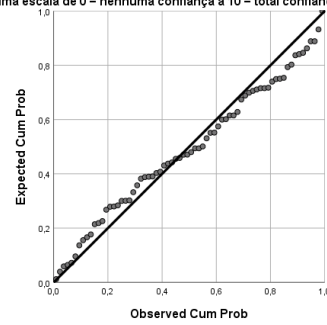
Histogram

Dependent Variable: E qual o seu nível de confiança no trabalho da sua AE/IAA na defesa dos seus interesses (numa escala de 0 = nenhuma confiança a 10 = total confiança)?



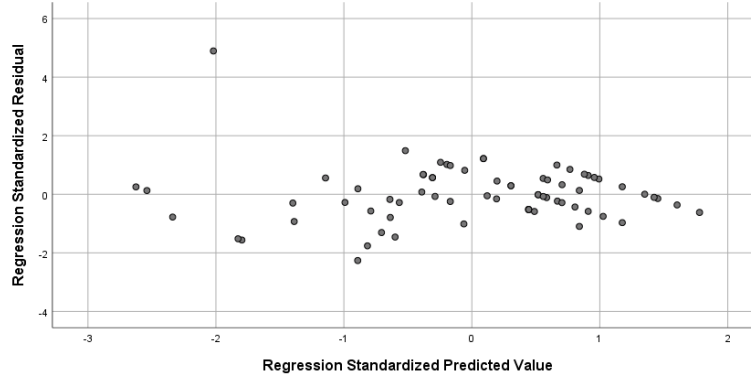
Normal P-P Plot of Regression Standardized Residual

Dependent Variable: E qual o seu nível de confiança no trabalho da sua AE/IAA na defesa dos seus interesses (numa escala de 0 = nenhuma confiança a 10 = total confiança)?



Scatterplot

Dependent Variable: E qual o seu nível de confiança no trabalho da sua AE/IAA na defesa dos seus interesses (numa escala de 0 = nenhuma confiança a 10 = total confiança)?



Regressão 3a. Confiança no trabalho da AE/AA na defesa da qualidade do Ensino Superior x satisfação democracia interna

Correlações						
		Nível de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa da qualidade do Ensino Superior	Género	Tempo que exerce/ exerceu cargo em órgãos sociais	Idade	Grau de satisfação com a democracia interna da sua AE/AA
Pearson Correlation	Nível de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa da qualidade do Ensino Superior	1,000	-,010	,062	-,292	,811
	Género	-,010	1,000	-,075	-,134	,121
	Tempo que exerce/exerceu cargo em órgãos sociais	,062	-,075	1,000	,123	,019
	Idade	-,292	-,134	,123	1,000	-,385
	Grau de satisfação com a democracia interna da sua AE/AA	,811	,121	,019	-,385	1,000
Sig. (1-tailed)	Nível de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa da qualidade do Ensino Superior	.	,466	,306	,007	,000
	Género	,466	.	,269	,134	,159
	Tempo que exerce/exerceu cargo em órgãos sociais	,306	,269	.	,155	,440
	Idade	,007	,134	,155	.	,000
	Grau de satisfação com a democracia interna da sua AE/AA	,000	,159	,440	,000	.
N	Nível de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa da qualidade do Ensino Superior	70	70	70	70	70
	Género	70	70	70	70	70
	Tempo que exerce/exerceu cargo em órgãos sociais	70	70	70	70	70
	Idade	70	70	70	70	70
	Grau de satisfação com a democracia interna da sua AE/AA	70	70	70	70	70

a. Qualidade do modelo

Model Summary ^b					
Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Durbin-Watson
1	,819 ^a	,671	,650	1,648	2,280
a. Predictors: (Constant), Numa escala entre 0 = nada satisfeito a 10 = totalmente satisfeito, de modo geral, qual o seu grau de satisfação com a democracia interna da sua AE/AA?, E há quanto tempo exerce ou exerceu o cargo para o qual foi eleito?, Género (recod), Indique, por favor, a sua idade (em número):					
b. Dependent Variable: Numa escala de 0 = nenhuma confiança a 10 = total confiança, qual o seu nível de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa da qualidade do Ensino Superior?					

ANOVA ^a						
Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	359,687	4	89,922	33,094	,000^b
	Residual	176,613	65	2,717		
	Total	536,300	69			
a. Dependent Variable: Numa escala de 0 = nenhuma confiança a 10 = total confiança, qual o seu nível de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa da qualidade do Ensino Superior?						
b. Predictors: (Constant), Numa escala entre 0 = nada satisfeito a 10 = totalmente satisfeito, de modo geral, qual o seu grau de satisfação com a democracia interna da sua AE/AA?, E há quanto tempo exerce ou exerceu o cargo para o qual foi eleito?, Género (recod), Indique, por favor, a sua idade (em número):						

b. Coeficientes de regressão

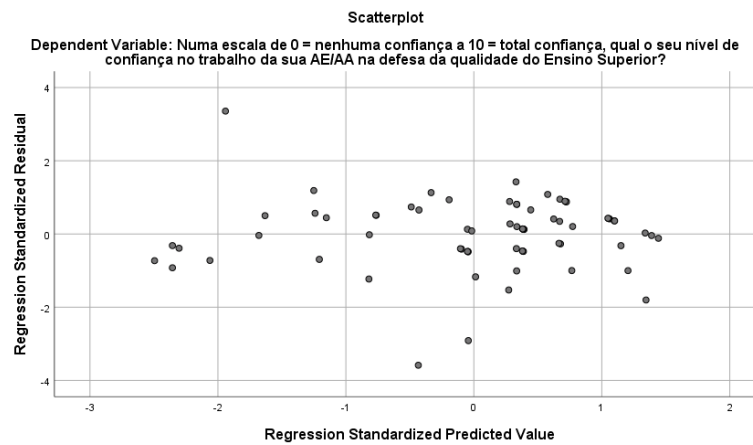
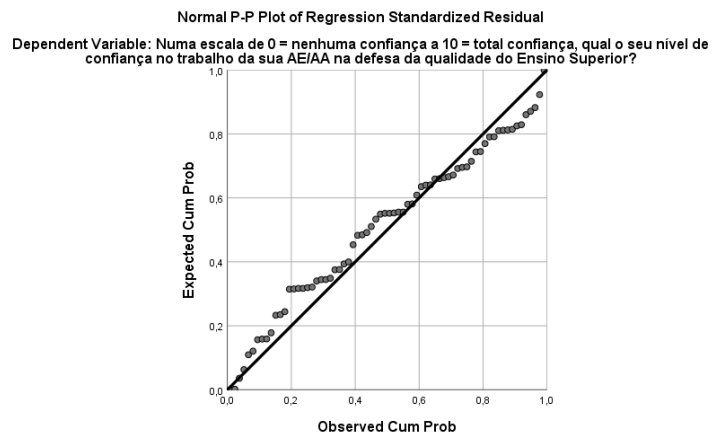
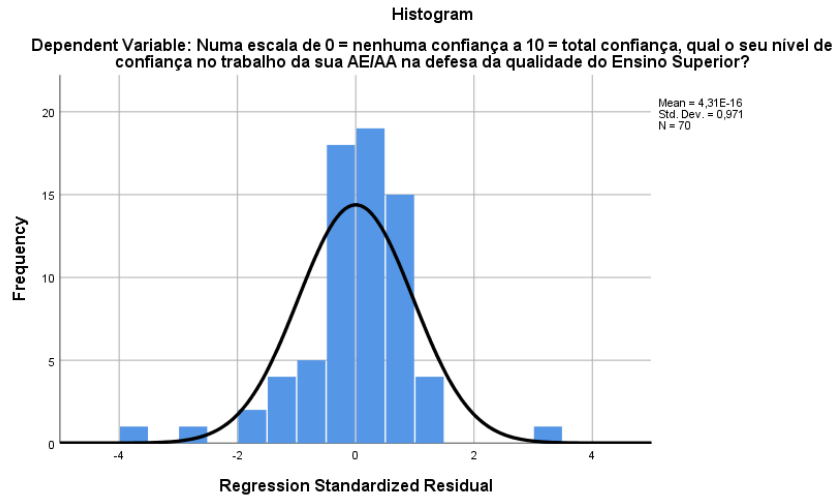
Coefficients ^a											
Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	Correlations			Collinearity Statistics	
		B	Std. Error	Beta			Zero-order	Partial	Part	Tolerance	VIF
1	(Constant)	1,001	1,342		,746	,459					
	Género	-,664	,449	-,107	-1,479	,144	-,010	-,180	-,105	,972	1,029
	Tempo que exerce/exerceu cargo em órgãos sociais	,114	,220	,037	,519	,606	,062	,064	,037	,976	1,025
	Idade	,004	,041	,007	,093	,926	-,292	,012	,007	,829	1,207
	Grau de satisfação com a democracia interna da sua AE/AA	,877	,082	,826	10,643	,000	,811	,797	,758	,842	1,188
a. Dependent Variable: Numa escala de 0 = nenhuma confiança a 10 = total confiança, qual o seu nível de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa da qualidade do Ensino Superior?											

c. Pressupostos

Tests of Normality						
	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.
Unstandardized Residual	,123	70	,010	,919	70	,000
a. Lilliefors Significance Correction						

Residuals Statistics ^a					
	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviation	N
Predicted Value	1,20	10,19	6,90	2,283	70
Residual	-5,909	5,532	,000	1,600	70
Std. Predicted Value	-2,495	1,442	,000	1,000	70
Std. Residual	-3,585	3,356	,000	,971	70

a. Dependent Variable: Numa escala de 0 = nenhuma confiança a 10 = total confiança, qual o seu nível de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa da qualidade do Ensino Superior?



Regressão 3b. Confiança no trabalho da AE/AA na defesa dos seus interesses x satisfação democracia interna

Correlações						
		Nível de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa dos seus interesses	Satisfação com a democracia interna da sua AE/AA	Género	Tempo que exerce/exerceu cargo em órgãos sociais	Idade
Pearson Correlation	Nível de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa dos seus interesses	1,000	,768	-,002	-,122	-,399
	Satisfação com a democracia interna da sua AE/AA	,768	1,000	,121	,019	-,385
	Género	-,002	,121	1,000	-,075	-,134
	Tempo que exerce/exerceu cargo em órgãos sociais	-,122	,019	-,075	1,000	,123
	Idade	-,399	-,385	-,134	,123	1,000
Sig. (1-tailed)	Nível de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa dos seus interesses	.	,000	,494	,158	,000
	Satisfação com a democracia interna da sua AE/AA	,000	.	,159	,440	,000
	Género	,494	,159	.	,269	,134
	Tempo que exerce/exerceu cargo em órgãos sociais	,158	,440	,269	.	,155
	Idade	,000	,000	,134	,155	.
N	Nível de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa dos seus interesses	70	70	70	70	70
	Satisfação com a democracia interna da sua AE/AA	70	70	70	70	70
	Género	70	70	70	70	70
	Tempo que exerce/exerceu cargo em órgãos sociais	70	70	70	70	70
	Idade	70	70	70	70	70

a. Qualidade do modelo

Model Summary ^b					
Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Durbin-Watson
1	,794 ^a	,631	,608	1,809	2,079
a. Predictors: (Constant), Indique, por favor, a sua idade (em número);, E há quanto tempo exerce ou exerceu o cargo para o qual foi eleito?, Género (recod), Numa escala entre 0 = nada satisfeito a 10 = totalmente satisfeito, de modo geral, qual o seu grau de satisfação com a democracia interna da sua AE/AA?					
b. Dependent Variable: E qual o seu nível de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa dos seus interesses (numa escala de 0 = nenhuma confiança a 10 = total confiança)?					

ANOVA ^a						
Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	363,188	4	90,797	27,753	,000^b
	Residual	212,655	65	3,272		
	Total	575,843	69			
a. Dependent Variable: E qual o seu nível de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa dos seus interesses (numa escala de 0 = nenhuma confiança a 10 = total confiança)?						
b. Predictors: (Constant), Indique, por favor, a sua idade (em número);, E há quanto tempo exerce ou exerceu o cargo para o qual foi eleito?, Género (recod), Numa escala entre 0 = nada satisfeito a 10 = totalmente satisfeito, de modo geral, qual o seu grau de satisfação com a democracia interna da sua AE/AA?						

b. Coeficientes de regressão

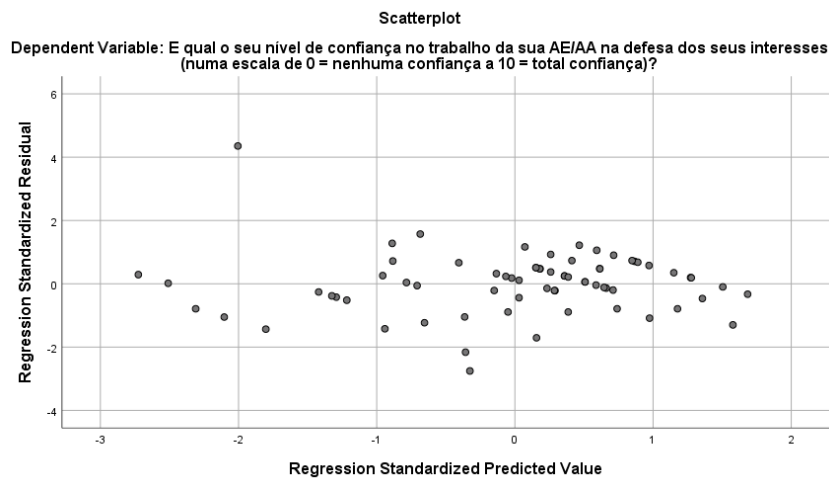
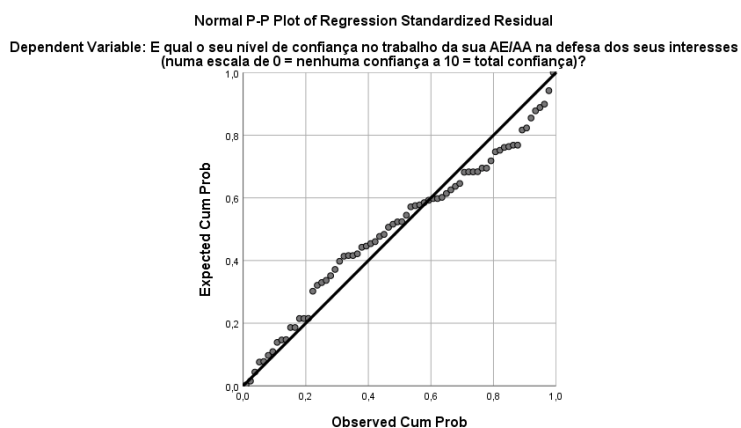
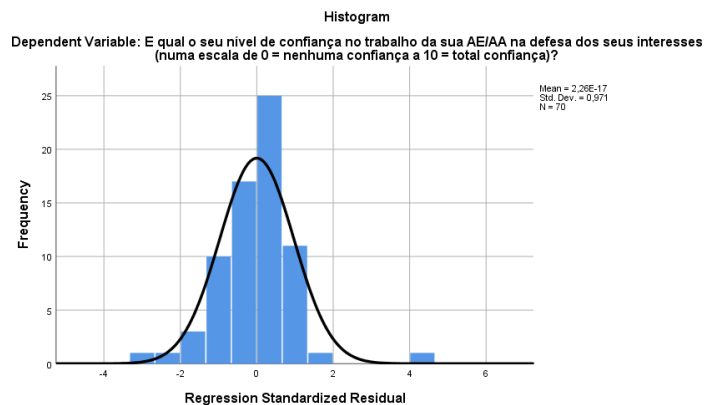
Coefficients ^a											
Model		Unstandardized Coefficients		Standardize d Coefficients	t	Sig.	Correlations			Collinearity Statistics	
		B	Std. Error	Beta			Zero-order	Partial	Part	Tolerance	VIF
1	(Constant)	3,950	1,473		2,682	,009					
	Satisfação com a democraticidade interna	,816	,090	,741	9,019	,000	,768	,746	,680	,842	1,188
	Género	-,752	,493	-,117	1,525	,132	-,002	-,186	-,115	,972	1,029
	Tempo que exerce/exerceu o cargo em órgãos sociais da AE/AA	-,412	,242	-,130	1,706	,093	-,122	-,207	-,129	,976	1,025
	Idade	-,061	,045	-,114	1,371	,175	-,399	-,168	-,103	,829	1,207
a. Dependent Variable: E qual o seu nível de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa dos seus interesses (numa escala de 0 = nenhuma confiança a 10 = total confiança)?											

c. Pressupostos

Tests of Normality						
	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.
Unstandardized Residual	,111	70	,033	,915	70	,000
a. Lilliefors Significance Correction						

Residuals Statistics ^a					
	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-Padrão	N
Predicted Value	,48	10,59	6,73	2,294	70
Residual	-4,981	7,872	,000	1,756	70
Std. Predicted Value	-2,725	1,684	,000	1,000	70
Std. Residual	-2,754	4,352	,000	,971	70

a. Dependent Variable: E qual o seu nível de confiança no trabalho da sua AE/AA na defesa dos seus interesses (numa escala de 0 = nenhuma confiança a 10 = total confiança)?





A QUEM POSSA INTERESSAR

A Comissão de Ética do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa reviu atentamente o pedido de parecer submetido por Luís de Sousa e referente a um inquérito a ser aplicado no contexto da tese de mestrado de Inês Fernandes dos Santos em Economia e Políticas Públicas, que o requerente orienta.

O inquérito «procura auscultar a perceção dos estudantes universitários sobre o seu nível de confiança e de satisfação com a sua AE [Associação de Estudantes], bem como entender a sua perceção sobre um conjunto de práticas e de riscos à democraticidade interna e à qualidade da gestão das suas Associações» (do requerimento), e será aplicado online, com promoção através de redes sociais. Como incentivo à participação, será sorteado um voucher de 50€, com participação opcional. O requerente anexa modelo do inquérito a ser aplicado.

Considerado que:

- é explicitamente comunicado que a participação no estudo é voluntária e pode ser terminada a qualquer momento;
- o questionário não prevê a recolha de dados sensíveis e/ou perguntas que possam causar particular stress;
- o e-mail de contato para o sorteio será tratado separadamente das respostas ao questionário e será eliminado após a realização do sorteio;

esta Comissão de Ética considera que estão criadas as condições para serem respeitados os requisitos éticos de acordo com a legislação nacional e europeia.

Como recomendação adicional, esta Comissão sugere que, sendo alguns dos universos (e.g., AEs em específicos cursos) relativamente pequeno e sendo potencialmente possível uma identificação de alguns dos inquiridos através do cruzamento das suas respostas, caso se opte pela disponibilização da base de dados, se façam testes de anonimização – e.g., agregando variáveis, alterando categorias específicas para categorias mais gerais (por ex.: licenciatura em biologia FC-ULisboa passa a ULisboa), eventualmente apagando a informação de um inquirido numa variável específica, entre outras ações possíveis.

Simone Tulumello
(pela Comissão)

Lisboa, 27 de junho de 2022